

ISSN 0104-6098

Paisagem Ambiente

8



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Flavio Fava de Moraes

Vice-Reitora: Prof^a Dr^a Myriam Krasilchik

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Prof. Dr. Julio Roberto Katinsky

Vice-Diretora: Prof^a Dr^a Élide Monzeglio

Editor responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Prof^a. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Prof^a. Dr^a. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (FAUUSP)

Euler Sandeville Junior. (Univ. Brás Cubas)

Fábio Mariz Gonçalves (Arqto. paisagista)

Fany C. Gallender (Arqta. paisagista)

Helena Napoleon Degreas (UNIP/Un. Bras Cubas)

Klara Anna Kaiser Mori (FAUUSP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAUUSP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (FAUUSP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Vladimir Bartalini (FAUUSP)

Apoio Técnico:

Francisca de Souza Lima

ISSN 0104-6098



Paisagem Ambiente

8

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Paisagem e Ambiente / Universidade de
São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. --n.8 (1995) - . -- São Paulo,
FAU, 1986

Anual

1. Arquitetura paisagística. I. Universidade de
São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de
Biblioteca e Informação da FAUUSP.

Produção gráfica e impressão

Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

Distribuição

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Rua do Lago, 876, Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo - SP
Fone 818-4815

APRESENTAÇÃO

1996 - Pouco a pouco observamos a redescoberta das origens do Paisagismo brasileiro e a valorização do trabalho dos paisagistas modernos e contemporâneos, que nos últimos quarenta anos colaboraram para fortalecer a matéria no país, tanto projetistas como pesquisadores. Esta última década do século é um período de profundas alterações sociais e econômicas tanto no Brasil como no mundo e a nossa urbanização intensa e consolidada, tem sido o elemento principal de atividades destes profissionais, que de formações diversas, muito tem contribuído para o desenho dos espaços livres urbanos.

Não temos mais nosso paisagista oficial, Roberto Burle Marx, que nos deixou um valioso legado conceitual e principalmente projetual, mas temos um sem número de jovens e velhos profissionais, que pontualmente ou intensivamente tem projetado parques, praças, jardins, calçadas, avenidas, reservas e participado de concursos nacionais.

Os padrões projetuais antes modernos, que geraram espaços urbanos significativos como o Aterro do Flamengo (RJ) ou a Praça da Sé (SP) se não ultrapassados, estão sendo revistos e obras instigantes, novas, começam a surgir, algumas sob o viés ecológico como o Parque Chico Mendes (Porto Alegre-RS) ou os parques novos de Curitiba (PR), outras muito construídas como os projetos do Rio Cidade (RJ) ou a Praça do Shopping das Belas em Porto Alegre (RS) com nítidas influências formais do pós-modernismo.

O ensino do Paisagismo por meio de diversas disciplinas inseridas em cursos de graduação, ou de cursos de especialização e extensão, está sendo feito e sentimos este como um momento positivo para o Paisagismo brasileiro em crescimento constante.

Este número da Revista está sendo lançado sob a luz do sucesso do II Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil - II ENEPEA, que congregou em São Paulo, nas instalações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mais de cem profissionais interessados no assunto Paisagismo e que é objeto central de uma das suas duas novas seções - Documento. Esta seção foi criada justamente para apresentar artigos e reportagens sobre eventos na área de Paisagem e Ambiente e nos pareceu oportuno iniciá-la com um artigo sobre o II ENEPEA e suas conclusões.

O evento, que se realizou de 2 a 5 de outubro de 1995 e trouxe a contribuição especial, em conferências, dos arquitetos Vicente del Rio, Miranda Magnoli e Rosa Kliass e do geógrafo Milton Santos, profissionais que há já muitos anos têm influenciado as concepções projetuais e conceitos paisagísticos no Brasil, teve como principal mérito o estabelecimento, por consenso geral dos seus participantes, e conteúdos mínimos para o ensino do Paisagismo, que estão expostos no artigo sobre o evento, de autoria de Silvio Soares Macedo.

Criamos também a seção Pesquisa, que visa apresentar os resultados e conclusões de pesquisas em desenvolvimento ou já finalizadas e que necessariamente não

se encaixam em nenhuma das seções tradicionais da Revista. Esta seção apresenta inicialmente o resultado das pesquisas dos doutores Angelo Serpa e Lucia Maria Costa, que introduzem a questão comportamental do usuário ante os espaços livres e a paisagem. O texto de Angelo Serpa intitulado "A apropriação do espaço pela criança" apresenta algumas conclusões extraídas de sua recente tese de doutorado defendida em Viena e o de Lucia Costa desenvolve sobre o comportamento dos usuários do Parque do Flamengo no Rio de Janeiro.

Esta seção visa preencher uma lacuna na programação da Revista, atendendo uma demanda crescente dos pesquisadores de Paisagismo no país, que hoje conta com cerca de cinquenta trabalhos de pesquisa em desenvolvimento, em diferentes pontos do país (apesar de a grande concentração dos trabalhos estar localizada no eixo Curitiba-Rio de Janeiro e São Paulo).

A seção Projeto, neste número sem o complemento Plantação, apresenta pela primeira vez no país um artigo de base sobre o projeto dos espaços livres de Manhattan Nova York, em especial seus "pocket parks" de autoria de Fany Galender. Esta paisagista colaboradora da nossa Revista há muito tempo, nos traz um trabalho de reflexão sobre o assunto, apresenta de modo objetivo alguns dos principais projetos contemporâneos de Nova York e, ainda, nos mostra a estrutura básica do Central Park.

Os outros dois textos versam sobre dois projetos contemporâneos em desenvolvimento no Brasil. O primeiro de Vera Tangari apresentando um dos projetos do programa "Rio Cidade" em andamento na cidade do Rio de Janeiro, em implantação no bairro do Meier, e o outro, de Paulo Pellegrino, nos mostra um projeto de sua autoria e de Catharina Lima recém concluído no Campus da Universidade de São Paulo e que incorpora conceitos ecológicos ao projeto de um jardim inicialmente tido como formal.

Os três artigos dão uma mostra significativa das diversas tendências em voga, não se limitando a uma mera apresentação dos projetos, mas colocando algumas questões sobre as direções do projeto de paisagismo no final do século.

As outras seções são clássicas na Revista e trazem textos de Maria da Glória Lanci da Silva e Jonas Cano - Meio Ambiente; Euler Sandeville Jr. - Fundamentos; e Mario Ceniuel - História, e seguem o objetivo de trazer, cada vez mais, informações e discussões sobre tais assuntos, de modo a melhor embasar os trabalhos em desenvolvimento pelos nossos leitores.

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

SUMÁRIO

EDITORIAL

DOCUMENTO

II Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil 9

Silvio Soares Macedo - arquiteto, professor titular do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento de Projeto da FAUUSP.

PROJETO

Nova York: Uma experiência de desenhos dos espaços livres urbanos 25

Fany Cutcher Galender - arquiteta paisagista, mestranda FAUUSP.

Paisagem urbana da zona norte do Rio de Janeiro: O caso do Meier 47

Vera Regina Tângari - arquiteta paisagista, mestre, doutoranda FAUUSP.

Atrás do prejuízo: O projeto de paisagismo para o entorno ao edifício Biomédicas IV - CUASO-SP. 67

Paulo R. M. Pellegrino - arquiteto, mestre e doutor pela FAUUSP, professor e pesquisador do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento Projeto da FAUUSP.

MEIO AMBIENTE

As políticas ambientais e o planejamento da paisagem: Entre o ideal e o real 79

Maria da Glória Lanci da Silva - arquiteta, mestranda FAUUSP.

O parcelamento do solo para fins urbanos no município de São Roque (SP) analisado à luz da legislação ambiental 105

Jonas Miranda Cano - ecólogo, mestrando FAUUSP.

FUNDAMENTOS

RAMUS

A reta e a curva: A estética da paisagem

147

Euler Sandeville Jr. - arquiteto, paisagista, formado em Educação Artística, mestre, doutorando FAUUSP, especialização em ecologia. Professor da Escola de Engenharia de São Carlos - USP, Universidade São Judas, UBC - Universidade Brás Cubas, Universidade Católica de Santos.

PESQUISA

A apropriação do espaço urbano pela criança: A importância do jogo lúdico

177

Angelo Serpa - Pesquisador doutor do CNPq junto ao Departamento de Projeto da FAUUSP, mestrado em geografia da Universidade Federal da Bahia. Engenheiro Florestal e doutor em planejamento paisagístico e ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena, Áustria.

Parque do Flamengo: A construção cotidiana de um espaço democrático

211

Lucia Maria de Sá Antunes Costa - professora doutora da UFRJ.

HISTÓRIA

Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: Os espaços livres urbanos no século 19

233

Mario Ceniuel - arquiteto, mestre e doutorando pela FAUUSP. Professor de Projeto de Edifícios e Paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



DOCUMENTO

**II ENCONTRO NACIONAL DE
ENSINO DE PAISAGISMO EM
ESCOLAS DE ARQUITETURA
E URBANISMO NO BRASIL**

DR. SILVIO SOARES MACEDO

*Arquiteto, prof. titular do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente
do Departamento de Projeto da FAUUSP.*

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese dos resultados e atividades do II Encontro Nacional de professores de paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, destacando-se entre estes a recomendação de seis pontos básicos para o ensino do paisagismo. Estes são: Fundamentos Conceituais, História do Paisagismo, Paisagem Urbana, Morfologia da Paisagem, Processo Criativo da Paisagem: métodos e técnicas e Construção da Paisagem.

ABSTRACT

This paper focuses the development of the II National Seminary of Landscape professors in the Brazilian Architecture and Urban Schools, which took place in São Paulo at the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP in October 1995. It presents a synthesis of this process and the main conclusions of the seminar.

A realização do II ENEPEA foi um marco importante na sistematização do ensino de paisagismo em nível superior no Brasil, em especial nas escolas de arquitetura, pois pela primeira vez se conseguiu definir os tópicos fundamentais, em número de 06, em termos de conteúdos, a serem ministrados em disciplinas básicas sobre o assunto.

Estes compreendem:

1. *Fundamentos conceituais* – no qual o aluno aprenderá noções básicas sobre paisagem, paisagismo, planejamento da paisagem e seus métodos. Paisagem urbana e seus elementos componentes, espaços livres de edificação e urbanização, etc.

2. *História do paisagismo* – abrangendo as origens do pensamento e do projeto paisagístico moderno e contemporâneo, dando-se ênfase na sua relação com a produção da cidade dos séculos 19 e 20 e com a questão ambiental contemporânea.

3. *Paisagem urbana* – envolvendo a análise e a prospecção da paisagem urbana brasileira, seus padrões morfológicos e seus espaços livres.

4. *Morfologia da paisagem* – compreendendo o estudo e a compreensão das estruturas paisagísticas nas diversas escalas de abrangência, do território ao lugar, da cidade às áreas ecologicamente frágeis.

5. *Processo criativo da paisagem: métodos e técnicas* – objetivando introduzir e desenvolver a capacidade de criação individual de espaços e lugares para um futuro próximo, apresentando-se no caso os procedimentos tradicionais de projeto e paisagismo e as novas opções em desenvolvimento.

6. *Construção da paisagem* – apresentando técnicas de desenvolvimento de projeto e planejamento paisagístico nas suas escalas principais.

Estes conteúdos foram exaustivamente discutidos no evento, mas aparecem nos seu Anais e documento final apenas em

forma de uma simples lista, de modo a permitir a cada escola o desenvolvimento de uma linha própria de ensino tanto em nível conceitual como metodológico. Considerou-se, na oportunidade, esta postura mais ética possível.

Esta foi uma posição estratégica da comissão de redação dos trabalhos, tendo sido aprovada pela plenária final do evento. Considerou-se na oportunidade que mesmo a despeito da intensidade e profundidade das discussões entabuladas, o consenso ainda não existia para tal tipo de detalhamento.

Os seis pontos foram então uma síntese das discussões ocorridas durante o evento, nas suas sessões de apresentação e discussão sobre o assunto, e que ocuparam praticamente 70% do tempo disponível.

A definição dos pontos cumpriu o objetivo principal do evento, que foi o de estabelecer subsídios teóricos mínimos para a abertura, consolidação e manutenção de disciplinas de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, já que de acordo com a Portaria n. 1.770/94 do Ministério da Educação e do Desporto (Vide 1ª circular do ENEPEA), o ensino do Paisagismo passa a ser *obrigatório* nestas escolas. Vale esclarecer que o Brasil conta hoje com mais de 60 escolas de arquitetura e urbanismo e quase metade não possuem nenhuma matéria sobre o assunto e uma grande maioria possui uma só disciplina, colocada aleatoriamente na grade curricular.

Neste ano de 1995 e nos próximos, muitas escolas estão revendo seus currículos de acordo a reestruturá-los a uma nova realidade e paralelamente tem-se a notícia da abertura de cerca de 70 novos cursos, reforçando estes fatos à oportunidade do evento.

Além destes pontos as discussões dos grupos de trabalho levaram:

- 1 A formulação de princípios básicos a serem considerados quando da aplicação das disciplinas que seriam:

– O arquiteto e urbanista em sua formação deve se apropriar das bases sociais, estéticas e tecnológicas do projeto da paisagem.

– O ensino de paisagismo deve contemplar a ordenação de objetos e suas relações.

2. A indicação de uma lista de 11 recomendações de apoio à implementação técnica das disciplinas. A mais importante delas, na minha opinião, foi a terceira (vide listagem a seguir) que sugere 180 horas/aula como o espaço tempo mínimo de duração das matérias de paisagismo em um curso de arquitetura e urbanismo.

Esta recomendação, ao estabelecer um patamar horário mínimo necessário implica de um modo positivo nos seguintes fatos:

- Consolidação das disciplinas existentes;
- possibilidade de abertura de novas disciplinas;
- a existência de 02 a 03 disciplinas de paisagismo por curso (no mínimo).

As recomendações são as seguintes:

Devem ser objetivadas integrações disciplinares de acordo com a necessidade de cada escola.

Os diversos temas de paisagismo devem obedecer à uma seqüenciação lógica.

Deve ser considerada a adequada inserção da(s) disciplina(s) de paisagismo no currículo dos cursos de arquitetura e urbanismo, atendendo à duração mínima prevista no I ENEPEA (180 horas).

O estudo da vegetação deve ser adequadamente contemplado pela(s) disciplina(s) de paisagismo.

Devem ser realizadas viagens de análise de projetos e de obras de paisagismo.

A abordagem da(s) disciplina(s) de paisagismo deve iniciar pelo nível intra-urbano, atingindo os níveis urbano e regional.

O conteúdo das disciplinas de paisagismo deve enfatizar a função social do mesmo.

As necessárias atividades de ensino, pesquisa e extensão devem alimentar o conteúdo da(s) disciplina(s) de paisagismo.

Deve ser organizado o acervo de trabalhos produzidos nas escolas (incluindo os de TGI), à luz das metodologias adotadas pelos docentes.

Deverá ser instituída uma Comissão Permanente de Ensino de Paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil, coordenada com as deliberações do XIII Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura, realizado em Brasília de 08 a 12 de outubro de 1995.

As disciplinas, que pertencem a outros campos de conhecimento, devem ser objeto de disciplinas complementares, optativas ou de especialização.

O EVENTO - PROCEDIMENTOS

As atividades foram organizadas de modo a privilegiar a discussão e o conhecimento dos conteúdos necessários para o ensino do paisagismo em cursos ou escolas de arquitetura e urbanismo. Para tanto a comissão organizou e dividiu o evento do seguinte modo:

Comunicações sobre conteúdos de disciplinas – foram selecionados 12 trabalhos, apresentados em duas sessões pela manhã, destacando-se os trabalhos das professoras Helena Degreas (UNIP), Alina Santiago (UFSC) e Maria Angela F. P. Leite (FAUUSP), cujos conteúdos nortearam todas as discussões posteriores. Cada trabalho foi apresentado em 15 minutos, seguindo-se a uma discussão geral após o encerramento dos trabalhos.

Grupos de trabalho sobre conteúdos de disciplinas – o conjunto de participantes foi dividido em 05 grupos, de acordo com recomendação da coordenação, que ao final dos trabalhos apresentaram individualmente os seus resultados, tendo sido compatibilizados por uma comissão mista no dia 05 de outubro. Estes grupos produziram uma excelente discussão e o resultado final está sintetizando nas recomendações do evento.

Conferências – foram convidados 5 professores de renome nacional para ministrar conferências que tinham como objetivo dar um apoio conceitual e técnico à discussão dos diversos grupos de trabalho. Foram eles:

– Dra. Miranda M. Magnoli – professora titular da FAUUSP, organizadora da área de paisagismo da FAUUSP e a maior teórica sobre o assunto paisagismo no Brasil, que ministrou a conferência “Ensino de paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil”, enfocando a definição do objeto de trabalho da disciplina.

– Profa. Maria Elisa Meira – da UFFL/ABEA/MEC – que deveria discorrer sobre “O novo curriculum mínimo dos cursos de arquitetura e urbanismo”, mas que por motivos de força maior não pode comparecer ao evento. No caso a professora coordenou os trabalhos de formulação da Portaria n. 1.770/94 do MEC.

– Dr. Vicente del Rio - da UFRJ – um dos maiores especialistas do país em Desenho e Paisagem Urbana e que ministrou a conferência “Desenho da paisagem: Arte, simulação, humanismo, cibernética”, discutindo questões básicas da produção da paisagem urbana brasileira contemporânea.

– Arqta. Rosa Kliass – mestre pela FAUUSP e, com certeza, atualmente a paisagista brasileira de maior penetração internacional devido aos seus trabalhos junto a IFLA - International Federation of Landscape Architects, e mentora de diversos cursos de extensão e responsável por uma produção importante de arquitetura paisagística no país, que ministrou a conferência “Paisagismo no Brasil”

– Dr. Milton Santos – geógrafo, professor titular da FFLCHUSP e responsável, entre outras, por importante obra teórica sobre conceitos de paisagem e território e que ministrou a conferência “As novas concepções da paisagem”

As quatro conferências geraram grande impacto na platéia, provocando uma discussão de alto nível entre os participantes.

Comunicações sobre Campos de Pesquisa – o ensino não pode ser desligado de uma produção teórico-metodológica que só pode ser obtida por meio de um processo sistemático de pesquisa. Esta no Brasil, à exceção do trabalho da FAUUSP, está bastante fragilizada, em função das dificuldades de trabalho existentes devido a fatores diversos (falta de recursos, tempo, bibliografia, etc.) e a inclusão do tema nos pareceu óbvia e natural.

Foram apresentados 11 trabalhos, sobre assuntos diversos, tendo os trabalhos de Claudio Goya “A história ou as fábulas dos jardins brasileiros” e de Carlos Valentim e Luis Emygdio Mello Filho (UFRJ) sido alvo de apreciação especial por parte da platéia.

Ao final da apresentação foi aberta uma mesa redonda e foram discutidas as apresentações de Vicente del Rio e Miranda M. Magnoli, dando-se ênfase à questão do objeto de trabalho do paisagista no urbano – os espaços livres de edificação.

Plenária – A fase conclusiva do evento – foi preparada com cuidado, de modo a alcançarmos os resultados pretendidos. Os resultados dos diversos grupos de trabalho foram reunidos por uma comissão mista de participantes dos grupos e foram votados pelo coletivo, com os resultados já indicados. Ao final foi escolhida a Escola de Arquitetura e Urbanismo da USP – São Carlos, como sede do III Encontro, que discutirá o seguinte tema: “Métodos de Ensino: Procedimentos e Resultados”, buscando aprofundar as discussões do I ENEPEA, à luz dos resultados obtidos neste evento e da experiência desenvolvida nos anos de 95 e 96.

EVENTOS PARALELOS

Foram organizados os seguintes acontecimentos:

1. Concurso Nacional de Estudantes – criado de modo a incentivar os trabalhos de projeto dos alunos de arquitetura e urbanismo nas questões paisagísticas. Foram estabelecidas 04 categorias de prêmios nas áreas: Paisagem Urbana, Planejamento Paisagístico, Praças e Parques. Foram enviados e julgados 38 trabalhos provenientes de 15 escolas de todo o Brasil.

A comissão julgadora composta dos arquitetos Benedito Abbud (mestre pela FAUUSP), Fany Galender (mestranda da FAUUSP) e Maria Cecília Gorsky (presidente da ABAP), decidiram, após julgamento, a criação de menções honrosas devido a alta qualidade dos trabalhos apresentados, em quase todas as categorias. A premiação foi a seguinte:

CATEGORIA PAISAGEM URBANA

Premiado:

Título: Um suspiro para a Rua XV

Aluno: Daniela Slomp Busarello

Orientadores: Leticia Peret Antunes Hardt, Oscar Gomm Mueller e Paulo Chiesa

Escola: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Menção honrosa:

Título: Paisagem Urbana

Alunos: Daniel do Valle, Gerson Issao Yassumoto e Maurício Alexandre Mass

Orientadores: Leticia Hardt, Paulo Chiesa e Mara Paludo

Escola: Universidade Federal do Paraná

CATEGORIA ESPAÇO LIVRE

Premiado:

Título: Praça "Architectonica Nobilis"

Aluno: Susan Honjo

Orientadores: Leticia Hardt

Escola: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Menção honrosa:

Título: Projeto para quadra habitacional no Grajaú: estudo paisagístico dos espaços livres junto às edificações

Alunos: Breno Simão e Gabriela Ferreira Pimentel

Orientadores: Mario Ceniuel e Vera Lucia Cardim

Escola: Universidade Federal do Rio de Janeiro

CATEGORIA PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Premiado:

Título: Antonina: Nos trilhos da baía a paisagem estruturando o ambiente urbano

Alunos: Gisele Medeiros, Larissa R. Peixoto, Luciane Pellegrino Barbosa, Renata Martins Oliveira e Viviane Nota Machado

Orientadores: Leticia Hardt, Carlos Hardt e Eduardo Lagarrigue

Escola: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Menção honrosa:

Título: Intervenção em Área Rural

Alunos: Cristiane Jerci Michel, Eduardo Silva, Katia Pimentel Koti e Tania Mara Souza

Orientador: Leticia Hardt

Escola: Universidade Federal do Paraná

Menção honrosa:

Título: VERde Vertentes

Alunos: Alexandre de Brito Muuga, Gabriela Negreiros Saback Vianna e Luis Felipe Xavier

Orientadores: Hortência Espallargas e Eliane Guaraldo

Escola: Universidade Paulista - UNIP

Categoria Parques: foram apresentados poucos trabalhos e nenhum teve o nível suficiente para ao menos uma menção honrosa. O tema no caso é pouco desenvolvido nas diversas escolas e na minha opinião um dos mais complexos entre os referentes ao projeto de paisagismo.

Todos os concorrentes foram expostos no Salão Caramelo – o principal espaço da FAUUSP.

2. Exposição didática – foi criada a possibilidade de cada escola enviar 02 painéis demonstrando uma síntese da sua produção na área de paisagismo. Esta exposição montada no mesmo espaço da exposição do concurso de alunos e reuniu trabalho de 10 escolas.

3. Exposição da Pesquisa “Quadro do Paisagismo no Brasil” – mostrando uma síntese dos resultados obtidos nos seus primeiros 18 meses de atividades. Esta pesquisa coordenada por mim e patrocinada pelo CNPq, Fapesp e FAUUSP, visa montar uma síntese da produção paisagística brasileira, especialmente no tocante a espaços públicos - praças, parques e calçadões. Os painéis apresentados em número de 08, mostraram um quadro geral da evolução do paisagismo no Brasil e alguns dos principais projetos já desenvolvidos no país, nos séculos 19 e 20. Foi montada no salão do auditório da FAUUSP.

4. Mostra de vídeos – apresentada nos intervalos das sessões, no auditório da FAUUSP, exibiu trabalhos da FAUUSP, da UFPR, da PUC-PR, da UNIFEC e da UNIP.

5. Feira de livros – organizada com o apoio de editoras e livrarias importantes, como Studio Nobel, Pini, Edusp e Projeto, que trouxeram as últimas novidades na área e afins, sendo montada no saguão do auditório da FAUUSP. Na oportunidade foi lançado o número 07 da *Revista Paisagem e Ambiente - Ensaio*, editada pela FAUUSP - Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente, a única revista científica a tratar especificamente do assunto no Brasil, e o software “Paisagem” elaborado pelo arquiteto/mestrando FAUUSP, Jonathas P.M. da Silva.

AVALIAÇÃO

O evento superou as minhas expectativas em termos de seriedade, profundidade e interesse dos participantes, que se enfocaram o temário nas suas discussões chegando às conclusões já apontadas.

Deste ponto de vista foi um sucesso e assim concordam meus colegas da Comissão Organizadora, as professoras Vera Tângari e Leticia Hardt, e da Comissão Assessora, os professores Helena N. Degreas, Maria Angela F. P. Leite, Davi Chermann e Paulo Chiesa.

Foi um evento pequeno, com 105 participantes, um número ligeiramente menor ao obtido no I ENEPEA realizado em 1994 no Rio de Janeiro. Paralelamente foi um evento mais abrangente em termos nacionais, pois tivemos a presença de colegas/professores de diversos Estados que não tinham comparecido no evento anterior como os professores de Salvador (UFBA), Viçosa (UFVI) e outros mais, estando ainda presentes professores de todas as escolas participantes do I ENEPEA.

Foi também um evento restrito, específico, devido ao temário, fato este que fez reunir um contingente expressivo de pesquisadores e professores de paisagismo no Brasil, não atraindo um público de curiosos, mas somente um público interessado, que trabalha e trabalhará para o aprofundamento das questões paisagísticas nacionais.

Deu-nos, a mim e a todos, a certeza de que a questão do ensino está em um processo crescente de amadurecimento, e que a pesquisa ainda é um fato isolado e disperso, estando concentrada no eixo Rio-São Paulo, em especial nos trabalhos vinculados aos cursos de pós-graduação mestrado e doutorado da FAUUSP. Este é assunto a ser objeto de novas e constantes discussões, já que para seu desenvolvimento são muito grandes as dificuldades, tanto em nível institucional - escolas, como no nível de agências e fontes de financiamento.

Como informação geral temos o seguinte quadro:

1. número de participantes: 105.
2. número de professores participantes: 62.
3. número de pesquisadores participantes: 17.
4. número de outros participantes: 26.
5. número de entidades/escolas representadas: 36.

Concluindo podemos afirmar que este evento só teve o resultado altamente positivo devido às seguintes pessoas e entidades que o apoiaram diretamente.

Da FAUUSP diretoria e vice-diretoria professores Júlio Roberto Katinsky e Élide Monzéglio.

Francisca de Souza Lima - secretária do evento e do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente.

Assessoria de Eventos Culturais - na pessoa das senhoras Lina Rosa e Neusa Brandão.

Do Laboratório de Progração Gráfica - em especial na pessoa do arquiteto José Tadeu de Azevedo Maia.

Dos arquitetos Margareth Serra e Cesar Campos e dos alunos Luis Brandrão e Claudia Borges na montagem das exposições didáticas e da FAUUSP.

Da ABAP - pela sua presidente a arquiteta Maria Cecilia Gorsky.

Das seguintes escolas e instituições:

– UNIP - Universidade Paulista na divulgação e publicação de folders, cartazes e circulares.

– Universidade São Marcos - na publicação dos anais.

– Fapesp - auxílio financeiro.

– CNPq - auxílio financeiro.

– Pró-Reitoria de Extensão Cultural USP - auxílio financeiro.

Da Comissão Organizadora - professoras Leticia Hardt (UFPR e PUC-PR) e Vera Tângari (UFRJ) esta última exercendo de fato a vice-presidência/coordenadoria do evento

Da Comissão Assessora - professores Helena Degreas (UNIP e São Marcos) - juntamente com a professora Maria Angela Faggin Pereira Leite nossa principal assessora - Paulo Chiesa (PUC-PR e UFPR) e Davi Chermann (apoio editorial para os anais).



PROJETO

**NOVA YORK: UMA EXPERIÊNCIA DE
DESENHO DOS ESPAÇOS LIVRES
URBANOS**

FANY GALENDER

Arquiteta paisagista, mestranda FAUUSP.

RESUMO

O presente texto procura discutir conceitos e questões relativas ao espaço livre urbano, tendo como premissa observações de viagem recente à cidade de Nova York, onde se destaca a integração entre a intenção e a ação efetiva sobre estes espaços, em contraponto ao atual estágio da abordagem deste tema entre nós.

A preocupação com o bem-estar do usuário que percorre a cidade, vivenciando os espaços de uso coletivo em seus momentos de descanso e lazer, somada a uma política pública de incentivos, promoveu diferenciadas soluções espaciais, espalhadas por toda a região de Manhattan, culminando em um desenho da paisagem que expressa a evolução qualitativa do tratamento do espaço livre.

ABSTRACT

This text deals with concepts and questions related to the public open spaces, based on observations made during a recent trip to New York City, where one notices the integration between intention and effective action over such spaces, if compared to the current stage of how this subject is approached among us.

The concern with the welfare of the user, who searches for collective spaces in his spare moments of leisure in rest, along with a Public Policy of Encouragement, has set forth varied spacial solution that are spread all over the design that expresses the qualitative evolution of open space treatment.

INTRODUÇÃO

O espaço livre urbano, definido como todo espaço não edificado que estrutura o tecido urbano, juntamente com o sistema viário, aliado às distintas formas de apropriação do solo e dos produtos espaciais resultantes, através de suas diversas volumetrias, configuram a paisagem urbana.

O espaço livre é um espaço também processado, com programas e propósitos específicos para o uso humano, ocorrendo em contextos determinados no âmbito da organização funcional e espacial das cidades. No entanto, as soluções de desenho freqüentemente expressam modelos e influências incompatíveis com a realidade local, em termos de inadequação temporal, espacial e ambiental.

Velhas fórmulas são repetidas exaustivamente, “adaptando” imagens de séculos passados para praças, parques e jardins. Se nestes casos já percebemos o resultado obsoleto obtido nesta transposição, o que dizer em modalidades do espaço livre não tão bem caracterizadas ou, ainda, com usos muito arraigados como as ruas, encaradas como locais prioritariamente destinados à circulação.

É como que se esta atividade, circular, não devesse se dar em um local projetado adequadamente (não só do ponto de vista de seu projeto geométrico), lembrando que há uma diversidade de interesses e objetivos para o motorista e para o pedestre, com percepções diferentes no que se refere à velocidade, tempo, distância de apreensão dos objetos em geral, efeitos climáticos, etc.

Segundo Hillman (1993, 55), *“caminhar hoje é principalmente um caminhar com olhos. Não queremos labirintos, nem surpresas. Sacrificamos os pés pelos olhos. Cidades mais antigas quase sempre cresciam em torno dos rastros dos pés: trilhas, esquinas, caminhos, entroncamentos, cruzamentos. Essas cidades seguem padrões inerentes aos pés, em vez de plantas desenhadas pelos olhos”*.

A expressão deste conflito (consciência dos pés x consciência do olhar) requer uma solução espacial de desenho urbano, que contemple a diversidade de experiências e opções do usuário, através do projeto das calçadas, passagens, túneis, alargamentos, recuos, praças e demais espaços livres de edificações existentes, procedendo, eventualmente a própria revisão do tecido urbano, com intervenções mais radicais como vias expressas elevadas, fechamento de vias e criação de boulevards, entre outras.

Outros espaços remanescentes do parcelamento do solo e da implantação do edifício (dentro da concepção modernista do edifício isolado no lote, não gerando mais diretamente a rua: rua e edifício são independentes), como as esquinas, os alargamentos das calçadas (associadas ou não aos recuos frontais), as entradas, os acessos e recuos laterais, que constituem as áreas livres dos próprios lotes, requerem desenhos específicos para as pessoas que circulam, conversam, esperam, enfim, que manifestam as mais diferentes necessidades.

Esta experiência do convívio coletivo no espaço livre implica na discussão de gênese deste espaço sob a ótica da posse de propriedade, ou seja, para o entendimento das origens históricas destes espaços, bem como sua evolução, é fundamental o discernimento entre público e privado na estruturação do tecido urbano.

Contudo, para a leitura adequada das manifestações atuais, acreditamos que a caracterização da apropriação humana seja o instrumento de avaliação correto, levando à superação da dualidade público/privado e à adoção do conceito de coletivo para análise dos espaços livres de edificação.

O CASO DE NOVA YORK/ MANHATTAN

Manhattan caracteriza-se pela intensa verticalização e alta taxa de ocupação dos lotes, consolidando uma paisagem urbana extremamente adensada, cujo desenho é proporcionado não só pelas soluções oriundas da volumetria arquitetônica, como pelos recursos de implantação da massa construída, criando um sistema de espaços livres, acrescido das praças, parques e ruas existentes.

Se, historicamente, o espaço livre de grandes dimensões é basicamente público, a demanda, especialmente nas áreas urbanas centrais das grandes cidades ocidentais, induziu a operações que incentivam os incorporadores a projetar, construir e administrar estes espaços.

Na cidade de Nova York, o poder público implanta, no início dos anos 60, um sistema de bônus, conhecido como TDR (Transfer of Development Rights), que estabeleceu uma política de troca de potencial construtivo acima da legislação vigente por área tratada de espaço livre.

No entanto, dada à reduzida qualidade destes espaços, implantados com o intuito prioritário de obtenção de vantagens, não foram consideradas relevantes condicionantes fundamentais, aparecendo ao acaso, desvinculados da topografia, insolação ou do desenho da plaza do outro lado da rua, conforme apontado por Barnett (1981, 73).

Face à esta situação, novas leis foram criadas de modo a aumentar os níveis de exigências, na busca de melhores resultados. Em 1982, um novo sistema (Midtown Zoning) é implementado, fazendo referências objetivas quanto a dimensões, acessibilidade, tempo de uso, condições de ventilação e insolação, entre outras, acarretando uma sensível melhoria das condições ambientais e formais destes espaços.



Foto 1: Grupos de pessoas, ocupando as bordas do espelho d'água, em alargamento de calçada gerado pela implantação recuada de edifício de escritórios. (Nova York/avenida das Américas)



Foto 2: Plaza em desnível com relação à calçada, com tratamento paisagístico, aproveitando a possibilidade de uso da água em patamares. (Nova York/Midtown)



Foto 3: Pequena praça criada entre edifícios públicos (tribunal, igreja e outros), de gabaritos semelhantes (4 a 5 pavimentos), com mobiliário, lojas de alimentação e arborização através de vasos e floreiras. Área destinada ao descanso, muito ensolarada (Nova York, Civic Center, porção sul de Manhattan)



Foto 4: Esta mureta convertida em banco, juntamente com o gradil, consiste na delimitação da praça em desnível com relação à calçada. (Nova York/Midtown)

Outra decorrência desta “privatização” do espaço livre é a tendência à “interiorização”, à criação de recintos internos (indoors) como *lobbies* e *atriums* nos grandes edifícios, com acesso livre e horário regulamentado, permitindo sua ocupação e o uso de seu mobiliário por qualquer pessoa. Esta tendência, entre nós é detectada nos shoppings centers, com suas praças abrigadas e isoladas.

Em Nova York, a diversidade de situações é bastante elevada, desde o tratamento das áreas de acesso e circulação dos edifícios, até, efetivamente, o projeto de áreas maiores, verdadeiras praças delimitadas e cobertas como o edifício da IBM (Foto 5), intensamente freqüentado pelos pedestres a procura de um local para descanso, alimentação ou abrigo das variações climáticas, além de intensa programação cultural.

Trata-se de um “lobbie” de acesso aos elevadores, delimitado por lojas, com vedação lateral e cobertura em material translúcido, climatizado artificialmente e com canteiros dispostos de maneira a gerar subambientes aconchegantes e de menores proporções.

A vegetação selecionada para estes canteiros (grandes touceiras de bambus), reforça o aspecto intimista desejado, associados a grupos de vasos com flores, próximo aos canteiros e de reposição sistemática.

É interessante notar que estas modalidades de espaço de uso coletivo configuram-se como uma mediação entre a rua e o edifício, implicando na ruptura da dicotomia rígida entre público e privado, redesenhando o tecido urbano tradicional. Para o pedestre, é uma vivência que propicia novas percepções, especialmente quanto à continuidade e à fluidez do percurso, alterando as noções de interior/exterior, espaço livre/espaço edificado e público/privado, introduzindo novas escalas e graduações através destas transições, conforme detectado por Whyte (1980, 79).

A legislação favoreceu ainda o surgimento de ligações entre edifícios, através de passagens cobertas, nos moldes das galerias européias (Foto 6) e a formação de pequenas “ruas ou praças laterais” às edificações (Foto 7), com projetos paisagísticos específicos, contribuindo para uma paisagem de grande qualidade visual e ambiental.

Como consequência desta postura de preocupação com a paisagem urbana, podemos observar por toda a cidade interven-



Foto 5: Vista externa do atrium do IBM Building Arcade.

Foto 6: Passagem coberta, entre 2 edifícios, com destaque para o tratamento do piso e iluminação.



ções nos espaços livres, seja no nível do tratamento das calçadas, onde o plantio de árvores não visa somente a arborização das vias, mas a expressão de uma disposição, de um desenho que se relaciona com a edificação (Fotos 8 e 9) ou com o próprio projeto paisagístico previsto, como no caso dos "Pocket Parks" (Foto 10) e mesmo do Central Park (Foto 11).



Foto 7: Recuo lateral, remanescente de implantação de edifício comercial, em lote de esquina, com mobiliário urbano e projeto de vegetação criando área de estar, com ampla visualização da rua.

Outra modalidade de espaço livre, típica de Nova York, são os Pocket Parks, localizados em pequenos lotes, destinados ao descanso e lazer, apropriados para a leitura, para a realização de um rápido lanche ou simplesmente para sentar e conversar.

A proposta inicial foi concebida pelo arquiteto norte-americano Robert Zion, para um programa denominado "Novos Parques para Nova York", sendo projetado o Paley Park, em um pequeno

Foto 8: Plantio na calçada, como parte integrante do projeto arquitetônico e não como parte de uma proposta de arborização da via.



lote delimitado por edifícios de gabaritos variáveis e recebendo projeto paisagístico com destaque para o uso da água, criando uma cortina d'água ao fundo de um pequeno espelho d'água anexo. De maior efeito cênico é o uso da água no Greenacre Park (Fotos 12 e 13), outro Pocket Park, que explora os diversos movimentos da água em diferentes texturas e condições de deslocamento, associando desníveis de piso e pérgolas para a definição de subambientes.



Foto 9: Tratamento da calçada, através de plantio de árvores e disposição de vasos. Ao lado da edificação, uma pequena praça foi criada no recuo lateral, em desnível com relação à calçada, contendo espelho d'água com repuxos, vasos, etc. (Solow Building).

Em ambos os projetos, o plantio leva em conta a sazonalidade, com a busca de sombra no verão quente nova-iorquino e de sol no inverno rigoroso da cidade. Cria um aprazível “teto” com o plantio de árvores de média densidade de sombreamento e espaçamento reduzido entre as mudas. São locais extremamente freqüentados, ao longo de todo o dia.

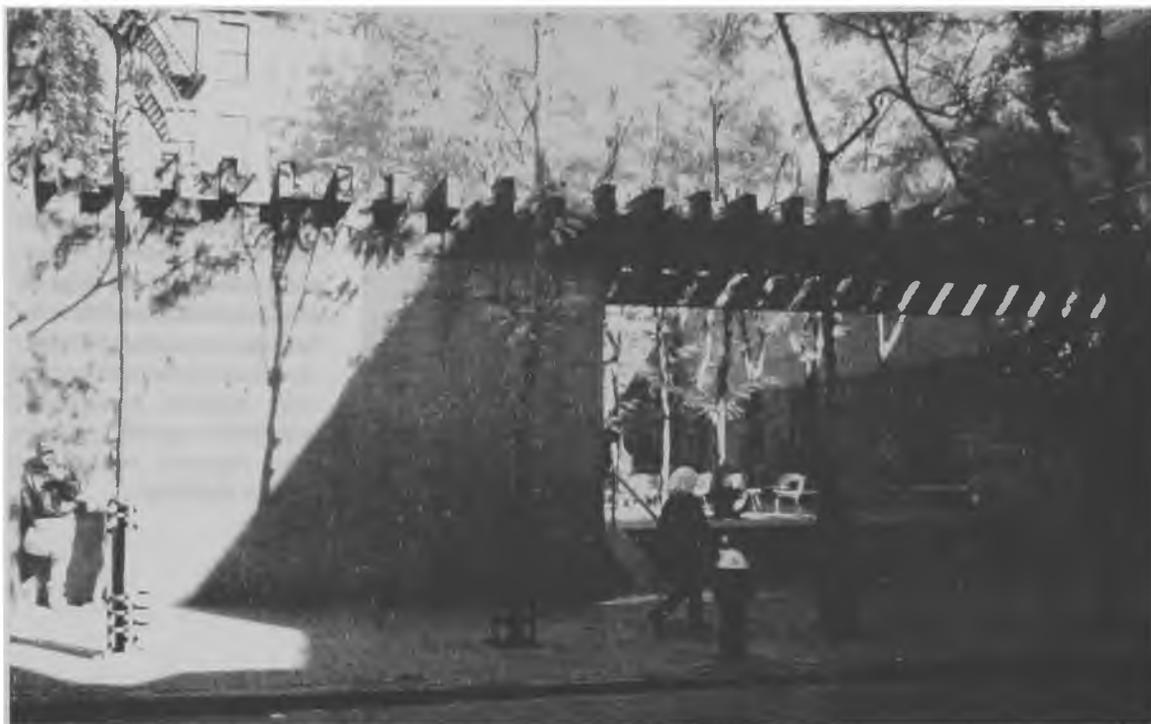


Foto 10: Entrada do Greenacre Park, cujo plantio da calçada segue a mesma disposição geométrica e especificação de espécie vegetal, dando continuidade à linguagem adotada no interior do "Pocket Park"



Foto 11: Calçada oeste do Central Park. Além da arborização da calçada, criando uma circulação "coberta" para o pedestre, foi prevista a colocação de bancos, como uma tentativa de extensão do Parque para a malha urbana.



Foto 12: Greenacre Park: cascata ao fundo, ressaltando nível de piso intermediário, com plantio geométrico de árvores.

À esquerda, nível mais elevado, com pérgola.

Estas manifestações não são exclusivas da cidade de Nova York. Outras cidades norte-americanas e mesmo européias apresentam novos desenhos para seus espaços livres, tais como as plazas do bairro de La Defense (Foto 14), semelhantes às encontradas no Distrito Financeiro de Nova York; a área do espelho d'água ao lado do Museu Georges Pompidou (Beaubourg) (Foto 15), tida como um Pocket Park devido às suas reduzidas dimensões e forte delimitação e o próprio Parque de La Villette, totalmente

Foto 13: Detalhe Greenacre Park: descida da água junto à divisa para o encontro com água da cascata no espelho d'água, em cota mais baixa.



distinto das concepções vigentes de parques urbanos, assentados usualmente em paradigmas do jardim inglês do século 19, com uma concepção apoiada em um sistema de pontos, linhas e superfícies, mais próximo de uma linguagem contemporânea.

As bordas do espelho são simultaneamente bancos, bastante utilizados.



Foto 14: La Defense: Grande esplanada, circundada por edifícios de volumetria variada, com desenho de piso contribuindo para a estruturação do espaço.

Todavia, Nova York se destaca enquanto conjunto de manifestações de variadas configurações e soluções projetuais, formando um sistema de espaços livres de grande impacto visual, compondo uma paisagem urbana única, uma vez que a ilha favoreceu o engenho humano na valorização de uma situação geográfica peculiar, através da criação de um cenário constituído por suas belas pontes, possibilitando percursos pelos rios que a circundam para a observação de um *skyline* inconfundível



Foto 15: Pocket Park ao lado do Museu Georges Pompidou: Trata-se de um grande espelho d'água, com esculturas móveis, que emitem os jatos d'água.

e de *waterfronts* bem planejados, como a área do Battery Park, junto ao conjunto de edifícios da área financeira (World Financial Center), ao sul da ilha.

O maior espaço livre da cidade, o Central Park, está inserido na malha ortogonal que organiza o tecido urbano.

Com aproximadamente 3.450.000 m² (o dobro do Parque Ibirapuera, em São Paulo), o parque caracteriza-se por caminhos para pedestres que raramente se cruzam devido a uma série de túneis e pontes e que acompanham mais ou menos sinuosamente a maior dimensão do retângulo que forma o parque. Este eixo permite o percurso, através do parque, do pedestre que pretende deslocar-se entre os extremos norte/sul da cidade.

O desnível das vias transversais que ligam as porções leste/oeste da ilha, permite o trânsito de veículos abaixo da cota do parque, minimizando assim o impacto da velocidade dos automóveis,

em oposição a uma percepção do tempo que o desenho do parque sugere ao pedestre.

As grandes extensões gramadas se contrapõem aos sucessivos maciços arbóreos, oferecendo distintas combinações, associadas ao entorno edificado próximo, com grande concentração de edifícios altos, atenuados por esta composição eficiente dos elementos vegetais, dispostos sobre o terreno de nível variável.

Cursos d'água, lagos e reservatório (com a pista de cooper a sua volta), somados ao modelado de terreno, criam colinas que contrastam com áreas gramadas, destinadas à prática esportiva ou, simplesmente, gerando clareiras.

A intenção de "criação de cenas rurais", de Olmsted e Vaux, em realidade, provocou o surgimento de um espaço efetivamente apropriado pela população, sem segregação dos grupos sócio-culturais ou etários e sem horários de uso determinado. A ocupação é significativa ao longo de todo o dia, com ou sem eventos especiais e para as mais diversas atividades: recreação infantil, aulas ao ar livre, almoço, prática de futebol, cooper, exposição ao sol, caminhadas, etc.

Segundo Halprin (1979, 5), o "grande talho verde" que corta a cidade, em uma alusão ao Central Park, humaniza a cidade e encabeça, sem dúvida, o sistema de grandes esplanadas, plazas, pequenos parques, passagens, pátios e calçadas que, graças ao tratamento paisagístico dispensado, torna a grande metrópole um lugar com identidade própria.



Foto 16: Central Park: gramado x maciços arbóreos, tendo ao fundo os edifícios da avenida Central Park Oeste.

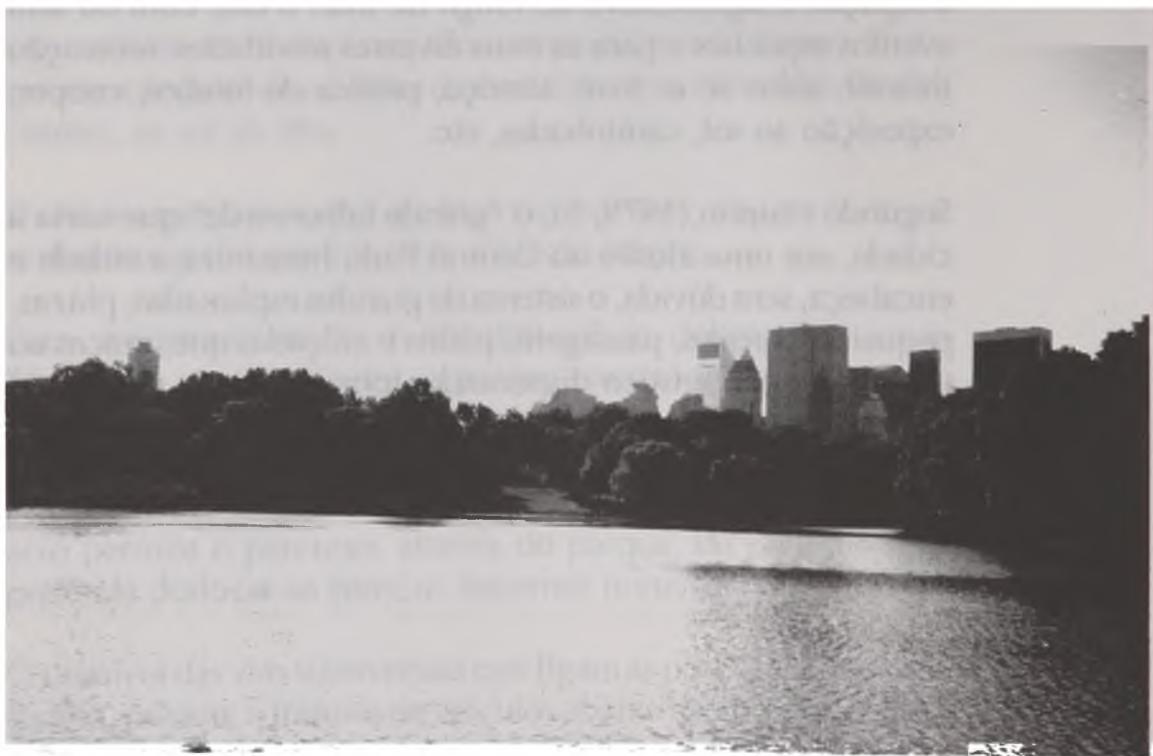


Foto 17: Central Park: vista do lago, em direção à área sul do parque, com os distintos grupos de vegetação, acompanhando a elevação do terreno.



Foto 18: Central Park: rua de circulação de veículos e bicicletas, associada ao fluxo de pedestres.

BIBLIOGRAFIA

- BARNETT, Jonathan. *An introduction to urban design*. New York: Harper & Row, 1981.
- HALPRIN, Lawrence. The collective perception of cities. In: *Urban open spaces*. New York: Rizzoli, 1979.
- HILLMAN, JAMES. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- LANDSCAPE ARCHITECTURE. v. 79, n. 9, ago. 1989.
- PROCESS: ARCHITECTURE. Pocket Parks. Tokio, n. 78, 1988.
- PROCESS: ARCHITECTURE. Robert Zion: A profile in landscape architecture. Tokio, n. 94, 1991.

PROCESS: ARCHITECTURE. Atrium: Human and urban space. Tokio, n. 69, 1986.

SPIRN, Anne W. *The granite garden*. New York: Basic Books, 1984.

TISHLER, Willian H. (editor). *American landscape architecture
Designers and places*. Washington: The Preservation Press, 1989.

WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces*. Washington: The Conservation Foundation, 1980.

**PAISAGEM URBANA DA
ZONA NORTE DO RIO:
O CASO DO MEIER**

VERA REGINA TÂNGARI

Arquiteta paisagista, mestre e doutoranda FAUUSP.

RESUMO

O artigo apresenta a metodologia utilizada para o projeto de intervenção paisagística no centro funcional do Meier, bairro situado na região norte do Rio de Janeiro junto à linha férrea, tendo como base determinados princípios conceituais que reforçam a relação existente entre desenho urbano e paisagem.

Paralelamente à descrição da abordagem adotada pela equipe, o desenvolvimento do projeto é ilustrado através de croquis e desenhos referentes às fases de caracterização e qualificação paisagísticas, formulação de diretrizes de intervenção e anteprojeto, tendo sido extraídos do conjunto de informações e documentos que integram os volumes do projeto encaminhados à Administração Municipal.

ABSTRACT

This article describes the methodology applied to the urban landscape project developed to the Central District of Meier, a neighborhood located in the north sector of Rio de Janeiro, close to the railway track. The conceptual aspects behind the methods and tools chosen reinforce the idea that there is a strong relationship between urban design and landscape configuration.

Besides presenting the approach held by the professionals, the design process itself is shown through sketches, schemes and photographs which illustrate the phases of: survey, analysis and landscape qualification; concept formulation and preliminary design. The elements utilized in the article correspond to a set of data, documents and drawings extracted from the project reports delivered to the Municipal Government.

INTRODUÇÃO

A formação das áreas livres de edificação, na cidade do Rio de Janeiro, é fortemente condicionada pela legislação urbanística incidente que, ao definir a volumetria básica dos espaços construídos, induz diretamente a conformação dos não construídos, seu aproveitamento e sua qualidade ambiental. A densidade construtiva, e conseqüente adensamento populacional, a delimitação do espaço físico das ruas e calçadas, dos recuos, afastamentos e alinhamentos, a determinação dos prismas e gabaritos, dos usos e atividades permitidos, enfim, dos parâmetros edilícios legais moldam enquadramentos paisagísticos peculiares e distintos para cada trecho da cidade.

Paralelamente à legislação urbanística, outros fatores competem para moldar e qualificar a paisagem dos espaços livres, em especial, de uso público:

- as definições quanto ao sistema de circulação viária, o volume e a característica do tráfego de veículos e pedestres;
- o perfil do uso residencial existente;
- o tipo e a intensidade das atividades comerciais e de serviços desenvolvidas;
- o aspecto sócio-cultural da população;
- o suporte físico-natural, definido pelo relevo, topografia e pedologia da região;
- a incidência de vegetação, principalmente no que se refere à arborização viária e ao tratamento de praças e largos;
- a tipologia arquitetônica das edificações;
- a existência de marcos e referenciais, construídos e não construídos, artificiais e naturais;
- as cores e texturas apresentadas por elementos fixos como "pisos" (passeios e ruas), "paredes" (fachadas, empenas, árvores, cartazes, etc.) e "tetos" (passagens, viadutos, passarelas, copas de árvores, etc.), mobiliário, equipamentos e sinalização, e pelos elementos dinâmicos como pessoas e veículos.

Portanto, além da definição tradicional sobre o objeto de análise da paisagem urbana, buscamos reforçar o conceito de que há uma estreita relação entre o desenho do espaço construído e do espaço não construído, entre a percepção da paisagem e a formação da imagem da cidade; entre composição paisagística e identificação simbólica, entre qualidade ambiental e apropriação dos espaços públicos, entre tratamento paisagístico e a definição de "lugar"

Em consequência, é difícil dissociar e isolar o trabalho do paisagista, num projeto de intervenção urbana, cabendo a esse profissional o papel de articulador das propostas espaciais de desenho urbano e de arquitetura, com as de mobiliário e comunicação visual, sendo freqüentemente difícil delimitar a linha de transição entre um campo e o outro.

No caso específico do Meier, conforme será ilustrado mais adiante, buscou-se estudar, tanto em termos de levantamentos e diagnósticos como de intervenções, além dos elementos individuais definidores da paisagem descritos acima, suas inter-relações e interferências. Estas foram analisadas através do registro e identificação de enquadramentos e conjuntos paisagísticos, moldados pela conformação do espaço construído, pelo tipo e incidência das áreas não construídas, pela sua articulação espacial, pela configuração do relevo e topografia e característica da vegetação existente, pela qualificação das imagens percebidas e pelo valor simbólico que denotam.

Neste trabalho, procuramos descrever a metodologia utilizada para a avaliação e intervenção na paisagem do centro funcional do Meier, bairro situado na zona norte do Rio de Janeiro, junto à ferrovia EFCB. O projeto está em fase de elaboração para o IPLANRIO e faz parte do escopo do RIO CIDADE, concurso público promovido pela Prefeitura Municipal para dezessete eixos comerciais, tendo sido implementado em duas fases: a primeira, referente às propostas metodológicas; e a segunda, destinada à elaboração de projetos urbanos para bairros específicos.

Propõe-se, inicialmente, discutir a relação existente entre desenho urbano e paisagem, objetivando, com isso, colaborar para a melhor definição do campo de atuação, do escopo e da abrangência do trabalho de paisagismo, num projeto de intervenção urbana desse tipo.

A título de verificação, após descrever a abordagem e a conceituação adotadas pela equipe, procuramos ilustrar o desenvolvimento do projeto, finalizado em setembro de 1995.

DESENHO URBANO E PAISAGEM: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante as décadas de 60 e 70, os esforços para formar uma definição clara sobre desenho urbano foram objeto de discussões, pesquisas e trabalhos, no meio acadêmico e profissional, buscando aprofundar esse campo e melhor situá-lo no contexto do planejamento das cidades.

Mais recentemente, o corpo teórico, conceitual e metodológico dessa disciplina foi ampliado, tendo sido acumulado um grande volume de conhecimentos e experiências que embasam a formação do campo disciplinar, sua abrangência de análise e de atuação. (Del Rio, 1990)

Uma nova discussão, no entanto, ganha expressão entre profissionais e acadêmicos: a interrelação e a superposição existentes entre o desenho do espaço físico das cidades e o tratamento da paisagem.

No primeiro caso, a diferenciação entre planejamento e desenho urbano se faz, na maioria das vezes, através da distinção entre os universos de análise, as escalas de atuação e percepção, os processos metodológicos e os resultados projetuais.

No segundo caso, os objetos de intervenção, a conceituação teórica, os métodos de análise e de leitura do espaço se assemelham e se confundem, tornando difícil a tarefa de distin-

guir os campos disciplinares de desenho urbano e de paisagismo, quando o universo de atuação é a cidade. Se cada vez mais difunde-se a estreita relação entre *habitat* e *paisagem*, como separar dois campos que, em última análise, buscam melhor conhecer e transformar o *habitat* urbano (Ceniquel, 1992). Tal distinção se faz especialmente difícil ao levarmos em consideração a formação do paisagista e a definição de suas atribuições. Os profissionais que trabalham com desenho urbano são, via de regra, arquitetos, possuem treinamento específico para trabalhar com o espaço físico, suas conformações morfológicas e suas leituras perceptivas. Seu universo de análise é a cidade e sua arquitetura.

Os profissionais que trabalham com paisagismo, por sua vez, têm formação diferenciada, congregando, principalmente, botânicos, agrônomos, arquitetos e urbanistas. O corpo de conhecimentos é diversificado, assim como os métodos e objetos de análise, variando enormemente as escalas de intervenção: desde o jardim particular da casa, dentro do lote, até a paisagem da região, dentro do território.

A diferenciação tradicional diz respeito à introdução, no espaço físico, do elemento vegetação que, muitas vezes, é considerado como o único elemento a ser tratado pelo paisagista. Na verdade, esse é apenas um dos elementos de conformação paisagística, podendo até mesmo não existir. E, ao existir, ganha características quanto a forma, volume, textura, assumindo conotações que vão muito além de suas descrições e especificações botânicas. (Abbud, 1986 e Macedo, 1992)

Outras definições buscam relacionar as intervenções de desenho urbano com os espaços construídos das cidades e o paisagismo, com os espaços não construídos. Então a discussão giraria em torno do estudo do "cheio" e o estudo do "vazio", entre o "positivo" e o "negativo" em torno da configuração do espaço "abrangido" e a configuração do espaço "abran-gente" (Ashihara, 1982)

Se defendemos aqui a dicotomia existente entre o espaço construído e as áreas livres de edificação, por estarem, segundo definições bastantes claras e difundidas (Macedo, 1984 e Magnoli, 1982), totalmente interligados e se autodefinirem, concluimos ser complicado separar as disciplinas de desenho urbano e paisagismo, na escala de atuação da cidade. Defendemos, ao contrário, a estreita conjugação entre a arquitetura do espaço interior e a arquitetura do espaço exterior, entre o *habitat* físico e o seu contexto social e cultural, entre a formação da cidade, através de suas arquiteturas formais e informais, e a paisagem resultante.

CONCEITOS E MÉTODOS: O CASO DO MEIER

O caráter interdisciplinar proposto pela Prefeitura para o RIO CIDADE, concretizado através do conjunto de estudos e propostas setoriais requisitados pelo IPLANRIO, conjugou-se à postura, defendida pela equipe responsável pela coordenação do projeto, de integrar as intervenções nas áreas de Desenho Urbano, Paisagismo, Mobiliário e Comunicação Visual com as proposições urbanísticas gerais definidas para o bairro¹

Na primeira fase do concurso, a equipe apresentou o referencial teórico e metodológico para o desenvolvimento do trabalho, estabelecendo critérios de intervenção, de conjugação das propostas setoriais, de participação dos órgãos envolvidos com a comunidade.

Os critérios de intervenção propostos tiveram por princípio básico a implantação e o reforço de determinadas qualidades do espaço urbano, consideradas fundamentais tais como: a identidade visual; a continuidade físico-espacial; a permeabilidade e acessibilidade; o conforto e a adequação aos usuários; a segurança; a estética.

Nesse contexto, o ponto de partida para o projeto de paisagismo foi a definição de conceitos e parâmetros projetuais que estives-

sem em consonância com os critérios descritos acima e integrados aos demais projetos, possibilitando assim delimitar o escopo e a abrangência do trabalho.

Primeiramente, procuramos identificar o nosso objeto de estudo. No universo proposto pelo RIO CIDADE, que se refere à reestruturação de determinados eixos viários localizados em centros de comércio e serviços de bairros, consideramos que a análise da paisagem deve se fazer a partir da identificação e qualificação dos espaços livres de uso público. O conjunto desses espaços é representado, nesse caso, por ruas, praças, becos e largos, passagens formais e informais existentes.

Dentro desse conjunto, as ruas ganham importância e enfoque especial, já que nelas ocorrem as atividades comerciais, e também porque representam, no caso específico do Meier, onde há pouca incidência de áreas livres, a opção direta de criação e desenvolvimento de espaços de uso comum.

CONHECIMENTO DA ÁREA

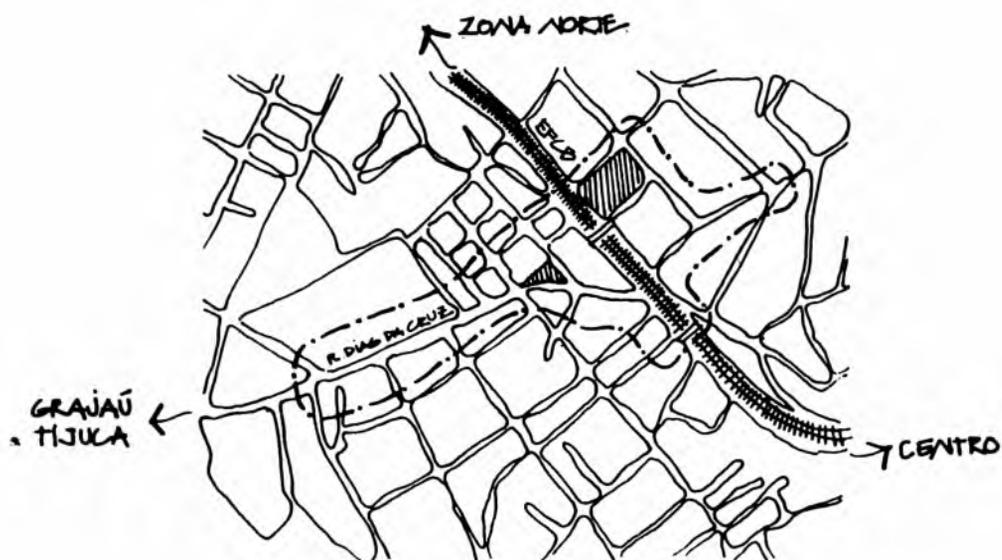
Num primeiro momento, buscamos conceituar a conformação da paisagem do trecho do bairro, aonde estamos atuando, através de análises sintéticas de sua estruturação urbana, principalmente no que diz respeito a:

- Estrutura urbana;
- Esquemas e fluxos de circulação;
- Usos e atividades predominantes;
- Conformação do espaço construído;
- Principais marcos e referenciais.

Essas análises foram possíveis através de estudos e levantamentos realizados pela equipe do projeto e são ilustradas a seguir.

Croquis 1 - Inserção no espaço de entorno

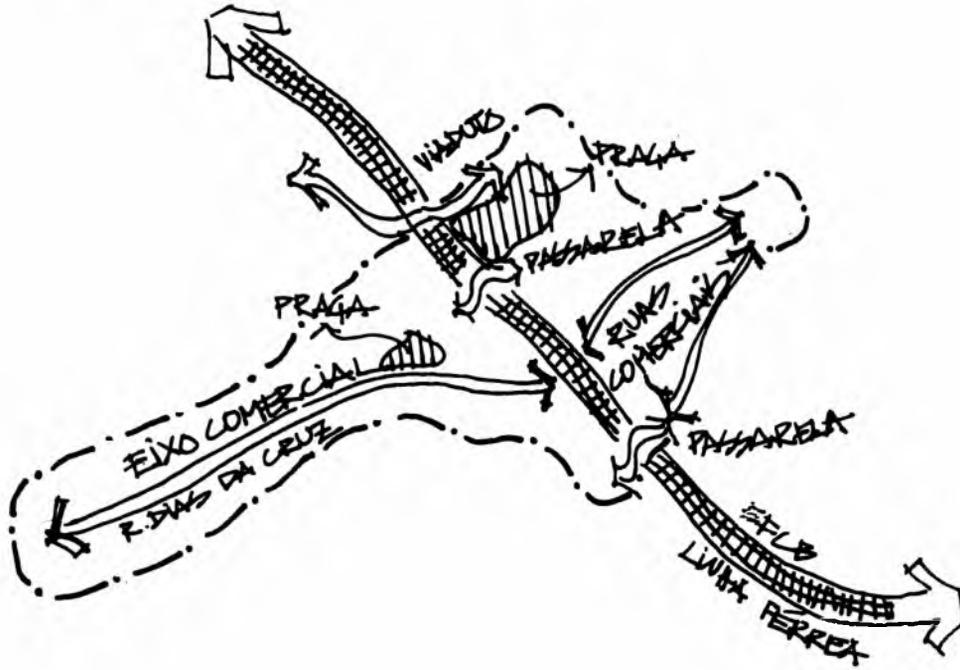
ZONA NORTE



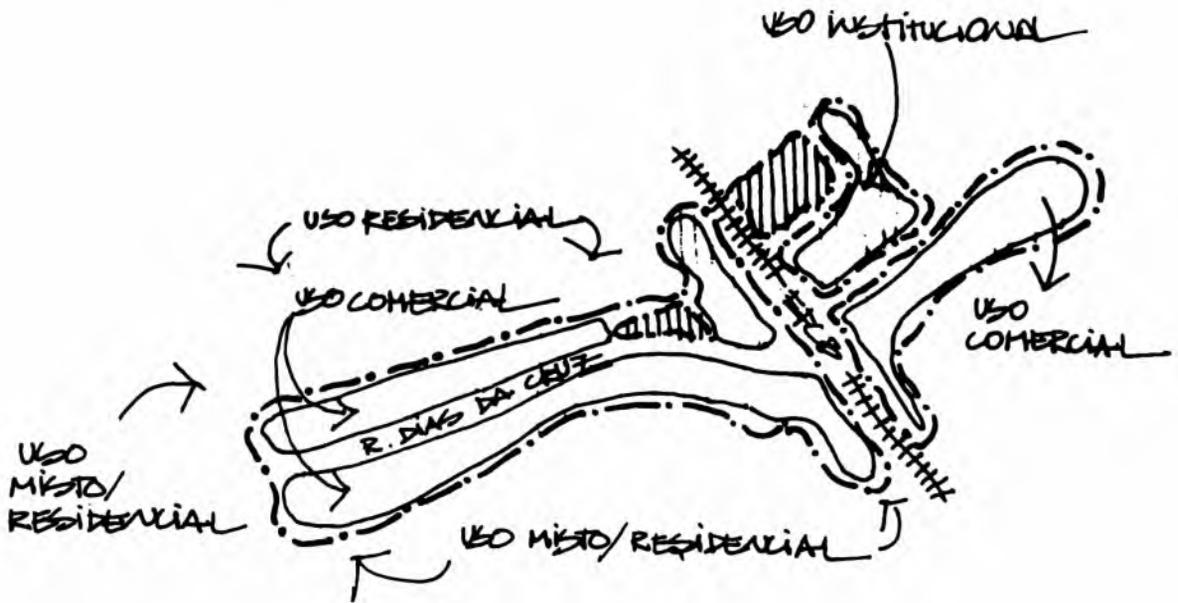
ÁREA DE INTERVENÇÃO



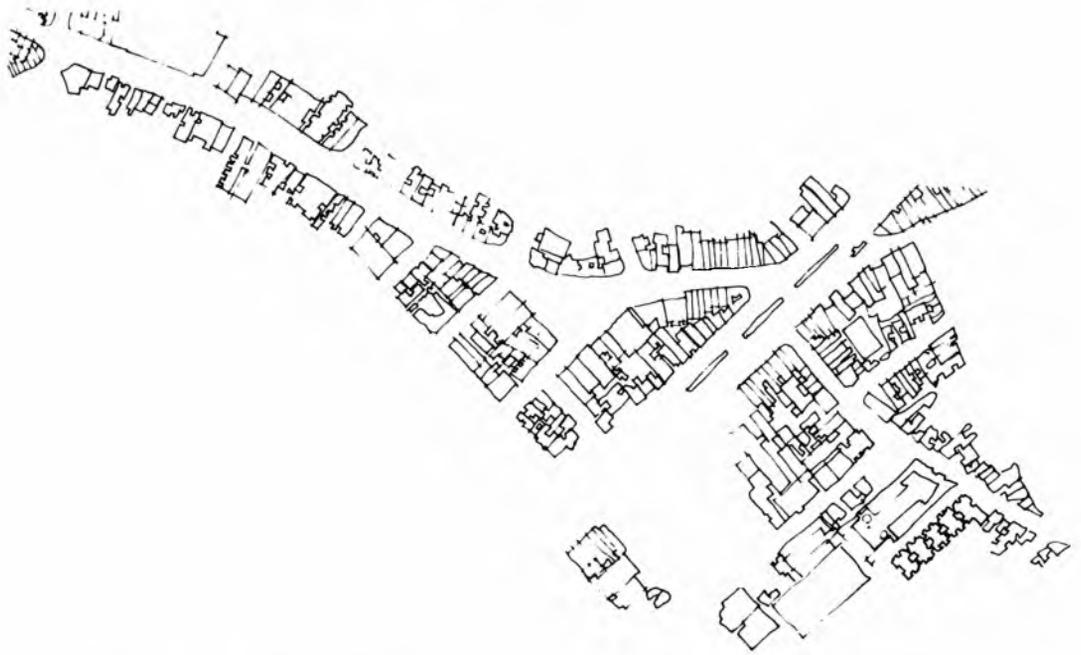
Croqui 2 - Esquema e fluxos de circulação.



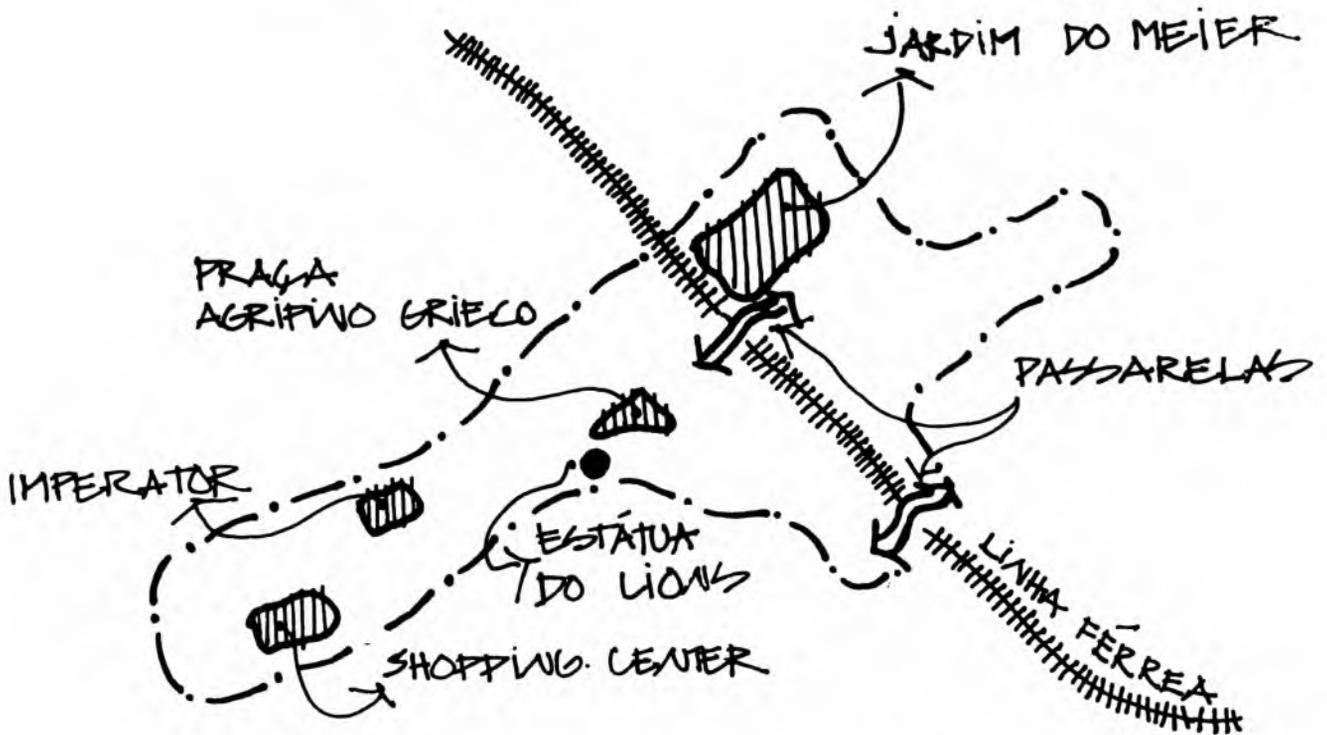
Croqui 3 - Usos e atividades.



Croqui 4 - Conformação do espaço construído.



Croqui 5 - Marcos e referências.



QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM

A caracterização da qualidade paisagística da área de intervenção foi realizada a partir da análise de determinados elementos, estudados isoladamente e em conjunto, de sua articulação espacial, física e visual e de sua leitura perceptiva.

Como metodologia específica para o Meier, foram enfocados;

- o suporte físico natural;
- o conjunto dos elementos construídos definidores do enquadramento paisagístico;
- as áreas livres de edificação;
- os elementos de vegetação, especialmente, a arborização viária;
- o clima;
- o tempo.

O cruzamento desses levantamentos levou à identificação de três conjuntos paisagísticos predominantes, com características peculiares, definidos basicamente pelas ruas mais importantes e pelas áreas de uso público e institucional.

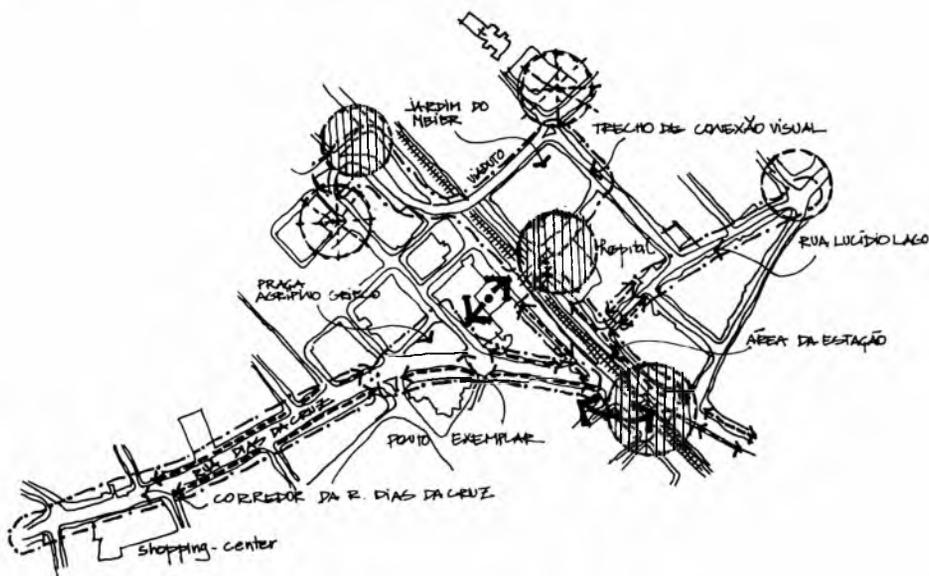
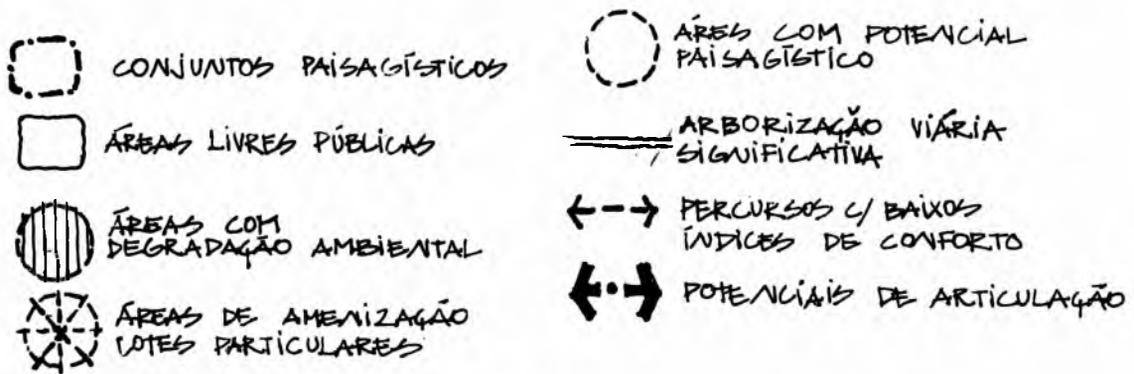
- **Rua Dias da Cruz:** o trecho entre o largo do Meier, praça Agripino Grieco e rua Hermengarda, onde se localiza a estátua do Lions, delimitado como *ponto exemplar* do projeto; o “corredor edilício” da praça Agripino Grieco até o shopping-center do Meier, caracterizado como canal de circulação, enquadrado por edificações de padrão construtivo elevado, apresentando densificação construtiva, concentração comercial e incidência maciça de camelôs.
- **Ruas Amaro Cavalcanti e Arquias Cordeiro:** perfis caracterizados pelo alinhamento de sobrados e edificações comerciais de um lado e a estrada de ferro, do outro.

- **Rua Lucídio Lago:** perfil caracterizado pelo alinhamento de sobrados comerciais dos dois lados.

- **Área compreendida entre o Jardim do Meier, Hospital Salgado Filho, a estação ferroviária, passarelas e viadutos:** trecho de abertura visual e de conexão entre “um lado” e o “outro lado” da estrada de ferro, entre “um” lado e o “outro” do bairro.

O croquis abaixo resume algumas conclusões gerais sobre a qualidade paisagística da área, obtidas na fase de levantamento.

Croqui 6 - Diagnóstico paisagístico.



DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

A análise dos conjuntos paisagísticos, descritos acima, de seus principais problemas e potenciais, e das características dos espaços públicos que apresentou possibilitou formular as seguintes diretrizes gerais para intervenção no Meier:

- a articulação das áreas livres públicas existentes, incluindo ruas, praças e largos, visando integrá-las física e visualmente e possibilitando conectar os dois lados do bairro, a leste e a oeste da estrada de ferro;
- o reforço da qualidade paisagística das áreas livres públicas atuais e incentivo à criação de locais de amenização, decorrentes de modificação de traçado e circulação viária;
- a criação de espaços de descanso e convívio através do desenvolvimento de um sistema integrado de *pocket-plazas*, e melhorias de travessias e percursos de pedestres obtido pela solução de rampas, passarelas e passagens, buscando favorecer a atividade comercial e de lazer presentes na área e aumentar a atratividade de novos usos;
- o incremento às atividades de lazer e recreação, observando-se os diversos grupos de usuários e atividades;
- o aumento da arborização viária, utilizando o tratamento da vegetação como alternativa para a integração e continuidade visual, além dos reflexos climáticos decorrentes;
- a adequação das condições de plantio e manutenção das espécies vegetais;
- a valorização de monumentos e marcos existentes, e a criação de outros elementos significativos como meios de referenciar e identificar espaços de uso significativos, e contribuindo para o melhor reconhecimento da área.



Foto 1 - Rua Dias da Cruz.



Foto 2 - Rua Lucídio Lago.



Foto 3 - Jardim do Meier.



Foto 4 - Estátua do Lions.



Foto 5 - A estação ferroviária.

CONCLUSÃO

De maneira sucinta, procuramos ilustrar o desdobramento das etapas anteriores através dos desenhos em anexo, pranchas 03, 04 e 05, que resumem as propostas enviadas à IPLANRIO, para a etapa de anteprojeto.

Algumas modificações foram realizadas na etapa de detalhamento. Essas modificações dizem respeito principalmente à adequação das propostas às necessidades do sistema de circulação viária, e aos requisitos de acessibilidade a toda população, em especial aos usuários portadores de deficiência física e visual.

Assim, a pavimentação, o acesso às áreas de amenização criadas, o tipo e a localização do mobiliário, dos equipamentos urbanos e da arborização atendem aos objetivos de orientar e

adequar os espaços livres para que possam ser vivenciados pelo público, com o menor grau possível de barreiras e restrições.

É necessário ressaltar que não cabe ao detalhamento de um projeto paisagístico deste porte reverter os efeitos negativos à paisagem e ao ambiente urbanos, ocasionados pela aplicação de uma legislação urbanística pouco ou nada responsiva aos mesmos.

A configuração básica e a qualidade paisagística atuais do espaço estudado foram estruturadas inicialmente, além de seus aspectos geomorfológicos, pela implantação da linha férrea e pela maneira como os terrenos adjacentes a ela foram sendo densamente loteados e ocupados, pelo modo como os espaços públicos foram sendo cada vez mais apropriados pelos sistemas de transporte e circulação viária, pela crescente descaracterização de tipologias urbanísticas e arquitetônicas peculiares à área em questão e pela histórica falta de investimentos públicos destinados a esse bairro e demais setores da zona norte do Rio.

Buscou-se, dentro dos limites da intervenção proposta e com a elaboração de seu detalhamento que faz das calçadas o principal universo de apropriação pública, atenuar aspectos negativos através da neutralização da aridez climática e visual; do controle da ocupação dos espaços públicos; do favorecimento e valorização do uso desses espaços pelos pedestres; da introdução maciça de arborização viária; da valorização de marcos de referência e de apropriação perceptiva.

Modificações mais substanciais na configuração da paisagem urbana só serão possíveis a partir do momento em que a legislação, que regulamenta a produção do espaço construído, for revista e reformulada segundo princípios que não visem apenas à ocupação do espaço no lote individual, como também privilegiem o resultado desta ocupação em relação à cidade, às imagens e aos impactos que representam em relação ao conjunto urbanístico e paisagístico onde se inserem.

NOTAS

(1) No caso do Meier, cujo projeto foi desenvolvido pela M & T - Mayerhoffer & Toledo - Arquitetura, Planejamento e Consultoria Ltda., essa tarefa ficou a cargo do arquiteto Vicente Del Rio, coordenador geral e também responsável pelas propostas de desenho urbano, e do arquiteto Luiz Carlos Toledo, responsável pelo planejamento urbano.

BIBLIOGRAFIA

ABBUD, Benedito. *Vegetação e projeto: estudo de caso em São Paulo com as reflexões de um arquiteto*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ASHIHARA, Yoshinobu. *El diseño de los espacios exteriores*. Barcelona: Gustavo e Gili, 1992.

CENIQUEL, Mario. Paisagem e habitat. In: *Paisagem e Ambiente*, n. 4. São Paulo: FAUUSP, 1992.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

MACEDO, Silvio S.. A vegetação como um elemento de projeto. In: *Paisagem e Ambiente*. n. 4. São Paulo: FAUUSP, 1992.

MAGNOLI, Miranda M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. São Paulo, 1982. Tese (Livre-docência) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

**ATRÁS DO PREJUÍZO: O PROJETO DE
PAISAGISMO PARA O ENTORNO AO
EDIFÍCIO BIOMÉDICAS IV, CUASO, SP**

PAULO RENATO MESQUITA PELLEGRINO

*Arquiteto, mestre e doutor pela FAUUSP, professor e pesquisador do Grupo de
Disciplinas Paisagem e Ambiente do Departamento de Projeto da FAUUSP.*

RESUMO

Como deve ser um projeto paisagístico em uma situação de degradação já ocorrida do sítio? E, como deve ser a sua inserção dentro de uma realidade como a do campus da USP, em São Paulo? Aqui é apresentado, com este projeto, uma outra possibilidade de papéis para estes espaços livres.

ABSTRACT

How must be a landscape design for an already degraded area? And, how could be its role for a reality as that of the Campus of São Paulo University, in São Paulo city? The design, here presented, discuss the possibilities in changing the actual conditions.

No sentido de contribuir para uma mudança na percepção e no uso dos espaços livres do campus, de enfrentamento da aparente desconsideração observada pelo tratamento recebido por estes espaços e a conseqüente incapacidade de percepção do seu valor e mesmo de sua existência pelos milhares de usuários que diariamente transitam pelo campus, é que aceitamos o convite formulado pela direção do Instituto de Ciência Biomédicas para a realização do projeto para o entorno do seu novo edifício.

Este projeto de 1994, de autoria dos arquitetos paisagistas Paulo Pellegrino e Catharina Lima, cria uma intervenção na paisagem do campus da USP, em São Paulo, que visa enfatizar o caráter que os seus espaços livres podem desempenhar no contexto das vivências cotidianas e do ambiente urbano. Como uma reação ao processo de desaparecimento virtual destes espaços, com ênfase em sua neutralização através de uma sua transformação previsível em uma realidade pasteurizada, formada de espaços neutros e suavizados, com o correlato empobrecimento das experiências cotidianas que podem proporcionar, este projeto procurou responder à necessidade de definição de novos papéis a serem desempenhados por estes espaços, além de serem meras molduras verdes para os edifícios que compõem o campus da universidade.

Localizado no topo do morro culminante dentro da área do campus, que havia sofrido um trabalho de terraplenagem extensivo, com o objetivo de abrigar em um único platô não só o edifício em si, mas toda a área de circulação e estacionamento prevista, deparamos com uma situação usual em nosso meio, de total desconsideração com o perfil topográfico original, com a perda do solo superficial e da vegetação existente, com a exposição de um substrato frágil e estéril.



Foto 1- Perfil original do terreno.



Foto 2- Visão geral da área.



Foto 3 - Extensão do movimento de terras.



Foto 4 - Implantação dos edifícios.

Eram previstos, ainda, segundo os planos originais, a existência de uma nova vegetação apenas em exíguos espaços residuais entre uma imensa superfície a ser pavimentada por um revestimento asfáltico contínuo por todo o entorno da edificação, que ficaria, assim, ilhada por uma imensa superfície impermeabilizada, que além de resultar em aspectos de conforto adversos aos seus usuários, viria a comprometer ainda mais um setor de bacia hidrográfica já totalmente comprometido em sua drenagem superficial.

Tendo de assumir estes condicionantes prévios representados por esta situação de alteração do sítio original – inclusive a programação de uma quantidade de vagas de estacionamento que consumiria a quase totalidade da superfície disponível – consideramos que este espaço, por suas dimensões e visualização dentro do campus, deveria representar um processo de recuperação de uma área degradada por um movimento de terra indiscriminado, a partir do repovoamento vegetal em seus diversos extratos, com a conquista da maior superfície de percolação possível. Além da criação de uma ambientação que conferisse dignidade a um importante instituto da universidade, banalizado que estava, por um projeto de arquitetura do edifício totalmente burocrático e previsível já implantado.

Com relação à vegetação adotada no projeto, optamos pela seleção de espécimes nativas de características pioneiras, que pudessem enfrentar as condições de solo, drenagem e insolação existentes, que, num trabalho de sucessão vegetal, propiciassem a recuperação das condições do ambiente local. Na procura pela também desejada compatibilização com os requisitos simbólicos dos usos humanos, esta vegetação também atendeu a soluções formais como esplanadas, colunatas de árvores e maciços escalonados, enfatizando mudanças de níveis, direcionando visuais e criando barreiras.

Assim, em conjunto com os materiais empregados no revestimento dos caminhos e áreas de estacionamento, como o emprego de blocos vazados, procurou-se alcançar uma compatibilização possível entre os elementos aparentemente contraditórios de uma visão ecológica purista e os requisitos funcionais e culturais próprios de uma realidade urbana como São Paulo, inclusive com a utilização de espécies exóticas já validadas em sua história.

A implantação, ora em curso, deste projeto revela o início de uma mudança de percepção do papel que os espaços livres podem desempenhar para a real possibilidade de manutenção da habitabilidade de nossas cidades. Demonstra, também, a busca de uma estética que possa expressar os novos requisitos que os espaços livres deverão assumir, de compatibilização entre os múltiplos interesses e funções que a nossa realidade urbana requer, para a conformação de novos patamares de evolução sócioecológicas, mais viáveis e satisfatórias.

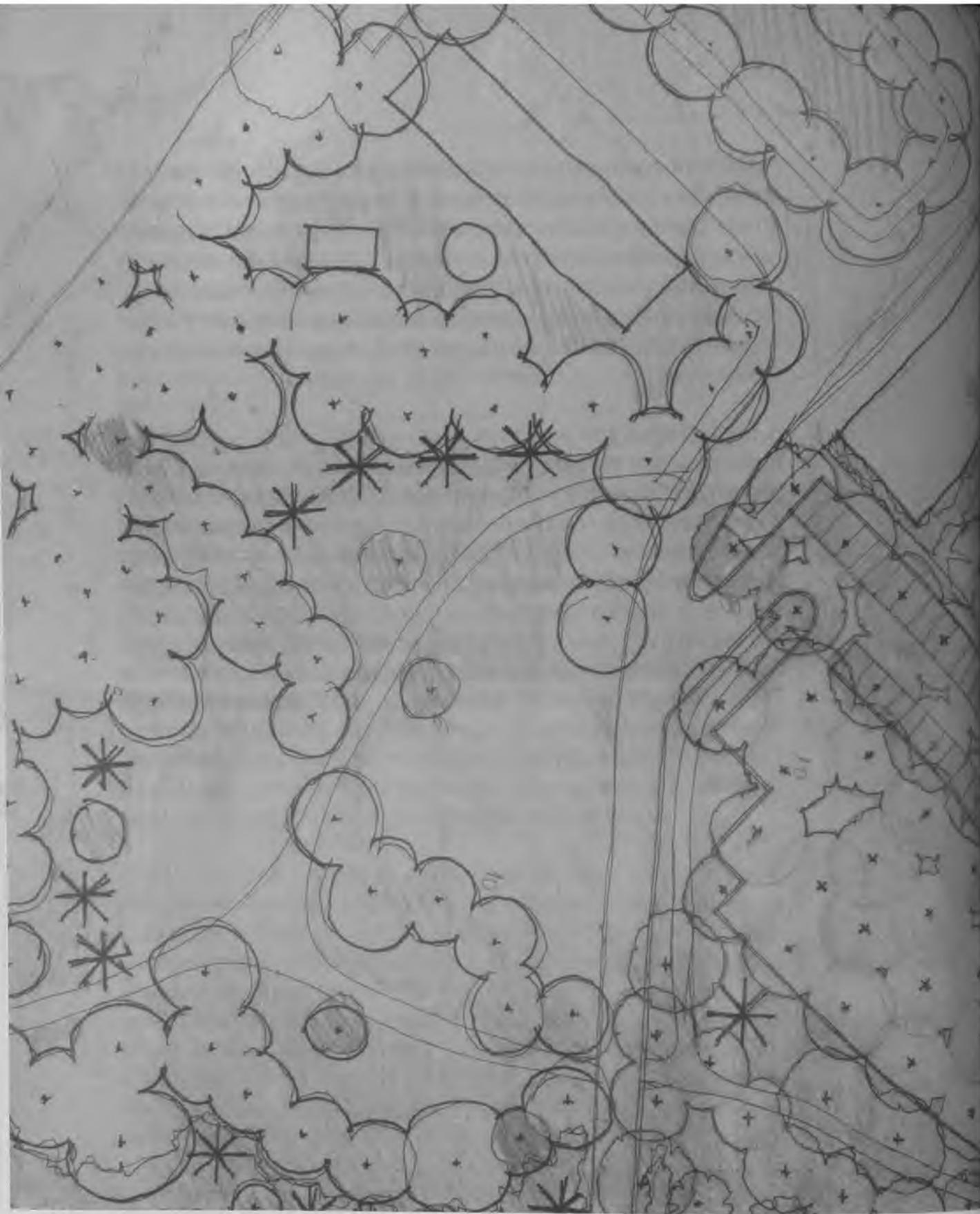
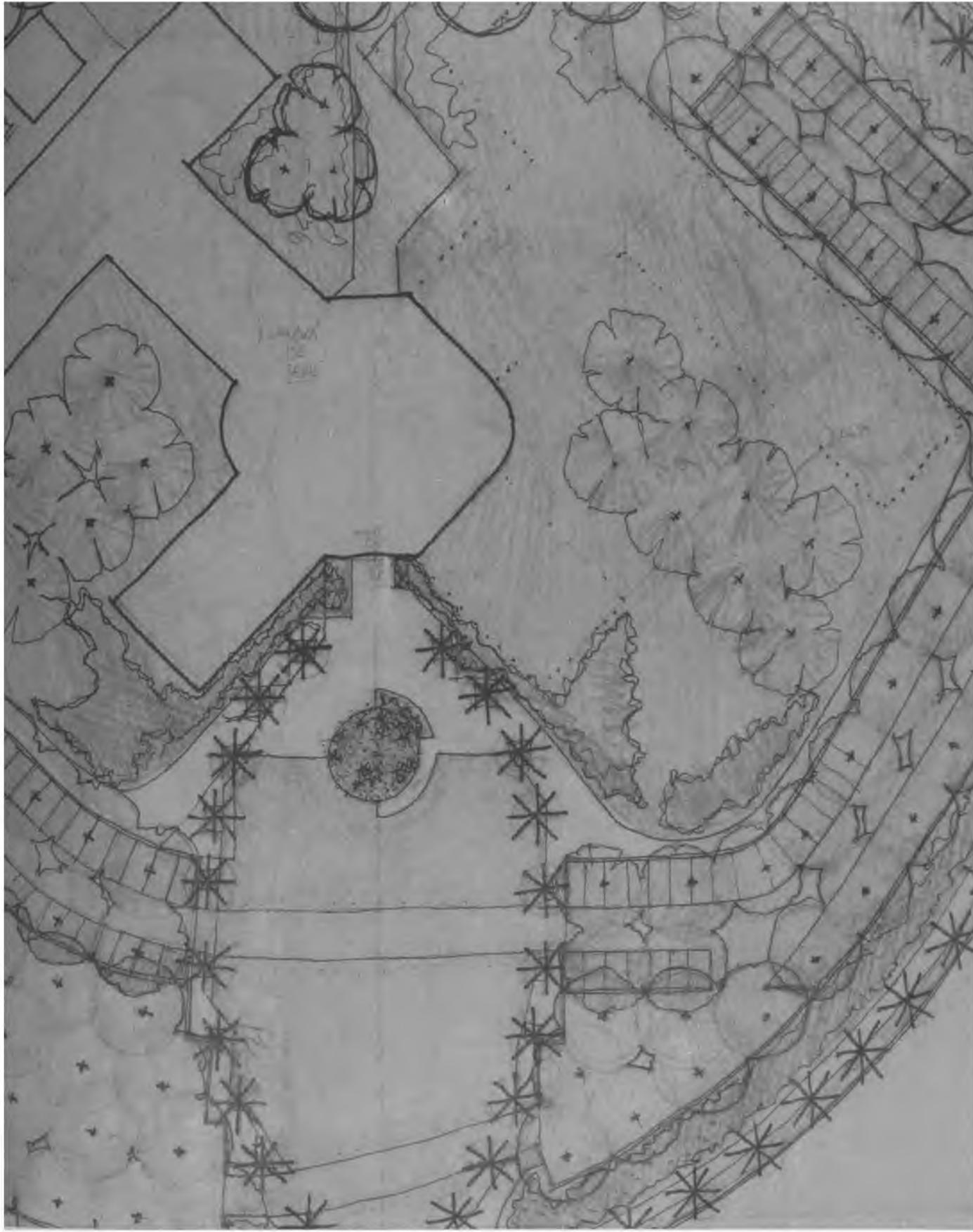


Figura 1 - Visão geral do projeto.





MEIO AMBIENTE

**AS POLÍTICAS AMBIENTAIS E O
PLANEJAMENTO DA PAISAGEM:
ENTRE O IDEAL E O REAL**

MARIA DA GLÓRIA LANCI DA SILVA

Arquiteta, mestranda FAUUSP.

RESUMO

Este texto tem como objetivo demonstrar a relação entre a proteção ao meio ambiente preconizada pelo poder público e a realidade brasileira, em especial no Estado de São Paulo.

Através de três exemplos (a rodovia Fernão Dias, a rodovia do Sol e a represa Billings), são comentados os seguintes aspectos:

- o arcabouço legislativo e a postura oficial do Estado frente a problemas ambientais emergentes;
- a prática do planejamento paisagístico diante das restrições legais e da falta de referências projetuais;
- a correlação entre a produção da paisagem e o ideário ambientalista vigente.

ABSTRACT

This text focuses on the relationship between the actions about environmental protection proposed by the State in three different situations – Fernão Dias Road, Sol Road and Billings Dam.

Three main questions are commented:

- the legislative framework and the State official position in relation with the emergent environmental problems;
- the practice of the landscape planning in the face of legal restrictions and the lack of design references;
- the relationship between the landscape changes and the actual environmental ideology.

INTRODUÇÃO

A paisagem caracteriza-se principalmente por um eterno movimento de produção e reprodução; o conjunto de sua estrutura e objetos é feito, “desmanchado” e novamente refeito por força das atividades humanas e de suas ideologias. *“As formas da paisagem são resultados do equilíbrio entre múltiplas forças e processos temporais e espaciais. Em certa medida, a paisagem é um reflexo da visão social do sistema produtivo e transforma-se, ou desaparece, sempre que as teorias, filosofias e necessidades que a criaram não são mais reais ou auto-evidentes”.*

Uma das mudanças mais sensíveis neste processo deveu-se à conscientização ecológica, no início da década de 70. A questão ambiental assumiu importância mundial na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, no ano de 1972. Pela primeira vez temas como a poluição do ar e o efeito estufa, que são decorrentes da industrialização, da explosão demográfica e da miséria de muitos países, tomaram proporções globais e colocou-se em xeque os modelos de urbanização, as tecnologias, a exploração de recursos, o capitalismo “selvagem” e o próprio “modus vivendi” do homem moderno. Os movimentos que se seguiram, as políticas implantadas, a nova forma de ver a cidade e o meio ambiente contribuíram para conceber um novo comportamento social e conseqüentemente uma nova ordenação do espaço.

No Brasil os reflexos dessa postura resultaram na criação de leis específicas, novas instâncias governamentais (como a Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1973), organizações civis e partidárias (o Partido Verde surge na década de 80). A repercussão deu-se em diversos segmentos da sociedade, principalmente entre a classe considerada como formadora de opinião. Incentivada e divulgada intensamente pela mídia, a ecologia atinge seu “auge” no país quando este sedia a segunda Conferência das Nações Unidas, a ECO’92, realizada no Rio de Janeiro.

Nos últimos 20 anos, o movimento ambientalista como força política cresceu em todo o mundo, sofreu algumas derrotas, repensou certas atitudes, e hoje constitui-se de adeptos que vão desde “grupos comunitários” a grandes empresas multinacionais que gerenciam ou financiam programas de conservação ambiental².

A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

A primeira lei de caráter ambientalista foi o que é atualmente conhecido como código florestal. Sua primeira versão é de 1934 e a última de 1989. Esta lei, ainda em vigor, traçou os parâmetros de proteção exclusivamente para as formações florestais, com preocupações meramente preservacionistas³.

A política nacional do meio ambiente foi consolidada com a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, atribuindo à União estabelecer normas sobre a proteção do meio ambiente e os instrumentos para tal, bem como a criação do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). No mesmo ano a Lei 6.902, de 27 de abril de 1981, havia estabelecido normas para a criação de APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e Estações Ecológicas.

A política nacional de meio ambiente tem como instrumentos: o AIA - Avaliação de Impacto Ambiental; o zoneamento ambiental e o licenciamento ambiental, composto pelas licença prévia, licença de instalação e licença de operação. O zoneamento ambiental deveria preceder o AIA, mas a resolução 001/86 do Conama inverteu essa prioridade, ao condicionar o licenciamento das atividades ao EIA/RIMA - Estudo e Relatório de Impacto Ambiental.

Pela resolução, torna-se obrigatória a elaboração e apresentação do EIA - Estudo de Impacto Ambiental e respectivo RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), para o licenciamento de atividades consideradas modificadoras do meio ambiente, ou seja, “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de

matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- I. A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II. as atividades sociais e econômicas;
- III. a biota;
- IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V. a qualidade dos recursos ambientais”⁴.

O EIA é exigido para atividades como: extração de minério, implantação de estradas de rodagem e ferrovias, terminais de petróleo e produtos químicos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários, obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, aterros sanitários, distritos industriais, projetos urbanísticos com área acima de 100 ha ou localizadas em áreas protegidas por legislação específica.

O Estudo de Impacto Ambiental difere do RIMA por ser o texto integral de todas as atividades referentes à elaboração do estudo (literatura científica e legal, levantamentos de campo, análises, etc.) e mais a conclusão do trabalho. O RIMA se refere apenas às conclusões do EIA e é elaborado como um resumo, ficando à disposição para consulta pública, visto que muitas vezes o EIA pode compreender vários volumes, pela complexidade de alguns trabalhos.

A CONDUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo a SMA (Secretaria do Meio Ambiente) foi criada pelo decreto 24.923 em 1986, incorporando o Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), existente desde 1983, e órgãos como os Institutos Geológico, Florestal e o de Botânica. A possibilidade oferecida pela legislação de ampliar a área de

proteção ambiental do Estado resultou, somente entre 1981 e 1988, na criação de 21 APAs (sendo 15 estaduais e 6 municipais) e 20 estações ecológicas. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, surgiram a APA da várzea do Tietê, a APA de Cajamar, o Parque Ecológico do Tietê e o Parque Nascentes do Tietê.

Outro instrumento importante na condução da política ambiental para o Estado de São Paulo é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que permite o monitoramento, pela SMA, do uso e ocupação do solo mesmo em áreas não protegidas. Para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Estudo de Impacto Ambiental deve ser elaborado obedecendo o seguinte roteiro⁵:

1. Informações Gerais

- Identificação e localização;
- histórico;
- síntese dos objetivos;
- justificativa do empreendimento.

2. Caracterização do Empreendimento

- Plano de implantação e operação.

3. Área de Influência

- Limites geográficos;
- justificativa de acordo com a abrangência dos impactos.

4. Diagnóstico Ambiental

4.1. Meio físico

- Clima e condições meteorológicas;
- qualidade do ar;
- níveis de ruído;

- geologia;
- geomorfologia;
- solos;
- recursos hídricos.

4.2. Meio biológico

- Ecossistemas terrestres;
- ecossistemas aquáticos;
- ecossistemas de transição.

4.3. Meio antrópico

- Dinâmica populacional;
- uso e ocupação do solo;
- nível de vida;
- estrutura produtiva e de serviços;
- organização social.

5. Análise dos Impactos Ambientais

- Impactos diretos e indiretos;
- impactos benéficos e adversos;
- impactos temporários, permanentes e cíclicos;
- impactos imediatos e a médio e longo prazos;
- impactos reversíveis e irreversíveis;
- impactos locais, regionais e estratégicos.

6. Proposição de Medidas Mitigadoras

7. Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos Ambientais

Estes itens devem constar obrigatoriamente do EIA, constituindo, portanto, um método para a sua execução. O roteiro é abrangente, e a SMA exige por parte do empreendedor o monitoramento de suas ações, antes e durante a implantação do projeto, colocando-se como agente fiscalizador desse processo.

Para o controle das várias etapas do processo de aprovação do EIA e implantação da atividade, a SMA concede três licenças:

- A licença prévia, na aprovação do EIA/RIMA;
- a licença de instalação, na aprovação do projeto e para o início das obras;
- a licença de operação, após vistoria, para o funcionamento.

Após a licença de operação cessa a ação da Secretaria e o processo é então arquivado.

O que não fica muito claro nessa estrutura é a relação entre a metodologia adotada e as escalas de abrangência do estudo. Via de regra, ela é válida tanto para um loteamento turístico de 100 ha numa área urbana, quanto para a construção de uma represa em área rural. Evidentemente as questões não são as mesmas para os dois exemplos e, embora a organização institucional do Estado englobe outros agentes fiscalizadores, é a SMA que detém os instrumentos necessários para a avaliação de impactos ambientais.

Sob este ponto de vista, elaborar regras tão específicas e ao mesmo tempo tão abrangentes torna-se tarefa inócua sem o respaldo da fiscalização *in loco*, visto que o objetivo primeiro desta normatização é controlar a intervenção no meio ambiente, evitando ou minimizando possíveis impactos.

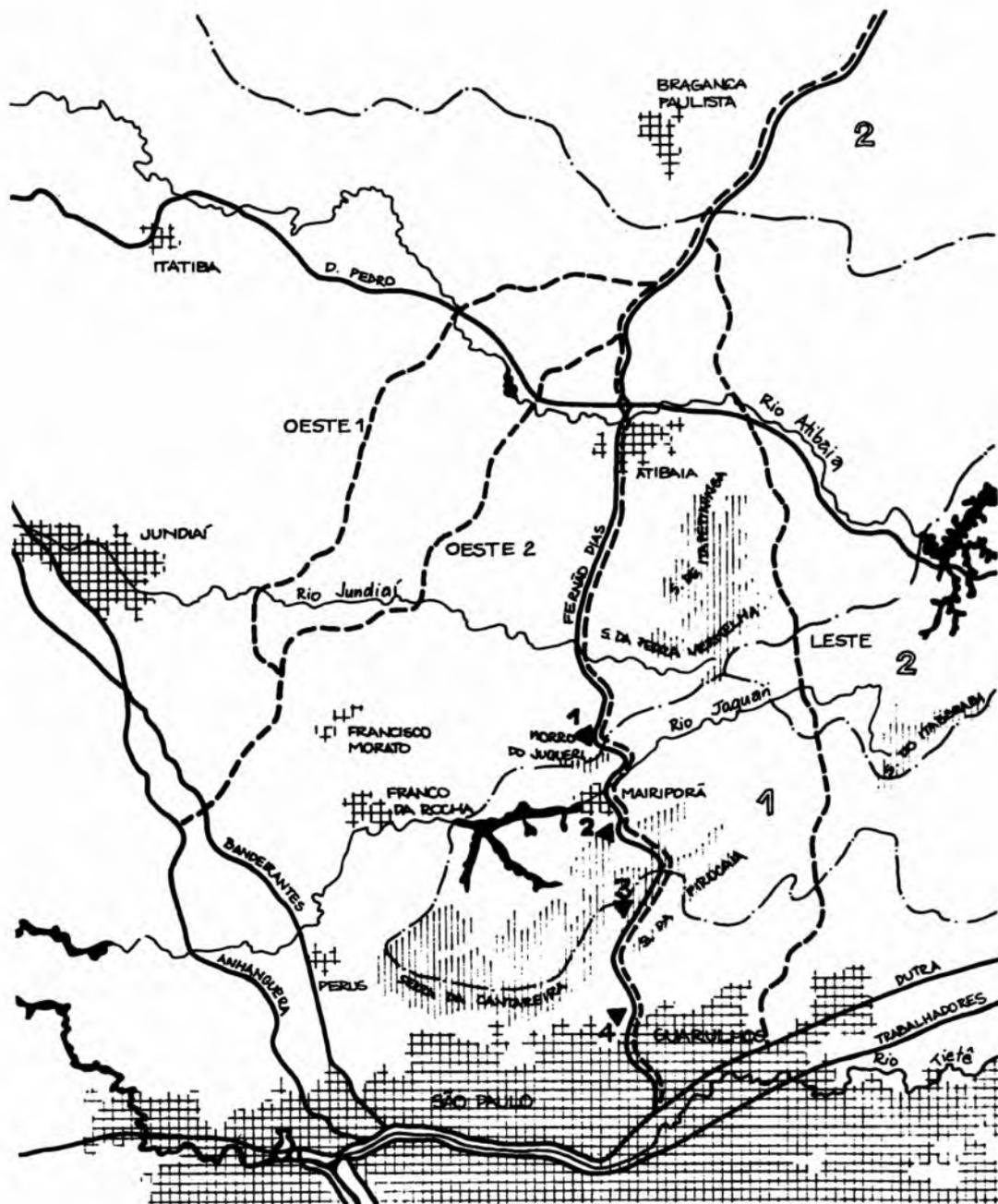
Há que se ressaltar um ponto extremamente negativo: a duração da tramitação de alguns processos na secretaria chega a ser superior a um ano. Esta atuação extremamente lenta torna inviável o aprimoramento da discussão tanto do projeto em si (vista a defazagem de dados), quanto da política ambiental como um todo. Quando se trata de obras de grande vulto, empreendidas pelo próprio governo, perde-se não só os recursos financeiros já comprometidos como a oportunidade de reverter o conhecimento técnico adquirido para o benefício público.

A PRÁTICA DE INTERVENÇÕES NO AMBIENTE

Um dos exemplos que podemos citar para demonstrar os conflitos entre governo e sociedade civil é o caso da duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, um projeto antigo dos governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. As péssimas condições de tráfego e o intenso movimento a fazem uma das rodovias interestaduais mais perigosas do Brasil.

A duplicação de estradas exige estudo de impacto ambiental. No caso da Fernão Dias, foi realizado um consórcio entre o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) e os DERs (Departamento de Estradas de Rodagem) de São Paulo e Minas Gerais, resultando em um único trabalho de avaliação de impactos, feito por uma empresa sediada em São Paulo. Na fase de projeto caberia a cada Estado elaborar seu próprio estudo.

No segmento paulista da estrada surgem prontamente duas agravantes: a travessia pela Serra da Cantareira, área preservada por legislação federal e estadual, e a travessia pela área de proteção aos mananciais da bacia do rio Juqueri, que abastece a região metropolitana através do sistema cantareira (Figura 1).



- VIA EXISTENTE
- - - ALTERNATIVAS DE TRACADO
- - - LIMITE DAS ÁREAS SOB PROTEÇÃO
- 1 ÁREA DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS
- 2 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE PIRACABA
- ▶ LOCALIZAÇÃO DAS FOTOS



Os primeiros estudos se concentraram em avaliar alternativas de traçado para a duplicação no trecho da Serra da Cantareira, evitando a execução de uma obra que certamente seria onerosa e tecnicamente difícil, além de causar impactos ao ecossistema. As alternativas estudadas - Oeste 1, Oeste 2 e Leste - mostraram-se inviáveis operacionalmente: seria necessário um desvio muito extenso que, por esta razão, não justificaria a mudança da rota de tráfego, cuja maior carga concentra-se entre São Paulo e Atibaia. Além disso, implicaria em duas novas intersecções de grande porte, na Marginal do Tietê e na rodovia Dom Pedro I. Estas alternativas também provocariam impactos ambientais, principalmente a alternativa Leste, que passa por uma área florestada e de topografia difícil. Resumindo, o custo financeiro e ambiental era muito alto para poucos benefícios. Desta forma, o Estudo de Impacto Ambiental procurou viabilizar a duplicação da rodovia ao lado da pista já existente, realizando avaliações sobre os possíveis impactos e as medidas mitigadoras pertinentes.

Um ano depois de iniciado, o EIA foi rapidamente aprovado pela secretaria e o governo do Estado já tinha em mãos boa parte dos recursos do financiamento externo obtido junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Mas, antes mesmo de ser concedida a licença prévia, o Ministério Público aprovou ação liminar contra o Estudo de Impacto Ambiental, num processo impetrado por ambientalistas e organizações civis, paralisando o projeto. Os ambientalistas alegavam que a duplicação na Serra da Cantareira, implicando no corte de vegetação nativa, não poderia ser feita por tratar-se de área de preservação.

Neste caso, houve um deslocamento da discussão. A questão pertinente seria inquirir o governo quanto à condução das obras e às medidas mitigadoras de impactos, pois o problema quanto às alternativas de traçado já fora superado através do trabalho anterior ao EIA/RIMA.

Os critérios técnicos em favor de um projeto, que aparentemente não tinha objeções óbvias, não foram argumentos eficientes para os ambientalistas autores da ação liminar. Para estes a obra

tinha um caráter “político oportunista”, sem justificativas sociais, econômicas ou até mesmo ambientais. Esta imagem veiculada pelos ambientalistas para a população leiga que, não tendo o acesso direto às informações, acaba por tomar partido de uma crítica oposicionista fácil, prejudica o próprio conceito ecológico de desenvolvimento sustentado, pois não é possível discutir obras desse porte mediante argumentos como a metragem quadrada de árvores cortadas em uma área protegida como a Serra da Cantareira e não questionar, por exemplo, o perigo trazido pelos acidentes ocorridos com cargas tóxicas ou inflamáveis, devido às precárias condições da estrada, ocasionando uma seqüência de impactos no ecossistema que se prolongam por muito mais tempo.

Não se trata de atenuar os problemas ou desconsiderá-los; tudo deve entrar em pauta, mas é necessário uma abordagem metodológica, onde a visão mais abrangente inclui a hierarquização de prioridades em nível não só local como regional. A preservação não é instrumento apenas para assegurar reservas florestais intactas, mas também uma estratégia para a reserva de recursos naturais a serem explorados pelo homem.

Um outro episódio ficou bastante conhecido pela polêmica que causou: o Estudo de Impacto Ambiental da rodovia do Sol, que seria uma auto-estrada ligando a cidade de Jacareí ao porto de São Sebastião. A estrada cortaria a Serra do Mar, protegida por lei, um dos últimos ecossistemas em razoável estado de preservação, não só no Estado de São Paulo, como no Brasil (Figura 2).

O projeto justificava-se por fatores econômicos e inseria-se dentro de um plano estadual de transportes, onde a rodovia seria o escoadouro da produção agrícola de grande parte do interior paulista. Ligada a um sistema de “containers” nos portos de São Sebastião e Santos, reverteria também em um transporte mais seguro das cargas perigosas.

Foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental e submetido à comunidade. Na época foi uma discussão bastante acirrada

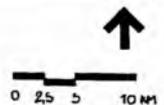
entre o poder público e a população, que não queria a construção da estrada, intermediada pela forte influência de grupos preservacionistas. O estudo foi recusado e o projeto engavetado.



— VIA EXISTENTE
 - - - - - RODOVIA DO SOL

ÁREAS DE MAIOR IMPACTO

- 1 PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR - ALTERAÇÃO DO ECOSSISTEMA
- 2 FAIXA LITORÂNEA - EXPANSÃO URBANA

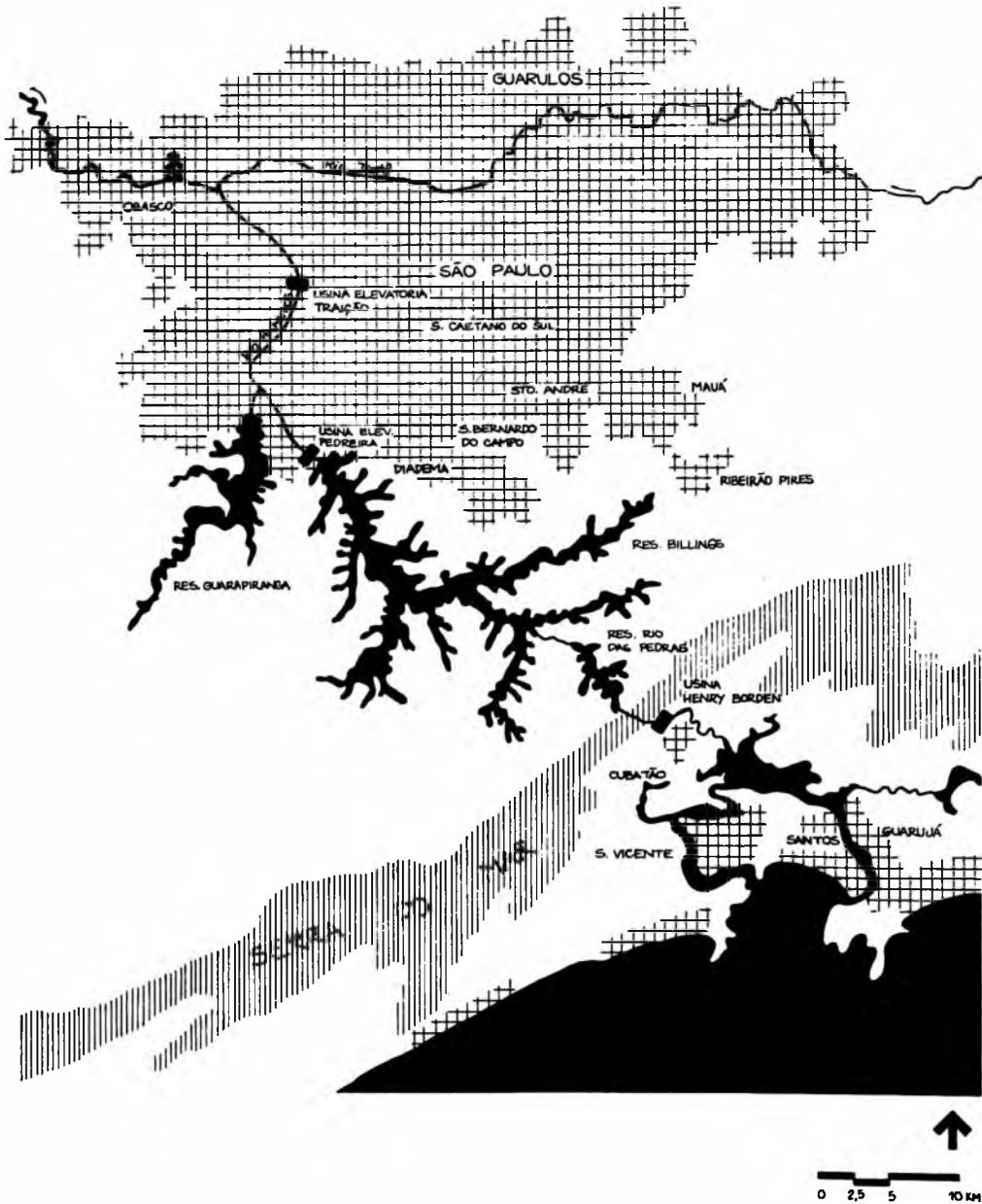


Um ex-diretor da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), em um seminário internacional realizado há pouco mais de dois anos, defende: “... a estrada poderia provocar a criação de uma estrutura de administração e fiscalização que propiciasse também uma espécie de defesa do Parque Estadual da Serra do Mar. Essa medida, se fosse bem projetada e executada, poderia ser altamente positiva...”⁶. Seus argumentos são plausíveis e, independente de suas posições ideológicas, não há dúvidas de que realçam o caráter sóciopolítico da questão.

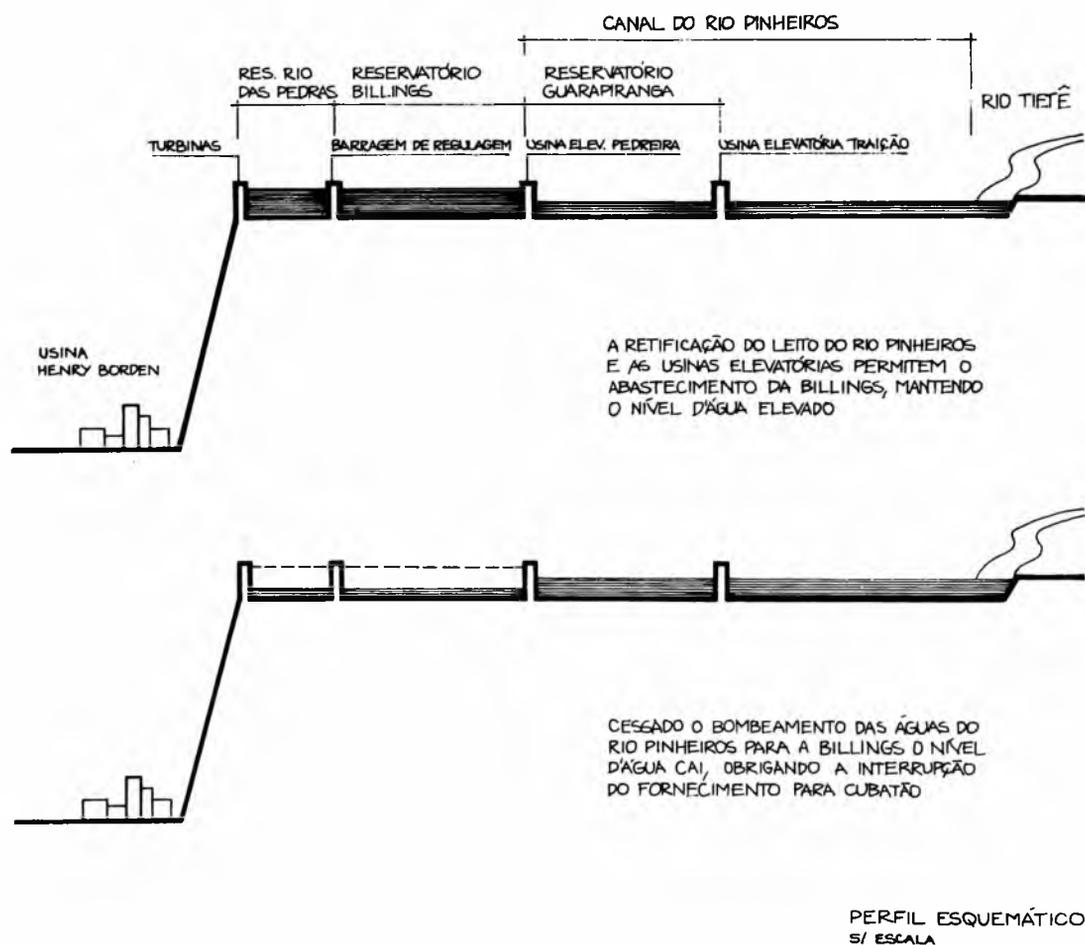
Por outro lado, os problemas ambientais neste caso são bastante graves, pois trata-se da abertura de uma nova estrada, o que é muito diferente da duplicação de uma já existente, como no caso da Fernão Dias. Os impactos não são apenas diretos e locais, mas repercutem em uma ampla região, reorganizando-a de modo totalmente diverso. O ecossistema sofre com as ações não só imediatas (retirada da cobertura vegetal, recondução da drenagem natural e modificação do perfil topográfico), como também a longo prazo, com a demanda de serviços e infraestrutura pelo próprio processo de expansão urbana⁷

Em se considerando a opinião totalmente divergente de um grupo e de outro, ficou a sensação de “pecado” que envolveu o público ao se discutir a construção de uma estrada passando pela Serra do Mar. Este aspecto é negativo pois não possibilita a discussão técnica e resume a questão a um mero jogo de forças políticas. Por esse motivo é importante haver um consenso entre o parecer dos técnicos e as posturas políticas. Um Estudo de Impacto Ambiental não pode ser submetido à audiência pública sem estar firmemente embasado em todas as questões, sejam elas de cunho científico ou de cunho social, assim como a população não pode avaliá-lo sem o devido conhecimento de causa. Além disso, corre-se o risco de transformar um instrumento para licenciamento de atividades interferentes no meio, que é o objetivo do EIA, em “bandeira” para reivindicações que só poderiam ser satisfeitas com um plano macrorregional, o que fica evidente em relação à rodovia do Sol.

Recentemente, mais uma divergência foi protagonizada pelos mesmos atores no recente caso da represa Billings, na zona sul de São Paulo. A represa é um reservatório de abastecimento de água para boa parte da região metropolitana, a mais populosa. Também é fornecedora de água doce para importantes indústrias de Cubatão, que contam também com a usina Henry Borden para produção de energia elétrica que, por sua vez, também utiliza água da Billings (Figura 3).



O rio Pinheiros, que teve seu curso invertido para aumentar a vazão da represa, apresenta altos níveis de poluição. Para não contaminar o manancial, em 1992 o bombeamento de suas águas foi suspenso. Mas o nível da Billings caiu muito e o Consema sugeriu ao governo estadual que interrompesse a descarga de água para Cubatão. As indústrias entraram em colapso, pressionaram o governo e este voltou atrás, retomando também o bombeamento de água do rio Pinheiros (Figura 4).



A partir daí criou-se o conflito entre o Estado, os ambientalistas, as prefeituras e a população em geral. De um lado, um pólo industrial que não pode parar, de outro, o risco imediato à saúde pública e a escassez de água para consumo. Ironicamente, a principal fornecedora de cloro para a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) está sediada em Cubatão. Um verdadeiro dilema ambiental e sócioeconômico, onde o governo está em uma posição onde qualquer decisão é arbitrária.

O complexo sistema foi implantado com um único objetivo: a produção de energia elétrica. Infelizmente a origem de problemas tão graves recaem em uma série de ações parciais equivocadas do passado, acumulando enganos, erros e omissões encadeadas de tal maneira que dificilmente oferecem uma saída sensata.

A PAISAGEM POSSÍVEL

Os fatos comentados aqui demonstram a face de certo ambientalismo voluntarioso e pragmático em voga no país. Há exceções, mas sempre a discussão que vem à tona, veiculada principalmente pela mídia, é o eterno confronto homem x natureza, ainda com a “aura” maniqueísta da luta do bem contra o mal. Nesta linha de pensamento *“...as qualidades intrínsecas das paisagens e espaços urbanos são relegados a um segundo plano, existindo posicionamentos que consideram tais estruturas altamente perniciosas. Considera-se praticamente que a existência pura e simples da mata poderia e deveria garantir à sociedade instalada do outro lado, no espaço construído, uma excelente qualidade de vida”⁸.*

A produção de novas configurações e paisagens por esta ideologia se conduz no sentido de tratar o meio ambiente humano como uma natureza domesticada. Padrões de desenho e projeto adquiridos na escala da cidade são transpostos para a macroescala por falta de domínio espacial e conceitual do problema. A referência projetual limita-se a dois modelos: a malha urbana

convencional e a área de preservação intocada. A paisagem criada termina por ser a ilustração da pobreza dessa “crítica” que insiste em totens e chavões.

A discussão ambiental no Brasil cresceu muito e a legislação resultante foi um grande avanço. A preservação de um ecossistema natural não causa mais nenhuma estranheza à sociedade; passamos com sucesso pela fase de “catequismo” ecológico. Mas falta a continuidade: a prática do planejamento ambiental.

Não podemos nos furtar da idéia de que o planejador da paisagem é um dos mediadores entre os diversos segmentos da sociedade e seus respectivos interesses e desejos. Por outro lado, se a sociedade pede desse profissional respostas criativas, propostas alternativas, admite também uma crítica quanto à condução dos processos de urbanização. Há uma necessidade eminente de planejamento; os problemas aqui apresentados não decretam a falência do planejamento, pelo contrário, revelam sua importância.

A “onda ecológica” adotada pela mídia tem um efeito positivo no sentido de incutir nos cidadãos o sentimento de responsabilidade quanto à preservação da natureza, mas cabe aos órgãos governamentais esclarecer e informar sobre o que é a realidade ambiental e como manejá-la. Os órgãos de planejamento do Estado não são apenas fiscalizadores, mas promotores da educação ambiental, através da orientação técnica e da elaboração de material de divulgação de programas ambientais. Para isso, o governo deve adquirir o “know-how”, através de uma prática de acompanhamento dos empreendimentos aprovados durante seu funcionamento, o que não tem acontecido atualmente.

A questão da educação ambiental é de extrema importância também na gestão dos conflitos entre sociedade e governo. As divergências entre as diversas posturas ideológicas e técnicas dos mais diferentes setores da sociedade são mediados hoje pela

legislação. O único fórum de debate é a audiência pública na ocasião do licenciamento de alguma atividade. Todo destaque é dado ao empreendimento, enquanto a discussão do planejamento ambiental na localidade onde este se encontra não ocorre. É plausível, portanto, que nessas oportunidades as discussões extrapolem seus objetivos específicos e passem para tópicos mais gerais, resultando até em intermináveis discussões conceituais.

Este fato nos leva a pensar nas oportunidades perdidas para a discussão do próprio desenho da paisagem. Que cenários pretendemos?

Os estudos de impacto ambiental são atualmente uma das poucas ocasiões de “simulação” de paisagens possíveis. Desde a análise do sítio físico até a adequação do projeto às demandas sociais há a preocupação constante de construir um sistema passível de manutenção, tanto em termos técnicos como em termos sociais, ou seja, um sistema que ao mesmo tempo é sustentável e permite mudanças conforme novas necessidades.

O caso da represa Billings é típico: um projeto que foi idealizado para atender a um fim específico e que acabou arcando com demandas para as quais não estava preparado. Já com a rodovia Fernão Dias ocorreu o contrário. A previsão dos cenários compostos pelas alternativas de traçado orientou o projeto para a viabilização da melhor opção dentro do quadro analisado; este fato não foi levado em conta pelos opositores do EIA/RIMA. Mesmo a proposição de um projeto tão polêmico como a rodovia do Sol não inviabiliza uma discussão mais aprofundada da configuração desses cenários. Aliás, é exatamente o tipo de projeto a ser discutido nos próximos anos. A saturação do eixo São Paulo - Santos, tanto em termos estruturais como ambientais, requer alternativas, não necessitando estabelecer, entretanto, a criação de novos eixos rodoviários, novos pólos turísticos e portuários.

Quando nos confrontamos com os problemas mencionados neste texto, percebemos o quanto precisamos crescer, principalmente em termos políticos. Todo o avanço técnico adquirido nos últimos anos é desperdiçado quando não temos um projeto econômico e social claro, atrelado a um projeto político.

Sabemos hoje que a natureza como paraíso intocado não existe e a única forma de garantirmos a qualidade de vida, tal como a concebemos atualmente, para futuras gerações é admitir o meio ambiente alterado e modificado pelo homem. Há uma interdependência entre homem e meio, não são agentes autônomos. Portanto, a melhor forma de preservação de áreas protegidas por lei, tão próximas de centros urbanos como acontece no Estado de São Paulo, é tornando-as acessíveis à sociedade, para que ela se torne o agente fiscalizador de atos indesejáveis, como poluição de mananciais, derrubada de mata, caça a animais selvagens, etc.

Este é um apelo no sentido “ecológico” bastante coerente. No outro sentido, ou seja, do ponto de vista humano, trata-se de exercer um certo domínio sobre a natureza para a conservação de recursos, garantindo a manutenção dos modos de produção e da tecnologia dos quais o homem depende.

A postura de projeto deve ser a de buscar as identidades (cultural, paisagística, ambiental) de cada lugar, e não novos modelos. A pergunta não é “Qual o meu modelo de urbanização para este lugar?” e sim “Quais as características de urbanização que este lugar sugere?” O modelo é único, e por isso mesmo restrito. Invertendo este modo de produção trabalhando a partir do lugar, e não do desenho, vislumbramos muito mais possibilidades de configuração. O “re-arranjo” do território parte então de um processo de projeto-produto mais interativo, se admitirmos essa “interferência” da realidade sobre o idealizado.



Estrada no km 70, próximo ao Túnel da Mata Fria (túnel sob a Serra da Cantareira). Tráfego intenso e pista sem acostamento geram congestionamentos neste trecho, justificando sua ampliação.



Túnel da Mata Fria, a ser duplicado à direita da pista existente. Área de maior impacto na vegetação durante as obras, onde cuidados especiais no projeto da estrada são necessários para a recomposição da mata.



Intersecção com a rodovia SP88, no km 80. Observa-se aqui a extrema falta de segurança na travessia, tanto pelo tráfego intenso, como pelas condições precárias de visibilidade, o que exigirá remodelação total do traçado.



Vista de trecho da estrada, entre os km 59 e 61, a partir do morro do Juqueri. Consiste em área de proteção aos mananciais, coberta parcialmente por vegetação nativa e em sua maior parte ocupada por pastagens e reflorestamentos.

NOTAS

- (1) LEITE, M. A. F. , 1992, p. 1.
- (2) VIOLA, E. J., 1991.
- (3) GONÇALVES, W., 1992, p. 189-195.
- (4) CONAMA, Resolução 001/86.
- (5) SEMA, 1986.
- (6) SILVA, C. C. A , 1990, 181-182.
- (7) "Prós e contras da rodovia do Sol", 1989.
- (8) MACEDO, S. S., 1993., p. 16.

BIBLIOGRAFIA

- CHACUR, Helena Napoleon D. Paisagem e proteção ambiental: algumas reflexões sobre conceitos, desenho e gestão do espaço. In: *Paisagem e Ambiente - Ensaios IV*. São Paulo: FAUUSP, 1992.
- FOLHA DE S. PAULO. Passeata 'verde' pede Billings sem poluição. São Paulo, 10 de jul. de 1993.
- _____. Técnicos e verdes brigam pela Billings. São Paulo, 08 de jul. de 1993.
- GONÇALVES, Wantuelfer. Florestas: objeto ou instrumento de preservação? In: *Paisagem e Ambiente - Ensaios IV*. São Paulo: FAUUSP, 1992.
- LEITE, Maria Angela F. P. *Novos valores: destruição ou desconstrução?* São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MACEDO, Sílvio S. *Paisagem, urbanização e litoral: do Éden à cidade*. São Paulo, 1993. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MADDALENA RE. *Paisagismo. Estudo de impacto ambiental da rodovia Fernão Dias*. São Paulo, 1993.
- PEDRETTI, Luiz José. Grande São Paulo: aspectos jurídicos. In: *Revista do SPAM*, n.15. São Paulo, SNM/EMPLASA, 1985. p.28-31.
- REVISTA OBRA, PROJETO EDITORES. Prós e contras da rodovia do Sol, maio de 1989.
- ROCHA, Aristides A. *Do lendário Anhembi ao poluído Tietê*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- SÃO PAULO (Estado) Estudo de Impacto Ambiental-EIA. *Relatório de Impacto Ambiental-RIMA: manual de orientação*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1989.

SILVA, Carlos Celso A. Meio ambiente e desenvolvimento urbano e regional. In: *São Paulo Metr pole: planejamento e gestão*. Seminário Internacional. São Paulo, SEP/SHDU/EMPLASA, 1990. p.179-186.

VIOLA, Eduardo J. A problemática ambiental no Brasil (1971-1991): da prote o ambiental ao desenvolvimento sustentável. In: *Ambiente urbano e qualidade de vida*. São Paulo: Publica es Polis, n. 3, 1991. p.4-14.

**O PARCELAMENTO DO SOLO
PARA FINS URBANOS NO MUNICÍPIO
DE SÃO ROQUE (SP) ANALISADO À LUZ
DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

JONAS MIRANDA CANO

Ecólogo, mestrando FAUUSP.

RESUMO

Este estudo analisa a ocupação urbana do solo relacionando-a com a legislação de parcelamento do solo para fins urbanos e de proteção ambiental. As disposições legais foram espacializadas em quatro áreas amostrais de aproximadamente 4 km² (2 km x 2 km) localizadas no município de São Roque (SP). As áreas foram selecionadas de modo a abranger diferentes estágios e padrões de ocupação urbana e diferentes contextos ambientais naturais, especialmente geomorfológicos e hidrográficos. Foram calculadas as áreas legalmente destinadas à proteção ambiental: margens e nascentes de corpos d'água, topos de morros e áreas com declividades acentuadas. Relacionaram-se esses valores com os limites mínimos exigidos por lei para áreas institucionais, incluindo áreas de recreio e lazer, e com densidades populacionais absolutas e relativas hipotéticas. Com base nos resultados obtidos, concluiu-se o seguinte: 1) a expansão urbana no município tem se processado à revelia das condições previstas em lei, em especial da legislação ambiental; 2) a aplicação da lei produziria uma ocupação antrópica menos transformadora do ambiente e da paisagem, restando muitas áreas passíveis de parcelamento; 3) a distribuição dos usos seria baseada em critérios sócioeconômicos e ambientais, onde as próprias características ambientais já condicionariam os usos. Por fim, faz-se uma crítica à legislação quanto aos casos extremos, de difícil aplicação.

ABSTRACT

This essay analyses urban settlements process relating it to the legislation of urban land plottings and of environmental protection. Legal dispositions were plotted in four sample areas with about 4 km² (2 km X 2 km) located in São Roque (SP) municipal district. The areas were selected in the way of comprising different stages and patterns of urban settlements and different natural environmental contexts, principally geomorphological and hidrographical ones. The areas legally destined to environmental protection (borders and riverheads of bodies of water, mountain tops and high-declivity areas) were delimitedated and size-calculated. These values were related to the minimum limits imposed by law for public spaces, including recreation and leisure areas, and to hypothetic absolute and relative population densities. Based on results, one concluded: 1) urban spreading in São Roque has being proceeding in absence of conditions due to the law, specially the environmental one; 2) putting the law into practice would create a less envorinment- and landscape-changeable human settlements, remaining many areas to be urban-plotted; 3) land uses would be arranged based on social-economic and envirnmental criteria, wherein environment characteristics themselves would regulate land uses distribution. Finally, it is made a comment upon legislation for the extreme situation, of difficult practice.

INTRODUÇÃO

Para ser aprovado pelas autoridades competentes, um loteamento precisa apresentar uma série de informações bem como implementar uma quantidade mínima de infra-estrutura antes de ser comercializado. Machado (1989) ressalta que “a aprovação ou o indeferimento do projeto de loteamento é de natureza vinculada”, pois a lei prevê um conjunto de restrições quando usa a expressão “não será permitido o parcelamento”. Além disso, deve seguir algumas restrições legais do ponto de vista ambiental. Essas restrições referem-se a áreas com determinadas características que visam proteger o ambiente contra poluição, processos geomorfológicos indesejáveis, entre outros, bem como resguardar processos ecológicos essenciais à vida, como recarga de aquíferos, regulação microclimática, etc.

Diversas são as áreas previstas pela legislação impedidas ao uso e ocupação antrópicos. No âmbito federal, duas leis destacam-se como as que mais restringem o uso e a ocupação do solo:

a) Lei n. 4.771, de 15/09/1965, que institui o novo Código Florestal, cujo texto foi posteriormente revisto e alterado, tornando-se mais restritivo e abrangente, pelas leis n. 6.535, de 15/06/78, n. 7.511, de 07/07/86, e n. 7.803, de 18/07/89;

b) Lei n. 6.766, de 19/12/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

Um outro diploma legal federal importante é a Resolução CONAMA n. 4/85 que define territorialmente as “Reservas Ecológicas” mencionadas no artigo 18 da Lei n. 6.938/81, bem como as estabelecidas pelo poder público de acordo com o que preceitua o artigo 1º do Decreto n. 89.336/84”.

No âmbito estadual, há as restrições definidas pela Constituição Estadual de 1989, que em seus artigos 196 e 197 define genericamente as áreas no Estado de São Paulo que se constituem de “espaços territoriais especialmente protegidos” e “áreas de

proteção permanente”, respectivamente. As áreas são qualificadas, porém, não quantificadas territorialmente.

Na esfera municipal, a Lei Orgânica do Município de São Roque prevê em seu artigo 279 algumas áreas dentro de seu território consideradas “de relevante interesse para fins de proteção ambiental, sendo sua utilização condicionada à prévia autorização dos órgãos competentes, preservando seus atributos essenciais” São citadas algumas áreas, porém sem ter seus limites legalmente definidos.

Além destes, outros diplomas legais trazem em seus textos algumas restrições, especialmente às formas de uso, como o Código de Águas (Decreto federal n. 24.643/34), o Código de Minas (Decreto-Lei n. 227/67), a lei n. 6.803/80, sobre o zoneamento industrial em áreas críticas de poluição, entre outros.

Embora não especifique áreas destinadas à proteção ambiental, exceto as citadas genericamente no artigo 225, § 4º, como patrimônio nacional (Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira), a Constituição Federal de 1988 estabelece no § 1º, inciso VII, deste mesmo artigo, que, entre outras coisas, cabe ao poder público “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”

É compreensível que as constituições, federal e estadual, e a lei orgânica do município somente qualifiquem “espaços territoriais especialmente protegidos” e “áreas de proteção permanente” e afins; o objetivo maior destes dispositivos é dar diretrizes gerais e não detalhar normas e condutas e, no caso, limites espaciais, que são objeto de legislação ordinária.

OBJETIVOS

Este trabalho visa avaliar dois pontos da relação uso do solo x legislação:

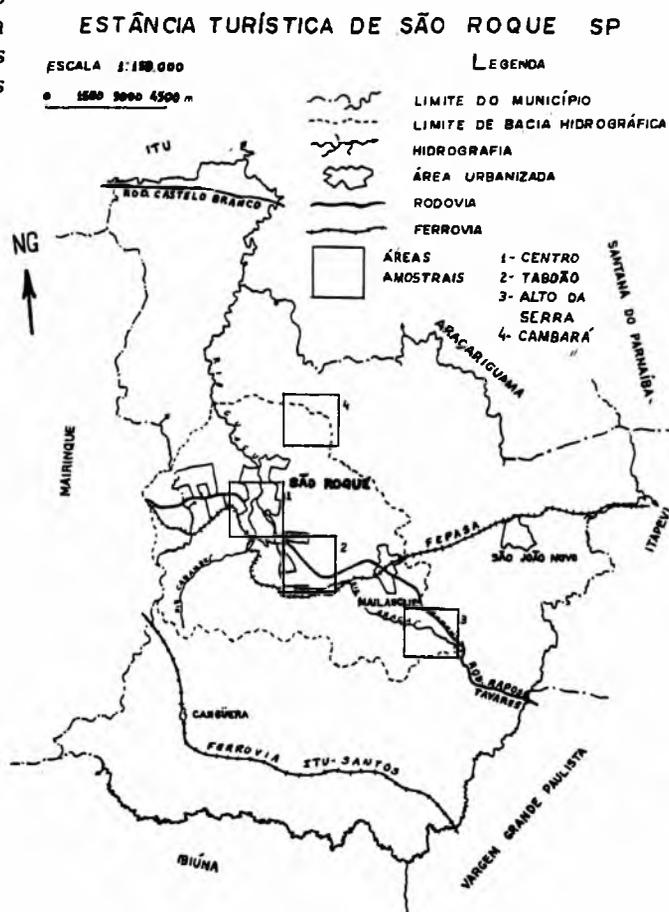
- a implantação dos parcelamentos em relação à legislação específica e ambiental;
- e a distribuição do uso do solo aplicando-se a lei.

MATERIAL E TÉCNICAS

Este trabalho baseou-se na legislação ambiental e de parcelamento do solo citada na bibliografia.

Para efetuar-se a espacialização cartográfica da legislação foram escolhidas quatro áreas amostrais (Figura 1). As amostras possuem uma área de aproximadamente 4 km² (2 km x 2 km).

Fig. 1 Município de São Roque (SP), apresentando os limites da bacia hidrográfica em estudo, a distribuição das áreas amostrais e as principais áreas urbanas, 1995.



Os critérios de escolha das áreas foram a abrangência de:

- áreas de ocupação recente e antiga;
- parcelamento para chácaras e para alta densidade (inclusive conjuntos habitacionais), com diferentes densidades populacionais;
- e diferentes formas de relevo.

Foram utilizadas bases cartográficas do IGC (1979), escala 1:10.000, atualizadas pelos mapas cadastrais da prefeitura (escalas 1:500, 1:1.000 e 1:2.000).

Foram cartografados:

- Sistema viário;
- linhas de nível com equidistância de 25 m e pontos cotados;
- hidrografia;
- sistema de recreio (espaços livres de uso público);
- faixas marginais de 30 m de cada lado ao longo dos corpos d'água;
- raio de 50 m junto às nascentes;
- intervalos de declividade (baseados nos valores referidos pela legislação. Tabela 1);
- linhas de cumeada e topos de elevações do relevo.

Tabela 1 - Restrições legais em função da declividade dada em ângulo e em porcentagem.

Ângulo	Porcentagem	Definição legal	Dispositivo legal
0 a 1642'	0% a 30%	Parcelamento livre	
1642' a 25	30% a 46,6%	Loteamento somente com prévia anuência pública	Lei 6.766/79; art. 3º
25 a 45	46,6% a 100%	Parcelamento proibido; permitido somente extração racional de toros	Código Florestal; art. 10
Acima de 45	Acima de 100%	Parcelamento proibido; preservação permanente	Código Florestal, art. 2º Resolução Conama n. 4/85, art. 3º

As áreas dos espaços ocupados com cada preceito legal foram mensuradas utilizando-se a técnica do papel vegetal milimetrado. No caso das áreas das nascentes utilizou-se a fórmula de cálculo de área do círculo (r^2). A área total de preservação permanente foi calculada somando-se as áreas de cada item. Não foi considerada a sobreposição das restrições por haver submensuração em alguns casos (como declividade) e devido à pouca precisão da técnica de mensuração utilizada. Para facilidade dos cálculos, os resultados foram arredondados para cima.

Com base nos mapas foram calculados os valores referentes a áreas de preservação permanente previstas em lei, áreas parceláveis, áreas públicas resultantes da porcentagem (35%) sobre as áreas parceláveis exigidas em lei e sistema de recreio (10% sobre a área parcelada). A partir desses dados foram feitas extrapolações quanto a possíveis densidades populacionais com três tamanhos hipotéticos de lote (250, 500 e 1.000 m²), isoladamente ou em conjunto e quanto a índices de áreas livres de uso público.

CARACTERIZAÇÃO SUCINTA DO MUNICÍPIO

O município de São Roque, cuja sede foi fundada em meados do século 17 (oficialmente em 16 de agosto de 1657) pelo capitão Pedro Vaz de Barros, localiza-se a aproximadamente 60 km a oeste da capital, ocupando atualmente uma área de 313 km², entre as coordenadas 23° 39' 41" S e 47° 12' 31" W. Situa-se na zona fisiográfica industrial do Estado. Limita-se ao sul com Ibiúna e Cotia, a leste com Vargem Grande Paulista e Itapevi, ao norte com Itu, Araçariguama e Santana do Parnaíba, e a oeste com Mairinque. É servido por duas rodovias, Castelo Branco e Raposo Tavares, e por duas ferrovias, a Itu-Santos e a Fepasa (Figura 2).

Segundo a classificação de Köppen, o clima é do tipo Cfa (mesotérmico úmido, sem estação seca, com verão quente) na porção centro-norte, e do tipo Cfb (mesotérmico úmido, sem estação seca, com verão fresco) na porção sul (Setzer, 1966). As

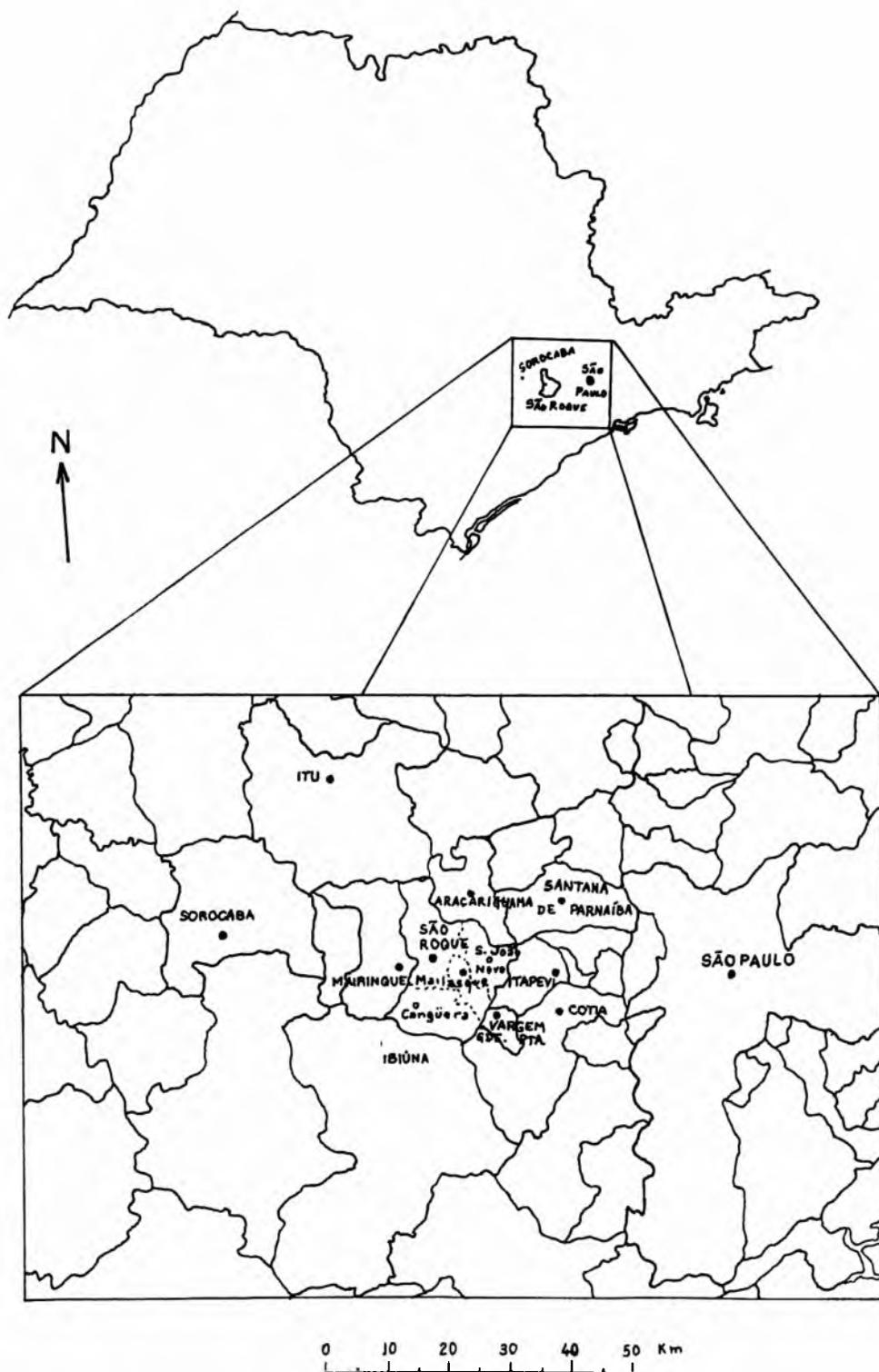


Fig. 2 - Município de São Roque, área atual (1995), suas divisões administrativas, municípios limítrofes e situação quanto à sede administrativa regional. Sorocaba, a capital, São Paulo, e as sua antiga sede administrativa Santana do Parnaíba. (1:1.000.000 - I.G.C.), 1984).

temperaturas médias são: das máximas 30,2°C, das mínimas 8,2°C e as anuais 19,8°C (Samartini, 1958). A pluviosidade média anual é de 1.322 mm, com 228 mm de média para o mês mais chuvoso (janeiro) e 33 mm de média para o mês mais seco (agosto) (São Paulo, 1972).

De acordo com o mapa geológico do Estado de São Paulo (São Paulo, 1981a) são três as unidades geológicas que ocorrem no município: Fácies Cantareira, Grupo São Roque (Hasui et al., 1969) e Grupo Açungui (Marini et al., 1958). Todas pertencem ao complexo cristalino e formaram-se no proterozóico superior entre 1 bilhão e 570 milhões de anos, salvo os sedimentos aluvionares que recobrem o fundo dos principais vales, formados durante o período quaternário há aproximadamente 10.000 anos.

O mapa geomorfológico do Estado de São Paulo (São Paulo, 1981b) mostra que o município situa-se na província do Planalto Atlântico, dentro da zona denominada Serrania de São Roque e, em menor parte, da zona denominada Planalto de Ibiúna, ao sul. Predomina um relevo acidentado, com morrotes, morros e serras entremeados por algumas planícies aluvionares.

Predominam solos latossólicos com alguns podzólicos e mais restritamente solos hidromórficos relacionados aos fundos de vale. (Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, 1960.)

O município é drenado por duas importantes bacias hidrográficas: a do Médio Tietê, ao norte, e a do Sorocaba, ao sul. A drenagem é de alta densidade distribuída por todo o seu território.

A vegetação que ocorria no município era predominantemente de Mata Atlântica, representada pela Floresta Latifoliada Tropical de Encosta, bastante úmida, com muitos cipós, samambaias, orquídeas e árvores de grande porte como o jacarandá, e pela Floresta Latifoliada Tropical de Planalto, menos úmida, mas apresentando árvores de grande porte como peroba, cedro, pau-d'alho, figueira branca, canela, aroeira e ipê. Por entre estas

matas, nas áreas de solos pouco férteis, mais rasos e pedregosos, principalmente em planaltos com muita incidência de ventos, interpunham-se campos sujos (Serrano, 1986). Embora tenha sido bastante devastada e ocorra basicamente em estrutura secundária, a vegetação nativa ainda cobre várias áreas espalhadas por todo o município, possivelmente em virtude do relevo acidentado que dificulta a exploração agrícola intensiva, principalmente a mecanizada (IGC, 1981) (Figura 3).

São Roque desenvolveu-se a partir do núcleo central sem qualquer planejamento, com ruas e calçadas estreitas, comuns em cidades antigas. A cidade foi crescendo lentamente até que, a partir da década de 50, com a implantação de diversas indústrias, começa a apresentar uma maior expansão com novos loteamentos. Nessa década os novos loteamentos situam-se principalmente nas imediações do núcleo central. Já a partir da década de 60, ocupavam tanto áreas adjacentes aos já existentes como áreas mais distantes junto às principais vias de acesso, em todos os sentidos. A década de 70 também é marcada por vários loteamentos que são instalados mais nos setores norte, oeste e sul. Para a década de 80, é lançado um número menor de loteamentos, mais espalhados, sendo implantados especialmente no sul e norte. Nos últimos anos, vêm sendo abertos diversos loteamentos de chácaras residenciais ou de recreio destinadas basicamente a pessoas de média a alta renda da capital (Canno, 1989).

De um modo geral, a cidade não forma uma malha contínua, possivelmente em função da irregularidade do terreno, embora alguns loteamentos situem-se em áreas bastante declivosas (Canno, op. cit.) (Figura 4).

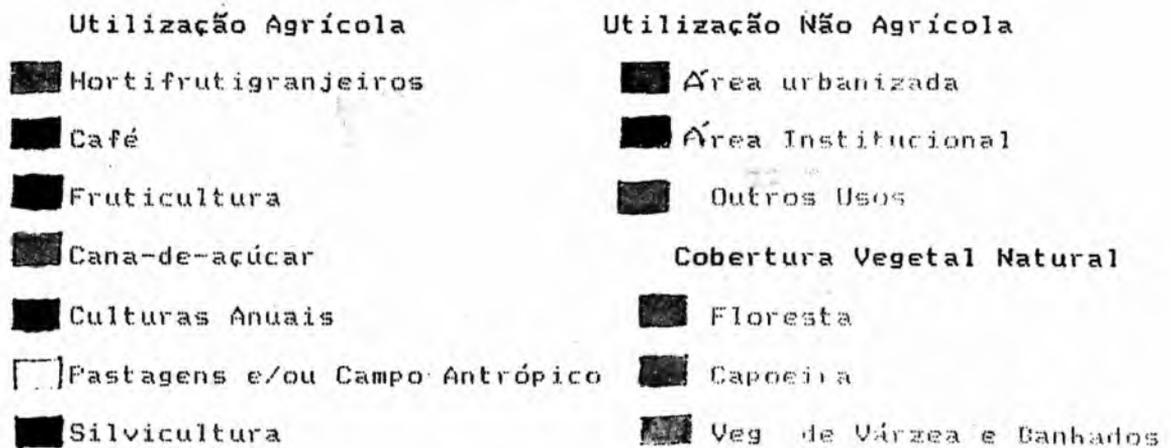


Fig. 3 - Diferentes usos do solo do município de São Roque-SP e suas distribuições (Carta de Utilização da Terra do Estado de São Paulo - 1:250.000 - IGC, 1981). (Obs.: Inclui o atual município de Araçariguama).

SÃO ROQUE - SP

EXPANSÃO URBANA

LOTEAMENTOS

ESC. APROX. 1:150.000

0 1500 3000 4500 m

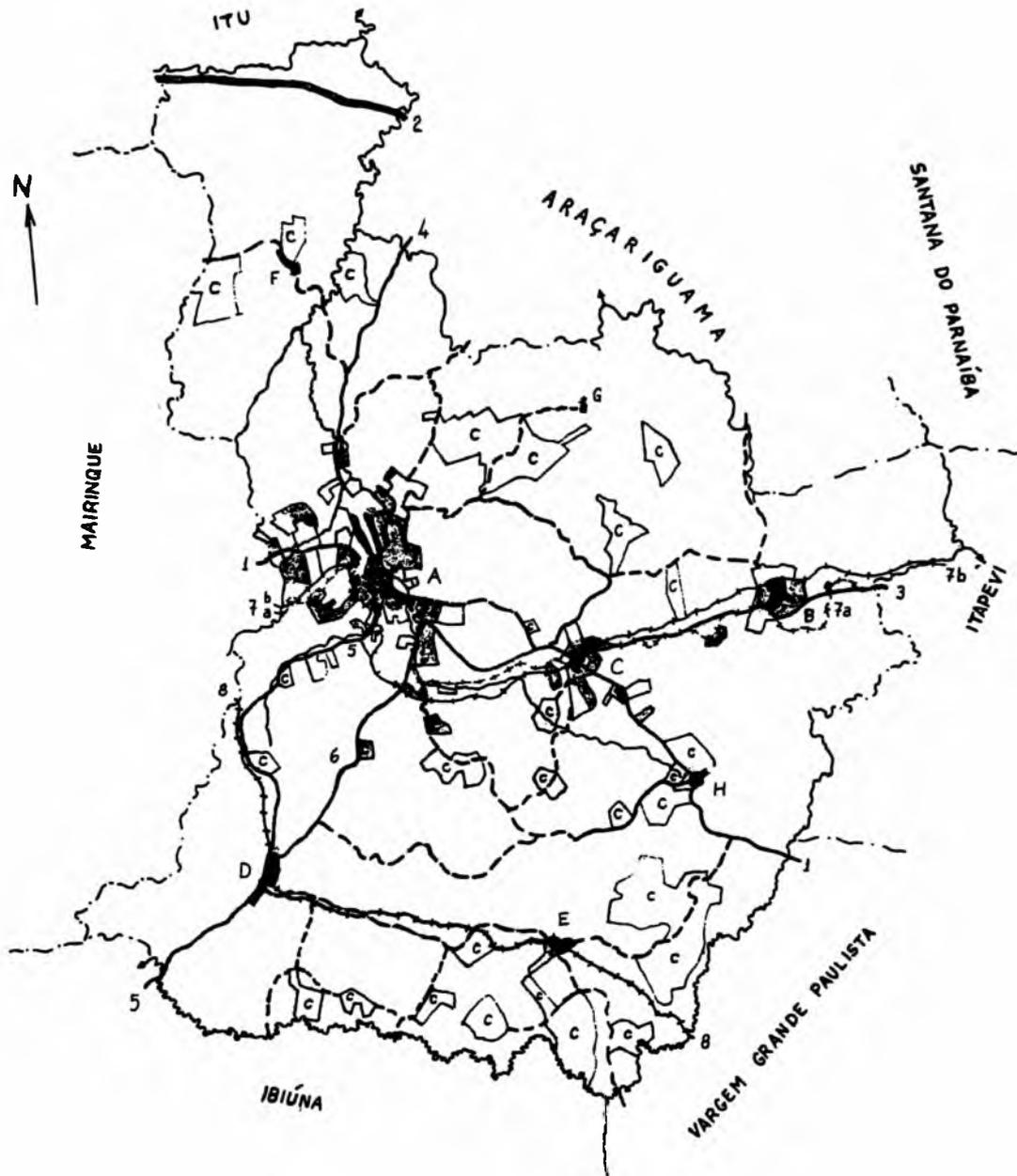


Fig. 4 Município de São Roque com suas áreas urbanas/urbanizadas e sistema viário principal, a partir de fontes cadastrais da prefeitura municipal e textos de Santos (1938) e Gaspar (1930) - 1995.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando-se os textos legais citados verifica-se que são as seguintes as áreas cujas formações vegetais deveriam ser mantidas inalteradas e que podem ser aplicadas ao município de São Roque:

1. Pelo Código Florestal (leis n. 4.771/65, n. 7.511/86 e n. 7.803/89) e resolução Conama n. 4/85.

Obs.: A Lei n. 6.535/78, como citada na introdução, refere-se às áreas metropolitanas, o que não cabe no presente trabalho, uma vez que o município de São Roque não faz parte da Região Metropolitana de São Paulo.

1.1. Art. 2º Código Florestal/art. 3º res. Conama.

1.1.1. Faixa marginal de 30 m para rios de até 10 m de largura.

Obs. 1: No município, os rios não excedem esta largura em condições normais de pluviosidade, salvo em ocasiões excepcionais.

Obs. 2: Neste caso, segundo a resolução Conama n. 4/85, somente a faixa marginal de 5 m mais próxima do leito é considerada como reserva ou estação ecológica (art. 3º, b, I);

1.1.2. Redor de lagoas, lagos ou reservatórios naturais ou artificiais situadas em perímetro urbano.

Obs.: Todas as áreas são incluídas no perímetro urbano definido em lei pela prefeitura local.

1.1.3. Nascentes, ainda que intermitentes, mesmo os chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica num raio mínimo de 50 m de largura.

1.1.4. Topo dos morros, montes, montanhas e serras.

Obs.: A resolução Conama n. 4/85, art. 3º, b, IV e V, define essas áreas “a partir da curva de nível correspondente a 2/3 da altura mínima da elevação em relação à base”;

1.1.5. Linhas de cumeada, “em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a linha de nível para cada segmento de cumeada equivalente a 1.000 metros”

1.1.6. Encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive.

1.2. Art. 10 Cód. florestal.

1.2.1. Áreas com inclinação entre 25º e 45º (46,6% e 100%, respectivamente), onde a derrubada de florestas não é permitida, “só sendo nelas tolerada a extração de toros quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

1.3. Art. 16 Cód. florestal.

1.3.1. 20% de cada propriedade rural deve ser mantida com vegetação primitiva.

§ único - Para propriedades entre 20 e 50 ha, qualquer cobertura vegetal poderá ser utilizada para compor o limite (nativa, frutícola, ornamental, industrial).

Obs.: Este item não foi cartografado por não se ter um mapa da distribuição fundiária do município e também por não serem estas propriedades objetos do presente estudo.

2. Pela Lei 6.766/79 (Lei Lehmann).

Obs.: Neste caso, prevêem-se as áreas que não podem ser parceladas para fins urbanos.

2.1. art. 3º Terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

2.1.1. Terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.

2.1.2. Terrenos com declividade superior a 30% (ou 16º 42'), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes.

2.1.3. Terrenos onde as condições geológicas não aconselham as edificações.

Obs.: Este item não foi cartografado porque não há dados geotécnicos para a área.

2.1.4. Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a correção.

Obs.: Por este item, a Lei 6.766/79 faz uma referência indireta à legislação específica de preservação ambiental. Dessa forma, as áreas previstas no código florestal e resolução Conama n. 4/85 não são passíveis de parcelamento urbano, como será discutido mais adiante.

2.2. art. 4º - Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa "non aedificandi" de 15 metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.

Obs.: Neste caso, o código florestal é mais restritivo para os corpos d'água, exigindo no mínimo 30 m marginais.

A Tabela 1 mostra a relação entre a declividade, em graus e em porcentagem, e as restrições previstas em lei. A Figura 5 mostra essa mesma relação esquematicamente. Como se utilizou uma

equidistância vertical de 25 m para uma escala de 1:10.000, não foi possível avaliar com maior precisão as áreas equivalentes a cada intervalo de declividade. Os resultados, portanto, estão submensurados, ou seja, áreas de preservação permanente definidas pela declividade são maiores que o especificado no exercício. Mesmo assim, o erro não é muito grande, podendo os dados serem utilizados como referência. De qualquer forma, mesmo nesse nível de resolução cartográfica, já se verificam infrações, com parcelamento e uso urbano nessas áreas.

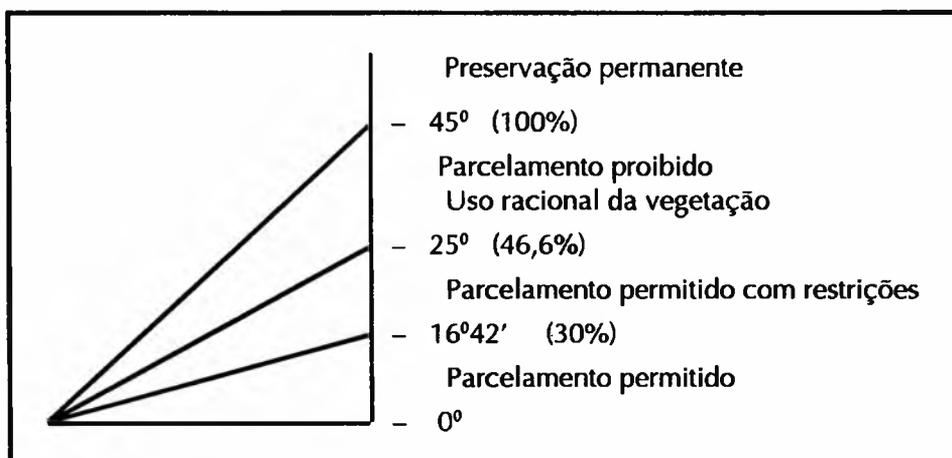


Figura 5 - Esquema gráfico das restrições legais em função da declividade dada em ângulo e em porcentagem.

O código florestal e a resolução Conama n. 4/85 apresentam as restrições de modo que seus limites podem ser bem definidos cartograficamente. No entanto, encontrou-se uma grande dificuldade para espacializar-se o previsto na alínea "d" do art. 2º do código, correspondente ao art. 3º, b, V da resolução, que se refere à cobertura vegetal no topo de morros, montes, montanhas e serras, bem como nas linhas de cumeada (art. 3º, b, VI, da resolução). Seguindo o texto legal, a delimitação dos 2/3 referidos, ao menos na área de estudo, é muito difícil, parecendo-nos impraticável em áreas com as características fundiárias e ambientais (tipo de relevo) que o município apresenta. Englobaria extensas áreas, tomando propriedades inteiras, já que as áreas das propriedades são relativamente pequenas. E em termos geomorfológicos, a linha de nível definida pelos 2/3 acabaria por envolver inclusive áreas de fundo de vale, demons-

trando que o texto, neste aspecto é extremamente genérico e não condiz com a realidade. A Figura 6 apresenta um esquema demonstrando a dificuldade encontrada na espacialização dessas restrições de caráter geomorfológico. Sendo assim, no presente trabalho levou-se em consideração apenas os topos de elevações geomorfológicamente definidos. De qualquer forma, pelo que se observa nos mapas anexos (Figuras 7 a 10), onde foram marcados os topos e as principais linhas de cumeada, tais áreas de preservação permanente já se encontram bastante ocupadas. O sistema viário principal ocupa em muitos trechos as linhas de cumeada, condicionando, assim, uma tendência a ocupar-se essa área com usos antrópicos mais transformadores da paisagem.

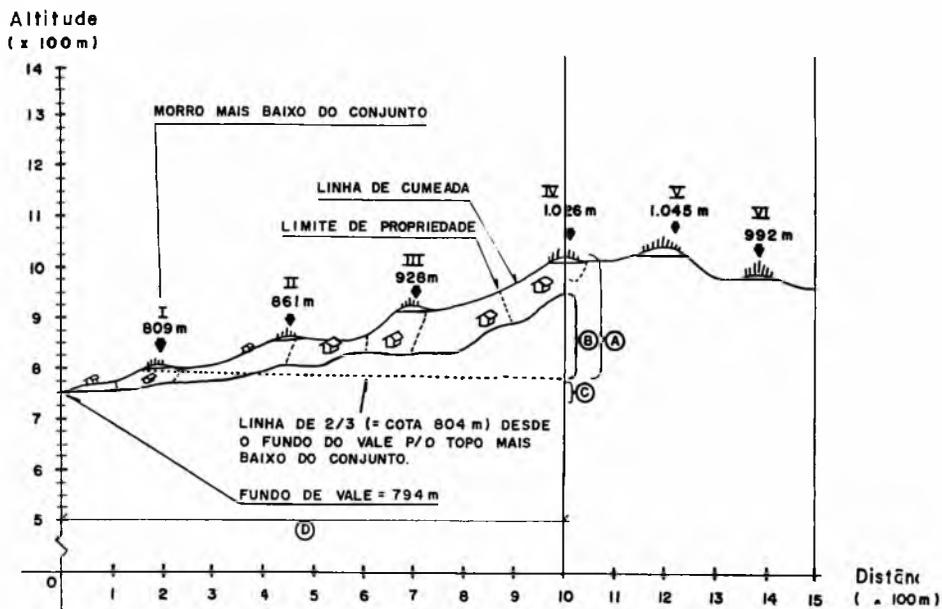


Fig. 6 - Esquema de aplicação do código florestal (art. 2º, d) / resolução Conama n. 4/85 (art. 3º, b, V e VI), mostrando que a linha dos 2/3 chega ao fundo do vale e abrange propriedades inteiras na área de preservação permanente. (explicação no texto).

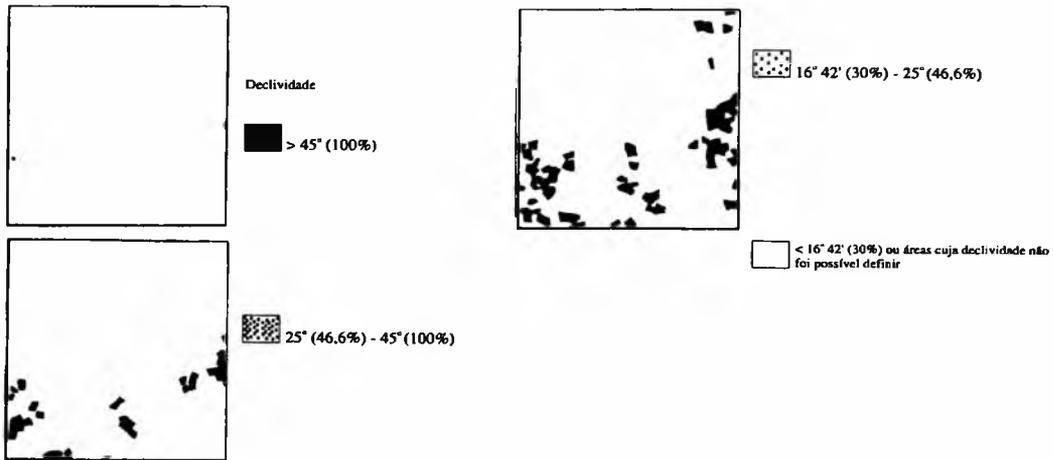
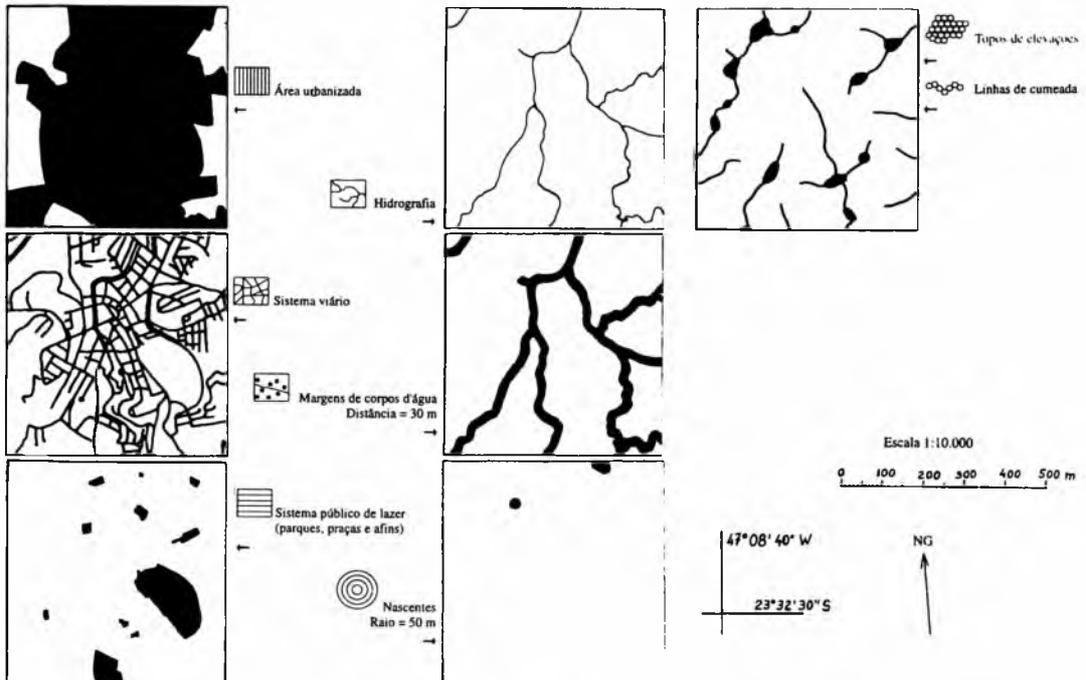
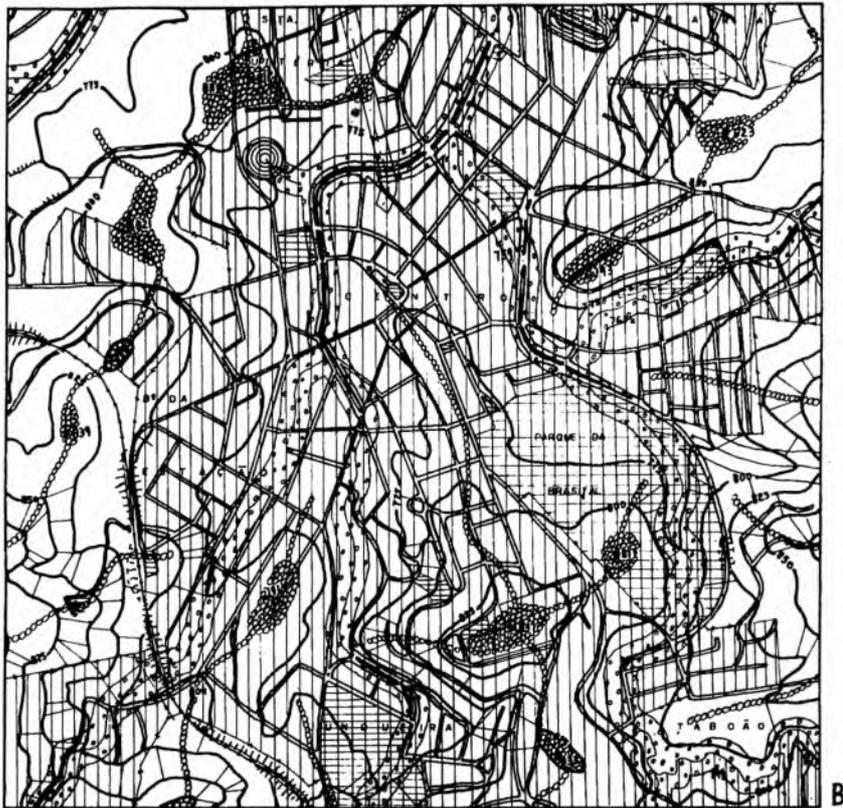


Fig. 7 - Mapa de áreas urbanizadas e restrições legais. Área amostral 1: Centro - São Roque (SP), 1994.

A - Carta de declividade

B - Áreas urbanizadas com sistema de recreio e restrições de caráter hidrográfico (margens e nascentes) e de relevo (topos de elevações e linhas de cumeeada)



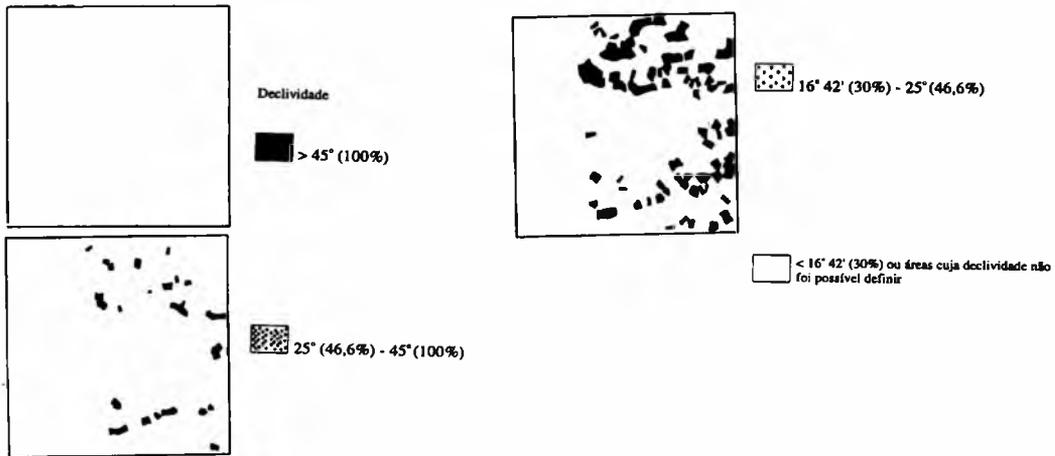
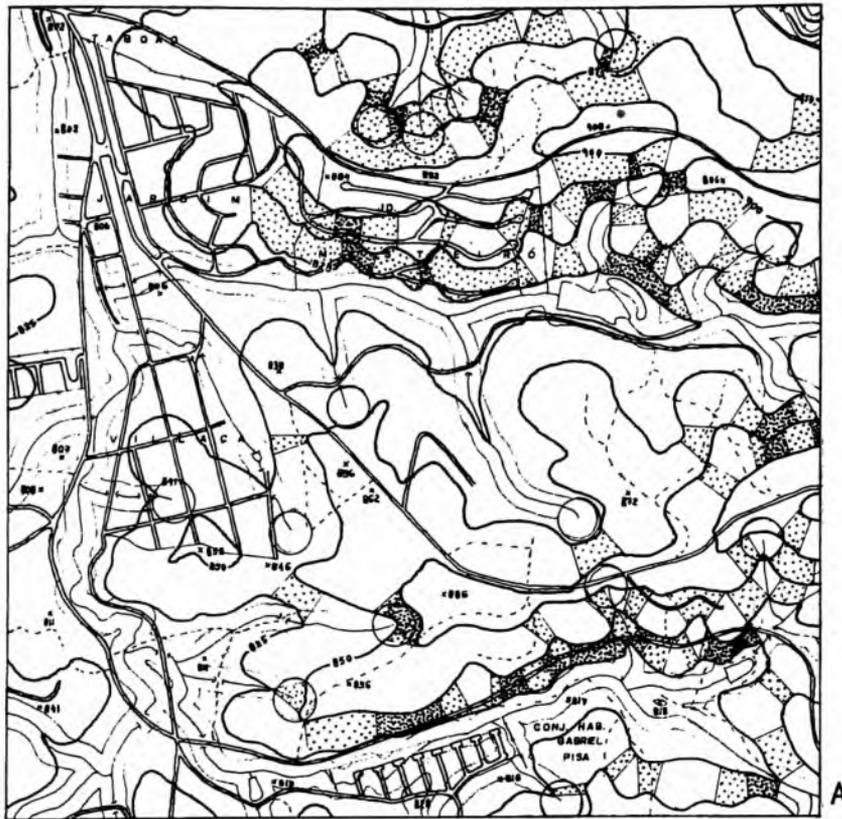
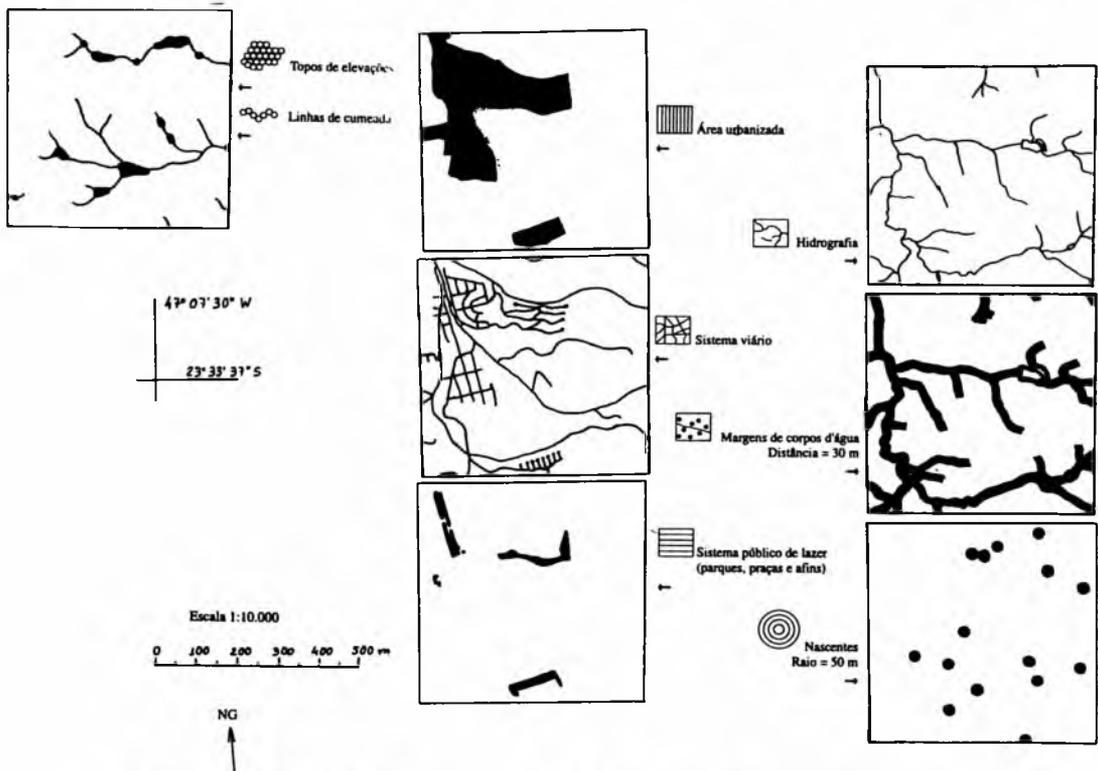
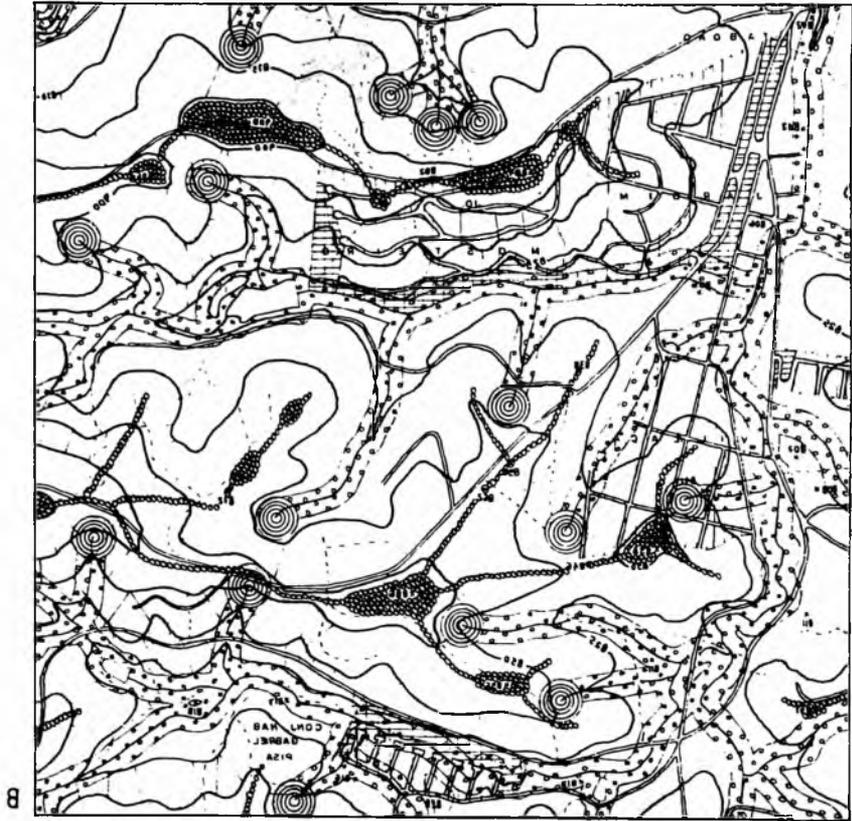
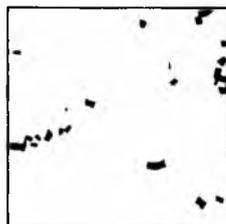
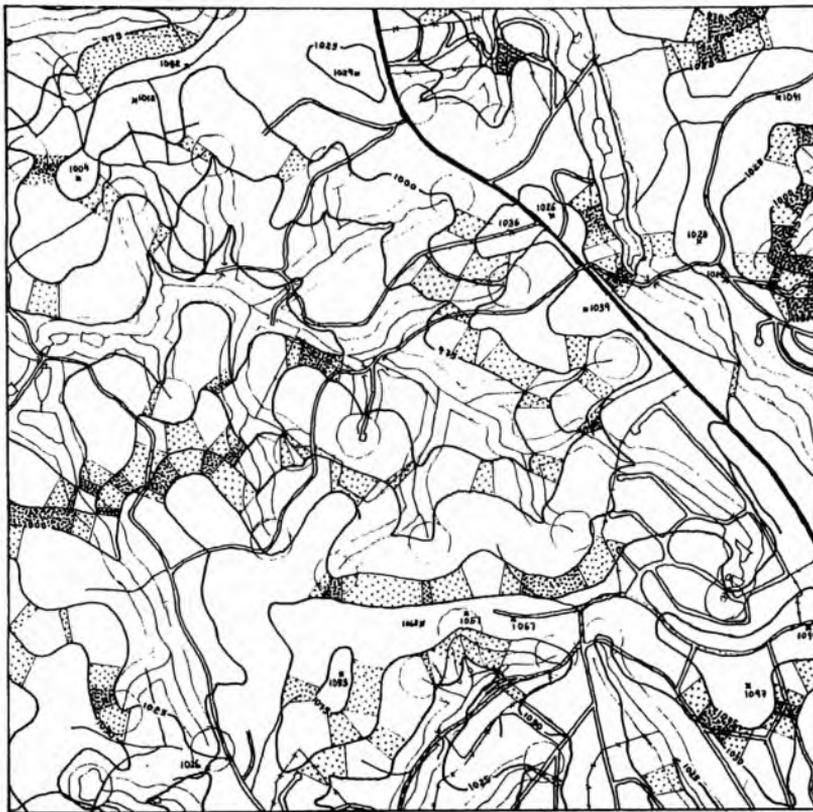


Fig. 8 - Mapa de áreas urbanizadas e restrições legais. Área amostral: Taboão - São Roque (SP). 1994.

A - Carta de declividade

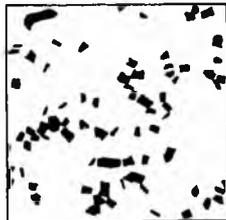
B - Áreas urbanizadas com sistema de recreio e restrições de caráter hidrográfico (margens e nascentes rios) e de relevo (topos de elevações e linhas de cumeada)





Declividade

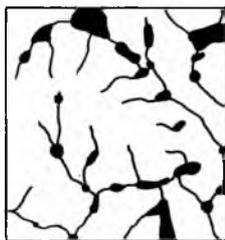
25° (46,6%) - 45° (100%)



16° 42' (30%) - 25° (46,6%)

< 16° 42' (30%) ou áreas cuja declividade não foi possível definir

Fig. 9 - Mapa de áreas urbanizadas e restrições legais. Área amostral 3: Alto da Serra - São Roque (SP). 1994.
 A - Carta de declividade
 B - Áreas urbanizadas com sistema de recreio e restrições de caráter hidrográfico (margens e nascentes rios) e de relevo (topos de elevações e linhas de cumeada)



 Topos de elevações
 Linhas de cumeada



 Área urbanizada



 Hidrografia

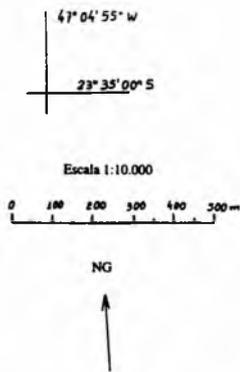
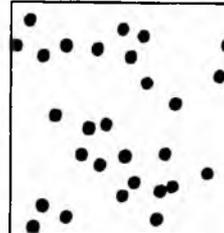
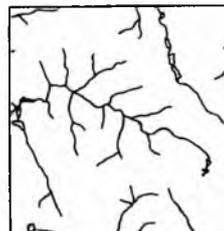


 Sistema viário

 Margens de corpos d'água
Distância = 30 m

 Sistema público de lazer
(parques, praças e afins)

 Moincos
Raio = 50 m



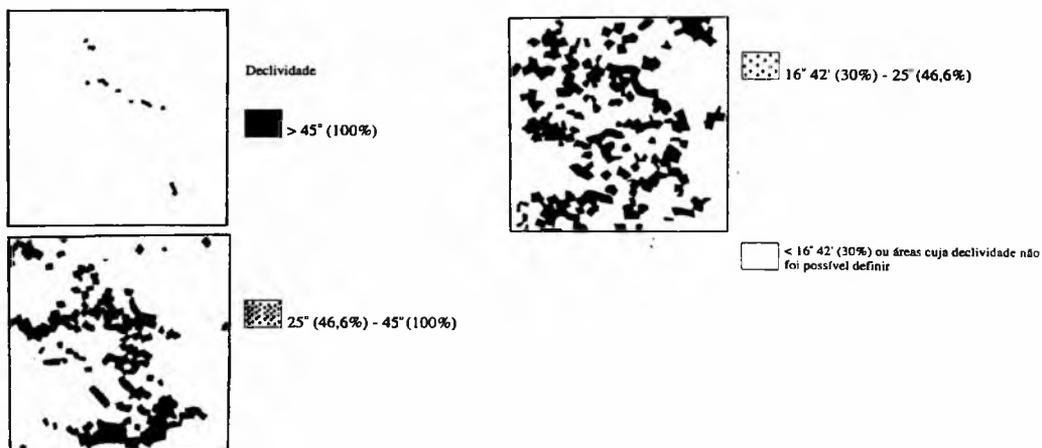
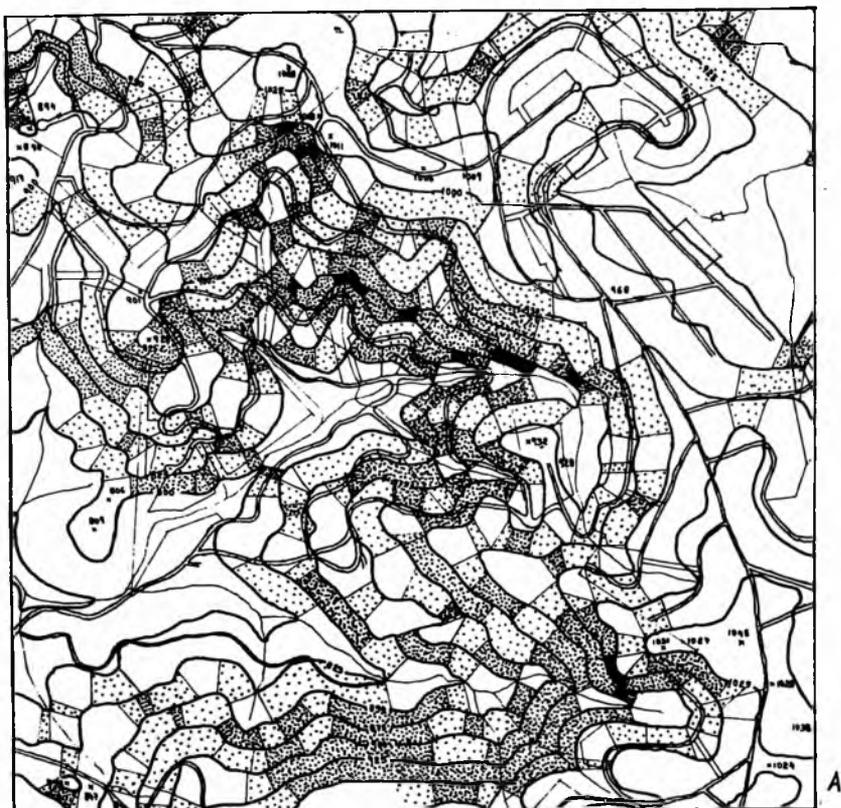
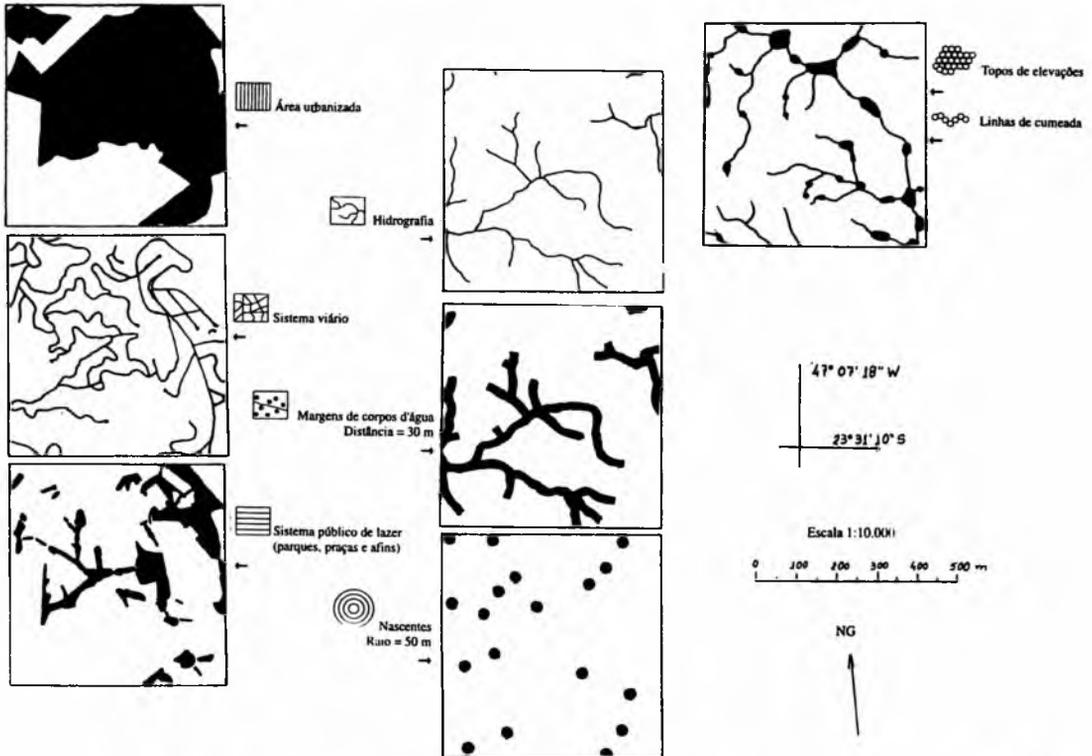
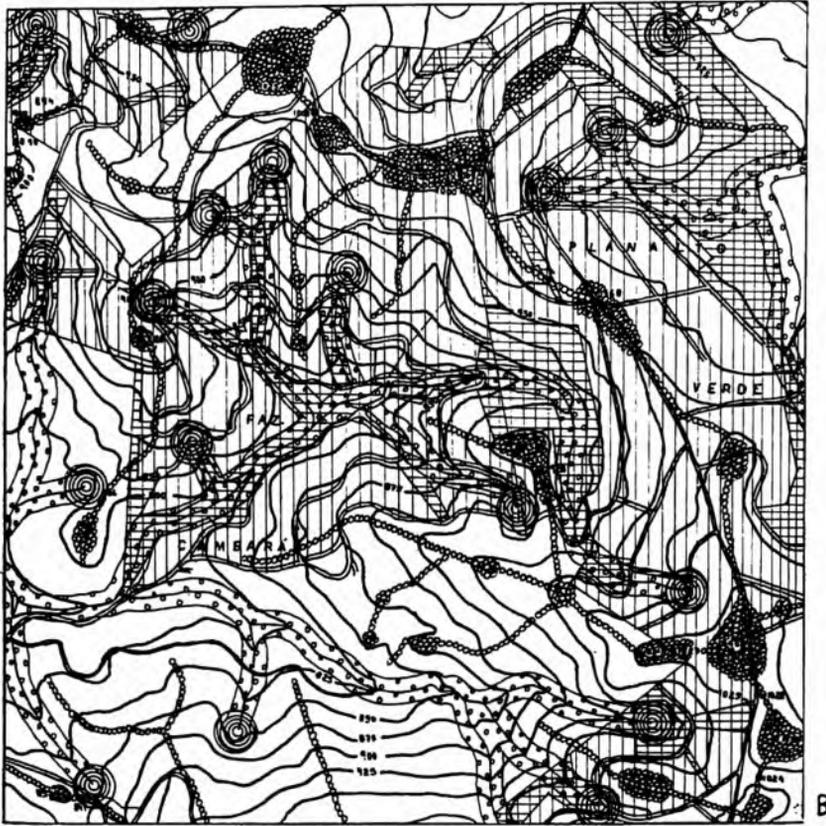


Fig. 10 - Mapa de áreas urbanizadas e restrições legais. Área amostral 4: Cambará - São Roque (SP). 1994.
 A - Carta de declividade
 B - Áreas urbanizadas com sistema de recreio e restrições de caráter hidrográfico (margens e nascentes rios) e de relevo (topos de elevações e linhas de cumeada)



Com relação à Lei 6.766/79, observa-se que seu texto aponta as restrições e em seguida já apresenta condições em que o parcelamento pode ser realizado nessas mesmas áreas restringidas. Os termos “antes de”, “sem que” e “salvo se” indicam o caráter condicional da lei. Eles implicam na exclusão do uso urbano e na prévia correção do possível problema para que este uso possa ser implementado. Coloca-se como um texto tecnicista, onde a tecnologia vem possibilitar o uso e a ocupação, escoando-se as águas, saneando-se aterros, fazendo-se obras de engenharia em encostas, despoluindo-se, etc. Atendidas as exigências, praticamente todo e qualquer lugar pode ser objeto de parcelamento e ocupação. A única exceção é o item que se refere às áreas de preservação ecológica, o que acaba remetendo à legislação específica. O grande avanço desta lei, como observa Machado (op. cit.), é a obrigatoriedade de se evitar ou corrigir previamente todas as condições negativas de sanidade pública, antes que se venha a consumir o parcelamento e a sua ocupação. Este autor ressalta ainda, que a referida lei evita ou deve ser usada para evitar - abusos por parte dos loteadores, exigindo aquelas “condições mínimas de sanidade para todas as comunidades da Nação”

Dessa forma, verifica-se que a Lei 6.766/79 em geral só condiciona genericamente as formas de uso e ocupação, visando basicamente a sanidade pública dos parcelamentos, enquanto que o código florestal e a resolução Conama n. 4/85 definem exatamente quais áreas não podem ser objeto de uso que não seja o de conservação e preservação permanente dos ecossistemas naturais.

Apesar de a Lei 6.766/79 referir-se às áreas de preservação ambiental em seu texto e, dessa forma, remeter-se à legislação específica, esta não é seguida pelos agentes do parcelamento do solo, incluindo o poder público.

Observando-se as Figuras 7 a 10, nota-se que a legislação tem sido amplamente infringida. Em alguns casos, o parcelamento do solo precede a legislação, ou foi realizado quando as

exigências legais eram menos restritivas. Por exemplo, a largura marginal dos rios que devem ser mantidas florestadas; foi de 10 m de largura a partir de 1965, ano de promulgação do novo código florestal, até 1986, quando passou para 30 m de acordo com o novo texto dado pela Lei 7.511/86. Como a lei não é retroativa, essas áreas como as demais previstas deixam de ser objeto de aplicação da lei. Por outro lado, Machado (op. cit.), citando o prof. Hely Lopes Meirelles, afirma que, embora o parcelamento seja anterior à lei, os usos que venham a ser feitos nos terrenos vagos regem-se pelos dispositivos da lei em vigência. No entanto, mesmo os loteamentos mais recentes não seguem o que preconiza a lei.

Gonçalves (1991) sustenta que a lei protege apenas as formações vegetais e não o sítio onde essas formações porventura estejam ambientadas e que a lei não prevê a recuperação dessas formações nos espaços em que elas deveriam estar protegidas. Machado (op. cit.), no entanto, conjecturando sobre essa questão, entende, com base no que diz o art. 18 do código florestal, que em não havendo, por qualquer que seja o motivo, formação vegetal nativa nos espaços destinados à preservação permanente, nenhum outro uso poderá neles ser efetuado, já que a lei prevê o florestamento ou reflorestamento das áreas. Corroborando essa interpretação, o art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal, diz que a alteração e a supressão dos espaços territoriais e seus componentes especialmente protegidos só podem ser permitidas através de lei, “vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”. Sendo tais áreas já definidas em lei como estações ecológicas, e antes como de preservação permanente, sua utilização não pode ser outra que não seja a de proteção ambiental.

Interessante notar que o próprio poder público, que deveria fiscalizar e fazer cumprir a lei, tem sido não apenas conivente com a prática como ele próprio tem sido agente infrator. É o caso como pode ser visualizado na Figura 8, junto ao lado inferior, da ocupação indevida das margens do córrego Aracaí e de um afluente seu e vertentes próximas por um conjunto habitacional.

O leito do córrego foi retificado através de cortes e aterros no terreno para dar lugar à terraplenagem onde foram traçadas as ruas e erguidas as casas. A partir desse ponto o rio torna-se meandrante até o desnível abrupto - cerca de 25 m - localizado junto ao Parque da Brasital próximo ao centro da cidade (Figura 7), aproximadamente 3,5 km à jusante. Uma vez retificando-se e canalizando-se o curso d'água, como tem sido prática comum nas áreas urbanas, diminui-se o percurso das águas e conseqüentemente aumenta-se sua velocidade, com menor tempo de deslocamento, ou seja, o tempo de concentração diminui. O resultado desse processo são as enchentes e, a longo prazo, problemas quanto à recarga e manutenção dos níveis hídricos dos aquíferos. Naturalmente que diversos são os fatores intervenientes no processo, contudo, mantidas as tendências de urbanização da bacia, especialmente nos moldes que vem sendo feita, a probabilidade de ocorrência de enchentes aumenta.

Analisando-se a Tabela 2, verifica-se que as áreas de preservação permanente ocupam em média 30% das áreas amostradas, variando de 17,50% no Centro (Figura 7), espaço mais antigo e mais densamente ocupado, até 41,25% no Cambará (Figura 10), onde predominam loteamentos de chácaras com baixa densidade populacional, apesar da proximidade com o centro da cidade. Isso resulta numa média de 70% ou 2.800.000 m² (2,8 km²) de áreas parceláveis. Considerando que somente 65% desse valor pode ser de uso privado - os lotes propriamente ditos - ter-se-ia em média 1.820.000 m², ou 45,50%, das áreas amostrais passíveis de uso como lote urbano. Mesmo na área de maior ocupação com espaços de preservação ambiental (Cambará), esse índice seria de 38,18%, exclusivamente destinados a lotes urbanos, já descontados os espaços ocupados com sistema viário, usos institucionais (escolas, posto de saúde, posto policial, etc.), sistema de recreio (10% da área parcelável) e o próprio sistema de preservação ambiental. O centro, com 82,50%, seria a área com mais espaços passíveis de parcelamento, seguido do bairro vizinho, o Taboão (Figura 8), com 71,50%. Essas duas áreas estão posicionadas mais no centro da bacia hidrográfica, onde o relevo já é mais suavizado, com declividades

menos acentuadas e menos pontos de nascentes. As duas outras áreas situam-se exatamente nos limites da bacia, onde o relevo é mais movimentado, com desníveis e declividades mais acentuados, e maior incidência de nascentes. Igualmente, as linhas de cumeadas e os topos têm maior representatividade junto aos limites da bacia (Cambará e Alto da Serra, Figura 9). Assim sendo, as próprias características ambientais já condicionariam regiões mais e menos urbanizadas e, contrariamente, menos e mais naturais, sem haver, entretanto, situações extremas.

Em termos de densidade populacional, verifica-se que com os três tamanhos hipotéticos de lote (250, 500 e 1.000 m²) e uma densidade média hipotética de 5 habitantes por lote (domicílio) poder-se-ia ter uma população absoluta de 30.540, 15.270 ou 7.635 habitantes, respectivamente, para a área mais restrita (Cambará) e de 42.900, 21.450 ou 10.725 habitantes, respectivamente, para a menos restrita (Centro). Considerando que o município como um todo tem hoje uma população estimada de 59.833 habitantes (Seade, 1.994), espalhados por 313 km² (Seade, 1993), somente essas duas áreas, num total de 8 km², seriam suficientes para abrigar sua população atual, em lotes de 250 m², mantendo toda a infra-estrutura urbana e os espaços de preservação ambiental implantados. Considere-se, ainda, que a densidade média por lote usada é alta, se comparada com a divulgada pelo IBGE (1991) que para esta data foi de 3,88 hab./domicílio. Neste trabalho, considerou-se também apenas a urbanização horizontal, ou seja, construções unifamiliares em cada lote.

É evidente que existe todo um complexo fundiário, e daí sócioeconômico, que deve ser levado em consideração. No entanto, esse simples exercício demonstra que, quando do parcelamento de uma propriedade maior, a observação da legislação não impede que se possa conciliar todos os usos que determinada área possa abrigar.

Tabela 2 - Comparações entre as áreas amostrais quanto a áreas de preservação permanente, áreas parceláveis, usos institucionais, sistemas de recreio, números hipotéticos de lotes, densidades populacionais absolutas e relativas e índices de sistema de recreio e de preservação permanente em função da espacialização da legislação ambiental aplicada ao município de São Roque (SP) (1994).

nº	Descrição	Centro	Taboão	Alto da Serra	Cambará	Valores médios
1	Área total (m²)	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
2	Área total não parcelável; pres. perm. (valores aprox. em m²)	700.000	1.100.000	1.350.000	1.650.000	1.200.000
2a	Margens (30 m)	460.000	775.000	665.000	560.000	615.000
2b	Nascentes (raio = 50 m)	20.000	105.000	240.000	160.000	131.250
2c	Topos de morros	122.000	119.000	360.000	220.000	205.250
2d	Declividade acima de 45° / 100%	3.000	1.000	-	15.000	4.750
2e	Declividade entre 25° (46,6%) e 45° (100%)	95.000	100.000	85.000	695.000	243.750
3	Índice de área não parcelável (2 x 1) (%)	17,50	27,50	33,75	41,25	30,00
4	Área parcelável (m²)	3.300.000	2.900.000	2.650.000	2.350.000	2.800.000
5	Índice de área parcelável (4 x 1) (%)	82,50	72,50	66,25	58,75	70,00
6	Área institucional = 35% (*) sobre área parcelável (4) (m²)	1.155.000	1.015.000	927.500	822.500	980.000
7	Área privada = 65% (**) sobre área parcelável (4) (m²)	2.145.000	1.885.000	1.722.500	1.527.500	1.820.000
8	Índice de área privada (7 x 1) (%)	53,62	47,12	43,06	38,18	45,50
9	Área de sistema de recreio = 10% (***) sobre área parcelável (m²)	330.000	290.000	265.000	235.000	280.000
10	Número de lotes possível com áreas de 1.000 / 500 / 250 m² por lote (7 x 10)	2.145 4.290 8.580	1.885 3.770 7.540	1.722 3.444 6.888	1.527 3.054 6.108	1.820 3.640 7.280
11	Dens. pop. absoluta por área com 5 hab./lote (10 x 11)	10.725 21.450 42.900	9.425 18.850 37.700	8.610 17.220 34.440	7.635 15.270 30.540	9.100 18.200 34.400
12	Dens. pop. relativa por área (11 x 1) (hab./km²)	2.681 5.362 10.724	2.316 4.712 9.425	2.152 4.305 8.610	1.908 3.817 7.635	2.275 4.550 9.100
13	Índice de sistema de recreio (9 x 11) (m²/hab.)	30,77 15,38 7,79	30,77 15,38 7,69	30,77 15,38 7,69	30,77 15,38 7,69	30,77 15,38 7,69
14	Índice de área de pres. perm. (2 x 11) (m²/hab.)	65,27 32,63 16,31	116,71 58,35 29,17	156,79 78,39 39,19	216,11 108,05 54,02	132,97 66,48 33,24
15	Pop. abs. e rel. média (****) (hab. e hab./km²)	25.025 6.256	21.980 5.495	20.090 5.022	17.815 4.453	21.210 5.302
16	Índice de sist. de recreio para pop. absoluta média (9 x 16) (m²/hab.)	13,2	13,2	13,2	13,2	13,2

(*) Valor mínimo destinado às áreas institucionais referido na Lei 6.766/79, art. 4º, § 1º.

(**) Área restante para uso privado em função do disposto na Lei 6.766/79, art. 4º, § 1º.

(***) Valor mínimo destinado ao sistema de recreio de cada parcelamento (Lei Municipal n. 953/72).

(****) Estes valores foram obtidos da seguinte forma:

- pop. abs.: $(7)/3 = X m^2/1.000 m^2 + X m^2/500 m^2 + X m^2/250 m^2 = Y$ (nº proporcional de lotes) $Y \cdot 5 \text{ hab.} = \text{pop. abs. hipotética de cada área amostral} = \text{pop. rel.: pop. abs./4 km}^2 \Rightarrow X \text{ hab./km}^2$

SISTEMA VIÁRIO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O desenho do traçado viário, especialmente em parcelamentos de pequenos lotes, com um padrão do tipo tabuleiro de xadrez ou similar, aliado a um relevo bastante movimentado, gera grandes movimentações do terreno, com muitos cortes e aterros, contribuindo para desestruturar a dinâmica geomorfológica local. Os loteamentos de chácaras têm em geral um sistema viário com ruas mais espaçadas, devido ao tamanho dos lotes - normalmente superiores a 1.200 m² -, e um desenho mais orgânico, diminuindo, assim, a densidade de áreas com movimentações de terras. Apesar de o tipo de solo local ser resistente à ocorrência de erosão por ravinas e voçorocas, o relevo é muito acidentado, predispondo o solo à erosão laminar, quase imperceptível, mas que se observa em dias de chuva, quando as águas fluviais tornam-se avermelhadas pela presença de partículas de solo carregadas pelas águas pluviais. Como consequência, enfatiza-se a perda de solo e o assoreamento dos corpos d'água, comprometendo inclusive a qualidade da água para consumo, bem como a capacidade dos reservatórios d'água.

Como já levantado anteriormente, o sistema viário também ocupa muitas vezes a linha de cumeada pela facilidade do traçado, já que as declividades não são muito acentuadas e a necessidade de cortes e aterros é menor.

É prática comum nas áreas urbanas a construção de avenidas de fundo de vale, ocupando justamente as áreas de preservação permanente. A Figura 6 demonstra isso claramente com diversos trechos dos córregos que cruzam a cidade já com suas margens transformadas em avenidas. O fato é agravado pela retificação, canalização e impermeabilização dos leitos fluviais, o que contribui ainda mais para a desregulação dos processos hidrológicos.

SISTEMA DE RECREIO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Com relação às áreas livres de uso público que cada loteamento deve ter, verifica-se que em muitos casos elas coincidem com as áreas de preservação permanente. Mesmo assim, a coincidência não é total e fica a questão: até onde é compatível uma área livre de uso público - vegetada ou não - com uma área de preservação permanente? Na primeira, admitem-se alterações na estrutura do sistema (ambiente) porque o seu uso, a sua função, entre outros, é o lazer da população, o que inclui práticas esportivas, jogos, eventos culturais ao ar livre, etc. Na segunda, tal uso/função, se permitido, é muito restrito, já que a função básica da área é manter as condições naturais dos ecossistemas que representa, isto é, a estrutura e os processos ecológicos. E uma vez que tais áreas foram transformadas em estações ecológicas pela lei 6.938/81, somente em 10% (dez por cento) de sua área, “desde que haja um plano de zoneamento aprovado, segundo se dispuser em regulamento, poderá ser autorizada a realização de pesquisas ecológicas que venham acarretar modificações no ambiente natural”, como definido pela Lei n. 6.902/81, art. 1º, § 2º.

Dessa forma, as áreas de preservação permanente poderiam ser consideradas no cálculo das áreas livres de uso público? Se tomarmos o que diz a Lei n. 6.766/79, art. 3º, § único, “não será permitido o parcelamento do solo: (...) em áreas de preservação ecológica (...)”, mais o exposto acima, a resposta a essa questão deve ser não. Se as áreas de preservação permanente não são passíveis de parcelamento, além de serem estações ecológicas, e a porcentagem mínima a ser considerada como área livre de uso público recai sobre a área do parcelamento, entende-se que as primeiras não podem coincidir com as últimas. Conclui-se, portanto, que além das áreas de preservação permanente que porventura estiverem sendo englobadas pelo parcelamento, outros espaços deverão ser escolhidos para compor as áreas livres de uso público.

Conforme pode ser verificado na Tabela 2, considerando-se as densidades populacionais para cada tamanho hipotético de lote, os índices de sistema de recreio ficam em 7,69, 15,38 e 30,77 m²/hab. Com base nos dados sobre população absoluta média (15) e na área destinada a sistema de recreio (9) obtém-se um índice de sistema de recreio (16) da ordem de 13,2 m²/hab. Comparando-se esse índice com os valores mínimos recomendados, discriminados na Tabela 3, verifica-se que ele se apresenta próximo do recomendado, podendo-se ter pelo menos um parque de bairro e dezenas de parques de vizinhança por área amostral. Assim sendo, a população estaria com um serviço público de lazer, ao menos em termos de área, adequado às suas necessidades. Se o exercício fosse feito com base no índice de 3,88 hab./domicílio (IBGE, op. cit.), a densidade populacional absoluta e relativa seriam menores, possibilitando índices de espaços livres mais expressivos. Contudo, devem ainda ser consideradas a infra-estrutura de cada área (quantitativa e qualitativamente) e a distribuição dessas áreas pelo espaço urbano.

Em 1989, o município possuía em seu perímetro urbano sede 146 áreas destinadas ao uso público para fins de lazer, eventos culturais e afins. Dessas, somente 17 foram consideradas implantadas e com uso freqüente pela população para os fins acima mencionados. Esses valores resultaram em índices de 18,4 m²/hab., considerando-se todas as áreas, e de apenas 5,1 m²/hab., considerando-se somente as implantadas. Este último distribuía-se como 4,2 m²/hab. de parque de bairro e 0,9 m² de parque de vizinhança (Canno, op. cit.). Ainda assim, muitos desses espaços encontram-se em áreas de preservação permanente, o que, conforme o discutido acima, tornaria menores ainda tais índices. Evidencia-se com esses valores que não apenas as áreas de preservação permanente estão relegadas a segundo plano pelas autoridades competentes, mas também as de lazer da população.

Tabela 3 - Características recomendadas para os espaços livres de uso público (modificada, Geiser et al., 1975; Wright et al., 1976; e Universidade de Freiburg e Hohenheim, 1977, apud Escada, 1987)

Denominação	Índice (m ² /hab)	Tamanho mínimo (m ²)	Distância das residências (raio de influência)
Parques de vizinhança com: "play-ground" "play-lot" "play-field"	2,25	150 a 800	500 m ou 10' a pé
Parques de vizinhança com: áreas para esportes	5,5	5.000	500 m ou 10' a pé
Parques de Bairro	6,0	100.000	800 a 1.000 m ou 10' a pé
Parques Distritais	6,0 a 7,0	1.000.000	1.200 m ou 15' a pé ou 30' por veículos

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E O AMBIENTE URBANO

Observa-se que as áreas de preservação permanente distribuem-se por toda a área, não deixando grandes vazios nem concentrando-se num único espaço. Há, como visto anteriormente, características ambientais que privilegiam determinado uso, mas nunca de modo exclusivo. Isso possibilita uma maior manutenção do equilíbrio dos processos ecológicos, como menor desnível de temperatura entre áreas mais e menos urbanizadas, maior facilidade nas trocas gasosas entre os diversos ambientes ao formar corredores de circulação do ar, contribuição para evitar erosão de encostas e assoreamento de corpos d'água, integração da paisagem urbana ao contexto ambiental/paisagístico da região, manutenção da diversidade ecológica, formação de corredores naturais de troca genética entre diferentes comunidades animais e vegetais, etc. Por outro lado, e principalmente quando a área estiver inserida no ambiente urbano, a pressão sobre ela pode ser muito intensa, uma vez que se trata de usos muito distintos. Nesse ponto, considera-se ina-

dequada a definição dessas áreas como estações ecológicas, que se configuram como uma das categorias de conservação ambiental mais restritivas ao uso antrópico. Nelas, como já mencionado anteriormente, só é possível haver alterações, e mesmo assim para fins científicos, em 10% de sua área (Lei 6.902/81, art. 1º, § 2º). Num local de alta densidade populacional, como é o ambiente urbano, com diversas fontes (diretas e indiretas) de pressão transformadora do ambiente, somadas à forma com que se apresentam as áreas de preservação permanente, resultando numa superfície de contato bastante extensa, é praticamente impossível alcançarem-se os objetivos de uma estação ecológica. Cercarem-se todas as áreas de preservação permanente ou controlar-se efetivamente o seu (não) acesso é impraticável. Esse fato deve ser levado em consideração quando da realização de projetos urbanísticos.

Além disso, transformar todas essas áreas em estações ecológicas impede outros usos e atividades antrópicas compatíveis com tais áreas, usos que não comprometem sua integridade e seu principal objetivo, a conservação da estrutura e dos processos ecológicos.

Um outro fator, mas mais de caráter rural, refere-se ao fato de que muitas dessas áreas de preservação permanente se encontram em propriedades privadas. Ter-se-ia, então, estações ecológicas de caráter privado? Sendo assim, como o poder público competente atuaria nessas áreas? Este é um aspecto que a lei não observa e necessita de uma revisão.

CONCLUSÕES

Com base nos dados e na discussão dos resultados, conclui-se que a expansão urbana no município de São Roque (SP) tem se processado à revelia das condições previstas em lei, em especial a legislação ambiental. Pôde ser verificado também que a aplicação da lei, salvo no caso extremo dos topos de elevações e linhas de cumeada, produziria uma ocupação antrópica do espaço menos transformadora do ambiente e da paisagem, sem,

contudo, impedir radicalmente os usos antrópicos (urbanos e rurais); a distribuição dos usos seria baseada não somente em critérios sócioeconômicos, mas também ambientais. Verificou-se, também, que ainda restariam muitas áreas passíveis de parcelamento, possibilitando as transações imobiliárias.

Outro aspecto positivo da legislação é que ela restringe o uso exatamente em áreas mais “frágeis” em termos de processos ecológicos e menos aptas, em geral, ao uso urbano e mesmo rural. Por este ponto de vista, entende-se que a Lei 6.766/79, visando orientar as ocupações e os usos em cada área de parcelamento, é mais localizada espacialmente, enquanto que a legislação ambiental, propriamente dita, trata o espaço de uma forma mais ampla, abrangendo uma área já em escala municipal e mesmo regional.

Ainda com relação à distribuição espacial dos usos, as próprias características ambientais já condicionariam os usos em função da legislação, evitando-se casos extremos, com uma melhor integração ambiental e paisagística.

Entende-se que, com relação ao texto legal, há dois pontos que merecem uma rediscussão quanto a suas exigências. O primeiro refere-se aos limites dos topos de elevações e linhas de cumeada. Seus limites são definidos de modo muito abrangente, o que certamente produziria conflitos quando de sua aplicação. O segundo trata da definição das áreas de preservação permanente como estações ecológicas. Uma definição como uma unidade de conservação menos restritiva poderia facilitar a sua implantação e sua manutenção.

Quanto às técnicas empregadas neste exercício, considera-se que os critérios de número e distribuição de amostras, bem como os dados registrados, foram adequados. O único dado que não apresentou bons resultados foi o mapeamento das linhas de nível, que para a escala utilizada necessitaria de uma equidistância menor. Contudo, o que se conseguiu já foi suficiente para mostrar indícios e tendências como discutido no item 4.

Por fim, embora os padrões previstos pela legislação sejam arbitrários e genéricos para o país como um todo, é indiscutível a necessidade e o papel que os objetos de preservação têm para a manutenção dos processos ecossistêmicos e, daí, da própria qualidade de vida humana.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Leis, estatutos etc. FBCN/CESP. *Legislação de conservação da natureza*. 3 ed., revista e atualizada até 20/09/82. São Paulo: FBCN/CESP, 1983. 510p.

_____. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da União, 05/out./1988.

_____. Decreto n. 24.643/34. *Código de águas*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 10/jul./1934.

_____. Decreto n. 89.336/84. *Reservas e áreas de relevante interesse ecológico*. Brasília: Diário Oficial da União, 31/jan./1984.

_____. Decreto-Lei n. 227/67. *Nova redação ao Decreto-lei n. 1985/40 (Código de Minas)*. Brasília: Diário Oficial da União, 28/fev./1967

_____. Lei n. 4.771/65. *Novo Código Florestal*. Brasília: Diário Oficial da União, 15/set./1965.

_____. Lei n. 6.535/78. *Acrescenta dispositivo ao art. 2º da lei n. 4.771/65 (Código Florestal)*. Brasília: Diário Oficial da União, 15/jun./1978.

_____. Lei n. 6.766/79. *Parcelamento do solo para fins urbanos*. Brasília: Diário Oficial da União, 19/dez./1979.

_____. Lei n. 6.803/80. *Diretrizes básicas sobre zoneamento industrial em áreas críticas de poluição*. Brasília: Diário Oficial da União, 02/jul./1980.

- _____. Lei n. 6.902/81. *Criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental*. Brasília: Diário Oficial da União, 27/abr./1981.
- _____. Lei n. 6.938/81. *Política nacional do meio ambiente*. Brasília: Diário Oficial da União, 31/ago./1981.
- _____. Lei n. 7.511/86. *Altera dispositivos da lei n. 4.771/65 (Código Florestal)*. Brasília: Diário Oficial da União, 07/jul./1986.
- _____. Lei n. 7.803/89. *Altera a redação da Lei n. 4.771/65 (Código Florestal) e revoga as leis n. 6.535/78 e 7.511/86*. Brasília: Diário Oficial da União, 18/jul./1989.
- _____. Resolução CONAMA n. 4/85. *Define as estações e reservas ecológicas em seus limites territoriais*. Brasília: Diário Oficial da União, 18/set./1985 (retificado no D.O.U. de 20/jan./86).
- CANNO, J. M. *Abordagem integrada do sistema de espaços livres de uso público da cidade de São Roque - SP*. Rio Claro: Instituto de Biociências, UNESP, 1989. 87 p.il.
- CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS AGRONÔMICAS, Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de São Paulo (Contribuição à Carta de Solos do Brasil), *Boletim do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas*, Rio de Janeiro, n. 12, 1960.
- ESCADA, M. I. S. *Caracterização dos espaços livres de uso público de São José dos Campos*. Rio Claro: Instituto de Biociências, UNESP, 1987 41 p. il.
- GASPAR, Antonio F *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da estrada de ferro Sorocabana; 1870-1875*. São Paulo, 1930. 240 p. il.
- GONÇALVES, Wantuelfer. *A legislação florestal e as áreas verdes municipais*. São Paulo: FAUUSP, 1991. 42 p.il.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991*, São Paulo. Rio de Janeiro, n. 19 v.6, 1991. 235p.

IGC. Instituto Geográfico e Cartográfico. *Cartas planialtimétricas SF-23-Y-C-V-2-NE-A/C e SF-23-Y-C-V-2-NO-B*. Escala 1:10.000. São Paulo, 1979.

_____. *Plano cartográfico do Estado de São Paulo; Carta de utilização da terra do Estado de São Paulo / Folha SF-23-Y-C*. São Paulo: Abril S/A, 1981. esc. 1:250.000. Color.

_____. *Plano cartográfico do Estado de São Paulo; Divisão municipal e distrital do Estado de São Paulo*. São Paulo: Abril S/A, 1984. esc. 1:1.000.000. (Obs.: atualizado para 1995)

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1.989. 478p.

SAMARTINI, R. R. São Roque SP In: FERREIRA, J. P (Orient.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: FIBGE, v. 30, p. 260-264, 1958.

SANTOS, Joaquim S. *São Roque de outrora. "O Democrata", São Roque, 1936-1938*. (Obra reunida em livro a partir de xerox).

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal de São Roque. *Mapas dos loteamentos. São Roque: Depto. de Planejamento*. Escalas 1:500, 1:1.000 e 1:2.000.

_____. Prefeitura Municipal de São Roque. Lei n. 953/72. *Plano Diretor Físico*. São Roque: Câmara Municipal, 1972.

_____. Lei n. 1.801/90. *Lei orgânica do Município de São Roque*. São Roque: O Democrata, 1990. 63p.

SÃO PAULO (Estado) Constituição. *Constituição do Estado de São Paulo*. São Paulo: IMESP, 1989. 48p.

_____. Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia - IPT. *Mapa geológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: SICCT, 1981(a). v.1, 126p.

_____. *Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: SICCT, 981(b). v.1, 94p.

- _____. Secretaria de Serviços e Obras Públicas. *Atlas pluviométrico do Estado de São Paulo*. São Paulo: SSOP, 1972. 83p.
- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo: 1992*. São Paulo: SEADE, v.1. 1993. 680p.
- _____. *Projeção da população residente, por faixa etária e sexo para o município de São Roque (SP), referente a julho/1994*. Dados não publicados; registro em computador. São Paulo, SEADE, 1994.
- SERRANO, O. *Vegetação do município de São Roque*. São Roque, 1986.
- SETZER, J. *Atlas climático e ecológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: IMESP, 1966. 62p.



FUNDAMENTOS

A RETA E A CURVA: A ESTÉTICA DA PAISAGEM?*

EULER SANDEVILLE JUNIOR

Arquiteto e paisagista, formado em Educação Artística, mestre, doutorando FAUUSP, especialização em ecologia. Professor da Escola de Engenharia de São Carlos, USP, Universidade São Judas Tadeu, Universidade Bráz Cubas e Universidade Católica de Santos.

RESUMO

Há uma idéia comum de que o “paisagismo formal” seja uma expressão autoritária do domínio humano sobre a natureza e de que o “paisagismo informal” expresse identificação com a natureza. Este texto procura evidenciar o campo simbólico por trás desses estereótipos recorrentes na história e teoria do projeto paisagístico.

Polarizações semelhantes também ocorrem no campo da edificação e do urbanismo, mostrando que a tensão entre o formal e o informal, ou o racional e o orgânico, ou a reta e a curva como a designamos aqui, se torna veículo de conteúdos que transcendem em muito o campo estrito do desenho.

A compreensão desse campo simbólico é necessária para uma justa apreciação das obras-primas do passado e para a investigação da relação histórica entre projeto, natureza e cultura, tema tão pertinente ao paisagismo.

ABSTRACT

There are a common comprehension in landscape architecture that formal design is like a hard human dominance over nature and the organic or informal landscape means total identification with nature.

Then I think that the understanding of the symbolism in landscape architecture is basic to our comprehension of the past masterpiece and to the comprehension of the historic relationship between nature, culture and design that is the base to studies about landscape architecture.

The kind of contrasts like straight line against curve lines, the rational against the organic, are also very common in architecture and urban design and my intention in this paper is to introduce my thinking about these.

*“Na ilusão o desejo basta a si mesmo; não espera nenhum apoio da experiência”
(Rosset, 1989)*

“Parks and gardens of curves are always new, always revealing new thoughts and new interests in life. Straight lines are copied from the architect and do not belong to the landscape. They have nothing to do with nature, of which landscaping is a part and out of which art has grown. Landscaping must follow the lines of the tree with its thousands of curves.

(Jensen, 1956¹)

NO PAISAGISMO

Este texto discute a idéia de que os estilos formal e informal do projeto dos jardins sejam, em si, uma relação de identificação ou estranhamento com a natureza, tal como proposto por autores importantes para a formulação do que hoje entendemos como paisagismo (Quadro 1). Cidade e campo são, talvez, os conceitos subjacentes que melhor expressem o imaginário contido nessa tensão entre a reta e a curva e entre despotismo e democracia, implícitos também nessa discussão, como veremos.

AUTOR	CONCEITOS
Hubbard, 1927	humanizado e naturalista
Eckbo, 1950 ²	formal e informal, clássico e romântico, geométrico e biológico, arquitetura e natureza, cidade e campo
Church, 1955	formal e informal, simétrico e pitoresco, geométrico e natural, clássico e romântico
Jonhson ³	formal e informal, retilíneo e sinuoso, arquitetônico e naturalista

Alega-se que o *modelo formal* corresponderia a uma relação de estranhamento e oposição com a natureza, subordinando-a ao trato utilitário e predatório, o que seria característico da civilização ocidental e, em particular, de seus governos mais autoritários. Não estamos aqui falando só de desenho, portanto⁴. A oposição entre a reta e a curva trata-se, na verdade, de uma visão crítica e ideológica dos valores da civilização européia.

Há nesses jardins formais a idéia, tão presente no classicismo, de uma academia⁵ de jogos físicos, literários e filosóficos. Essa idéia nos parece particularmente forte nos jardins renascentistas italianos, cuja linguagem, como não poderia deixar de ser, fora buscada no passado romano. O ápice desse modelo foi atingido na França barroca, quando a procura magnificente do infinito

levou à escala gigantesca de Versalhes, expressando o poder absoluto do monarca em inúmeras alegorias cósmicas (zodiacais e geométricas) e mitológicas.



1 - *Escultura de Pan, Parque na Alemanha.* (In: ENGE, Torsten Olaf; SCHRÖER, Carl Friedrich. *Garden architecture in Europe, 1450-1800.* Benedikt Taschen, 1992).

Talvez a rejeição do desenho formal tenha raízes profundas. Rejeita-se com ele a forma arcaica de governo que representava, despótica, encerrada com o divisor de águas da história contemporânea, a Revolução Francesa. Esta forma de governo foi

destronada no plano ideológico pelo exame da razão, que supostamente levaria à livre determinação de todos os homens e que preparava as democracias deste século. E é interessante que o parque monumental francês seja rejeitado justamente em nome da visão naturalista do parque inglês, a nação que preparava a mais intensa exclusão do homem do campo e as bases de um sistema econômico fundado em intensas comunicações territoriais com referência nos grandes centros urbanos e na indústria.



2 - Villa d'Este, Itália, séc. XVI. Gravura de Dupérac. (In: ENGE & SCHRÖER, *op. cit.* p. 43).



3 - Versailles, pintura de Patel, c. 1668 (In: JELICOE, Geoffrey and Susan. *The landscape of Man Shaping the environment from history to present day*. London: Thames and Hundson, revised edition 1987, p. 186).



4 - Versailles, detalhe da fonte de Apolo (In: ENGE & SCHRÖER, *op. cit.* P. 117).



5 - Versailles, detalhe da Fonte do dragão (In: ENGE & SCHRÖER, *op. cit.* p. 115).

O *modelo informal* seria tributário da visão oriental do jardim, de identificação silenciosa com os símbolos do cosmo ou simplesmente com o prazer contemplativo de uma cena que, em sua construção, passou a reter uma imagem de natureza. O jardim oriental constrói um caráter imitativo sagrado, um lugar de intimidade reflexiva, devendo sempre despertar um estado espiritual mais que hedonista. Trata-se de uma natureza idealizada e abstrata, ritualizada, poética, mística, codificada⁶, e portanto, de grande apelo. Sua apropriação na Inglaterra revolucionou a forma de ver a natureza no ocidente no século 18. Revolução que, obviamente, não era das formas apenas, mas do pensamento e da política, aos quais se ofereceu um vocabulário espacial adequado.

PARTERRES ANGLAIS.

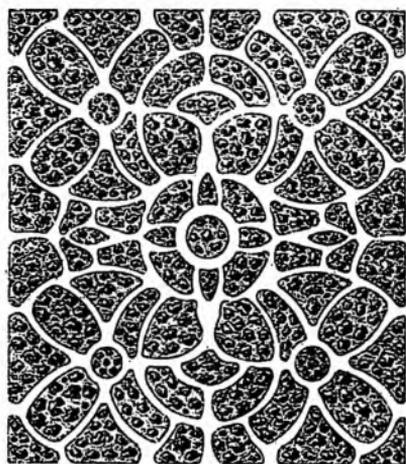


Fig. 2.

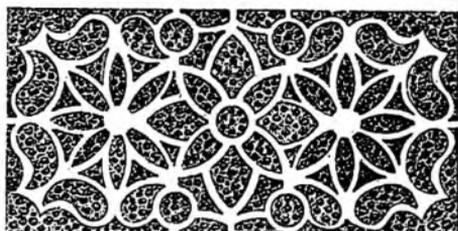


Fig. 3.

JARDIN MIXTE.

Pl. 3 ter.

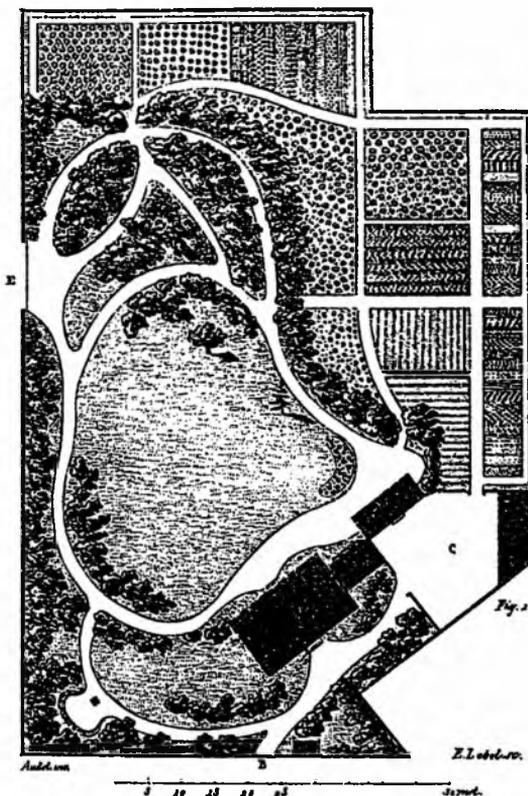


Fig. 1.

6 - "Jardin mixte" e "Parteres Anglaises" (In: AUDOT, L. E. *Traté de la composition et de l'ornement des jardins*. Paris, Inter-livres, fac-símile, p. 3).

Essas visões da natureza, em que pesem suas influências orientais, são tributárias de valores bastante ocidentais, como o demonstra sua dívida ao mito da Arcádia em Claude Lorraine, a sua origem literária, e o desenvolvimento das ciências naturais nas pisadas da expansão e transformação colonialista. *Talvez a essência do jardim ocidental naturalista seja o parecer com a natureza.* É assim que o modo *informal / oriental* preenche com um caráter animista e interativo o conceito de natureza, aparentemente com uma ótica não antropocêntrica (apesar de serem um capricho de landlords ingleses). É por isso facilmente identificável como mais ecológico, categoria subjacente ao debate que aliás é inaceitável, pois a noção de ecologia é posterior aos fatos em questão, embora, com certeza, seja devedora dos valores culturais e modo de ver o mundo, que se formam nos séculos 17 e 18.

7 - Pintura de Hendrik de Cort, 1742-1816 (In: ENGE & SCHRÖER, op. cit. p. 235).



Nada nos permite supor que um seja ecológico e outro não, ou antes, *que não sejam ambos fatura humana, subordinando a natureza aos seus desejos de representação e ordenação, modos diferentes de apropriação e posse*, que o século 19 retiraria do domínio exclusivo dos nobres, colocando-os à apreciação da multidão dos centros urbanos, quando uns e outros se tornaram parques públicos. Com o século 19, a urbanização, a industrialização e os sistemas de transportes regionais colocaram em crise a relação campo-cidade. A natureza surge então como um símbolo muito forte de uma qualidade de vida perdida. Esse retorno romântico à natureza e ao passado era impossível, mas demonstrava muita vitalidade e criatividade.

8 - Parc des Buttes-Chaumont, c. 1863 (In: JELICOE, Geoffrey and Susan, *op. cit.* p. 257).





9 - Vista do Templo de Apolo, Stourhead, sec XVIII (In: ENGE & SCHRÖER, *op. cit.* p. 217).

A polarização campo-cidade, como expressou Eckbo em 1950⁷, evidencia o preconceito subjacente a formal e informal a partir do século 18, isto é, da Revolução Industrial, quando a discussão do jardim no âmbito do campo passará a ser uma discussão do jardim (ou natureza) perdido pela cidade. A memória do campo (idealizado) é inserida simbolicamente na cidade do século 19, mas deixa de ser a Arcádia para ser o lazer e a respiração do aglomerado urbano. De qualquer modo, esses preconceitos naturalistas passaram para os desenhos dos parques urbanos das cidades industriais⁸. Alphand, depois Olmsted e outros, trariam a “natureza” para a cidade, qualificando o ambiente urbano. Os parques do passado dão a linguagem do desenho, mas o paisagismo tornou-se uma questão urbana, ligado definitivamente à forma e qualidade de vida nas grandes cidades.

Os traçados dos parques de Alphand se contrapunham como lugar da natureza ao traçado geométrico do urbanismo barroco adotado por Haussmann e cuidadosamente edificado. Esse conceito de parque chegou também ao Rio de Janeiro e a São Paulo, redesenhou nossos parques e deu a linguagem dos novos até a atualidade. Mas não se deve pensar que o desenho formal foi banido desde o século 18 até o presente, pois no ecletismo deu a linguagem de muitos jardins. Mesmo o planejamento das cidades, sob a influência do art déco, propôs espaços livres públicos segundo essa concepção, que se atualizava com a modernidade elegante de Paris e com a modernidade eficiente das cidades norte-americanas⁹.

O movimento moderno buscava a negação das regras do desenho acadêmico do ecletismo e a amenização, através da inclusão de elementos naturais, do entorno das edificações e do espaço urbanizado. Entre as regras rejeitadas (mas não de todo) pelo modernismo, estão a simetria, a subdivisão em partes autônomas a serem recompostas num todo, perspectivas e eixos de composição, a rígida hierarquia das partes, ornatos, etc., que também estruturavam a linguagem dos jardins formais.

A polêmica persiste até data bastante recente como fulcro do projeto paisagístico, mesmo quando já se começava a advogar

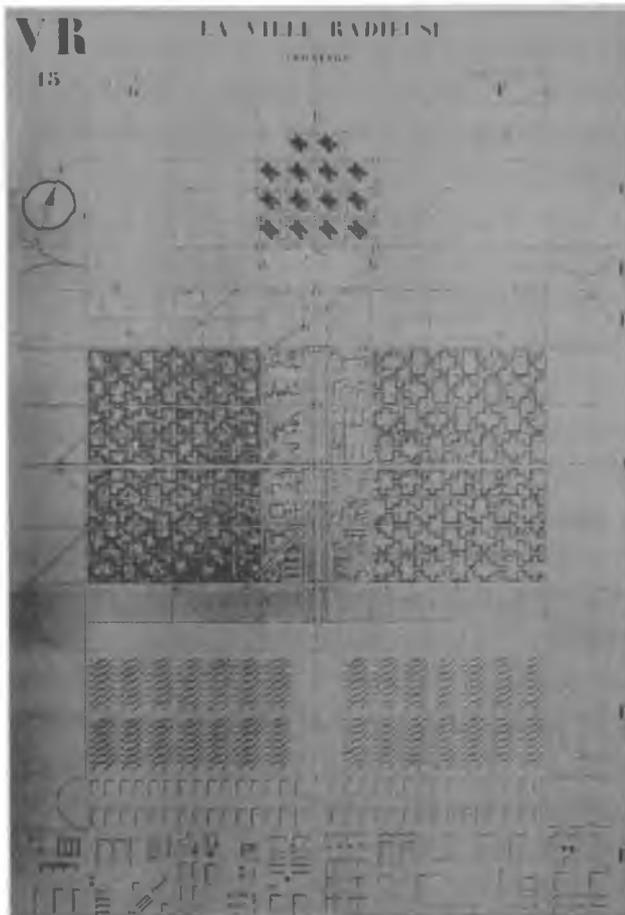
uma outra postura frente ao design, segundo Eckbo: *“Estes dois elementos contrastantes da tradição do paisagismo mundial - a geometria ocidental e a irregularidade oriental, autoridade do homem sobre a natureza e respeito pela natureza, a linha reta e a curva livre - estão ainda no século 20 nos comers da teoria oficial do projeto paisagístico como é ensinado nas Faculdades da América”*¹⁰.

É interessante que o *pós-moderno* torna a apropriar-se desse tipo de referência para ambientar suas edificações. O historicismo recente reabilita o desenho e o sentimento do jardim formal eclético (IBA, Boffill, Graves), os quais, entretanto, não são um desenho clássico e, sim, mais uma das notas dissonantes de caráter surrealista em que se embaralham as hipóteses das décadas de 70 e 80. De qualquer modo, têm o mérito de reeditar a questão dos conteúdos veiculados pelo desenho, ainda que muitas vezes, infelizmente, de maneira estereotipada.

NA ARQUITETURA E NO URBANISMO

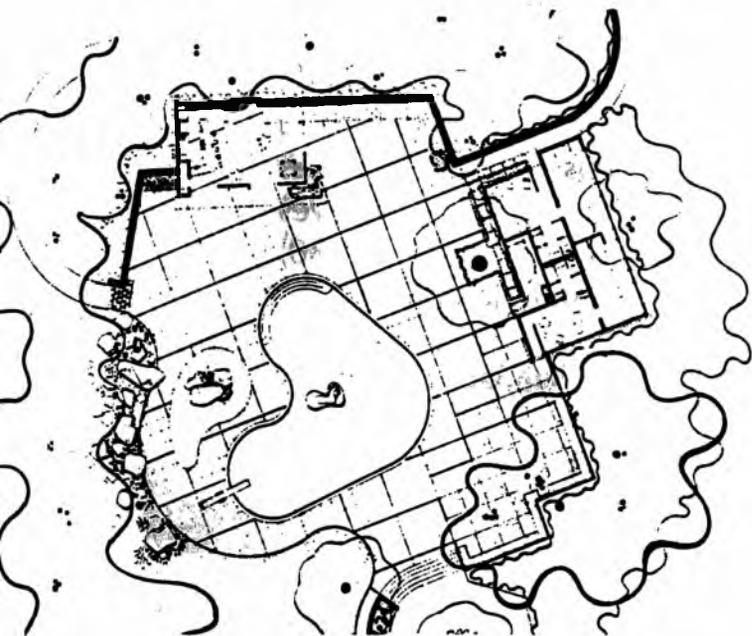
A polêmica não foi exclusiva ao paisagismo. A arquitetura e especialmente o urbanismo moderno, em sua origem, revelam essa disputa ideológica entre a reta e a curva¹¹. Os *pates d’oise* e *rond points* de Versalhes estão tipologicamente no traçado de todas as nossas cidades, tanto quanto o sinuoso traçado dos bairros-jardins. Qualquer análise dos tantos exemplos teóricos e projetuais que possamos escolher para discutir o campo na cidade, como imaginário onde se encontram as tradições agrárias do jardim e as urbanas do chão, da ágora, mostrará que mais do que pares de opostos, cada projeto (cada protótipo) procurou definir qualidades espaciais ricas em relações e significados.

A reta e a curva dos parques franceses e ingleses se reencontram na formulação do urbanismo moderno, traduzidas em polêmicas entre seus expoentes. Vemos que a forma, tão essencial ao paisagismo, também o é para o urbanismo desde sua origem. Do mesmo modo que no paisagismo, no urbanismo a reta e a curva significaram algo mais do que apenas uma opção formal.



10 Ville Radieuse, Le Corbusier, 1935 (In: JELLICOE, Geoffrey and Susan, *op. cit.* p. 295).

Uma das constantes no pensamento sobre arte, arquitetura e urbanismo, são os argumentos sobre os aspectos formativos da personalidade que exercem as qualidades formais, constituindo, por vezes, extensas e acirradas polêmicas, invocando analogias com a natureza e com a objetividade científica para autorizarem-se: *"A estreiteza da rua, a tortuosidade da rua, o ambiente corrosivo da rua, podem concorrer no homem, desde a infância, para a estreiteza de vistas e até mesmo para a tortuosidade do caráter, cujos resultados maus só a instrução e a educação podem corrigir (...) a influência da linha reta no moral e no físico do homem não é uma ficção; a reta é o caminho por onde a luz se propaga e difunde para chegar aos nossos olhos; é também o caminho por onde a luz chega ao nosso espírito, e a prova é que a linha reta do dever é um fato moral"*¹².



11 - Piscina em Sonoma, Califórnia,
Thomas Church, 1948 (In: JELICOE,
Geoffrey and Susan, *op. cit.* p. 336).

12 - Piscina em Sonoma, Califórnia, Thomas Church, 1948 (In: JELICOE, Geoffrey and Susan, *op. cit.* p. 336).



Poderemos rapidamente supor que a relação entre a estreiteza da rua, a estreiteza de visão e a tortuosidade do caráter, é uma proposição antiquada e reacionária do ecletismo, que escamoteia as condições sociais com argumentos positivistas, que nada têm a ver com o mundo moderno. Poderemos supor que sejam pensamentos daquele ecletismo que censurava as fachadas modernas acusando-as de imorais, como Christiano das Neves escreveu sobre a casa no Pacaembu de Warchavchik, em 1930, comparando-a a um prolongamento do cemitério do Araçá¹³.

O que ocorreu, porém, é que o próprio movimento moderno construiu-se posicionando-se nessas polêmicas, advogando a nudez de suas fachadas geométricas como reação ao caráter degenerado e dissimulado, por que não feminino, da ornamentação: *“Os engenheiros são viris e saudáveis, úteis e ativos, morais e alegres. Os arquitetos são desencantados e desocupados, faladores ou lúgubres. É que em breve não terão mais nada para fazer”*, escrevia Le Corbusier em 1923¹⁴. Também Loos, comparando o ornamento com um delito em 1908¹⁵, propunha uma arte da utilidade e da economia. A própria historiografia do movimento moderno o estabelece sobre bases morais ao retornar a Ruskin e Morris como ponto de partida¹⁶. Não se propunha apenas a eficiência das funções, formas e materiais, mas sua verdade!

As cirurgias urbanas que advogava Le Corbusier nos tecidos tradicionais das cidades, e que elogiava em Haussmann e Pereira Passos, contrapunham o caminho dos asnos, ao qual identificava a difusão das idéias sittescas, ao caminho dos homens, pois afirmava Le Corbusier: *“o homem pratica a ordem, seus atos e pensamentos são regidos pela reta e pelo ângulo reto”*¹⁷

Assim, é natural que Le Corbusier expressasse em visita ao Rio de Janeiro, em 1936: *“Bem sei que o prodigioso espetáculo natural que envolve e domina o Rio - suas baías, suas montanhas - existiram sempre. Faltava entretanto dar a esses elementos naturais e exuberantes o meio de nos tocar profundamente. Era preciso encontrar a escala humana que pudesse servir de base*

de aplicação. Sem Passos o Rio permaneceria uma agradável cidade de colônia. Com Passos ... ingressou de vez no rol das grandes capitais do mundo: Rio paisagem admirável, transformou-se em Rio, grande cidade..."¹⁸. Por trás desta afirmação, devemos reconhecer sua visão de natureza: "A natureza se apresenta ante nossos olhos em forma caótica. O conhecimento racional não nos põe em contradição com o universo, mas em harmonia, permitindo atuar. O espírito da natureza é de ordem, como sabemos"¹⁹.



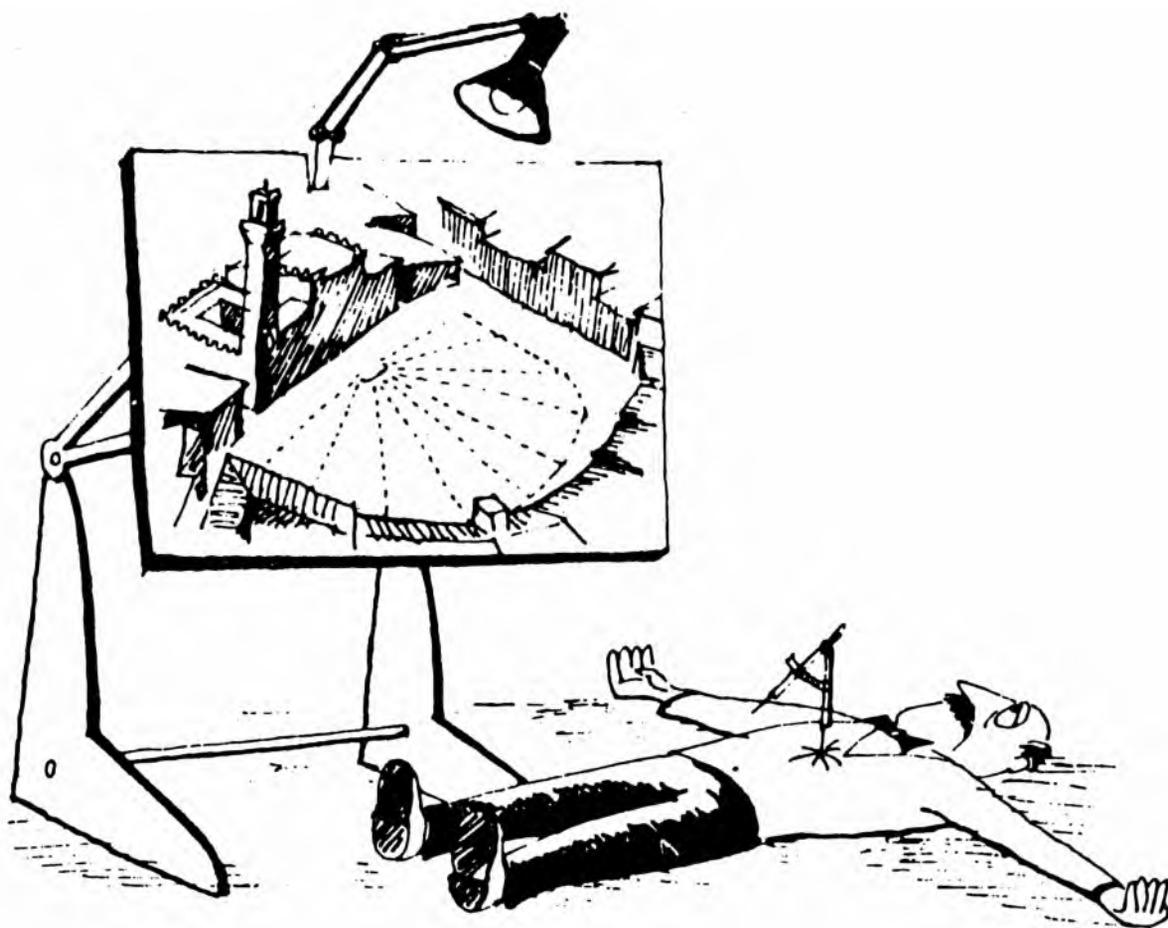
13 - Casa Modernista na rua Santa Cruz, São Paulo, Gregori Warchavchik, 1927. (In: FISCHER, Sylvia e ACAYABA, Marlene Milan p. 9).

Nesses termos, a relação entre o fazer histórico do homem e a natureza, é apresentado de modo aparentemente muito nítido, tanto nas ideologias de ocupação do território quanto nas questões formais dos desenhos: "O fazer histórico para o homem, como sabeis, comporta dois aspectos. De um lado, este fazer é dominar a natureza, descobrir seus segredos, fruir de sua generosidade e interpretar suas freqüentes demonstrações de hostilidade. Dominar a natureza foi e é criar uma técnica capaz de obrigá-la a dobrar-se às nossas necessidades e desejos"²⁰. Temos estado este tempo todo diante da reta e da curva, da ordem e do caos, da força moral da virtude e da decadência, da imitação e da transformação da natureza.

Mas questão da forma na arquitetura continuou sendo tratada, não como um patrimônio coletivo, mas como uma forma única, distinta. Os arquitetos deste século não chegaram a estabelecer uma efetiva e pretendida relação social com a técnica, no sentido de uma função social para a arquitetura. Tampouco elegeram a funcionalidade e a habitabilidade como fator preponderante no projeto. Daí a forma caiu num falso descaso, daí tornar-se também uma coisa em si: *“Todo esforço que visa escapar do artifício nele recai com avidez”*²¹. A forma²², nos seus aspectos plásticos e tecnológicos, passou a ser a representação material de um programa de arquitetura que se pretendia revolucionária, uma *“arquitetura como manifesto”*²³.



14 - Casa do Baile, Pampulha, Belo Horizonte, Oscar Niemeyer, 1942-1943 (In: FISCHER, Sylvia e ACAYABA, Marlene Milan. *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Ed. Projeto, 1982, p. 15).



15 - "Com a régua e o esquadro, o estirador e a máquina de desenhar torna-se difícil e esgotante reproduzir uma situação urbana medieval como a Piazza del Campo, em Siena. Com a ajuda destes instrumentos podem conceber-se unicamente arquiteturas de caixote, facilmente representáveis em perspectivas", Bruno Zevi. (In: ZEVI, Bruno. *A linguagem moderna de arquitetura*. Lisboa: Martins Fontes, 1984, p. 33).

CONCLUSÃO

Os aspectos plásticos estão entre aqueles fundamentais da sensibilidade dos paisagistas e arquitetos, como já apuramos, e constituem, por vezes, a única coisa que deles se espera, aí então uma nítida redução de seu campo profissional. Sendo aspectos fundamentais, quais referenciais são identificáveis para sua discussão e elaboração? Já vimos no início deste artigo que os paisagistas tenderam a polarizar a questão do desenho entre o formal e o informal, que remontam a modelos do séculos 17 e 18, e entre estes e o moderno. Em torno daquelas duas possibilidades emblemáticas construíram-se estereótipos de relação

com a natureza: o geométrico dominador e o naturalista orgânico, minimizando nos debates profissionais as questões mais importantes do tecido urbano e os aspectos culturais da forma.

Os termos formal e informal são, obviamente, inadequados para descrever o conteúdo ideológico e estético que se pretendeu que veiculassem; além de cobrirem apenas uma parte das questões de concepção da forma, são também secundários. É necessário superá-los enquanto estereótipos, fazendo emergir *conteúdo cultural presente nas opções de projeto*. É necessário resgatar o percurso histórico da profissão, estabelecer seus vínculos culturais com o projeto do ambiente, obter a percepção e contribuição específica que dá ao projeto da paisagem.

Interessa reconstituir, com a história, questões fundadoras para a profissão, recuperando-as como uma discussão válida de um campo cultural que tem impacto em nossas opções de projeto e em nossas representações mentais acerca desse campo. Sua redução produz desenhos estereotipados sinuosos ou axiais que não fazem justiça ao conceito de projeto e de paisagem presentes naqueles protótipos²⁴, riquíssimos enquanto opções espaciais e simbólicas, contextualizados em sua época, seu lugar, sua finalidade, no processo que os gera e os faz atravessar o tempo.

O mesmo reducionismo ocorre quando, além de reduzirmos o desenho à reta e à curva, reduzimos o paisagismo a uma oposição entre a natureza e o concreto, isto é, a uma visão agrária oposta ao lote ou ao espaço público, que não discute sua função social, estética, ambiental, na sociedade contemporânea.

Não cremos que o *desenho formal* signifique uma negação da natureza e que seu outro represente "*a respect for nature*" como afirmava Eckbo em 50. Nem que um seja despótico e seu outro libertário, um desenho mais duro e amarrado *versus* um desenho mais solto, como tantas vezes afirmaram professores, arquitetos e paisagistas. Esse tipo de colocações nos afasta das questões mais interessantes.

É necessário entendê-los – *o formal e o informal* (para não reduzir os protótipos a estereótipos) – como SENSIBILIDADES diferentes e discutir o campo SIMBÓLICO e IDEOLÓGICO em que os apropriamos e interpretamos, para entendermos seus conteúdos estéticos. Ao invés de propor um momento em relação ao outro nos termos de um *“ápice e um declive”*, podemos vê-los como *“uma arte totalmente diferente”* como descreveu Wolfflin²⁵ em 1915, ao estudar arte, arquitetura e escultura do humanismo e do barroco.

Que questões propõe portanto o desenho? Lembrando Artigas²⁶, ninguém desenha pelo desenho e há, na razão de ser do desenho, um processo intelectual, uma síntese criativa da *“nova técnica”* *“na criação de novos símbolos”*, uma bela e rica maneira de propor o programa de sua época, ainda que uma elaboração da cultura, por ser *“cultura”*, exige gestação, tempo, e não apenas um generoso gesto de genialidade. Lembrando também Clifford (1970), para quem *“Un jardín es la visión del mundo idealizado por un hombre”*, a questão fundamental que se coloca é que o projeto é uma possibilidade para atuar no nível criativo dos protótipos e não nos esquemas dos estereótipos.

Esta investigação possível à atividade projetual é não só a busca da forma, mas do sentido. E aqui abre-se um enorme campo para, como paisagistas; questionarmos as bases de nossa atividade e de nossa sensibilidade hoje. O que implica, segundo pensamos e discutimos noutras oportunidades, analisar a inserção do paisagismo contemporâneo como arte, ciência e natureza em escalas de abrangência que vão do lugar intra-urbano ao ambiente urbano e regional.

NOTAS

(*) Este tema foi primeiramente abordado em uma disciplina que ministramos no Curso de Especialização em Paisagismo em 1989 e desenvolvido em nossa dissertação de mestrado.

(1) Citado por Eaton, 1964.

(2) A questão entre cidade e campo é particularmente viva na Inglaterra e nos EUA: *"Aunque la lógica interna del desarrollo capitalista norteamericano, lleva aparejada la alta concentración urbana, en coincidencia con la producción industrial y las actividades terciarias, existió tradicionalmente una corriente antiurbana que se remonta a Thomaz Jefferson y persiste a lo largo del siglo XX"* com expoentes como Frank Lloyd Wright (Segre, 1985).

(3) Hugh Johnson (citado em Franco, 1989), derivando-o dos campos de irrigação egípcios, vê nesse modelo uma imagem pastoral arquetípica e uma relação pragmática e antropocêntrica com a natureza, expressão do domínio absoluto de uma minoria ociosa.

(4) A polarização formal-informal foi acirrada pelo próprio movimento moderno, em sua oposição aos estatutos das Beaux-Arts. Snow, 1967, vê também um componente estético na rejeição dos padrões da academia: *"Mistakenly, (...) revolt (...) focused on the bilateral symmetry of the Beaux Arts which was not really the point, just a symbol of it. It was a convenient symbol, ever present and deeply entrenched in a segment of Western culture. But asymetry or neo-romantic wiggles or any other abstraction would have served just as well because any fixed point of reference is incompatible with a changing view of the landscape and the environment generally"*

(5) A tradição dos jardins europeus para Clifford (1970) é a de um *"doble carácter ancestral de santuario y bosque consagrado a los heroes"*.

(6) Assim comentou Roger Fry as diferenças de atitude entre orientais e europeus: *"Uno siente que debe ponerse un poco en guardia sobre un pueblo que invento la ceremonia del té, un pueblo que hipnotiza a sí mismo en una actitude de expectante adoración estetica. Ellos dirían, sin duda, que esta ocupación hipnótica de caminar a lo largo del paseo del jardin en silencio hasta la casa de té, unicamente servía para producir una adecuada receptividade para disponerle a uno a una actitud favorable. Pues esto es precisamente: ellos están siempre disponendole a uno a una actitud demasiado favorable, quitandole a uno mediante la hipnósis su sentido común crítico. Tienen una manera astuta de hacer que las cosas parezcan preciosas aun antes de que se hayan preparado y ostentarlas con exquisito gusto"* (citado por Clifford, 1970).

(7) *"We can sum up the formal tradition as a tradition of unified architectural conceptions in which indoors and outdoors structural and natural elements, were integrated to produce complete site-space organizations: it is a tradition of planned organization of open space in most simple, direct, logical and rational manner. It is a clear and positive expression of man's separation from and or authority over nature, of the authority of some men over many other men, and of the culture, wealth, and power of those dominant few. It was produce in a complete final form, before the dicoverly of the industrial techniques for mass production of goods and wealth, by cultures basically autocratic in social structure"* (Eckbo, 1950).

(8) *"A linguagem paisagística desses parques, herança direta do jardim inglês do século 18, contrapunha-se à tradição do jardim francês. Era a linguagem que convinha ao novo elemento do desenho urbano. Não somente foi utilizado na Inglaterra, mas, transpondo o canal e o oceano, acaba sendo a expressão dos parques franceses e americanos. Acompanhando as novas idéias de volta à natureza e, de certa forma, influenciados pela cultura oriental os paisagistas ingleses introduzem o modelo paisagístico de linhas curvas, de modelado do terreno em colinas macias, rios e lagos imitando as formas da natureza, em contraposição aos tanques e canais geométricos do passado, e o uso da vegetação numa linguagem informal de extensos gramados e grupos de árvores, de forma a sugerirem paisagens naturais"* (Kliass, 1989).

(9) No Plano Avenidas, Prestes Maia propunha a substituição do *"desenho antiquado"* da praça da República por um novo, de caráter formal, inspirado no Capitólio de Washington: *"Com a expansão do centro o logradouro começa a destoar da sua moldura de casas comerciais e de tráfego intenso que o circunda. Por outro lado os novos parques, que se projetam, substituirão com vantagem o seu paisagismo demasiado artificial (...) No fundo, um grande edifício destinado a substituir futuramente a Escola Normal dominará a praça com a sua massa e fechará com sua cúpula a perspectiva da Av. Principal. Cenário comparável à praça do Congresso buenayrense e talvez mais bem proporcionado"* (Maia, 1930).

(10) *"These two contrasting components of the world landscape tradition - western geometry and eastern irregularity, authority of man and respect for nature, the straight line and the free curve - are still in the twentieth century the cornerstones of the official theory of formal and informal landscape design as taught in American professional schools"* Eckbo, 1950.

(11) Essa polarização comparece nos escritos de Sitte (1980) e Corbusier (1962), Garnier (1932) e Unwin (1984), Cullen (1984) e Lynch (1982). Comparece nas nossas capitais planejadas, como Belo Horizonte, Goiânia e Brasília.

(12) Frederico Liberalli, citado por Segawa, 1988.

(13) *"...o seu Código de Obras Arthur Saboya, no art. 146 determina: O estilo arquitetônico e decorativo é completamente livre, enquanto não se oponha ao decoro e à regra de construir. A Diretoria de Obras poderá recusar os projetos de fachadas que acusam um flagrante desacordo com os preceitos básicos da arquitetura" e: "Imagine-se o que será essa cidade-jardim se continuarem a aparecer as casas tumulares de cimento armado. Será inevitável a desvalorização desses terrenos, que mais parecerão um prolongamento do cemitério do Araçá"* (Christiano das Neves, citado por Ferraz, 1965).

(14) Le Corbusier, 1961.

(15) *"El hombre moderno que se tatua es un delincente o un degenerado"*, citado em Conrads, 1973.

(16) Giedion, 1958; Pevsner, 1981.

(17) Le Corbusier, 1962.

(18) Citado por Santos, 1981.

(19) Le Corbusier, 1962.

(20) Artigas, 1986.

(21) Rosset, 1989.

(22) A preocupação formal jamais deixou de ser uma nota distintiva da arquitetura, mesmo que a palavra "estilo", usada com tanta naturalidade antes, passasse a ter uma conotação negativa no movimento moderno, representando o descuido das questões funcionais, estruturais e de organização espacial do projeto, alguma coisa como "cosmético" de fachadas.

(23) Stroeter, 1986.

(24) Se pensarmos em Versalhes ou Storhead, seremos forçados a admitir que esses parques representaram uma visão do mundo e da sociedade, e que organizaram o território, ainda num contexto em que o conflito cidadania não se colocava com toda a sua força. Ambos são protótipos, são intensamente criativos e igualmente artefatos, produtos estéticos que se valem da natureza de modos diversos subordinada à sensibilidade do desenho e do trabalho humano para criar ambientes para uso e fruição.

(25) Wolfflin 1984.

(26) *"Como se viu, ninguém desenha pelo desenho. Para construir igrejas há que tê-las na mente, em projeto. Parodiando Bluteau, agrada-me interpelá-los, particularmente os mais jovens, os que ingressam hoje em nossa Escola: que catedrais tendes no pensamento? Aqui aprenderéis a construí-las duas vezes: aprenderéis da nova técnica e ajudareis na criação de novos símbolos. Uma síntese que só ela é criação"* (Artigas, 1986).

BIBLIOGRAFIA

- ARTIGAS, V. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Pini, 1986.
- CHURCH, T. D. *Gardens are for people. How to plan for outdoor living*. New York: Reinhold P.C., 1955.
- CLIFFORD, D. *Los jardines. História, trazado, arte ...* Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1970.
- CONRADS, U. *Programas y manifiestos de la arquitectura de siglo XX*. Barcelona: Lumen, 1973.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- EATON, Leonard K. *Landscape artist in America. The life and work of Jens Jensen*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1964.
- ECKBO, G. *Landscape for living*. USA: F.W. Dodge Corporation, 1950.
- FERRAZ, G. *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 e 1940*. São Paulo: MASP, 1965.
- FRANCO, M. A. R. *Espaço livre e arquitetura*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- GARNIER, T. *Une cité industrielle, étude pour la construction des villes*. Paris, 1932.
- GIEDION, S. *Espacio, tiempo y arquitectura*. 2. ed. Barcelona: Editorial Científico-Médico, 1958.
- HUBBARD, H. V., KIMBALL, T. *An introduction to the study of landscape design (1917)*. New York: The MacMillan Company, 1927.
- JELlicoe, G. and S. *The landscape of man shaping the environment from history to present day*. London: Thames and Hudson, revised edition 1987.

- JOHNSON, J.; FRANKEL, F. *Modern landscape architecture. Redefining the garden*. New York: Abbeville Press, 1991.
- KLIASS, R. G. *A evolução dos parques urbanos na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- LE CORBUSIER. *La ciudad del futuro*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1962.
- _____. *Por uma arquitetura*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- MAIA, F. P. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
- PEVSNER, N. *Origens da arquitetura moderna e do design*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- ROSSET, C. *A anti-natureza. Elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.
- SANDEVILLEJR, E. *A herança da paisagem*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- SANTOS, P. F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SEGAWA, H. *Construção de ordens. Um aspecto de arquitetura no Brasil 1808-1903*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- SEGRE, R. *História de la arquitectura y del urbanismo. Países desarrollados, siglos XIX y XX*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1985.
- SITTE, C. *Construcción de ciudades según principios artisticos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

SNOW, M. *Modern gardens designed by James Rose*. New York: Reinhold, 1967

STROETER, J.R. *Arquitetura & teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

UNWIN, R. *La practica del urbanismo. Uma Introduccion al arte de proyectar ciudades y barrios*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

WOLFFLIN, H. *Conceitos fundamentais da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



PESQUISA

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA CRIANÇA: A IMPORTÂNCIA DO JOGO LÚDICO

ANGELO SERPA

Pesquisador doutor do CNPq junto ao Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e mestrado em geografia da Universidade Federal da Bahia. Engenheiro Florestal e Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena, Áustria.

RESUMO

Para desenvolver-se e descobrir o mundo brincando, a criança precisa de um meio ambiente social aberto a novas experiências e ao mesmo tempo propício ao jogo lúdico. A situação real da criança no meio ambiente urbano se caracteriza, no entanto, pela carência crônica de espaços livres. Para entender melhor a segregação espacial do ato de brincar foram entrevistadas 37 crianças com idades entre 7 e 9 anos no bairro de Itaquera, na zona leste de São Paulo. As crianças desenharam como e onde brincam mais no bairro. Foram realizadas também entrevistas estruturadas com os pais e mães de algumas crianças que se prontificaram a participar da pesquisa. Os espaços mencionados pelas crianças foram fotografados e comparados com os espaços desenhados. Para análise dos desenhos utilizou-se as categorias descritas por Jean Piaget para a classificação dos jogos e sua evolução. O jogo lúdico parece obedecer ao desenvolvimento gradual proposto por Piaget, mas a segregação espacial do ato de brincar pode ocasionar uma certa renitência do símbolo deformante, que já deveria estar totalmente superado nesta fase do desenvolvimento da criança.

ABSTRACT

In order to develop and discover the world playing, the child needs a social environment opened to new experiences and at the same time favorable to the ludic game. However, the real situation of the child in the urban social environment is characterized by a chronic lack of open spaces. In order to have a better understanding of the spatial segregation in playing, 37 children going from 7 to 9 years of age have been interviewed in the suburb of Itaquera, East Zone of the São Paulo City. Children were asked to draw how and where they most played in the suburb. Also, parents of some of the children have been interviewed. Those spaces mentioned by the children have been photographed and compared to the drawings. For the drawings' analysis, we used categories described by Jean Piaget to rate the games and their evolution. The ludic game seems to follow the gradual development proposed by Piaget but the spatial segregation when playing may cause some resistance in the deforming sign, which was supposed to be completely overcome in this phase of the child's development.

A CRIANÇA, O JOGO E O ESPAÇO DE BRINCAR

A importância do ato de brincar para o desenvolvimento físico e espiritual da criança é inegável: o jogo é a expressão de vida da criança. É como ela se apropria progressivamente do mundo que a cerca.

Brincando, a criança ocupa-se de um pedaço do mundo real e pode se desenvolver física e espiritualmente. Experimentando e testando sua força física, bem como suas aptidões naturais durante o ato de brincar, a criança vai adquirindo independência e confiança em si mesma. Também para o “digerir” de sentimentos como medo e insegurança, o jogo funciona como um universo lúdico alternativo, um despertar gradual da criança para o mundo à sua volta.

Crianças e adultos apresentam diferenças qualitativas e quantitativas no seu sistema cognitivo. O desenvolvimento do sistema cognitivo é consolidado em fases diversas que se sucedem em uma seqüência lógica. Nenhuma criança atinge a fase “X” sem ter passado pela fase “X-1”¹

Se uma reação específica não foi adquirida na fase correspondente será cada vez mais difícil assimilar outras formas de reação associadas com as fases seguintes². As fases estão interligadas por um mecanismo regulador de desenvolvimento e transformação, que se baseia em dois processos distintos denominados assimilação e acomodação. O *processo de assimilação* determina a incorporação de novas experiências ao sistema cognitivo do sujeito. O *processo de acomodação* molda, por seu lado, as estruturas cognitivas ao mundo real, com o objetivo de facilitar a sua compreensão.

Assimilação e acomodação acontecem simultaneamente e o desenvolvimento gradual do sistema cognitivo exige coordenação constante desses dois processos. Essa coordenação visa o equilíbrio entre as informações vindas do mundo “real” e

aquelas vindas do mundo “cognitivo” de cada indivíduo. Representações cognitivas são “construídas” pelo sujeito de forma estável e, ao mesmo tempo, flexível. É o equilíbrio entre estabilidade e flexibilidade que determina o desenvolvimento do sistema cognitivo da criança.

“O desenvolvimento da criança depende de uma troca de informações constante com o seu meio ambiente social. Um progresso mais lento ou mais rápido depende portanto de como este meio ambiente social está organizado.”³

Para desenvolver-se e descobrir o mundo brincando, a criança precisa de um meio ambiente social aberto a novas experiências e ao mesmo tempo propício ao jogo lúdico. A situação real da criança no meio ambiente urbano se caracteriza, no entanto, pela carência crônica de espaços “brincáveis” (“conquistáveis”).

O risco de atropelamento, a violência⁴, o crescimento ininterrupto das grandes cidades brasileiras e o conseqüente medo dos pais (muitas vezes justificável) limitam o espaço de brincar e trazem consigo uma redução drástica do campo de percepção da criança. Grandes avenidas, aumento do volume e fluxo de carros nas ruas, destruição dos poucos espaços livres existentes: o espaço de brincar torna-se cada vez mais restrito e segregado, verdadeiros guetos cercados de asfalto por todos os lados.

Todo ser humano precisa adquirir, durante a fase de socialização, na infância e na adolescência, competências e qualificações, que garantam sua entrada futura no mundo adulto como cidadão qualificado, capaz de agir, trabalhar e se locomover no meio social ao qual pertence. *O ato de brincar é para a criança o que o trabalho é para o adulto*⁵.

A PESQUISA E O MÉTODO

As seguintes questões nortearam a pesquisa descrita a seguir:

- Onde e como brincam as crianças na periferia de São Paulo?
- Até que ponto a segregação espacial do ato de brincar afeta o processo de socialização da criança?
- Como reverter este quadro de segregação?

Para responder essas questões, foi escolhido o bairro de Itaquera na zona leste de São Paulo. Nos meses de outubro e novembro de 1994, foram feitas visitas constantes ao bairro e a Escola Municipal Benedito Calixto. 37 crianças com idade entre 7 e 9 anos (primeira série) desenharam por solicitação do pesquisador os locais onde brincam mais no bairro e os jogos e brincadeiras por eles praticados no exercício cotidiano do ato de brincar.

Foram realizadas dez entrevistas estruturadas com os pais e mães de algumas das crianças, que se prontificaram a participar da pesquisa. Durante a entrevista os pais e mães responderam se trabalham fora, quando e com que frequência saem com os filhos, aonde vão (parques, praças, clubes?), onde os filhos brincam e se estão satisfeitos com as alternativas de lazer existentes no bairro. Também foram fotografados os espaços livres existentes nas proximidades do local de moradia dos pais e mães entrevistados de modo a permitir uma comparação dos espaços desenhados pelas crianças e os espaços “reais” de lazer existentes.

Para análise dos desenhos utilizou-se a seguinte metodologia:

- Classificação das condutas lúdicas de acordo com as categorias descritas por Piaget (1964)⁶ para a classificação dos jogos e sua evolução, a partir do aparecimento da linguagem: o exercício, o símbolo e a regra.
- Comparação do espaço desenhado pela criança com o espaço real, analisando a capacidade da criança de “mapear” seu espaço cotidiano.

O EXERCÍCIO, O SÍMBOLO E A REGRA

Piaget (1964) distingue três grandes tipos de estruturas que caracterizam os jogos infantis e dominam a classificação de detalhe: o exercício, o símbolo e a regra.

“Certos jogos não supõem qualquer técnica particular: simples exercícios põem em ação um conjunto variado de condutas, mas sem modificar as respectivas estruturas, tal como se apresentam no estado de adaptação atual (...) Por exemplo, quando o sujeito pula um riacho pelo prazer de saltar e volta ao ponto de partida para recomeçar etc., executa os mesmos movimentos que se saltasse por necessidade de passar para a outra margem; mas fá-lo por mero divertimento e não por necessidade de passar para a outra margem.”⁷

Para Piaget o símbolo, ao contrário do jogo de exercício, que não requer pensamento nem qualquer estrutura representativa especificamente lúdica, implica a representação de um objeto ausente, *“visto ser a comparação entre um elemento dado e um elemento imaginado, e uma representação fictícia, porquanto essa comparação consiste numa assimilação deformante.”⁸*

No processo de desenvolvimento da criança, uma terceira grande categoria sobrepõe-se aos jogos simbólicos: a dos jogos com regras. Ao invés do símbolo, a regra supõe, necessariamente, relações sociais ou interindividuais, mas *“não é uma simples regra inspirada na vida moral ou jurídica etc., mas uma regra especialmente construída em função do jogo, embora possa conduzir a valores que o ultrapassam.”⁹*

Piaget supõe uma evolução constante dos jogos lúdicos com o desenvolvimento da criança. Assim, os jogos de exercício, que até o aparecimento da linguagem permitem a consolidação dos poderes sensório-motores, dão lugar aos jogos simbólicos durante o segundo período de desenvolvimento da criança (1-6 a 7 anos): é o símbolo que fornece à criança os meios de assimilar o “real” aos seus desejos e aos seus interesses.

O período entre 7 a 8 anos e 11 a 12 anos é caracterizado pelo declínio evidente do simbolismo, dando lugar quer ao jogo de regras, quer às construções simbólicas cada vez menos deformantes: *“A criança de 7 anos abandona o jogo egocêntrico das crianças menores, em proveito de uma aplicação efetiva de regras e do espírito de cooperação entre os jogadores.”*¹⁰

O que dizer então de Juliana (8 anos - Figura 1 e Fotos 1 e 2) que transforma o canteiro de couve da mãe em um canteiro de flores? Ou de Lucinéia (8 anos - Figura 2 e Foto 3) que anexa o quintal da tia ao quintal da sua residência, transportando a árvore da rua para os domínios da sua casa e fazendo “desaparecer” em seu desenho muros e cercas? Ou ainda de Bruno (9 anos - Figura 3 e Foto 4) que transforma o quintal - estreito e comprido - de sua casa em um campo de futebol imaginário, demarcando-o e fazendo surgir em seu desenho traves e redes, ao mesmo tempo que omite (deliberadamente ou não) o muro, o gradil e a casinha do cachorro?



Figura 1: Brincando de boneca no quintal (Juliana, 8 anos).



Foto 1: O canteiro de couve transforma-se em canteiro de flores (Foto: Angelo Serpa).



Foto 3: Fazendo desaparecer muros e cercas, Lucinéia amplia o quintal de sua casa (Foto: Angelo Serpa).



Figura 2: O quintal como quadra de vôlei (Lucinéia, 8 anos).



Figura 3: Jogando futebol (Bruno, 9 anos).



Foto 4: O quintal - estreito e comprido - transforma-se no desenho de Bruno em campo de futebol (Foto: Angelo Serpa).

Nota-se que as construções simbólicas nos três desenhos mencionados são ainda evidentemente *deformantes*: parecem querer expressar a necessidade de ampliação e “embelezamento” do espaço “brincável”. O jogo lúdico parece aqui ainda indispensável como meio de compensação ou mesmo liquidação do espaço real “experienciado” pelas crianças no ato cotidiano de brincar. Isso parece contradizer Piaget ao afirmar que quanto mais a criança se adapta às realidades físicas e sociais, menos se entrega às deformações e transformações simbólicas.

Uma análise mais acurada dos desenhos mostra, no entanto, um declínio do simbolismo nos jogos lúdicos propriamente ditos, já que o simbolismo compartilhado por muitos pode engendrar a regra (daí a transformação possível dos jogos de ficção em jogos de regras): Juliana brinca de “casinha”, divide e representa “papéis” com a amiga, a boneca transforma-se evidentemente

em filha, sobrinha, etc.; Lucinéia joga vôlei com três amiguinhas e Bruno compartilha o jogo de futebol com outra criança. Nos dois últimos casos além da regra, o exercício sensório-motor também se faz presente.

Essa constatação mostra-nos que, quando o símbolo vem-se inserir no exercício sensório-motor, não elimina este último e, pelo contrário, subordina-se-lhe: *“As suas funções afastam-se cada vez mais do simples exercício: a compensação, a realização dos desejos, a liquidação dos conflitos etc. somam-se incessantemente ao simples prazer de se sujeitar à realidade, a qual prolonga, por si só, o prazer de ser causa inerente ao exercício sensório-motor.”*¹¹

O surgimento da regra com o florescimento da socialização fica evidente nos desenhos de Talita (7 anos - Figura 4) e de Stanley (8 anos - Figura 5). A menina mostra uma sala de aula “fictícia” com quatro alunos, um deles sentado ao lado da professora, desproporcionalmente maior que os seus discípulos, e afirma brincar com freqüência de “escolinha” na sua casa: a “professora” desenha uma fada na lousa. O desenho do menino mostra diferentes jogos e esportes com regras: paredão, vôlei, basquete, beisebol, pega-pega, esconde-esconde, etc.; há a preocupação de mostrar com detalhes e de forma esquemática os jogos, representando em alguns casos o movimento da bola (vôlei, futebol).

Os dois desenhos mostram uma progressiva adaptação social já que em ambos a regra predomina. Talita, filha de professora primária, toma a mãe como símbolo (talvez por isso desenhando a “professora” muito maior que os alunos) e institui a regra da escola para o jogo de representação de papéis. Stanley incorpora ao exercício sensório-motor as regras dos jogos infantis consagrados pelas crianças mais velhas e dos esportes também praticados pelos adultos. Note-se que aqui a construção simbólica constitui apenas uma reprodução imitativa direta da realidade correspondente: o símbolo torna-se, portanto, imagem¹².



Figura 5: Paredão, pega-pega, esconde-esconde... (Stanley, 8 anos).



Figura 4: Brincando de “escolinha” (Talita, 7 anos).

O ESPAÇO INFANTIL E SUA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

De acordo com Luquet (1927)¹³, a criança desenha - a partir dos 4 anos (fase que se estende até os 10 ou 12 anos) - não aquilo que vê, mas aquilo que sabe. Nesta fase as relações projetivas e euclidianas começam apenas a elaborar-se, enquanto as relações topológicas são em geral respeitadas.

“Uma vez constituídas as relações topológicas, a criança preocupa-se em respeitar as distâncias, as proporções respectivas das figuras; submete seu traçado à unidade de ponto de vista (...) daí o aparecimento da perspectiva, que não suplanta o espaço topológico, mas visa a integrá-lo.”¹⁴

Para representar o espaço a criança lança mão nessa fase de dois processos: o plano deitado e a transparência. No desenho de Bruno (Figura 3) p. ex. o campo de futebol é representado como se fosse visto de avião: no plano deitado os objetos não são representados em perspectiva, mas deitados em torno de um ponto ou eixo central. Tayane (9 anos - Figura 6) desenha a fachada do prédio onde mora mas também o interior do seu apartamento,

onde ela aparece brincando de “casinha”: com o recurso da representação simultânea do objeto e de seu conteúdo (transparência), a casa é representada ao mesmo tempo de fora e de dentro¹⁵.

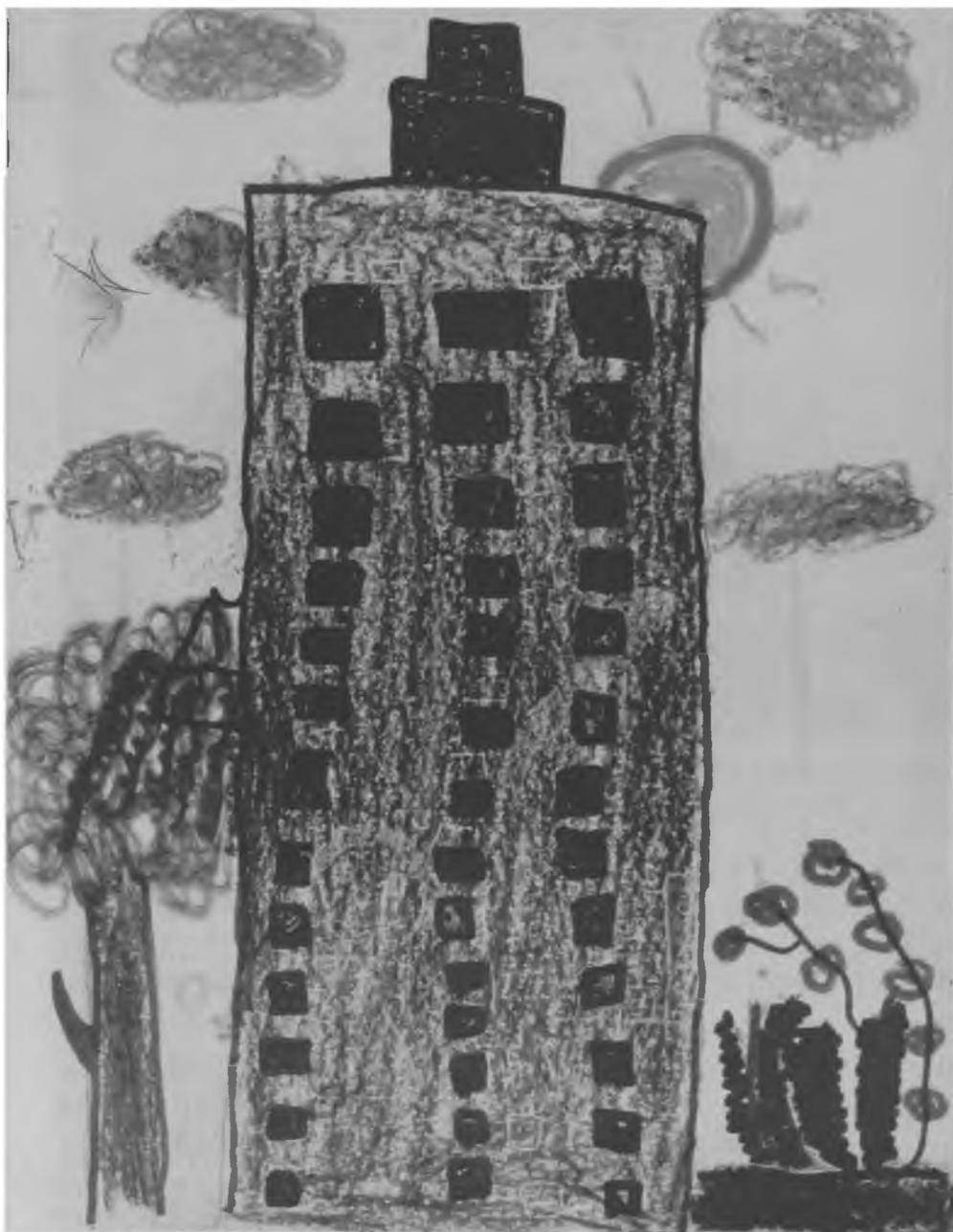


Figura 6: Fora, o prédio escuro. Dentro (Tayane, 9 anos).



Figura 6A: A casinha de boneca (Tayane, 9 anos).

No desenho de Tayane o prédio onde reside adquire proporções muito maiores do que o prédio real (tem 14 andares, enquanto os edifícios da Cohab-Itaquera têm apenas seis - Foto 5). Everton (8 anos - Figura 7) respeita o número de andares do prédio, mas o representa desproporcionalmente maior que as duas crianças que brincam embaixo dele; há um retângulo negro na fachada verde do edifício, talvez querendo indicar a janela do seu apartamento, já que ele mora no quinto andar; observa-se também no desenho a ausência de perspectiva já que o prédio “flutua” no espaço, sendo apoiado por uma única coluna, que, na verdade, parece querer indicar a entrada do edifício.

Vê-se, através dos dois exemplos acima, que, para a criança, a casa não é apenas o lugar onde os objetos se inscrevem, mas também uma rede de afetos: *“A casa constitui para ela o mundo usual de sua experiência perceptiva e pragmática, cognitiva e afetiva, lugar em que se abrem os primeiros gestos, refúgio contra um universo desconhecido e ameaçador”*¹⁶.

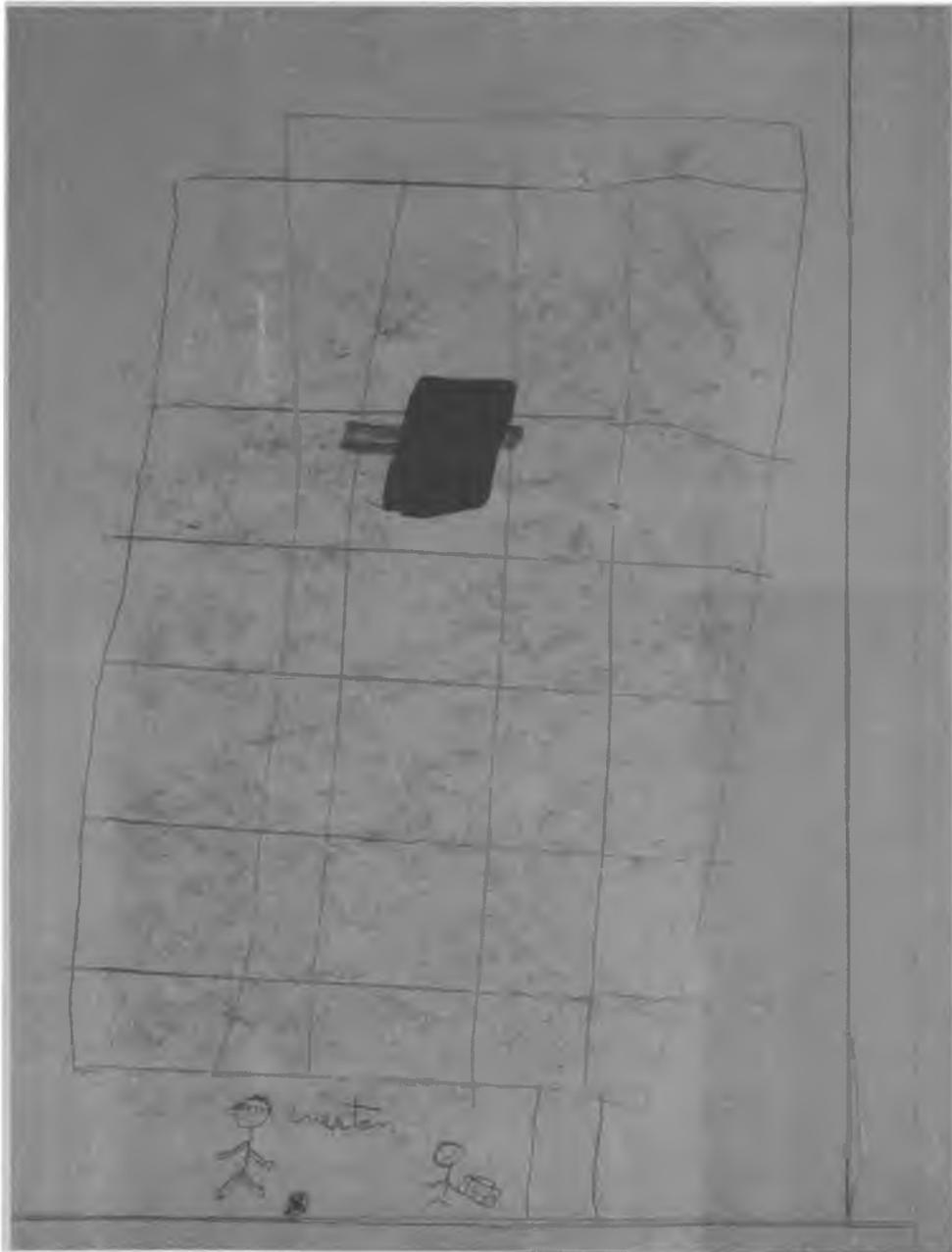


Figura 7: Brincando no pátio interno do prédio (Everton, 8 anos).



Fotos 2 e 5: Para a criança, a casa não é apenas o lugar onde os objetos se inscrevem, mas também uma rede de afetos (Foto: Angelo Serpa).

Esse universo desconhecido e ameaçador que é o espaço externo à casa é “suavizado” na representação gráfica de Tayane (Figura 6), com a introdução de elementos naturais “emoldurando” a fachada escura do prédio: nuvens, uma árvore, arbustos e o sol por detrás do prédio são coloridos em contraste à fachada marrom do edifício. Elementos naturais também estão muito presentes no desenho de Rodrigo (9 anos - Figura 8): o sol (com rosto e sorrindo) e nuvens (azul e vermelha!) aparecem aqui com destaque. O menino é maior do que a árvore, com frutos vermelhos e tronco lilás: aparece no desenho jogando bola e a bola parece estar amarrada no seu pé (o que pode querer indicar o movimento da bola para o alto ou expressar - de forma inconsciente - a sensação de falta de liberdade).



Figura 8: Jogo de bola (Rodrigo, 9 anos).

Rodrigo transforma a rua onde brinca no terreno baldio em frente à sua casa, onde os pais o proíbem de brincar (com o símbolo funcionando aqui mais uma vez como efeito compensador). O espaço “brincável” é delimitado no desenho

por uma espécie de moldura, como numa foto. O menino brincando sozinho parece “preso”, enquadrado no desenho. O meio fio entre a rua e o terreno baldio é o limite do espaço de brincar de Rodrigo (Fotos 6 e 7).



Fotos 6 e 7: Rodrigo transforma a rua onde brinca no terreno baldio em frente à sua casa, onde os pais o proibem de brincar (Fotos: Angelo Serpa).

Observa-se que a percepção do espaço obedece na criança a critérios que não são propriamente métricos, mas afetivos. Não há a preocupação premente de respeitar as proporções dos objetos, uma vez que a criança lhes atribui uma grandeza afetiva¹⁷ *A casa e o espaço externo acabam funcionando, portanto, como projeção das angústias e das fantasias infantis.*

Mapear o espaço vivido é tarefa complexa que exige tanto da criança, como do adulto, coordenação e aplicação prática das informações “espaciais” colhidas no cotidiano. Na verdade, um verdadeiro sistema de coordenadas é criado pelo indivíduo para a solução de “problemas espaciais” cotidianos (como p. ex. descobrir o melhor caminho a pé para a escola). A criança utiliza para a solução de tais problemas um *sistema egocêntrico*¹⁸, *baseado nas suas próprias experiências e limitações corporais: ela mapeia o espaço em forma de caminhos isolados, lugares e pontos marcantes só são “gravados” e reconhecidos com base nestes caminhos. A criança parece incapaz de imaginar as relações entre estes caminhos isolados e de conjugá-los num todo; não vê ainda a complexidade do espaço onde vive.*

Este *sistema egocêntrico* de mapear o espaço fica claro no desenho de Abadia (9 anos - Figura 9), que representa a rua onde mora (e brinca) dando destaque à sua casa e também às casas de dois colegas de escola (Talita e Cleber). Alguns detalhes interessantes aparecem no desenho de Abadia, como o cruzamento em frente à casa de Talita, assim como o semáforo e os quebra-molas na rua: fica claro que, para Abadia, as referências mais fortes são as casas dos seus melhores amigos e os meios de que dispõe para atravessar as ruas e chegar até eles. Note-se que nenhuma outra casa (ou prédio) é representada no desenho, como se na rua só existisse a sua e as dos dois colegas.

É somente com o desenvolvimento da criança que esse sistema egocêntrico vai sendo abandonado e substituído gradualmente por um sistema de coordenadas mais complexo, no qual ela constrói suas referências com base em pontos e lugares concretos, ao invés de tentar relacioná-los de forma egocêntrica

consigo mesma. Em outras palavras, a criança deixa de ser o centro do universo para relacionar-se de forma mais construtiva e proveitosa com o espaço onde vive.

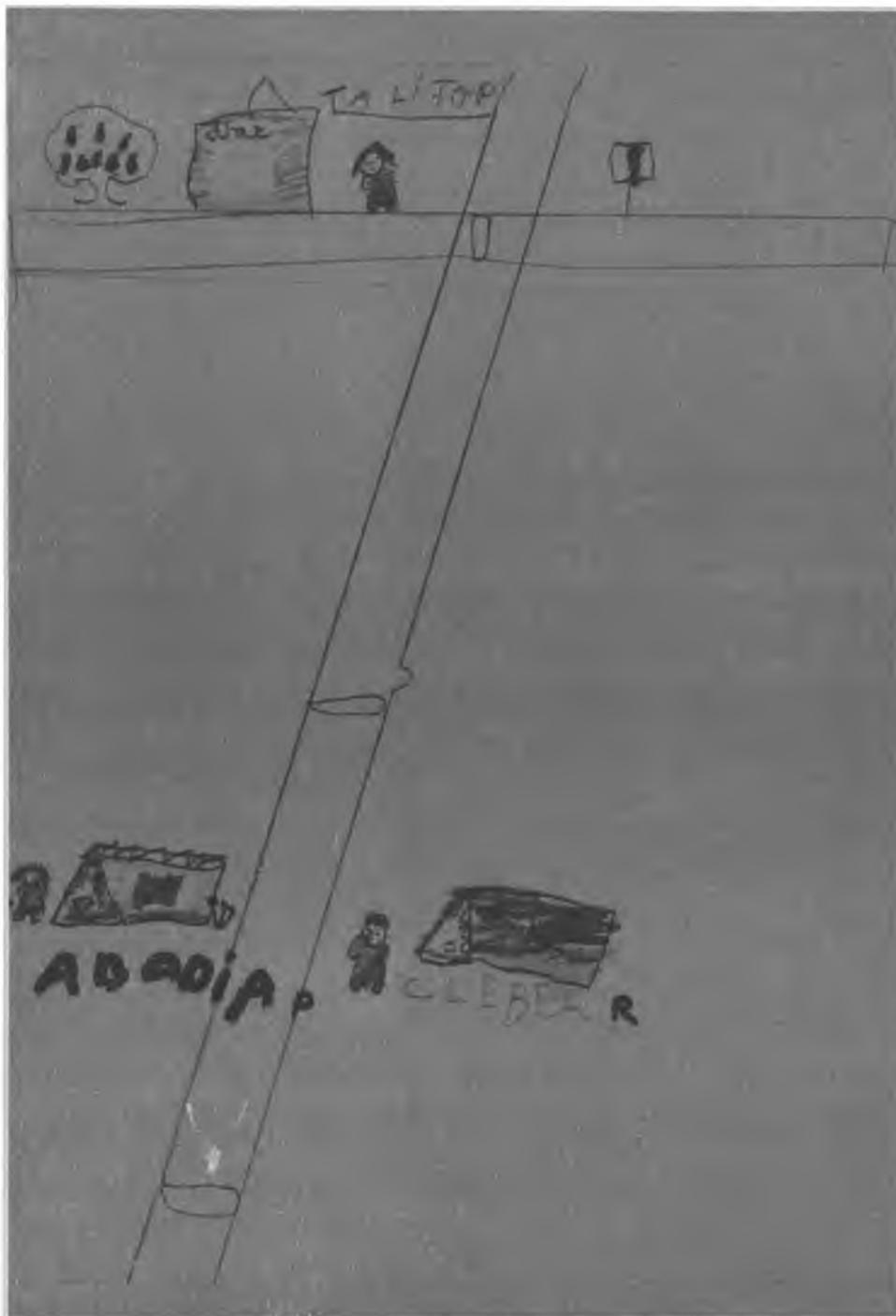


Figura 9: Mapeando o espaço cotidiano (Abadia, 9 anos).

A SEGREGAÇÃO ESPACIAL DO ATO DE BRINCAR: CONSEQÜÊNCIAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO

“A grande problemática dos centros urbanos é onde colocar a criança.” É assim que dona Ana Regina Spinardi (Foto 4), 36 anos, mãe de Bruno (Figura 3), resume, em tom de desabafo, a posição da maioria dos pais e mães entrevistados. Ela reconhece que por causa do “medo” não deixa nunca seus três filhos saírem sozinhos: “Tem vários tipos de medo. A questão do trânsito, essa violência presente que é o assalto, o roubo e também a questão das drogas. Já existia drogas em Itaquera, mas depois do confinamento nos prédios isso se tomou mais presente.”

Por falta de tempo ou pela falta de opções de lazer no bairro, as crianças acabam passando o dia entre a escola e a casa. *“Passear mesmo é muito difícil. As crianças acordam às nove horas, tomam café e já vão prá escola. Quando chegam já é quase final de tarde”, diz dona Maria da Penha Cunha da Silva, 27 anos, mãe de Rodrigo (Figura 8). Rodrigo acaba brincando a maior parte do tempo na rua em frente a sua casa, onde não há muito movimento de carros.*

“Para perceber o espaço e se apropriar do meio ambiente em que vive, o ser humano precisa interagir com as estruturas (materiais e sociais) e com os objetos que compõem este meio. Domínio espacial requer, portanto, um aprendizado constante e interativo”¹⁹. Como se torna, na maior parte dos casos, um espaço proibido, o entorno da casa acaba sendo mais desconhecido para a criança do que os espaços e lugares mais distantes, intermediados de forma indireta pela televisão, pelo cinema e pelos gibis de histórias em quadrinhos.²⁰ É assim que o espaço adquire para a criança e o adolescente um caráter virtual: “As minhas crianças ficam brincando aqui dentro de casa mesmo, ou na arezinha aqui (...) Elas ficam brincando na escada de boneca. Às vezes eu pego as duas e elas ficam andando de bicicleta aqui na rua.” (Dona Mirian de Oliveira Araújo, 32 anos, mãe de Tayane - Figura 6 e Fotos 5 e 8).



Foto 8: "As minhas crianças ficam brincando aqui dentro de casa mesmo" (Foto: Angelo Serpa).

Mas quais podem ser as conseqüências da segregação espacial do ato de brincar? Com base nos desenhos analisados aqui, o que se constata é que isso não parece afetar o desenvolvimento da criança, tanto no ato de brincar propriamente dito, como na representação gráfica do espaço vivido no cotidiano. O jogo lúdico parece obedecer ao desenvolvimento gradual proposto por Piaget, com o aparecimento da regra em detrimento do exercício sensório-motor e do símbolo, compatível com a idade das crianças entrevistadas (7-9 anos). A segregação espacial do ato de brincar parece ocasionar, no entanto, uma certa renitência do símbolo deformante, que para Piaget já deveria estar totalmente superado nesta fase do desenvolvimento da criança. O símbolo deformante aparece aqui como compensação para o espaço "real", para o espaço potencialmente interessante para o jogo lúdico, mas sujeito às proibições dos pais, transformado em espaço virtual pela representação gráfica idealizada.

*“A criança precisa de mais espaço para o jogo lúdico”²¹. Convém ressaltar que o problema não se resume apenas à quantidade dos espaços disponíveis para o jogo, mas apresenta também um aspecto qualitativo:²² na Europa, é crescente a crítica às áreas de recreação infantil planejadas. Tais áreas parecem servir apenas para manter o *status quo* vigente, valorizando a engenharia de trânsito e o automóvel, em detrimento da criança e do jogo lúdico. Verdadeiros guetos, os parques infantis parecem se contentar apenas em suprir as necessidades de movimento da criança, sem exigir muito de sua criatividade e capacidade de superar problemas concretos, parecidos com as “engenhocas” criadas para “distrair” os hamsters em uma gaiola.*

As áreas de recreação infantil planejadas parecem ser, porém, a principal reivindicação dos pais e mães entrevistados em Itaquera, o que mostra a “internalização” dos princípios de segregação espacial da criança, ditados pelo planejamento urbano tradicional: *“Nessa praça aqui perto de casa não tem brinquedo. Ali no começo era bonitinho, verde, tinha bastantes brinquedos. A praça Raul Seixas, que inauguraram recentemente na Cohab, é muito bonita, lá é verdinho, tem muitos brinquedos também”* (Dona Maria de Paiva, 31 anos, mãe de Juliana - Figura 1 e Fotos 1 e 2). Dona Mirian de Oliveira Araújo vai mais longe e, além dos “muitos brinquedos”, também *“cercaria a área para as crianças, principalmente as pequenininhas”*: *“Porque não adianta você fazer uma praça aqui e ter que estar correndo para pegar a criança, para ela não ir para a rua. Assim, nem a criança fica tranqüila, nem a mãe fica tranqüila”*.

O jogo lúdico é, no entanto, um aprendizado “processual” que não se contenta com guetos, mas exige espaço para acontecer. Como dito anteriormente, a criança precisa da possibilidade de exercer o seu direito de brincar, aqui, agora e por toda a parte. Programas, como o das ruas de lazer, implantadas em São Paulo na década de 70²³, podem servir de ponto de partida para a criação de espaços de brincar no entorno habitacional da criança. O mapeamento de espaços livres potenciais para o jogo

lúdico, como os terrenos baldios, existentes em profusão em Itaquera, e que poderiam também ser incorporados ao programa das ruas de lazer²⁴, possibilitaria a ampliação do espectro de opções para o jogo lúdico no bairro.

Tais programas poderiam ainda ser incrementados com a organização de festas, festivais de teatro infantil e a prática organizada de esportes e gincanas. Aliás, é essa também uma das principais reivindicações dos pais e mães entrevistados: *“O que tinha que ter nessas praças era um centro desportivo infantil, para a prática de esporte olímpico”* (Sr. Paulo Fabiano, 46 anos, pai de Lucinéia - Figura 2). Já dona Marisa (Foto 3), esposa do Sr. Paulo, sonha com a *“apresentação de cantores-mirins para divertir as crianças”*: *“Também poderia ter teatro ou professores para ensinar os pequenos a pintar ao ar livre. As nossas crianças não têm com que brincar, ficam correndo de lá para cá, como baratas tontas”*.

É conveniente ressaltar ainda a importância desses terrenos baldios, que não necessitam nada além de limpeza e saneamento, mas que podem assumir para a criança *“ares de mistério e aventura”*. E, por que não deixar por ali, às vistas das crianças, um pouco de madeira, ferramentas, pregos? Por que não estimular os jogos de construção de casas em árvores? Por que não ressaltar o caráter provisório daquele espaço através de intervenções artísticas? Por que não plantar ali árvores frutíferas e fornecedoras de sombra para as mães e de madeira para as crianças?

Note-se que falo aqui da revigoração de espaços *“mortos”* (e não falo aqui apenas dos terrenos baldios, mas também das praças e ruas de lazer): com a volta da população do entorno habitacional, esses espaços talvez possam num futuro próximo ganhar vida nova, como no espaço virtual (ideal) representado nos desenhos das crianças, que analisamos juntos neste artigo.

UMA CIDADE POR REFAZER?

“O que percebemos, pelas conversas com pessoas simples das Cohabs, é que quem deveria estar lutando pela melhoria das condições de transporte e moradia não o faz de maneira ordenada. Está mais interessado, e com justa razão, em obter o necessário para a alimentação e educação de sua família. Salvo raras exceções, o que se vê é a negação da origem rural, por pressão preconceituosa da sociedade, quando o trabalhador passa a ser um ‘novo paulistano’ e a fazer parte do mundo de cimento e asfalto.”²⁵

A segregação do universo infantil no contexto urbano não pode ser vista como um fato isolado. A construção de grandes conjuntos habitacionais populares, nas franjas periféricas das grandes cidades, decorre da política oficial implementada pelo BNH e pelas Cohabs a partir da década de 70. Com projetos padronizados e de execução precária, esses “conjuntos-pacote” são constituídos por edifícios isolados, geralmente dispostos paralelamente entre si e sem nenhuma relação com o entorno.

Assim, *“a expansão da mancha urbana e a ocupação do espaço periférico na cidade de São Paulo (...) decorrentes, a partir de um dado momento histórico, da combinação entre a casa precária autoconstruída ou autogerenciada pelos moradores e o loteamento popular freqüentemente irregular ou clandestino”²⁶*, dá lugar à cidade “oficial” planejada, sem a participação dos futuros moradores na sua concepção. Esse processo de expansão e ocupação espontâneas, que resultou em práticas urbanísticas peculiares e que configurou, ao longo de décadas, *“um desenho urbano característico ao processo de urbanização do município”²⁷*, é negado, portanto, por uma prática de planejamento urbano autoritária e excludente.

A aplicação dos conceitos e instrumentos de sintaxe espacial, desenvolvidos pelo arquiteto inglês Bill Hillier²⁸, em áreas de tecido tradicional (centro de Itaquera) e naquelas planejadas

pela prefeitura e governo do Estado (conjunto habitacional José Bonifácio, no mesmo bairro)²⁹ mostraram que, mesmo nestas últimas, a população interfere e se apropria do espaço, redefinindo as relações público/privado. Criam-se dessa forma novas hierarquias urbanas, de espaços melhor categorizados e que expressam uma maior identidade territorial. É a busca de um “arquetipo” coletivo de cidade: *“Os espaços tomados ao que antes era público são percebidos agora quase como um tecido tradicional de cidade com quarteirões, ruas, praças, largos, etc”*³⁰.

No conjunto habitacional José Bonifácio, a privatização de espaços considerados no projeto original como “públicos” resulta do fato de que os mutuários – em grande parte por pressão da própria prefeitura no sentido de legalizar e regularizar as áreas condominiais – cercam o lote do prédio depois de quitarem o imóvel junto à Cohab. Observa-se que as camadas menos favorecidas da população acabam assumindo o “ideal das elites”: o prédio isolado no lote.

*“Os padrões de organização social dos mais ricos são reproduzidos, como todos os demais, típicos das elites sociais, de um modo reduzido, e na medida do possível, por todas as camadas sociais. A população de um conjunto habitacional, Cohab, recodifica e transforma seus espaços livres, seguindo os arquétipos das classes mais ricas, criando ao seu modo cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos”*³¹.

No conjunto José Bonifácio, cercado os prédios de apartamentos, começa a disputa interna pela ocupação e apropriação do espaço privatizado. Ganha em regra quem grita mais alto nas assembléias dos condôminos. O que prevalece são os estacionamentos, com garagens e lojas de construção precária: ocupam 41% da área total. No entanto, a percentagem de áreas ajardinadas e terrenos baldios nos espaços internos aos prédios é alta, cerca de 29%.

Observa-se que a disputa não é só interna a cada prédio, mas também uma disputa entre prédios por mais espaço. Antigos

acessos e sobras de terrenos não utilizados pela Cohab foram, ao longo do tempo, simplesmente “incorporados” pelos prédios vizinhos. São justamente essas edificações com mais “terreno” que apresentam espaços livres melhor hierarquizados, com jardins frontais e/ou laterais.

Nos prédios com menos espaço, a tendência é a redução e, em alguns casos mais radicais, a total eliminação das áreas ajardinadas no interior das edificações:

“Esse apartamento é próprio. Meus pais levaram 25 anos para pagar. Antes não tinha muro, só grade. Só depois os moradores se reuniram e foram cercando. Assim ficou mais privativo. Se for me falar que é por conta da segurança, não é. O portão fica aberto direto. É para limitar o terreno, entendeu? Tem um jardim na frente do prédio, mas os moradores estão acabando com ele. A gente tinha uma área maior de jardim, aí derrubaram uma árvore e levaram uma multa. Aí diminuíram o jardim para fazer outra garagem. A gente vai ficar sem área verde aqui no prédio. Já teve muita briga, agora o pessoal acalmou. Porque são 40 moradores, em outros prédios, 60, e não tem espaço para todos!” (Fátima Regina dos Santos, 30 anos, moradora do conjunto José Bonifácio, em Itaquera).

Os terrenos baldios, “incorporados” aos prédios vizinhos e cercados, ou apresentam declividade muito alta e são abandonados pelos moradores, ou servem como varal de roupas coletivo. Nas casas-padrão da Cohab, cerca de 15% das unidades construídas no conjunto José Bonifácio, os jardins frontais e os quintais desaparecem, dando lugar a garagens e a cozinhas ampliadas.

A aplicação do método de Hillier permitiu também a distinção de eixos de circulação de controle predominantemente local (pelos moradores) e outros de controle global (pelo visitante/passante) nas duas áreas estudadas³². Pode estar aqui a chave para um planejamento mais humano dos “espaços de brincar”

Minhas pesquisas e observações nos bairros de Itaquera, Guaianazes e São Miguel Paulista me convenceram que o jogo lúdico e a apropriação do espaço urbano pela criança são determinados (limitados):

- Pelo uso do automóvel, cada vez mais disseminado também entre os moradores de bairros periféricos;
- pela não aceitação, por parte dos pais das crianças, de espaços de brincar menos rígidos e formais;
- pelo medo da violência crescente.

Mais importante que o mapeamento de espaços livres potenciais para o jogo lúdico, é a busca da integração destes espaços por eixos de circulação de controle predominantemente local. A idéia é a criação de um “sistema” integrado de espaços de brincar, com a implementação de “corredores” seguros para a circulação das crianças na escala do bairro.

A identificação destes eixos locais pode permitir a transformação imediata dessas vias em “ruas de lazer”, com a retomada do programa, criado na década de 70 em São Paulo. Desnecessário afirmar que a retomada de tais programas requer diálogo constante com os moradores e usuários, de modo a contemplar, no detalhamento dos projetos, as características e especificidades de cada bairro.

Parece utópico, mas a implementação de um sistema integrado de espaços de brincar, poderá reproduzir, nos bairros periféricos, as relações de intimidade e vizinhança observadas no meio rural ou em cidades menores, onde o espaço da rua transformase em extensão da casa.

O ideal de transformação expresso pelas crianças encontra na fada do desenho de Talita (Figura 4) sua melhor tradução: *“Mestra da magia, a fada simboliza os poderes paranormais do espírito ou as capacidades mágicas da imaginação. Ela opera as mais extraordinárias transformações e, num instante, satisfaz ou*

decepciona os mais ambiciosos desejos. Talvez por isso ela represente a capacidade que o homem possui para construir, na imaginação, os projetos que não pôde realizar."³³

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à professora Simone Coelho Gomes, que permitiu a realização da pesquisa junto às crianças de sua classe na Escola Benedito Calixto, e a psicóloga Anacélia Fornes Mateucci, que ajudou na análise dos desenhos.

NOTAS

(1) A teoria de Piaget diferencia, de acordo com Pinard e Sharp ("I.Q. and point of view", *Psychology Today*, jun. 1972, p. 65-68 and 90), quatro fases principais:

– Fase sensório-motora (do nascimento até um ano e meio ou 2 anos): O período em que o ato de pensar se traduz em ações concretas, antes do aparecimento da fala.

– Fase do pensar simbólico (de um ano e meio ou 2 até 7 anos): A criança é capaz de usar símbolos para transformar ações em pensamentos.

– Fase do pensar concreto (dos 7 aos 11 ou 12 anos): A criança é capaz de realizar operações matemáticas mais complexas como adição e multiplicação, classificar e correlacionar objetos.

– Fase do pensar formal (dos 11 ou 12 aos 14-15 anos): O jovem não está mais tão ligado aos objetos concretos e é capaz de argumentar e levantar hipóteses.

(2) PIAGET, J. and INHELDER, B. *The child's conception of space*. London: Routledge and Kegan Paul, 1956.

(3) PIAGET, J. citado por DOWNS, R.M. & STEA, D.. *Kognitive Karten: Die Welt in unseren Köpfen*. New York: Harper & Row Publishers, 1982, p. 263.

(4) *"Por volta das 11 horas, ele passou em casa e disse que iria dar mais uma volta de bicicleta e voltava rápido. Às 11h20, minha mãe começou a se preocupar e a procurar. Na hora do almoço, eu costumava ir em casa, olhava os caderninhos dele e esperava o ônibus da escola vir buscá-lo. Mas, aquele dia, ele não estava lá me esperando. E nunca mais tivemos a menor pista do meu filho. Ninguém viu. Não acharam uma roupa, nem a bicicleta. Não encontraram nenhum corpo"* (Depoimento de Arlete Caramês à jornalista

Dagmar Serpa, Reportagem "Mães em Desespero", *Revista Marie Claire*, São Paulo: Editora Globo, fev. de 1995, p. 35-39).

(5) NOHL, W. Streifräume statt Spielplätze: Zur Planung konvivaler Spielumwelten. In: *Das Gartenamt*, Berlin-Hannover, 1990, p. 212.

(6) PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978, p. 144.

(7) Idem, *Ibidem*.

(8) Idem, *Ibidem*, p. 146.

(9) Idem, *Ibidem*, p. 144 e 147.

(10) Idem, *Ibidem*, p. 180.

(11) Idem, *Ibidem*, p. 144 e 147.

(12) Idem, *Ibidem*, p. 182.

(13) LUQUET Le dessin enfantin. Alcan, citado por MEREDIEU, F. de. *O desenho infantil*. Editora Kultrix, São Paulo, 1974, p. 22.

(14) MEREDIEU, F. de. *O desenho infantil*. São Paulo: Kultrix, 1974, p. 58-59.

(15) "A criança vive os objetos em simbiose uns com os outros; afetivamente, ela não os separa: a casa é percebida através das experiências múltiplas que provoca, indissociável dos personagens e objetos que ela contém" (Florence de Meredieu, *O desenho infantil*, 1974, p. 24).

(16) MEREDIEU, F. de. *O desenho infantil*. São Paulo: Kultrix, 1974, p. 51.

(17) Idem, *Ibidem*, p. 43.

(18) DOWNS, R. M., STEA, D. *Kognitive Karten: Die Welt in unseren Köpfen*. New York: Harper & Row Publishers, p. 266, 1982.

(19) Idem, *Ibidem*, p. 294.

(20) "Outrora, na época em que a maioria dos homens vivia ainda para o essencial, no quadro da auto-subsistência aldeã, a quase totalidade de suas práticas se inscrevia, para cada um deles, no quadro de um único espaço, relativamente limitado: o "terroir" da aldeia e, na periferia, os territórios que relevam das aldeias vizinhas. Além, começavam os espaços pouco conhecidos (...) Hoje, as coisas mudaram muito e a massa da população se refere, mais ou menos conscientemente, através de práticas as mais diversas, a representações do espaço extremamente numerosas que permanecem, na maioria dos casos, bastante imprecisas (...) Hoje, é sobre distâncias bem mais consideráveis que, a cada dia, as pessoas se deslocam (...) só se conhecem bem dois lugares, dois bairros (aquele onde se dorme e aquele

onde se trabalha); entre os dois existe não exatamente todo um espaço, mas, um tempo, o tempo de percurso" (Lacoste, Yves. A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, p. 43-46, 1985).

(21) SCHMIDT, R. Mehr Spielraum für Spielräume. In: *Garten + Landschaft*, n. 7/87, Munique, 1987, p. 42.

(22) "*Não faltam espaços livres, o que falta é a chance de utilizá-los" (Lucius Burckhardt, Die Kinder fressen ihre Revolution, DuMont Buchverlag, Köln, 1985, p. 203).*

(23) Entre fevereiro de 1976 e outubro de 1978 foram implantadas cerca de 188 ruas de lazer no município de São Paulo.

(24) "*As razões que levaram os moradores das nossas áreas de estudo a reivindicar o lazer no espaço livre junto a suas residências, é compatível com a lógica da apropriação espacial em função da limitação de ordem etária dos usuários. Estes dados são resultantes da pesquisa feita para verificar a razão porque os moradores das ruas de lazer solicitaram o fechamento dominical do tráfego para a promoção do lazer. 50% dos entrevistados fazem alusão a falta de espaços livres para o lazer infantil e cerca de 13% referem-se a falta de local para o lazer na proximidade" (Nishikawa, Ayako. Espaços livres junto às habitações em São Paulo. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.*

(25) ID, L.: O que representa hoje em dia morar em São Paulo? In: Serpa, A., Chinelli Junior, N., Bicalho, L., Id, L. Vilas Operárias versus Conjuntos Habitacionais Populares, Memória de Referenciais Naturais de Ambientação Regional. Trabalho final da disciplina AUP-826 "Mensagens Visuais Integradas", do curso de pós-graduação da FAUUSP, área de concentração Estruturas Ambientais Urbanas, São Paulo, 1988.

(26) GROSTEIN, M. D.: Uma cidade por refazer: a periferia paulistana. In: *Revista USP*, Dossiê Cidades, mar./abr./maio/1990, p. 35.

(27) Idem, *Ibidem*.

(28) HILLIER, B., HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press. 1984.

(29) SERPA, A. Morfologia e apropriação dos espaços livres em Itaquera, São Paulo: Alguns conceitos e considerações, *Anais do II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL*, 02 a 05.10.95, São Paulo: FAUUSP, 1995.

(30) RIGATTI, D. Apropriação social do espaço público - Um estudo comparativo. *Revista Paisagem e Ambiente*, São Paulo: FAUUSP, n. 7, p. 166.

(31) MACEDO, S. S. Espaços livres. *Revista Paisagem e Ambiente - Ensaio*. São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1995, p. 50.

(32) SERPA, A. Morfologia e apropriação dos espaços livres em Itaquera, São Paulo: Alguns conceitos e considerações, *Anais do II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL*, São Paulo: FAUUSP, 1995.

(33) CHEVALIER, J., GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. 8. ed. São Paulo: José Olympio Editora, 1992, p. 415-416.

**PARQUE DO FLAMENGO: A
CONSTRUÇÃO COTIDIANA DE UM
ESPAÇO DEMOCRÁTICO***

LUCIA MARIA SÁ ANTUNES COSTA

Professora, doutora da UFRJ.

RESUMO

Este trabalho discute a imagem pública do parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, enquanto espaço democrático. Parque do Flamengo é um dos maiores e mais populares parques urbanos da cidade, atraindo uma população diversificada em termos de grupos sociais, atividades e intenções de uso. Baseando-se numa estratégia de pesquisa que combinou métodos qualitativos e quantitativos, este estudo enfoca o parque enquanto paisagem cultural, e portanto sujeita a diferentes forças e aos interesses de diferentes grupos ao longo do tempo. A imagem do parque como um “espaço democrático” será discutida através das experiências cotidianas que as pessoas têm do parque, com um enfoque em alguns usos que nem sempre tem um caráter de recreação ou lazer: a apropriação e a transformação do parque em espaço religioso, de trabalho e de moradia; e a divisão social do parque. Este estudo mostra que a democratização do parque do Flamengo implica numa reinterpretação e reconstrução de sua paisagem pelos usuários, levando a uma segregação sócioespacial e inúmeros conflitos devido à multiplicidade de significados que são atribuídos ao parque. O trabalho conclui argumentando que uma das maneiras de se lidar com esta diversidade de valores seria através de uma participação mais ativa da comunidade local na administração de espaços públicos.

ABSTRACT

This paper discusses the public image of Parque do Flamengo, in Rio de Janeiro, as a democratic space. Parque do Flamengo is one of the city's largest and most popular urban parks, attracting a diversified population in terms of social groups, activities and intentions of use. This study, based on a research strategy which combined qualitative and quantitative methods, approaches the park as a cultural landscape, and therefore subject to different forces and to the interests of different groups along time. The image of the park as a “democratic space” will be discussed through people's daily experiences of the park, focusing on some uses which no necessarily have a character of recreation or leisure: the appropriation and transformation of the park in a religious and working space, in a space to live, and the social division of the park. This study reveals that the democratization of Parque do Flamengo implies in a reinterpretation and reconstruction of its landscape by the park users, leading to a socio-spatial segregation and a number of conflicts due to the multiplicity of meanings given to the park. The paper concludes arguing that one of the ways to deal with this diversity of values would be through a more active local community's participation in public spaces' administration.

INTRODUÇÃO

Parques públicos têm sido considerados “espaços democráticos” desde os primórdios de sua implantação nas cidades: áreas verdes urbanas de lazer disponíveis a todas as idades e grupos sociais indiscriminadamente, que todos podem usufruir em harmonia (Cranz, 1982, Conway, 1991). Mas a realidade da experiência cotidiana que as pessoas têm dos parques algumas vezes pode tanto questionar este mito dos parques enquanto espaços democráticos, como trazer uma interpretação diferente do que um espaço democrático venha a ser. Muitas vezes, o uso dos parques traz conflitos culturais e sociais que podem levar a uma segregação espacial de acordo com os diferentes grupos sociais. Linday (1977), por exemplo, apontou para alguns problemas gerados pelos usos conflitantes no Central Park em Nova York, em áreas usadas por diferentes grupos étnicos – usos que incluem música e dança, vendedores ilegais, jogo, tráfico de drogas e jantares ao ar livre. Matthews (1989) também menciona conflitos entre diferentes grupos de usuários em parques urbanos em Boston. Na verdade, cada parque tem suas singularidades em termos da democratização do seu espaço, que são local e culturalmente específicas.

Este trabalho discute a imagem pública do parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, enquanto espaço democrático. Este tema é parte de uma pesquisa mais abrangente, dedicada ao estudo dos diversos valores e significados do parque, explorando três temas principais: o processo de criação do parque, as visões da comunidade local e do poder público em relação ao parque, e as diferentes experiências que as pessoas têm do parque (Costa, 1993). Através destes temas, o estudo revelou como uma pluralidade de valores e significados são construídos e negociados na criação e no uso de espaços públicos.

O parque do Flamengo é um parque à beira mar, criado nos anos 60 através de um espetacular aterro às margens da baía de Guanabara. Projetado como uma via-parque por uma equipe de profissionais de prestígio que incluía o arquiteto Affonso Eduar-

do Reidy, o paisagista Roberto Burle Marx e o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, o parque é um dos mais significativos exemplos de intervenções paisagísticas no Rio de Janeiro (Motta, 1984, Costa, 1993). Com 120 hectares, o parque do Flamengo é também um dos maiores e mais populares parques urbanos da cidade. A variedade de atividades que oferece, juntamente com sua excelente localização e seu fácil acesso por meio de transporte público, faz com que o parque do Flamengo seja intensamente usado não só por moradores locais, mas também por moradores de partes longínquas da cidade.

Este estudo busca trazer uma contribuição à literatura, que aborda parques urbanos enquanto paisagens culturais, e portanto sujeitas à diferentes forças e aos interesses de diferentes grupos ao longo do tempo (Cranz, 1982, Burgess et al 1988, Jackson, 1989). Parque do Flamengo nos revela com muita clareza como as pessoas constroem suas próprias paisagens, reinterpretando e recriando diversas áreas através de suas experiências cotidianas do parque, que são norteadas pelas diferentes maneiras de se ver o mesmo espaço urbano.

Como o objetivo geral da pesquisa foi o de investigar valores, significados e usos do parque do Flamengo, a estratégia de pesquisa combinou métodos qualitativos e quantitativos. A pesquisa de campo envolveu entrevistas informais, observação participante, questionários, observações de comportamento e pesquisas em arquivos e bibliotecas. Esta metodologia diversificada permitiu uma melhor compreensão da multiplicidade de valores e significados que os moradores das cidades atribuem a seus parques públicos.

UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO

A imagem do parque do Flamengo como um 'espaço democrático' foi uma das descrições mais comuns usadas tanto por usuários quanto por funcionários para se referirem ao parque. O fato de ser um espaço aberto a todas as idades e grupos sociais era considerado um aspecto muito positivo da área. A frase "...

todo mundo vem, do mendigo ao intelectual!...” era uma constante nas conversas sobre o dia-a-dia do parque. A imprensa também tem reforçado a construção desta imagem, referindo-se ao parque do Flamengo como uma “ *festa democrática*” ou mesmo o “*paraíso democrático*” do Rio. Na verdade, o parque é visitado por uma população extremamente diversificada em termos de grupos sociais, atividades e intenções de uso. Mas a imagem de um espaço democrático contrasta com as realidades das experiências cotidianas que as pessoas têm do parque. Os diferentes grupos não necessariamente compartilham dos mesmos códigos de comportamento social ou dos mesmos valores sociais e culturais. Além disso, o parque do Flamengo não tem um constante controle social eficiente, tais como regras expostas ou a presença de guardas ou vigilantes que possam estabelecer um sistema comum de regras de comportamento e de valores. Esta situação diversificada gera conflitos e tensões as quais, até um certo ponto, são resolvidas através de uma segregação espacial do parque. Todos os diversos grupos dividem o mesmo parque, porém, não necessariamente no mesmo lugar ou na mesma hora. De modo que todos possam igualmente a usar o parque, o uso é silenciosamente negociado entre os usuários não apenas em termos de atividades, mas também em termos de grupos sociais. Esta mistura social, ou a “*democratização*” do parque, é conseguida através da negociação do espaço e da observação de certos códigos de comportamento. Shields (1991, p. 7) usa o termo sócioespacialização para se referir à “*construção social do espacial que é a formação de elementos, práticas e processos tanto discursivos quanto não discursivos*”. Este trabalho pretende mostrar, então, como o caráter democrático do parque do Flamengo implica numa sócioespacialização de sua paisagem, que é cultural e socialmente construída. Para isto, serão abordados alguns dos diversos usos do parque, que nem sempre ou necessariamente têm um caráter de recreação e lazer, e que são importantes para revelar as tensões geradas pelas diferentes experiências cotidianas do parque por diferentes grupos sociais.

O PARQUE ENQUANTO ESPAÇO RELIGIOSO

O parque do Flamengo tem sido usado como espaço para diversas atividades religiosas, que variam em caráter e em escala. Já um dos primeiros usos da área, quando era ainda um aterro, foi para celebrações religiosas da igreja católica: o XXXIII Congresso Eucarístico Internacional em 1955. Em 1980, parque do Flamengo foi novamente escolhido como o lugar para a missa ao ar livre, celebrada pelo Papa João Paulo II durante sua visita oficial ao Rio. A escolha do lugar, entretanto, não pareceu estar relacionada a nenhum significado religioso em particular que o parque possa ter para a igreja católica. Ao contrário, o parque foi escolhido pelo seu caráter de lugar privilegiado da cidade para espetáculos ao ar livre, não só revelando uma paisagem de grande beleza, como também capaz de acolher uma enorme multidão de pessoas para uma cerimônia religiosa de tamanha importância. Numa escala diferente, outros grupos religiosos, principalmente as igrejas evangélicas, também procuram o parque do Flamengo aos domingos para rezar, ler a bíblia e cantar hinos religiosos. Mais uma vez, o parque não parece ter nenhum significado religioso especial para estas pessoas. Na verdade, o parque do Flamengo atrai estes grupos não porque tenha natureza, mas porque tem gente.

Entretanto, para outros grupos o parque realmente contém atributos que dão a ele um significado religioso. Estes atributos estão diretamente ligados à predominante presença da natureza. Parque do Flamengo é intensamente usado e apropriado como um lugar para atividades religiosas pelos praticantes de alguns cultos afro-brasileiros, tais como umbanda, macumba ou candomblé, cujas divindades são espíritos da natureza, e portanto associados à floresta e seus elementos (Bastide, 1971). Desta forma velas, flores, alimentos e outras oferendas religiosas proliferam pelas árvores, pedras e clareiras do parque. Parque do Flamengo é então transformado em um lugar onde a natureza é celebrada de um modo religioso. Além das oferendas indivi-

duais, celebrações coletivas como a Festa de Yemanjá na passagem do Ano Novo atraem grandes grupos de pessoas ao longo da praia.

Estes rituais são parte da cultura urbana no Rio, acontecendo em várias matas, florestas e praias da cidade. Mas o parque do Flamengo é o único parque em que isto acontece, porque todos os outros são gradeados e seus portões fechados ao cair da noite. No que diz respeito à administração do parque, estas práticas religiosas representam um grande problema. As velas, além do risco de incêndio, causam grandes estragos nos troncos das árvores, o que implica num permanente e oneroso trabalho de recuperação. Além disso, estas oferendas religiosas que se espalham por todo o parque são consideradas "lixo" e removidas todas as manhãs pelo pessoal da limpeza. Entretanto, a remoção destas oferendas algumas vezes representa um conflito para alguns funcionários. Alguns deles reconhecem e respeitam o significado religioso destas oferendas e se recusam tanto a tocá-las quanto a removê-las, temendo ofender a divindade a quem a oferenda foi dedicada. Estas atividades religiosas no parque do Flamengo representam um dos mais delicados conflitos em termos de uso e significado do parque. Nunca houve, entretanto, nenhuma tentativa de se chegar a um acordo entre estes grupos religiosos e a administração do parque.

O PARQUE COMO UM LUGAR DE TRABALHO

Para muitas pessoas, o parque do Flamengo representa uma estratégia de sobrevivência para enfrentar o desemprego ou baixos salários. Para eles, o parque é um lugar de trabalho onde eles podem superar a falta de oportunidade no mercado formal através do exercício de uma grande dose de imaginação e criatividade. Pescadores, catadores de mariscos, de papel e vendedores ambulantes compõem o universo dos que ganham a vida no parque. Na verdade, isto não acontece apenas no parque do Flamengo. Nos últimos anos, vários espaços públicos

livres da cidade, tais como praças e ruas principais de comércio, foram ocupados por um imenso número de vendedores de rua.

Enquanto a pescaria no parque do Flamengo é para uns uma recreação de fim-de-semana, para outros é um modo de ganhar a vida, vendendo sua produção nos mercados e restaurantes. Esta atividade não é licenciada e, portanto, considerada ilegal. Apesar disto, a pesca é geralmente aceita e este grupo não incomoda nem outros usuários, nem a administração do parque. Isto em parte é devido ao fato deles serem poucos em número, e também porque o território dos pescadores não interfere nas outras atividades do parque.

Entretanto, o número de pescadores é pequeno quando comparado às centenas de pessoas que usam o parque para vender todo o tipo de comida e objetos, principalmente nos fins-de-semana. Poucos deles têm licença e a grande maioria é considerada ilegal. Mais uma vez esta atividade não é, de um modo geral, controlada pelo poder público. Os vendedores ambulantes colocam suas barracas onde querem e vendem o que querem, sem nenhuma regulamentação. A negociação do espaço do parque é feita entre os próprios vendedores, e alguns têm pontos estabelecidos no parque há muitos anos. A maioria se concentra na área central do parque ao longo da praia e ao redor dos campos de futebol, áreas de maior concentração de usuários.

Na percepção de muitos usuários e funcionários do parque, os ambulantes são considerados numerosos e suas atividades vistas como predatórias, pois são criticados por deixarem uma quantidade enorme de lixo e acusados de estragarem os gramados e as árvores. Além disso, os ambulantes são acusados de colocar a saúde da população em risco vendendo comida sem qualidade ou controle de higiene. E finalmente, os ambulantes são também acusados de estragarem a beleza do parque na sua ocupação caótica e desordenada do espaço. A polícia, por sua vez, reclama que os ambulantes ilegais disfarçam o tráfico de drogas no parque do Flamengo. Entretanto, as várias instâncias admi-

nistrativas que se superpõem no parque se esquivam mutuamente de suas responsabilidades para enfrentar estas questões.

Por outro lado, muitos outros usuários são favoráveis à presença deste ambulantes, pois eles suprem uma demanda que não foi considerada no projeto original do parque. A área central do parque do Flamengo, ao longo dos 4 km de praia, justamente a que atrai um maior número de pessoas, não possui nenhum restaurante ou bar onde os freqüentadores possam comprar comida ou bebida. O parque tem apenas dois restaurantes, um em cada extremo de sua área. Os vendedores ambulantes, portanto, ocupam um espaço que foi deixado livre, em termos de projeto e em termos de controle, e suprem uma demanda dos usuários do parque. Além disso, muitos vendedores, principalmente aqueles que têm barraquinhas estabelecidas no parque durante toda a semana, cumprem um papel informal porém bastante importante no que diz respeito à segurança do parque do Flamengo. Para muitos freqüentadores, os vendedores ambulantes mantêm um olhar protetor em relação às mães com crianças pequenas ou pessoas sozinhas. A presença de vendedores ambulantes como um meio de reduzir crime e vandalismo em espaços públicos foi também reconhecida por Ewing e Wallis (1979). Discutindo estratégias para prevenção de crime em espaços livres, eles argumentam que 'atividades de apoio', tais como vendedores ambulantes podem aumentar o uso e criar uma condição de vigilância natural.

Whyte (1980) já notou como vendedores ambulantes de alimentos são importantes para a popularidade e sociabilidade de muitos espaços públicos nos EUA. No parque do Flamengo, os vendedores ambulantes de alimentos e bebidas são tanto causa como consequência do grande número de pessoas que afluem para o parque nos fins-de-semana. Alguns destes vendedores trazem cadeiras móveis, mesas, e de fato redesenham a paisagem do parque criando mini-bares ao longo da beira-mar. Aos domingos, estes lugares são geralmente cheios de vida, com música, pessoas dançando, comendo, bebendo, conversando verdadeiras pequenas festas ao ar livre. Na verdade, estes

vendedores ambulantes cumprem uma importante função no parque do Flamengo, e os órgãos públicos poderiam enfrentar esta questão com outras estratégias que não a de simplesmente retirá-los do parque de tempos em tempos.

O PARQUE COMO UM LUGAR DE MORADIA

Mendigos e pessoas sem casa têm sido usuários tradicionais do parque do Flamengo desde que a área era ainda um aterro. Muitos residentes locais se referiram a este antigo uso da área aterrada, e a imprensa também vem documentando sua presença desde os primeiros anos do parque.

Esta situação não mudou muito ao longo dos anos. Atualmente, para mendigos e pessoas sem casa o parque do Flamengo é o lugar onde acontecem todos os aspectos de suas vidas cotidianas, tanto no âmbito público quanto privado. O parque é o lugar onde eles preparam suas refeições, comem, tomam banho, lavam suas roupas, dormem e eventualmente ganham seu dinheiro – tanto através da mendicância como trabalhando em atividades informais tais como catando papel ou marisco. De acordo com a Fundação Leão XIII, que era o órgão estadual à época encarregado da população de rua do Rio, em média 60% são homens. Muitos são alcoólatras ou pessoas com doenças mentais, e homossexuais que ganham a vida se prostituindo no parque. Eles são vistos no parque em grupos, ou adultos sozinhos, ou algumas vezes famílias com crianças.

Esta dramática situação no parque do Flamengo é, na verdade, um reflexo de um problema da cidade como um todo. Embora mendigos e pessoas sem casa se espalhem cada vez mais por um grande número de praças e ruas da cidade, o parque do Flamengo é o único parque em que eles moram porque é o único parque aberto à noite. Desde as primeiras pressões feitas pela Associação dos Moradores do Flamengo no fim de 1989, a Fundação Leão XIII passou a remover regularmente do parque do Flamengo mendigos e pessoas sem casa, eventualmente duas

vezes por semana. Em média, o número de pessoas removidas do parque variava entre 20 a 60 por vez.

Como a maioria dos outros usuários, os mendigos e pessoas sem casa também têm seus territórios estabelecidos no parque. Embora seu número possa flutuar de acordo com as atuações periódicas do poder público e da comunidade, os lugares são quase sempre os mesmos. Algumas vezes duas ou três pessoas estão ocupando um lugar que antes era ocupado por duas ou três famílias. Há uma tendência, entretanto, dos mendigos e pessoas sem casa se esconderem dos outros usuários do parque. Seus territórios são normalmente aqueles não usados freqüentemente por outras pessoas, ou áreas densamente arborizadas, e algumas vezes debaixo de passarelas ou viadutos. Estas áreas, que para outros usuários do parque significam perigo ou ameaça, para estes grupos significam proteção e segurança, lugares onde dificilmente serão vistos ou incomodados.

A presença de mendigos e pessoas morando no parque é considerada um problema sério para os funcionários e muitos usuários e não usuários do parque. Primeiramente, eles são uma fonte de medo e insegurança. Este medo vem do fato de que as pessoas não são mais capazes de identificar visualmente aqueles que são realmente mendigos daqueles que se disfarçam como tal com o intuito de praticar pequenos roubos.

Segundo, o comportamento dos mendigos e pessoas que moram no parque segue um padrão completamente diferente do comportamento dos demais usuários. De um modo geral, para os demais usuários eles têm uma imagem ligada a vandalismo e sujeira. Mas em termos de seu comportamento, o que mais incomoda e constrange outros usuários é quando mendigos e moradores do parque fazem sexo ao ar livre, não importando se é dia ou noite ou se tem alguém passando. Este comportamento é considerado extremamente ofensivo e inaceitável, e simboliza para os freqüentadores e moradores locais uma total ausência do poder público na área. Uma das maneiras em que outros usuários do parque contornam esta situação é evitar as áreas do

parque em que tais grupos possam ser encontrados. O território deles é geralmente bem conhecido. Outra maneira que a comunidade local enfrenta esta questão é pressionando fortemente os órgãos públicos para remover tais grupos do parque.

Apesar da reclamação geral quanto à presença de mendigos e pessoas sem casa, para alguns usuários do parque eles não são percebidos como um problema desde que sejam poucos em número. Neste caso este grupo é quase invisível e portanto tolerado. Mas o “caráter democrático” do parque é mais uma vez dependente do seu grande tamanho, que ajuda a minimizar conflitos, como diz um morador local: “o parque é muito grande, eles não aparecem...”

Talvez um dos grandes problemas da presença de mendigos e pessoas sem casa no parque do Flamengo não é simplesmente a ameaça ou o perigo que este grupo possa representar, ou os conflitos ligados a um comportamento social que eles possam trazer. Este grupo é também a própria antítese da imagem do parque como uma festa - um espaço feliz. Mendigos e pessoas sem casa não apenas simbolizam, mas são a expressão viva da tristeza, da pobreza, da miséria e da falta de esperança de um grupo largado à margem pela sociedade. Este é um drama social difícil de se conviver, principalmente num parque público, um dos espaços livres urbanos por excelência com uma imagem ligada à ludicidade e ao prazer.

TENSÕES ENTRE MORADORES LOCAIS E “OS OUTROS”

Para muitos residentes locais, o parque é dividido em duas áreas sociais distintas em termos de uso. O lado esquerdo da praia e seus arredores – em frente aos bairros Glória e Centro – é visto como sendo usado principalmente por suburbanos de baixa renda e, numa área menor, por travestis e homossexuais. O outro lado da praia, em frente ao bairro do Flamengo, é considerado o “lado elite freqüentado por residentes locais de classe média”, expressão esta muito usada no discurso dos

moradores dos bairros próximos sobre o parque. O lado esquerdo do parque é evitado por um grande número de residentes locais de classe média por não ser considerado um “local de família”

No Rio, são chamados pejorativamente “suburbanos” aqueles que moram nas periferias da cidade, normalmente áreas de baixa renda. Estas pessoas são o segundo grupo de usuários do parque do Flamengo em termos de local de residência. Os resultados dos questionários sugerem que pessoas que moram longe do parque tendem a ficar do lado esquerdo do parque, enquanto residentes locais tendem a ficar principalmente do lado oposto. Entretanto, não é apenas o local de residência que define um “suburbano” no Rio, mas também, e talvez mais fortemente, todo um conjunto de modos de comportamento. No Rio como em vários outros lugares, classes sociais são também diferenciadas por certos padrões de vestuário, gestos, comportamentos e atitudes que ajudam a construir e a estabelecer uma hierarquia social (Da Matta, 1978). Neste sentido, muitos usuários do parque, que não necessariamente moram nos subúrbios distantes, são ‘rotulados’ pelos residentes locais de classe média como “suburbanos” – não apenas pelo seus locais de residência, mas principalmente pela sua aparência e comportamento.

Shields (1991, p. 47) argumenta que *“a maneira pela qual a espacialização é mais visível é nas práticas espaciais e nas conotações que as pessoas associam com os lugares... na conversa de todo dia”* De fato, quando conversando sobre a “área suburbana” do parque do Flamengo, as pessoas deixavam claro que os usuários não apenas eram diferentes na aparência, como também agiam diferentemente:

“... você sente que é diferente... todos são usuários, mas o comportamento é o que define a área (...) lá eles fazem churrasco, fazem roda de samba, fazem uma porção de coisas que não combina com o outro pedaço da praia, né, que não tem isso.”
(morador do Flamengo)

Usuários desta parte do parque expressaram uma grande variedade de razões para sua escolha. As principais motivações são os equipamentos da área que têm um forte apelo popular, tais como os campos de futebol e a praia. A praia é percebida como sendo mais limpa por não ter nenhuma saída de esgoto por perto. Outros também colocaram que aquele lugar era o mais perto da primeira parada de ônibus vindo da zona norte do Rio. Além disso, muitas pessoas também disseram que freqüentam a área porque seus amigos e círculo social também freqüentam.

Para muitos moradores locais, entretanto, os suburbanos são considerados como pessoas “de fora”, que não compartilham dos padrões de comportamento da “classe média”, e que portanto, são consideradas “mal-educadas”, fazendo um uso “predatório” do parque. Além disso, problemas de vandalismo e lixo são geralmente atribuídos, junto com os vendedores ambulantes e os mendigos, ao usuário considerado “de fora”:

“... no verão o parque recebe, no fim-de-semana, uma média de 300 mil pessoas de fora. E estas pessoas destróem. Elas não estão preparadas para usar um parque como o do Flamengo. Quando acaba o sábado e o domingo, se você for ao parque você chora de tristeza... é um quadro triste.” (morador do Flamengo)

Para alguns residentes locais estes conflitos relacionados a comportamento e valores sociais são expressões de sentimentos de propriedade sobre o parque, e são resolvidos através de uma segregação social do espaço. Para outros a presença de usuários de baixa renda é vista com um preconceito ainda maior. Para alguns o parque tem a imagem de ser um lugar freqüentado predominantemente por suburbanos e esta é uma das razões para, definitivamente, não ir ao parque do Flamengo. Neste sentido, estas pessoas deixam claro que não freqüentam o parque do Flamengo porque não querem se identificar com um lugar considerado como ‘parque de suburbanos’

O outro grupo que usa o lado esquerdo do parque é o dos travestis e homossexuais. Alguns estudos já abordaram a expres-

são espacial da comunidade gay e como esta pode definir o caráter social de uma determinada paisagem (Bell, 1991 e Jackson, 1989 para uma crítica ao estudo de 'espaços gay'). No parque do Flamengo, este grupo se concentra principalmente junto às pedras, bem no final da praia perto da Marina da Glória. Esta parte do parque tem sido apropriada por travestis e homossexuais há muito tempo. A imprensa vem noticiando a presença deste grupo no parque desde o início dos anos 70, se referindo àquela parte do parque como 'ninho das cobras'. Esta parte do parque do Flamengo é ainda hoje considerada um lugar perigoso, e também conhecida como uma área de prostituição masculina, principalmente à noite. Como escreve Jackson (1989, p.121) *"gays podem ser percebidos como uma ameaça... em lugares onde eles estão mais concentrados e socialmente visíveis"*. A área é muito evitada e discriminada tanto em termos de sexualidade como em termos de classe social.

A presença deste grupo não é bem aceita por outros moradores porque seu comportamento é considerado indecente e imoral. Muitos residentes locais pararam de freqüentar esta área depois de ver homossexuais terem relações sexuais em plena luz do dia. Além disso muitas pessoas, principalmente homens jovens, reclamam de assédio sexual. Entretanto, para outros moradores locais os homossexuais não representam nenhuma ameaça ou problema, já que o parque é considerado grande o suficiente para receber diferentes grupos. Eles são vistos, nas palavras de Jackson (1989) como *"uma minoria socialmente insignificante e invisível"*. Como diz um morador do bairro do Flamengo: *"o parque é muito grande, tem lugar prá todos..."*

Entretanto, o parque é para todos desde que cada grupo fique em seu próprio território. Esta área do parque do Flamengo é na verdade extremamente complexa em termos de diferentes usos. Estes também incluem a Marina da Glória, freqüentada principalmente por uma população abonada que pode manter e usufruir barcos e iates, e as instalações de diversos órgãos públicos que atuam no parque. Nestes casos, os conflitos foram parcialmente resolvidos através da segregação do espaço por meio

de barreiras físicas, claramente demarcando o domínio de cada área. A Marina da Glória é fechada com grades de ferro e tem guardas na entrada. Estas barreiras são, na verdade, apenas simbólicas, pois a Marina é pública e o acesso é livre a todos, mas as grades de fato inibem o acesso. Usuários da Marina aparentam ser, de um modo geral, bastante favoráveis a estas barreiras físicas, se referindo freqüentemente ao comportamento 'não civilizado' dos travestis, gays e dos suburbanos, deixando claro diferenças sociais e culturais.

A área administrativa do parque é cercada por muros altos com seguranças na entrada, e portanto, não está aparentemente integrada no projeto do parque como um todo. Funcionários do parque defendem a necessidade destes muros, argumentando que toda a área ajardinada atrás destas construções, inclusive as passarelas, são extremamente perigosas.

Desta forma, a democratização do espaço do parque para moradores locais implica que grupos "de fora", tais como os suburbanos e os travestis, fiquem tanto quanto possível dentro das suas fronteiras culturais e sociais invisíveis no parque. Mas para os funcionários do parque e usuários da Marina, a democratização do espaço requer medidas mais radicais: um limite físico diferenciando os territórios e recortando a paisagem. Parque do Flamengo é então redesenhado e reconstruído em resposta a conflitos sociais e culturais, pois nenhuma destas barreiras físicas foram previstas no projeto original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar que a "democratização" do parque do Flamengo é uma construção social que se faz através de uma negociação complexa de interesses diversos, parte de um processo dinâmico que envolve relações culturais e sociais no espaço e no tempo. Áreas do parque são apropriadas por diferentes grupos e esta apropriação, algumas vezes, implica numa transformação da paisagem, seja em caráter ou em forma. Assim, a paisagem é renegociada, reinterpretada e recriada de

acordo com os valores dos diferentes grupos que reivindicam seus territórios no parque.

Parque do Flamengo nos revela, através destas diversas experiências, uma importante característica de muitos outros parques urbanos em diversas localidades: a enorme variedade de grupos sociais que os parques atraem, e os conflitos a respeito de comportamento, uso, valores e significados que esta pluralidade de interesses traz. Por esta razão, problemas sociais se materializam e se tornam visíveis em parques públicos e espaços livres com mais intensidade do que em qualquer outro espaço urbano. Carry and Lynch (1981) chegam a comparar espaços livres públicos a verdadeiros campos de batalha, devido aos conflitos gerados por diferentes experiências e expectativas. Como consequência, de um modo geral, estas questões têm sido abordadas pelo poder público como problemas dos parques, e não como problemas sociais. Nos EUA, por exemplo, o poder público muitas vezes enfrenta esta questão simplesmente vendendo ou fechando espaços verdes públicos que são considerados não lucrativos (Heckscher, 1981) ou não administráveis sob o ponto de vista social.

A questão principal, e também a mais difícil, é a de como encontrar as melhores maneiras de lidar com a grande variedade de grupos sociais, que são atraídos aos parques públicos. Esta pesquisa mostrou que podem haver outras maneiras de lidar com tal diversidade de grupos sociais e de interesses (Costa, 1993). Uma das mais efetivas é quando a comunidade local ativamente participa e se envolve nas realidades cotidianas do parque – seja colaborando na fiscalização e controle do parque, seja organizando as atividades culturais e sociais que mais se encaixem nos seus interesses. Deve haver uma responsabilidade dividida entre o poder público, os administradores do parque e a comunidade. Entretanto, a melhor dinâmica para esta gestão certamente irá variar de acordo com os diferentes lugares e culturas. Algumas tentativas de sucesso têm sido feitas, como nos Augarten Gardens em Viena, Central Park em Nova York e no Birkenhead Park na Inglaterra (Costa, 1993). Mas mesmo

quando esta administração conjunta não acontece, como é o caso do parque do Flamengo, a força da dedicação da comunidade para com o parque se mostrou um instrumento poderoso em manter a vitalidade do parque apesar de todos os problemas e conflitos que surgem devido a enorme variedade de grupos sociais usando a área.

A imagem pública do parque do Flamengo como um “espaço democrático” simboliza uma aspiração de uma sociedade ideal – o sonho de um lugar que pode ser compartilhado e usufruído em harmonia por muitos grupos sociais. Na verdade, parque do Flamengo se apresenta como um imenso palco onde os múltiplos aspectos da realidade social e cultural da cidade se espelham, e onde conflitos sobre múltiplos usos, significados e valores são contestados e negociados pelos diferentes grupos sociais. Neste sentido, o parque do Flamengo é um dos mais significativos símbolos urbanos do Rio, pois ele claramente revela tanto aspectos do caráter tão particular da cidade – em termos estéticos, políticos, culturais e sociais.

BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações das civilizações*. II vol. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1971.

BELL, D. J. Insignificant others: lesbian and gay geographies. *Area*, n. 23, v. 4, p. 323-329. 1991.

BURGESS, J., HARRISON, C. M., LIMB, M. People, parks and the urban green: a study of popular meanings and values for open spaces in the city. *Urban Studies*, n. 25, p. 455-473. 1988.

CRANZ, G. *The politics of park design: a story of urban parks in America*. Cambridge: Mass.: MIT Press. 1982.

CARR, S., LYNCH, K. Open space: freedom and control. In: TAYLOR, L. (ed). *Urban open spaces*. London: Academy Editions, 1981, p. 17-18.

- CONWAY, H. *People's park: the design and development of Victorian Parks in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- COSTA, L. M. S. A. *Popular values for urban parks: a case study of the changing meanings of parque do Flamengo in Rio de Janeiro*. Thesis (Ph. D.) - University College. Londres, Inglaterra, 1993.
- DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- EWING, B. G., WALLIS, A. Crime and vandalism. In: TAYLOR, L. (ed) *Urban open spaces*. New York: The Smithsonian Institution, 1981, London: Academy Editions, p. 104-105.
- HECKSCHER, A. The management of open spaces. In: Taylor, L. (ed) *Urban open spaces*. London: Academy Editions, 1981, p. 19-20.
- JACKSON, P. *Maps of meaning*. London: Unwin Hyman, 1989.
- LINDAY, N. Drawing Socio-Economic Lines in Central Park: An Analysis of New York's Cultural Clashes. *Landscape Architecture*, n. 67, p. 515-520. 1977.
- MATTHEWS, R. Polishing up the necklace. *Landscape Design*, n. 180, p. 19-22. 1989.
- MOTTA, F. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1984.
- SHIELDS, R. *Places on the margin: Alternative geographies of modernity*. London: Routledge, 1991.
- WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. Washington, D. C.: The Conservation Foundation, 1980.

(*) Trabalho apresentado no Seminário Interdisciplinar ANPUR Cidade e Produção do Cotidiano, realizado em Recife, novembro 1993.



HISTÓRIA

**PAISAGEM E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL
NO RIO DE JANEIRO: OS ESPAÇOS LIVRES
URBANOS NO SÉCULO 19***

MARIO CENIQUEL

Arquiteto, mestre e doutorado FAUUSP. Professor de projeto de edifícios e paisagismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Em linhas gerais o assunto central se insere na tese da existência de uma tradição paisagística carioca alicerçada, nos primórdios da cidade, em algumas iniciativas urbanísticas e ambientais ainda no século 18, tanto no período dos governadores como, particularmente, no período dos vice-reis.

Este processo, assim iniciado, irá se desenvolver ao longo do prolífico século 19 – desde Grandjean de Montigny (neoclássico) até Glaziou (romântico), e irá cristalizar-se, no século 20, inicialmente na grande (e polêmica) obra do prefeito Francisco Pereira Passos e, posteriormente, no trabalho de Roberto Burle Marx.

Focaliza-se a figura do engenheiro Auguste Marie François Glaziou (1833-1906), na medida em que consideramos sua obra, em termos paisagísticos, a mais marcante do século 19 em nosso país, que, por outro lado, origina as primeiras discussões urbanísticas conseqüentes sobre o Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere ao projeto e gerenciamento dos espaços livres urbanos da cidade, criando, assim, as condições propícias para as grandes intervenções urbanísticas na cidade no século 20.

ABSTRACT

Generally, the main subject is related to the thesis that there is a landscape design tradition in Rio, built on important urbanistic and environmental movements, held on the city's early history, back in the eighteenth century, during both the governor's and the vice-rey's colonial periods.

This process, begun as described, was later on developed during the prodigious nineteenth century, since the Architect Grandjean de Montigny (neo-classicist) until Glaziou (romanticist). It has crystallized out in the twentieth century, firstly in the outstanding and polemic administration of City Major Francisco Pereira Passos (1902-1906) and, lately, in the career of Roberto Burle Marx.

The content focuses on french Engineer Auguste Marie François Glaziou (1833-1906), since we consider his work, in the landscape field, the most important one of the nineteenth century In Brazil. It initiates the first consequent discussions about the city of Rio de Janeiro, mainly related to the urban open spaces design and management, creating, as a consequence, the proper background for the urbanistic interventions in city, during the twentieth century.

OS ESPAÇOS LIVRES NA EVOLUÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O RIO LUSO-BRASILEIRO

Sem dúvida boa parte da história urbanística do Brasil está profundamente associada à evolução da cidade do Rio de Janeiro, particularmente no período em que foi capital do país, desde a vinda da Família Real portuguesa até a transferência do Distrito Federal para Brasília.

Este processo de destaque nacional, originado a partir da decadência da mineração nas Minas Gerais, que se cristaliza, posteriormente, com sua elevação à condição de capital da colônia e sede do vice-reinado em 1763, atinge seu ponto mais alto com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, e sua conseqüente transformação em Reino Unido, em 1815.

Aliados a estes fatores, a abertura dos portos, decretada anteriormente pelo príncipe regente, e os tratados assinados com a Inglaterra em 1810, estendidos às demais nações em 1822, que beneficiavam particularmente os países mais fortemente impulsionados pelos efeitos da Revolução Industrial – com destaque para Inglaterra –, acabam por construir uma estrutura de integração (dependente) do Brasil com o mercado mundial, cabendo ao Rio de Janeiro, dentro desse esquema, um destaque estratégico evidente. (Benchimol, 1990)

Curioso é observar que desde sua fundação no morro do Castelo – após a abortada tentativa no Morro Cara de Cão – e de sua descida para a várzea, em fins do século 16, a cidade do Rio de Janeiro manteve até meados do século 18 sua feição de vilarejo, sem grandes modificações, balizado pelos quatro morros que definiriam, seu limite virtual, até o século 20: Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição.

Porém, será na segunda metade do século 18, devido aos fatores sumariamente colocados antes, que o Rio de Janeiro adquire um

impulso de crescimento de grande magnitude e velocidade, nunca visto nos seus anteriores dois séculos de existência, que além de mudar sensivelmente a estruturação espacial da cidade, como iria criar a semente das grandes intervenções urbanísticas em nosso século.

Tendo seu perfil urbano nitidamente caracterizado pela forma de ocupação do lote, o Rio de Janeiro no período luso-brasileiro – assim como boa parte das vilas e cidades brasileiras – apresentava, até século 18 (...) *“ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos”* (...). (Benchimol, 1990)

Esta uniformidade na estruturação espacial da cidade, decorrente do adensamento horizontal do espaço construído, é claramente percebido em gravuras e estampas dos pintores viajantes da época, onde é comum ver paisagens urbanas do rio colonial, mostrando suas ruas estreitas (mais ainda pelo trânsito de homens, mercadorias e veículos, além de atividades comerciais), sem meio fio, dada a inexistência de passeio para pedestres.

Como descreve Thomas Ewbank, industrial inglês residente em Nova York, autor de *“A vida do Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras”*, num relato extremamente valioso sobre a cidade na primeira metade do século 19:

(...) “A maioria das ruas do Rio se cruza em ângulo reto, mas encontram-se algumas que não seguem a direção da bússola, circunstância devido às montanhas que as separam e ao contorno irregular das praias da baía. São estreitas... O perfil transversal das ruas obedece ao modelo antigo: o calçamento se abaixa de ambos os lados, desde a frente das casas até o meio da rua... e os carros, quando se cruzam, quase que tocam nas casas de um e outro lado. Pela mesma razão, não se permite escada saliente ou qualquer coisa que sobressaia na fachada” (...). (Ewbank, 1873)

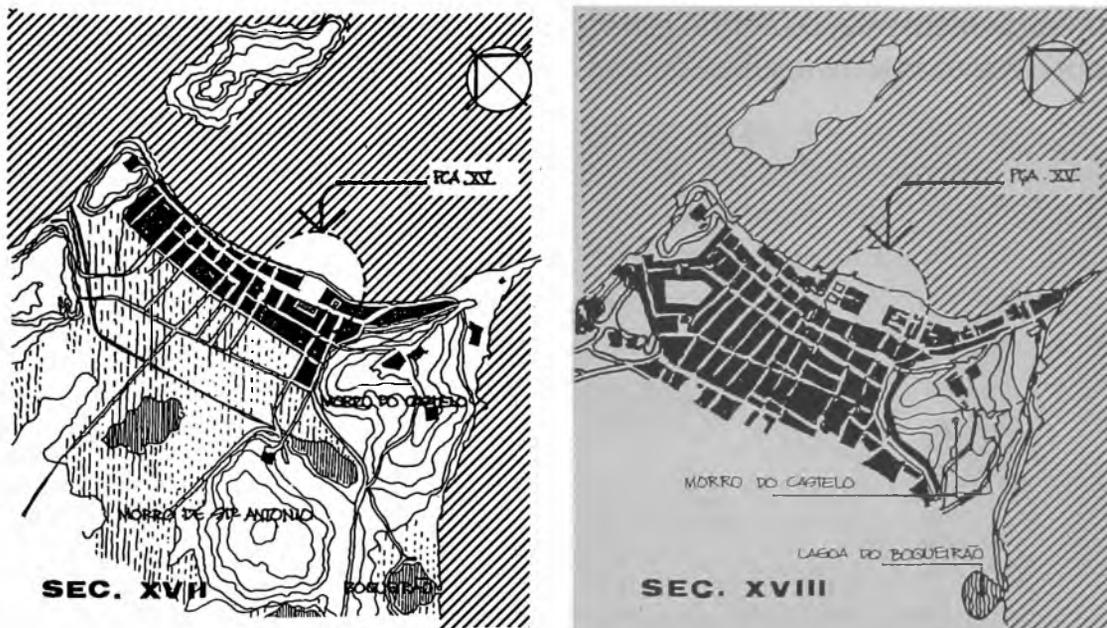


Figura 1 - O largo do Paço (atual praça XV de Novembro) no contexto da evolução do centro do Rio de Janeiro nos séculos 17 e 18 (Canabrava, 1965).

Em linhas gerais, as narrativas dos viajantes refletem, simultaneamente, um similar sentimento de deslumbramento diante da vista geral da cidade, tanto no que se refere à exuberância da paisagem natural, quanto à imponência da posição da massa edificada em relação a esta, pontuada pelas agulhas das numerosas igrejas que nela se inseriam, com a aversão *“suscitada pela paisagem material e humana”*. De fato, a presença dos marcos religiosos mencionados são de importância estratégica para entender a formação de configurações espaciais historicamente significantes do Rio-Colônia. (Sisson, 1986)

Uma observação superficial de gravuras e desenhos do período assinalado – o luso-brasileiro – evidencia a dominância desses marcos, destacados nitidamente do casario (altura e cor), e criando uma *“ruptura”* clara (adros, largos, etc.) na uniforme malha constituída pelas ruas.

Com freqüência os marcos religiosos constituíam referências espaciais da cidade e deram origem a denominações de logradouros, distritos e acidentes naturais. Através deles, articulavam-se os caminhos, o território e a paisagem urbana e,

conseqüentemente, o próprio espaço urbano, que, ao fundir-se com o espaço sacro, resultava numa continuidade entre ambos.



Figura 2 - Vista do Mercado do largo do Paço (atual praça XV de Novembro), segundo trecho de aquarela sobre papel de William Smith, assinado e datado em 1832.

É neste contexto que deve ser entendido um dos espaços livres urbanos mais tradicionais do Rio de Janeiro: a atual praça XV de Novembro (ex-largo do Paço, largo do Carmo, terreiro da Polé, terreiro de Nossa Sra. do Carmo, terreiro de Nossa Sra. do Ó, etc., entre outros).

Este espaço livre urbano originou-se inicialmente como um nó, pela confluência de caminhos, estabelecendo uma continuidade entre as duas mais importantes vias urbanas coloniais (a rua da Misericórdia e a rua Direita) e pela presença de marcos característicos, inicialmente religiosos (as prestigiosas ordens das carmelitas e dos terreiros do Carmo) e posteriormente denotativos das diferentes instâncias do poder, com seu adensamento no

decorrer dos anos (caso dos governadores, palácio dos vice-reis, paço real, câmara e cadeira, etc.).

Decorrente de uma configuração quase que espontânea, pela ausência de uma formulação urbanística prévia, o largo do Paço apresenta nos primeiros anos do século 19, características espaciais que em muito o aproximam, no seu confronto com a inserção urbana, da praça do comércio (o grandioso terreiro do paço) da Lisboa pombalina. *“suprema expressão simbólica do urbanismo tradicional da Europa do domínio marítimo de uma grande nação”*.



Figura 3 - Trecho de vista geral do largo do Paço tomada do mar, localizada no chafariz do Mestre Valentim e a rampa de desembarque do cais, segundo aquarela sobre papel, assinada e datada em 1832 de autoria de William Smith.

A importância da referência ao largo do Paço (atual praça XV de Novembro) reside no papel que como espaço livre urbano, tanto em termos de sua origem como de sua destinação (no geral reservada a atos oficiais de comemoração), desempenhou na caracterização urbana da cidade: é um exemplo único, singular, embora, tipologicamente, bem definido. (Ceniquel, 1993)

A partir destas considerações, pode ser entendida a notória relevância do projeto execução do passeio público do mestre Valentim (1779-1783) durante o vice-reinado de D. Luis de Vasconcellos (1779-1790). De fato seu ineditismo não reside simplesmente na sua condição de jardim, o que por si já o colocaria numa posição de destaque na ambiência típica do Rio colonial, como também por representar um espaço livre de uso público, que o coloca numa posição de pioneirismo absoluto em toda América Latina.

Em outros termos, o conceito de jardim não era novo: desde as mais antigas civilizações - em todos os cantos do mundo - existiu o conceito, ora com conotações religiosas e/ou filosóficas, ora com conotações utilitárias e/ou contemplativas. Nesse rol se incluem os lendários jardins da Babilônia, os jardins e parques dos castelos europeus ou chineses, o jardim doméstico grego e romano, os jardins dos mosteiros medievais, os renascentistas, o jardim francês (Versailles), italiano (as "Villas") e inglês, etc. (Laurie, 1976)

Porém, o conceito de "*parque de uso público*", é um conceito próprio da Era moderna, e surge na Europa, a partir da abertura à população dos grandes jardins dos palácios e mansões da nobreza, e se incorpora definitivamente à estrutura urbana com a eclosão da Revolução Industrial, particularmente na Inglaterra, ainda no século 17, e na França, nos séculos 18 e, particularmente, no século 19.

O Rio de Janeiro, no século 18, apresentava uma área urbana bem exígua que, além dos seus limites naturais (os morros e o mar), era contornada por uma muralha de fortificação construída por um oficial de engenharia vindo de Lisboa (general Massé). (Oliveira Reis, 1988)

E curioso observar que, no campo ambiental, a primeira idéia de proteção às matas e jardins, de que se tem conhecimento na cidade do Rio de Janeiro, data de 1740, ainda no período luso-brasileiro.

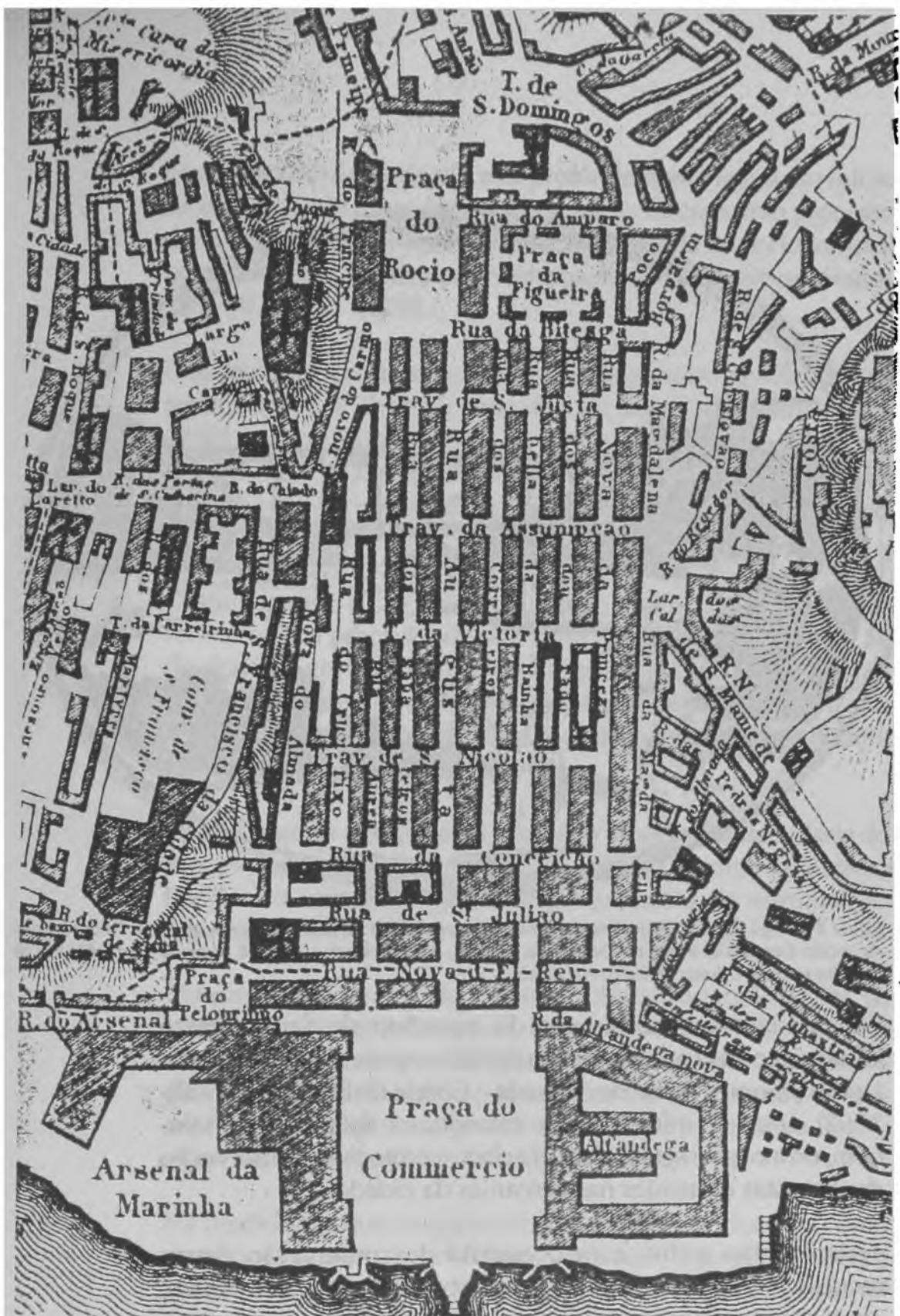


Figura 4 - Planta do Centro de Lisboa datada de 1833: pormenor da parte baixa da cidade (...) À beira do Tejo fica a "Praça do Commercio", seguindo-se a ela um traçado viário regular recobrando a parte baixa da cidade, delimitada pelas colinas de São Jorge, à direita, e de São Francisco, à esquerda"..." (Sisson, 1986).

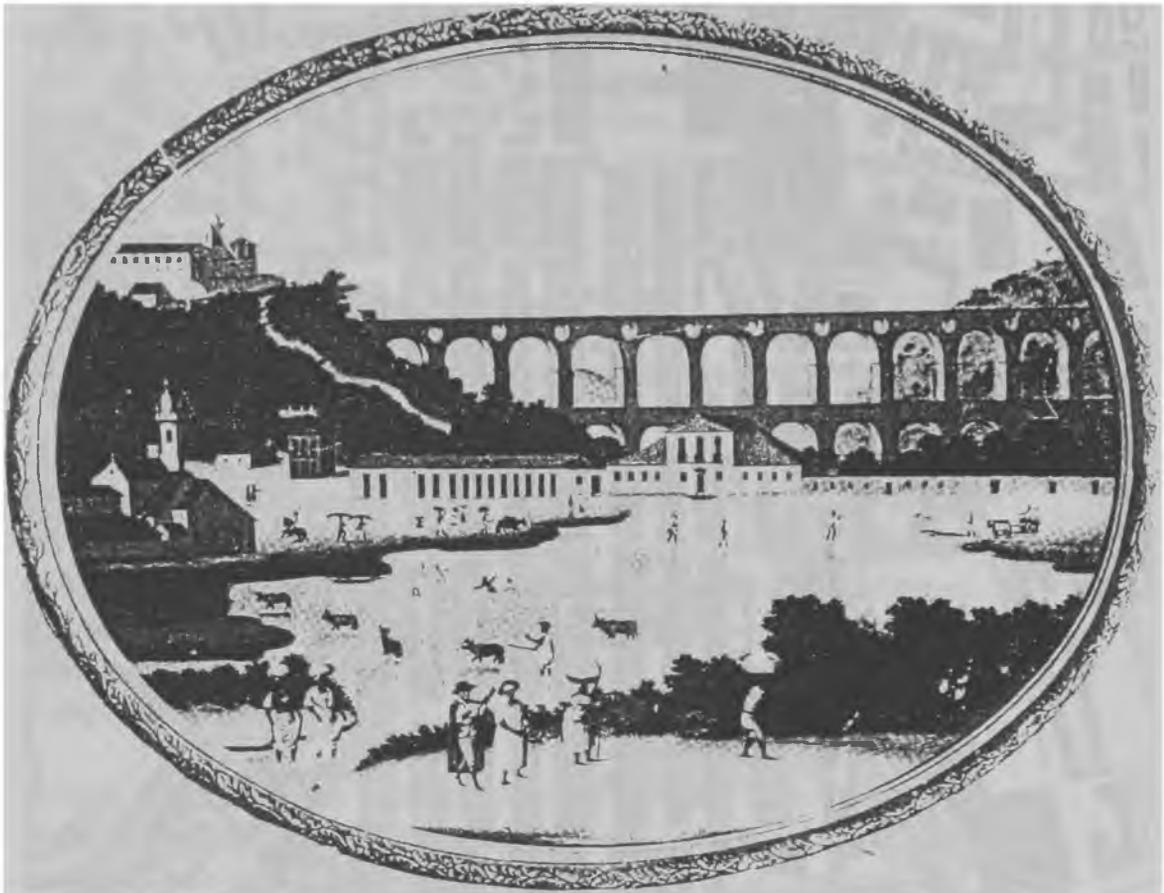


Figura 5 - Antiga lagoa do Boqueirão mostrando o aqueduto da Carioca e Convento de Santa Teresa (no alto do morro à esquerda) e Igreja de Nossa Sra. da Lapa, em meados do século 18, segundo óleo sobre tela de Leandro Joaquim (Museu Histórico Nacional).

Por ocasião da reconstrução do aqueduto de Santa Tereza (atuais arcos da Lapa) na gestão do último governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade – Conde de Bobadela (1733-1762), antes do início do vice-reinado, foi determinado, também, no ato que regulava aquela obra, a proteção e conservação das florestas existentes nas cercanias da cidade.

Teriam então assim, com o espírito de conservação desses recursos naturais, surgido os primeiros elementos que viriam, em tempos mais avançados, a constituir os alicerces que serviriam de base à criação de um órgão oficial com as incumbências de garantir a sua permanente manutenção e franquia ao público.

O período do vice-reinado está profundamente ligado ao início de uma série de obras que, em boa parte, iniciariam o processo de modernização e expansão da cidade, ainda no período luso-brasileiro, num relativo curto espaço de tempo, entre os séculos 18 e 19 (1763 - 1808).

Dos sete vice-reis que ocuparam o cargo, sem dúvida, o mais prolífico foi o 4º deles, D. Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-1790), que aliado ao talento do mestre Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813), empreenderam as primeiras obras de cunho urbanístico na cidade do Rio de Janeiro, a saber: O Jardim do Passeio Público.

O alargamento e calçamento do largo do Paço (antigo terreiro da Polé, atual praça XV de novembro), a respectiva construção do chafariz, em substituição do antigo construído pelo governador Gomes Freire de Andrade, projeto do mestre Valentim, e a construção do cais ao longo da praça até a ponta do calabouço. (Oliveira Reis, 1988)

Se analisarmos a história da evolução urbanística da cidade do Rio de Janeiro, podemos ver que foi um jardim (o Passeio Público) *o marco inaugural de um processo de estruturação espacial urbana.*

Outrossim, os jardins do Passeio Público, estabelece por si, como dizíamos anteriormente, um marco notável no estabelecimento da saga de uma *tradição paisagística carioca*, no que se refere ao tratamento de espaços livres verdes urbanos de uso público e o *papel da gestão administrativa pública como agenciadora de tais intervenções.*

Na medida em que considerarmos a gestão dos vice-reis como precursora dos atuais governos municipais, o papel do mestre Valentim deve ser inserido na busca do estabelecimento de tal tradição à luz do papel dos profissionais de competência específica, à serviço de tais administrações.

Assim mesmo, esta ação profissional, que a partir de mestre Valentim – e por mais de 200 anos – se prolonga até nossos dias no Rio de Janeiro (através da atuação da Fundação Parques e Jardins) atravessa três séculos (século 18 ao século 20) gerando modelos de agenciamento de espaços verdes públicos, que foram aplicados no Brasil todo, em grande parte como indicativos de gestão “modernizante”

Por outro lado, o projeto do Passeio Público do mestre Valentim evidencia uma atitude diante do meio ambiente natural, cuja intenção principal era criar um gênero de jardim condicionado às nossas necessidades, particularmente no que se refere ao uso da vegetação para criação de grandes áreas de sombra, atitude esta, totalmente inédita em termos urbanís-ticos, na ocasião.

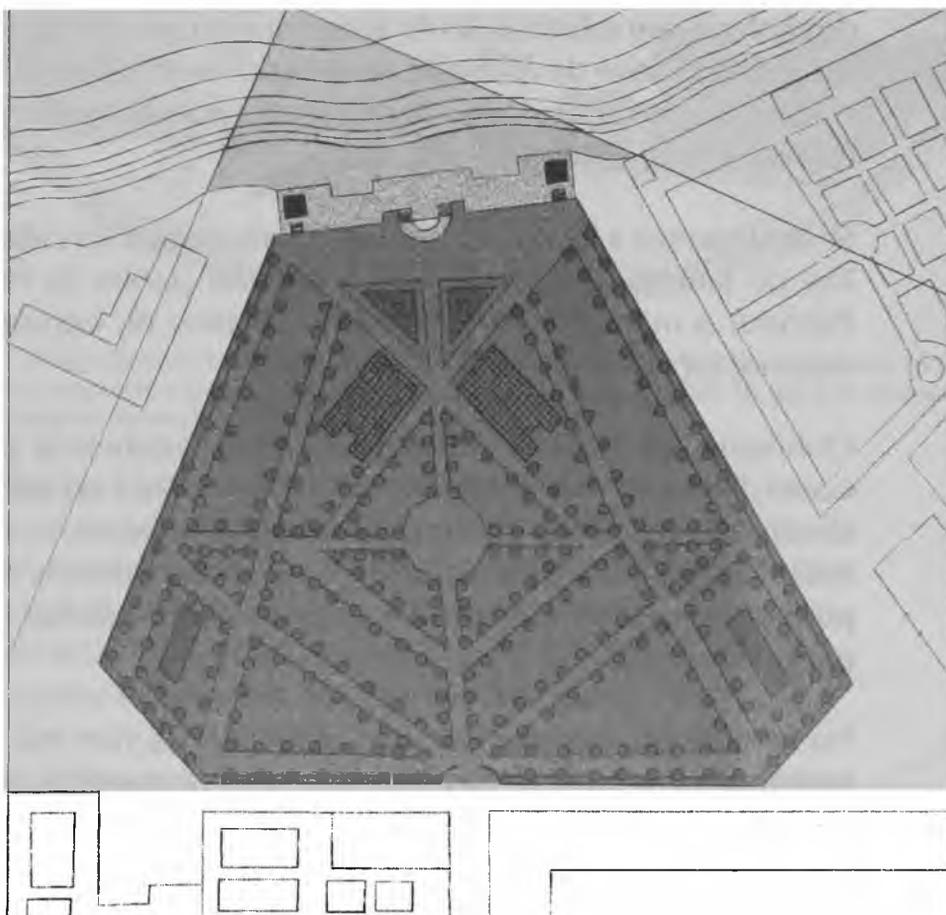


Figura 6 - O Passeio Público segundo a planta régia de 1812, mostrando o traçado original do Mestre Valentim. Extraída da planta produzida pelo projeto Quapá. Desenho: Luiz Maurfício



Figura 7 - O Passeio Público por volta de 1817, desenho a lápis e aquarela de Thomas Ender, visto a partir da alameda central no sentido do mar, mostrando ainda os traços originais do Mestre Valentim.

Embora com a mesma denominação do seu equivalente na Lisboa Pombalina, o passeio público do Rio de Janeiro não guarda nenhuma semelhança com seu homônimo português: Mestre Valentim irá procurar seus modelos de referência – indiretamente – nos jardins da escola francesa filiada à linha de Le Nôtre (jardins de Versailles e Vaux-le-Vicomte), adaptado às condições mesológicas locais, nos exemplos encontrados até hoje nas chácaras e quintais pernambucanos de Nassau. (Mariano Filho, 1943)

Assim, mestre Valentim define o que José Mariano Filho denominou como os *“princípios essenciais para a composição dos jardins tropicais”*, definido por uma composição geométrica composta deliberadamente com ruas estreitas, visando o objetivo essencial de *“sombra”*, efeito este obtido através de uma arborização densa de alto porte, com elementos florísticos de *“sub-bosque”*

Obra de engenharia de grande vulto – até para nossos dias – a relevância do passeio público não se limita simplesmente ao projeto do jardim, como também a primeira obra de arrasamento de um morro (o morro das Mangueiras), a partir do qual seria aterrada a lagoa do Boqueirão.

Outrossim, o passeio público representa o início de um processo gradativo de substituição dos marcos religiosos por marcos profanos, processo que iria se acelerar na segunda metade do século 19, no qual as praças e parques públicos teriam um papel protagonista.

Posteriormente, já no século 19, após a chegada da Família Real em 1815, por iniciativa oficial é encarregado Joaquim Lebreton de reunir artistas franceses decididos a acompanhá-lo ao Brasil, com a intenção específica de constituir o núcleo de uma Academia de Belas Artes, na tentativa de incorporar à Corte toda uma (...) *“concepção de arte e de organização do espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da Revolução Industrial e do trabalho assalariado”* (Abreu, 1987)

Destes artistas, um principalmente deve ser considerado o mentor das primeiras reflexões urbanísticas sobre o Rio de Janeiro, originadas a partir de sua experiência adquirida em capitais agitadas por permanentes obras de remodelação urbana: Grandjean de Montigny.

Formado na tradição neoclássica da *École de Beaux Arts*, Grandjean interpreta a cidade na sua potencialidade cenográfica como suporte da exibição do trono europeu e, posteriormente, o poder imperial brasileiro, embora sem ter – pelo menos no início de sua estadia – uma idéia concebida da remodelação da cidade em seu conjunto. (Benchimol, 1990)

Embora as propostas urbanísticas de Grandjean, nunca tivessem saído do papel, tendo como testemunho da sua obra alguns dos poucos edifícios públicos construídos, como o prédio da praça do Comércio (atual Casa França-Brasil) ou o modesto Edifício da

Real Academia de Belas Artes (demolido, já em nosso século, no Estado Novo), é inegável que a sua presença atribui continuidade a saga da parceria entre o Estado e o arquiteto/urbanista/paisagista, inaugurada com a obra de mestre Valentim, no que se refere a discussão do espaço e paisagem da cidade. (Santos, 1979)

O RIO DE JANEIRO DO SEGUNDO REINADO E AUGUSTE MARIE FRANÇOIS GLAZIOU

O ROMANTISMO NO CONTEXTO EUROPEU

Ao referir-nos ao Rio de Janeiro da segunda metade do século 19 e, particularmente, a obra de Glaziou, estamos concomitantemente nos remetendo à institucionalização da atividade paisagística na cidade, e sua conseqüente interface com as intervenções urbanísticas que moldaram definitivamente a sua feição.

Tal remissão adquire outros desdobramentos quando este período é visto à luz da irrupção do romantismo no Brasil, quase um século após o início de um verdadeiro surto deste movimento filosófico-artístico na Europa (século 18), a partir dos ideais libertários propalados, entre outros, por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

O romantismo, herdeiro da verdadeira “revolução intelectual” que se processa nos séculos 17 e 18, contrapõe-se às outras doutrinas dos seus contemporâneos, que privilegiavam o império da razão como guia infalível da conduta e da verdade.

Contrariando, portanto, o racionalismo cartesiano (Reneè Descartes/1632-1677) e os posteriores conceitos principais da ilustração (particularmente Voltaire), o romantismo se coloca, basicamente como uma teoria *anti-racionalista*, ao interpretar que nos problemas essenciais da vida do homem, é muito mais seguro confiar nos sentimentos.

Porém, ambos – romantismo e ilustração – coincidem no que tange a melhor estrutura social, que deveria estar pautada pela simplicidade e naturalidade, em contraposição à afetação característica da aristocracia.

Embora seja o romantismo que irá encampar o mito do “*nobre selvagem*”, cujo “*modus vivendi*” seria preferível a do homem civilizado com toda sua hipocrisia e leviandade (as monarquias absolutistas somadas à sociedade industrial e suas contradições) que serviria para perpetuar a tirania de sacerdotes e governantes, o que o coloca em visceral oposição ao cartesianismo “cientificista” (Leite, 1993)

A divulgação de tais idéias chega a um ponto tal, em fins do século 18 (vésperas da Revolução Francesa), que acabaram até sendo adotadas por alguns cortesãos de Versailles: a própria rainha Maria Antonieta fez construir uma “aldeia rural” elegante num canto dos terrenos do palácio, onde se entretinha brincando de pastora e ordenhando vacas leiteiras, com outros membros da corte.

A noção de “território” (associado à formação das nações) origina em boa parte a denominação “paisagem/paisagismo”, cuja etimologia nos remete à palavra francesa “pays” (país). A discussão dessas idéias filosóficas, os estímulos das grandes viagens, a moda de colecionar trabalhos de pintores italianos do século 17, tudo contribuiu para o surgimento de novas idéias estéticas. (Laurie, 1976)

Será, portanto, no decorrer do século 18 que encontraremos a primeiras descrições de lugares reais, relacionando seus atributos físicos com a resposta emocional que eles despertavam. A sacralização da paisagem conduz a uma busca nas fontes pictóricas de uma metodologia de identificação de fontes de beleza na natureza, particularmente no que se refere a *critérios abstratos* de valorização do arranjo de árvores, gramados, pedras e água.

O jardim como imitação da paisagem foi produto, portanto, do movimento romântico, cuja forma se baseava na observação direta da natureza e nos princípios da pintura. Porém, dita "imitação" é também, à semelhança do seu similar classicista (André Le Nôtre), um exercício de composição onde os referenciais morfológicos irão ser procurados nas visões idealizadas da natureza no seu estado bruto, e não na geometria estetizante dos tratadistas quatrocentistas.

Face a isto, as linhas de projeto e os objetivos da arte da paisagem pitoresca, assim fundamentada, passaram a ser a surpresa, a variedade, a simulação e a seqüência de idílicas perspectivas (Laurie, 1976), visando, principalmente, o efeito dramático do resultado final, no seu conjunto.

LONDRES E AS PRAÇAS ARBORIZADAS DE PARIS

Durante seu exílio em Londres, Luis Napoleão ficou visivelmente deslumbrado com as praças e parques ingleses a um ponto tal que, uma vez no poder, uma das suas primeiras idéias foi incorporar à sua cidade áreas verdes similares: imensos parques românticos e praças com arborização e arbustos, totalmente inéditos em Paris.

Porém, sob o ponto de vista urbanístico, as áreas verdes que decorreram de tal intenção, diferiam nitidamente das suas similares londrinas em vários aspectos, particularmente no que se refere à sua localização: enquanto as praças inglesas eram isoladas do tráfego de veículos, as de Paris eram conseqüência de um alargamento de ruas.

Isto originou uma clara e original tipologia de praça, que constituiu a novidade urbanística mais imitada nos anos imediatamente sucessivos à tal intervenção (Plano Haussman). A grande capacidade do engenho de Haussmann, como organizador do Plano de Reforma de Paris, se faz evidente no sistema de parques que criou em grande escala e segundo os princípios de uma grande escola. (Giedion, 1978)

Derivavam estes parques daquele tipo de jardins pitorescos “à inglesa” que imitavam a natureza, freqüentemente com tendências românticas e contendo, nos seus limites, montanhas, vales, lagos e rios em miniatura. Foram criados para serem objeto de todos os olhares, e desfrutados por suas vastas perspectivas e profusão de verde.

Porém, principalmente, foram introduzidas pelos franceses, plantas jamais vistas, até então, em jardins públicos no mundo todo. Como diz Giedion:

(...)“Resultou que os antigos mestres da jardinagem, os ingleses, agora vinham à Paris para aprender como empregar e introduzir nos jardins ingleses, um “novo aspecto em sua vegetação” (...)

As novas espécies tropicais e subtropicais empregadas eram robustas, em quase sua totalidade exótica, que Adolphe Alphand, engenheiro-paisagista a serviço de Haussmann, e seus colaboradores descobriram e trouxeram para Europa em ricas variedades. (Alphand, 1868)

Entretanto, a jardinagem exótica não é aqui inédita: ela foi um fenômeno tipicamente europeu. Itália, Espanha, Viena, França e, particulamente, Holanda (principal centro de botânica e agricultura em fins do século 17), eram os principais centros, embora Inglaterra tivesse participado sempre desde o início. (Thomas, 1989)

Isto pode ser atribuído – em boa parte – ao impressionante acervo de desenhos e herbários que alguns países europeus tinham acumulado nos séculos anteriores, produzidos e recolhidos por inúmeros pintores e cientistas viajantes das numerosas expedições científicas.

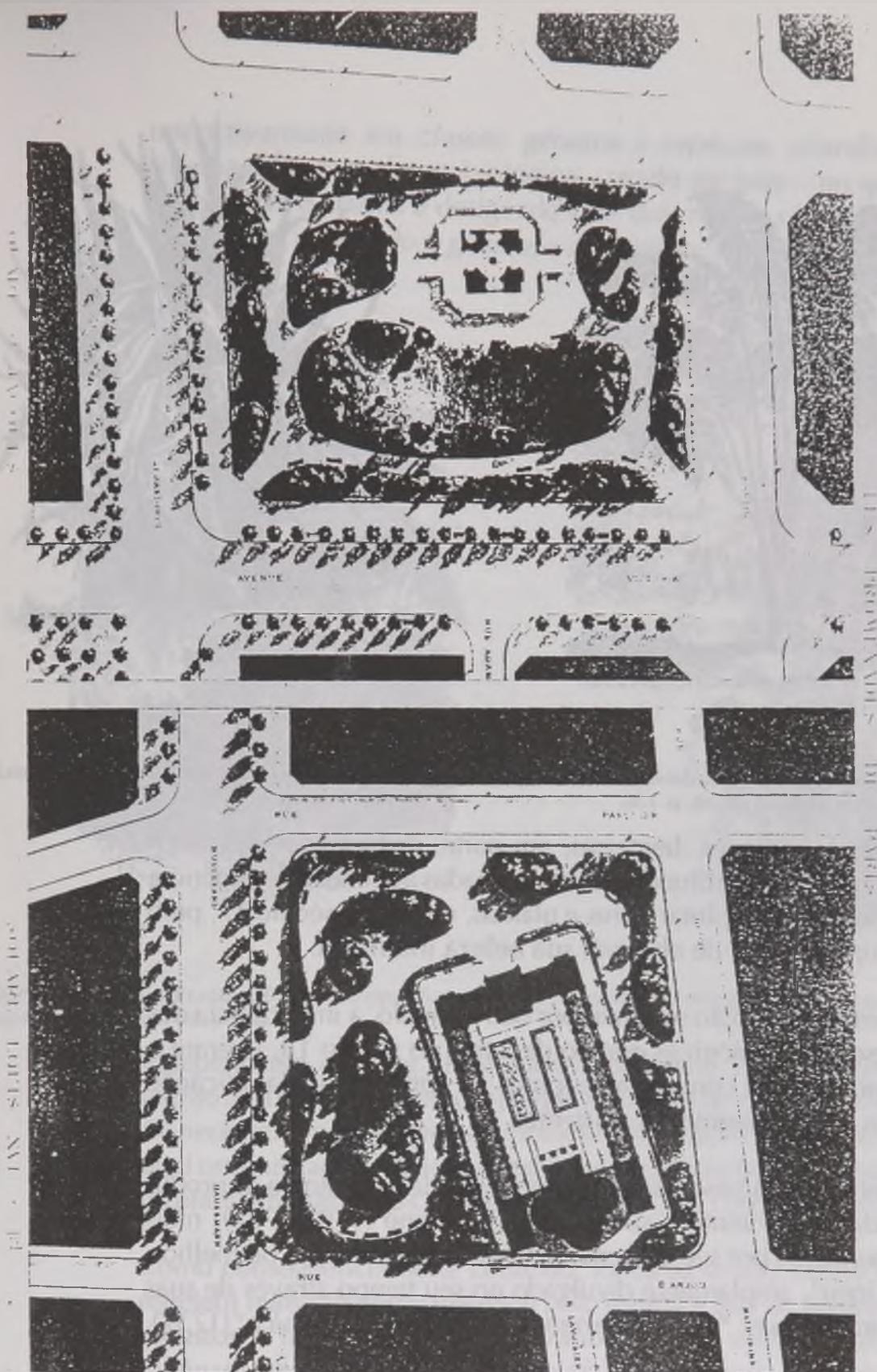


Figura 8 - Os squares St. Jacques e Louis XVI, segundo Alphand, *Les promenades de Paris*, J. Rothschild Editeur, 1868.

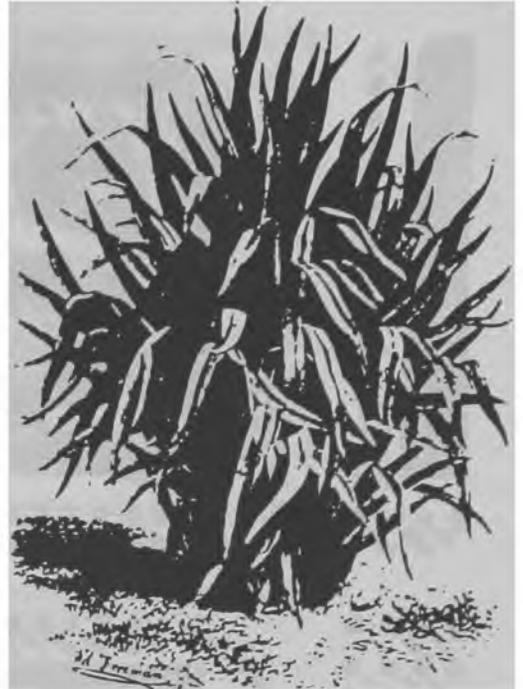
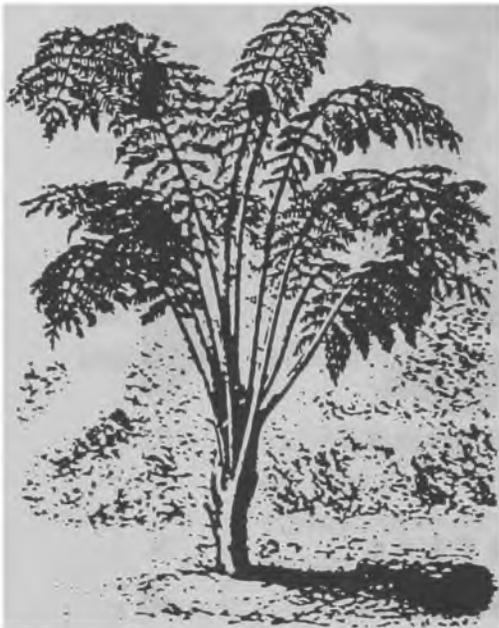


Figura 9 - Espécies utilizadas no Bois de Boulogne, Fougères (*Cibotium princeps*) e Liliacées (*Phormium tenax*), segundo Alphand, *op. cit.*, p. 136.

Estas expedições, herdeiras, em parte, dos grandes descobrimentos, estão profundamente associadas à acentuada tendência a desenhar ou pintar flores e plantas, durante o século 17, pelo simples prazer de observar sua beleza intrínseca.

A esta associação se soma, por outro ângulo, a importância das pesquisas biológicas que no decorrer do século 18, tiveram a tendência de concentrar esforços na definição e classificação dos conhecimentos já existentes.

Dentre essas pesquisas adquirem especial relevância as produzidas pelo cientista sueco Carl von Linné (1707-1778), mais conhecido por seu sobrenome latinizado "Linneus" ou melhor, "Lineu", amplamente divulgado no seu tempo através de suas obras-primas: "*Sistema da natureza*" e "*Crítica botânica*" (1737).

É a partir delas que surge a divisão dos objetos da natureza em três reinos (mineral, animal e vegetal), os quais são classificados,

respectivamente em *classes*, *gêneros* e *espécies*, criando o sistema de nomenclatura biológica – usado até hoje – no qual cada planta e animal é designado com dois nomes científicos: o primeiro, indicando o *gênero*, e o segundo, a *espécie*.



Figura 10 - Espécies utilizadas no Bois de Boulogne, Fougères (*alsophila australis*) e Liliacées (*dracaena draco*), segundo Alphand, *op. cit.*, p. 132.

Independente do rigor classificatório de Lineu, o seu grande mérito reside na sua aceitação de que o número de espécies “*não foi necessariamente fixado no momento da criação*”, razão pela qual estimula aos botânicos a dedicarem seu talento à produção de plantas novas, pelo cruzamento de espécies. (Thomas, 1989)

Como consequência deste contexto, todos os fatores acima se refletem num crescente interesse pelo estudo e uso de árvores, arbustos e flores tanto nativas como também exóticas, que originam uma forte atividade comercial, concentrada em fontes organizadoras de suprimentos de mudas e sementes, assim

como o invento – e produção industrial – de maquinário necessário para o plantio e conservação.

Assim mesmo, as espécies exóticas, que na forma de um volumoso fluxo de exemplares (flores, arbustos, árvores, tanto na forma de mudas como de sementes) vindas do mundo todo, invadem Europa e seus mercados horti e floricultores, geram um crescimento acentuado do seu uso corrente.

Porém, o grande mérito da contribuição do emprego da jardinagem exótica dos franceses (Alphand) sobre o modelo romântico inglês, reside na sua capacidade em criar um clima de surpresa, variedade, simulação e a conseqüente criação de idílicas perspectivas, como forma de reconhecer a beleza não apenas na ordem de uma paisagem “domesticada” como na de uma paisagem “selvagem” (construída) sacralizada nos mesmos moldes da pintura paisagística ou pitoresca.

A vegetação, assim usada, passa a ter um papel predominante na estruturação compositiva do espaço externo, a partir das suas *qualidades volumétricas*, que somada a uma verdadeira “modelagem” dos planos (elevação, lagos, riachos, pedras, etc.), resulta num atributo “dramático-introspectivo” tão apreciado pelo movimento romântico. Será este, portanto, o atributo diferenciador mais notável que irá estabelecer um claro limite entre o jardim classicista francês e seu similar romântico.

Como expressa um contemporâneo de Haussmann, o jardineiro paisagista William Robinson, cujos livros exerceram grande influência sobre a jardinagem britânica do século 19 (1869), ao referir-se as novas praças de Paris, o que mais impressionava os visitantes estrangeiros destes espaços, era seu frescor, o esmero no seu cuidado e o grande número de pessoas que os freqüentavam.

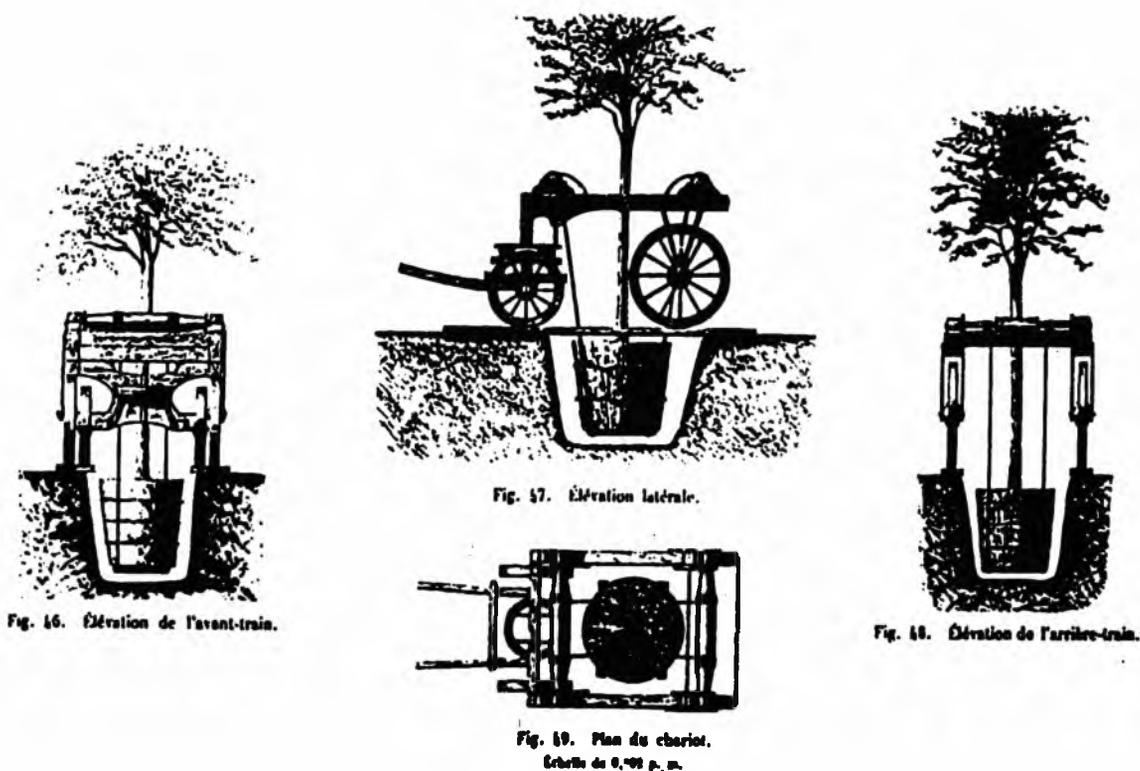


Figura 11 - O pequeno chariot (carro) empregado na execução do bois de Boulogne para o transplante e transporte de mudas de menor porte, extraído de gravuras do livro de Alphand, op. cit. p. 47.

Da mesma forma, reconhecendo o significado social destes espaços livres públicos, Robinson estabelece uma clara distinção entre estas praças, e suas similares inglesas:

(...) “enquanto nós /os ingleses / persistimos em reservar nossas praças para que sejam desfrutadas por uns poucos privilegiados, e mantê-las, como de costume quase desprovida de qualquer planta ou arborização, eles /os franceses / as abrem para o livre uso do público, como nossos parques, e as decoram com grande variedade e riqueza de vegetação”. (Robinson, 1869)

A PREPONDERÂNCIA DO PAPEL DO ENGENHEIRO NA VIABILIZAÇÃO DO PAISAGISMO PITORESCO

Contrariamente ao que poderia fazer supor o fato de encontrarmos as origens do paisagismo romântico na escola de pintura pitoresca, ainda nos séculos 16 e 17, a materialização executiva destas obras estiveram muito mais sob a responsabilidade dos profissionais oriundos das *Écoles Polytechniques* do que das *École de Beaux Arts* (incluindo nesta última os arquitetos).

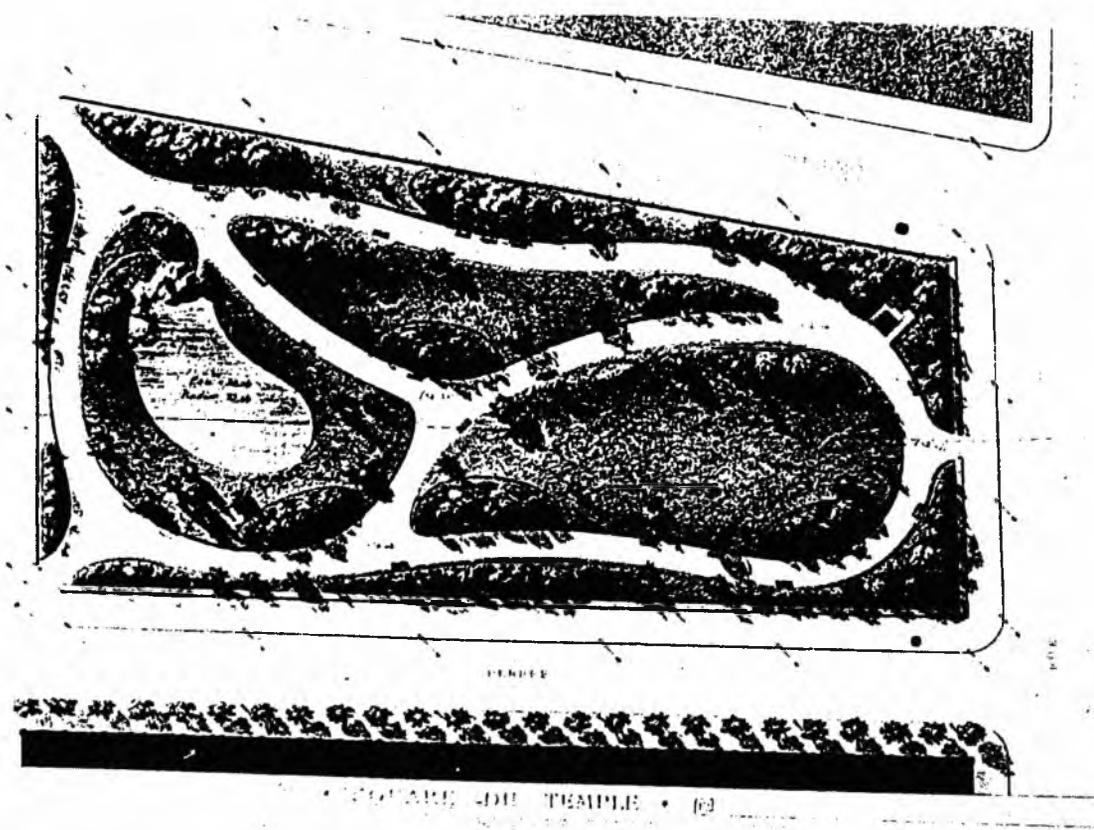


Figura 12 - O square du Temple, segundo Alphand, *Les promenades de Paris*, j. Rothschild Editeur, 1868.

Os problemas técnicos de execução, além das vultosas quantias de dinheiro necessárias para a verdadeira “*construção da paisagem selvagem*” que o parque pitoresco supunha, requer profissionais que não somente tenham uma sólida formação técnica em vários campos do conhecimento, como também uma noção

clara dos custos envolvidos na sua viabilização, o que supõe um claro envolvimento com a *praxis*.

Na França esta dicotomia se acentua a partir do final do século 18, com a instituição da *École Polytechnique* (1795) e suas áreas de especialização, particularmente, a *École des Ponts et Chaussées*, que englobava boa parte dos conhecimentos técnicos necessários para tal empreitada (particularmente drenagem, estudo de solos, terraplenagem, etc.).

Não é por outra razão, senão esta, que Haussmann irá reunir ao seu lado como colaboradores e assessores, para enfrentar a colossal empreitada de reforma de Paris, um conjunto de profissionais, que além de serem formados nessa escola, possuíam uma sólida experiência em administrações municipais.

De fato, muitos destes colaboradores, que amadureceram profissionalmente com Haussmann e sua obra, conheciam-o desde a sua gestão como administrador municipal das cidades de Yonne (como no caso de *Belgrand*, diretor do importante *Service des Eaux et des Égouts* de Paris), e, posteriormente, de Bordeaux (Bordéus), onde conhece Adolphe Alphand, na ocasião engenheiro do *Service des Ponts et Chaussées*, e posteriormente nomeado em Paris chefe do *Service des Promenades et Plantations* (1853).

Junto com M. Deschamps, recrutado do próprio quadro de especialistas da prefeitura de Paris (ao que é delegada a responsabilidade da chefia da Comissão Técnica do Plano Regulador da cidade), este grupo de engenheiros, somados a outros tantos assessores e colaboradores, constituem o verdadeiro “Estado Maior”, da intervenção de Haussmann.

Outrossim, se estabelece – por muitos anos inclusive até a irrupção do Movimento Moderno e do Ciam – a tradicional ingerência do engenheiro nas questões relativas ao urbanismo em geral, que caracterizou o século 19 e primeiras três décadas do século 20.

GLAZIOU COMO INTRODUTOR DE NOVAS IDÉIAS DE INTERVENÇÃO E GESTÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO

A intervenção urbanística processada pelo barão Haussmann em Paris (1853-1868) teve na ocasião uma repercussão internacional notável, e em boa parte estabelece – por muito tempo – um modelo naturalmente aceito de gestão pública, tanto em termos de resultados como de estrutura administrativa, gestada e ensaiada e, previamente, na sua passagem por municípios menores. (Yonne e Bordeaux)

Entretanto, reflete um processo bem francês – a disputa entre os conhecimentos da emergente *École Polytechnique* e a *École de Beaux Arts*, característica do século 19 – no qual a figura do engenheiro assume destaque evidente pelo seu rigoroso compromisso com a *praxis* e o pensamento positivista.

Neste contexto cultural é formado Auguste Marie François Glaziou, que nascido na Bretanha (França), em 30 de agosto de 1833, cursa a *École Polytechnique D'Angers*, da qual passou para a Escola Central de Paris, onde seguiu as preleções de Adolphe Brogniard (1801-1876) e Decaisue. (Garcia, 1927)

Com apenas 22 anos (1855), Glaziou foi convidado pelo prefeito de Bordeaux, Durieu de Maissonneuve, sucessor do barão Haussmann (já nomeado prefeito de Paris por Napoleão III) para dirigir os trabalhos do Horto Municipal da cidade.

Esta seqüência de fatos nos permite formular a hipótese plausível que o tipo de vinculação que Glaziou teve com Haussmann e A. Alphand, foi muito além do que uma simples filiação a uma escola paisagística, dada a importância que o quadro de funcionários da prefeitura de Bordeaux teve no recrutamento de colaboradores para a equipe de Paris.

Independente do notado valor de sua obra, um aspecto curioso que logo surge, assim que começamos a tentar aprofundar os conhecimentos sobre ela, é o grau de dificuldade para recompor

as circunstâncias em que Auguste François Marie Glaziou aparece em nosso meio, sua formação profissional ou, ainda, o tipo de militância profissional e/ou experiência adquirida na época.

As diversas fontes em que existem referências biográficas – em sua maior parte jornalísticas – muitas vezes apresentam dados contraditórios que chegam a confundir o seu próprio nome, agravado pelo fato de o próprio assinar seus desenhos como “A. Glaziou” ou simplesmente “Glaziou”

É muito impreciso o motivo ou fato que conduziu Glaziou para o Brasil.

Por exemplo, em ocasião da vinda, na primeira metade do século, da missão francesa chefiada por Lebreton, sempre foi de notório conhecimento, as circunstâncias em que seus membros foram recrutados, quais os ideários embutidos, tanto neles como nos seus promotores (a coroa) e, inclusive, qual o retorno que alguns deles deram à Europa (por exemplo Debret).



Figura 13 - O Passeio Público segundo a reforma de Glaziou, em desenho original deste, constando do acervo da Biblioteca Nacional / Rio de Janeiro.

No caso de Glaziou, verdadeiro introdutor no Rio de Janeiro do que muitos autores costumam rotular como a expressão mais notável do romantismo (o jardim pitoresco), seu nome irrompe sem muito preâmbulo no Brasil associado à reforma do deteriorado projeto do mestre Valentim por indicação (ou contratação) de um homem de negócios muito ligado a D. Pedro II o Sr. Francisco José Fialho, em 1860.

A propósito, Paulo Santos nos fornece outras pistas, embora sem citar fontes, ao se referir ao fato de Francisco Fialho em uma estadia, mais prolongada na França, ter contratado Glaziou para executar um jardim ou parque à rua Monte Alegre, no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro em mansão de propriedade da família Fialho.

O projeto e obra do passeio público foram executados em prazo relativamente curto, se levarmos em conta a considerável alteração que Glaziou introduziu no projeto original do mestre Valentim (1861-1862).

Reforma que, diga-se de passagem, até hoje suscita não poucas polêmicas, e até ressalva de alguns estudiosos que, endossando as clássicas críticas de José Mariano Filho censuram Glaziou, neste caso, pelo:

(...) “profundo desprezo pela tradição/ luso-brasileira / da cidade, que levou o paisagista francês a devastar completamente o jardim/ de mestre Valentim / para sobre os destroços da área devastada delinear um novo traçado ondulante, com pelouses, lagos e penedos/ rochas / no gênero do parque “Des Buttes-Chaumont” de Paris” ... (Mariano Filho, 1943)



Figura 14 - Vista aérea do Passeio Público, desde a ladeira de Santa Tereza, mostrando os jardins e adjacências com as árvores constituindo um maciço verde de porte. Na cobertura destacada na esquina da rua do Passeio com o largo da Lapa, vemos o lugar onde residiu Glaziou, como consta na planta original mostrada anteriormente. Foto de Marc Ferrez, c. 1875 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 15 - Concomitante com o espírito romântico, uma série de elementos construtivos produzidos industrialmente – em sua maioria produzidos e comprados na Europa – se aliavam na ambientação rústica pretendida tais como, pedras, lagos e cascatas artificiais, ou ainda, pontes de ferro imitando galhos cortados de árvores. Foram mantidas as agulhas em forma de pirâmides do Meste Valentim. Foto de Marc Ferrez c. 1880 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A planta original do projeto de Glaziou, integrando o acervo iconográfico da Biblioteca Nacional e em péssimo estado de conservação, nos apresenta a partir da fotografia do livro de J. Mariano Filho, um belíssimo desenho que era traço marcante no trabalho de Glaziou, e que se caracterizava por apresentar rebatidos todos aqueles elementos que significassem uma dimensão vertical dominante, com árvores, monumentos, repuxos ou construções, sugerindo uma vista cavalheira ou axonométrica, e a projeção de suas sombras.

Dita forma de representação aliada ao detalhado uso da cor, chegando aos requintes de retratar os claro-escuros das folhagens (que chegam a evidenciar até textura), transformava o “*plano geral*” num instrumento operacionalmente apto tanto para apresentação da idéia como para sua própria execução.

Embora não com esse refinamento da representação, dita modalidade será incorporada naturalmente, até começo do século 20, como vários projetos de alguns discípulos seus, após a morte de Glaziou, apresentavam.

Junto com a estrutura macrocompositiva básica, composta por desenhos sinuosos de caminhos, maciços de vegetação, tabuleiros de relva entre-semeados de árvores de grande porte, em grupo ou isoladas, lagos, ilhas e rochas artificiais, aparecem – naturalmente – todo um conjunto de equipamentos e edificações em grande parte trazidos da Europa.

Assim, pontes (em ferro fundido) rústicas e renascentistas, pavilhão imperial, bancos, estátuas de ferro representando as estações, guaritas de madeira (até pouco tempo existentes), a insubstituível edificação neogrega, tendo à frente um peristilo ladrilhado de mármore, formado por quatro colunas de ferro da ordem coríntia, e até um pavilhão rústico tendo no centro um vaso Luis XV, com flores e frutos em ferro fundido, completavam o cenário do imaginário romântico.

Sem dúvida a relação entre tais elementos é a melhor exemplificação daquele estado de espírito ligado à figura da evasão para o sonho e da fantasia que caracteriza o romantismo.

Independente da terminologia “passeio” adotada em fins do século 18 já no projeto de mestre Valentim, a partir de denominação do seu similar na Lisboa pombalina (embora sem ter nenhuma semelhança com este), o Passeio Público de Glaziou esteve muito mais para a tipologia do “square” do que “passeio”

Com Glaziou isto fica claramente assumido, como provam alguns manuscritos dirigidos à Câmara Municipal na época como consta em carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal, Dr. Antônio Ferreira Vianna, em 13 de novembro de 1871/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

(...) “estando eu encarregado dos “squares” do Rio de Janeiro, procuro ser de maior utilidade, apesar dos sarcasmos dos maitacas” (...)

Porém, seria quase 15 anos após, no jardim da praça da Aclamação (atual Campo de Santana), que Glaziou conseguiu fechar melhor as suas idéias compositivas, que no caso do passeio público, encontraram-se excessivamente delimitadas, até pela necessidade de conservação dos monumentos do mestre Valentim.

Assim, a cascata ornamental adquire uma escala maior, quase monumental, dando espaço à criação de grutas internas iluminadas por lâmpadas de gás dispostas estrategicamente. Um grupo escultórico de proporções também monumentais apresenta o combate de um tigre com o homem, onde, abertamente, o sentimento romântico do heróico aparece mais claramente.

Os jardins de Glaziou eram de um romantismo procurado, disciplinado, resultado de profundo conhecimento de causa, daí a classificação de “erudito” que lhe é com freqüência atribuído. (Santos, 1960)

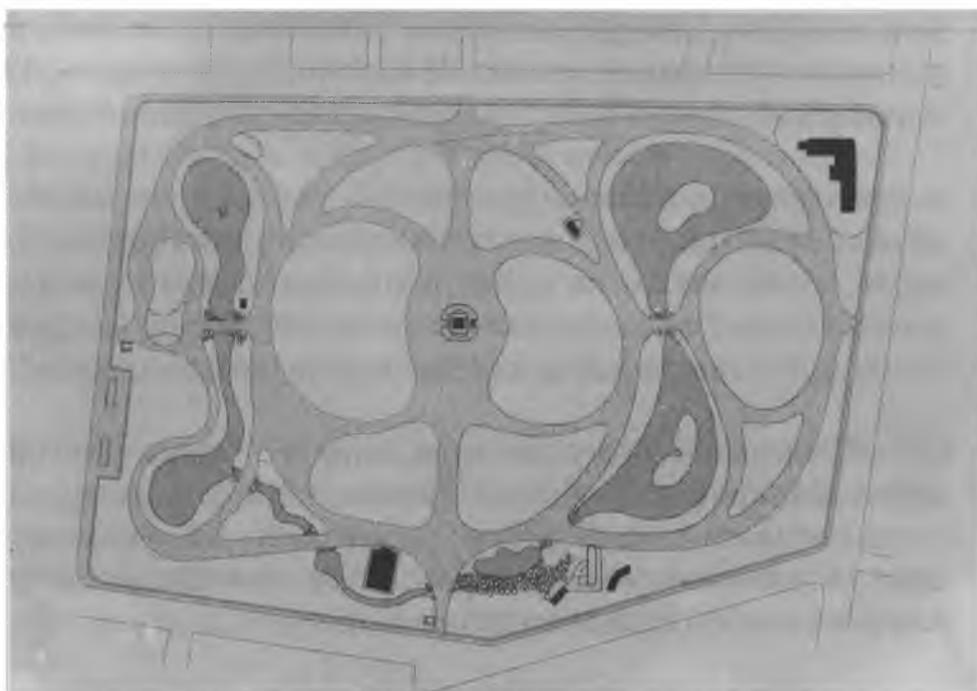


Figura 16 - Planta do Campo da Aclimação (atual Campo de Santana), após a reforma decorrente da abertura da avenida Presidente Vargas (1945). Desenho: Alessandra Viude e Luiz Maurício.



Figura 17 - Vista externa das grutas artificiais, em direção ao Quartel de Bombeiros e morro do Senado (antigo morro de Pedro Dias). Ao fundo o morro de Santa Tereza. Foto de Marc Ferrez, c. 1885 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 18 - O Campo de Santana (antigo Campo da Aclimação) em fotografia em torno do ano 1885. As árvores ainda não tinham adquirido o porte de lhe atribuem, hoje em dia, seu ar de semi-penumbra e conseqüente, dramaticidade. Ao longe, da esquerda para a direita, o Paço do Senado, a Casa da Moeda, o Morro da Providência, a Estação de Ferro da Central do Brasil e o Quartel General. Foto de Marc Ferrez, c. 1885 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 19 - Vista do largo com repuxo d'água e ilha. A imagem da ilha tem um significado muito importante no ideário romântico, inspirado na imagem da ilha de Rousseau, imagem de retórica utilizada para expressar as condições ideais de contato do homem com a natureza numa atitude de isolamento introspectivo e uma volta a suas raízes primitivas (Mito do Eden e do Nobre Selvagem). Foto de A. Malta, c. 1910 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O passeio público e o Campo de Santana são, para Glaziou “squares”, porém a tipologia está mais próxima da reformulação de A. Alphand do que dos “squares” ingleses do século 17

Não é casual que anos depois seja Glaziou que recomende ao imperador D. Pedro II a compra do tratado de Alphand, *Les Promenades de Paris*, que representa, nem mais nem menos, boa parte das obras que marcaram a intervenção do barão Haussmann em Paris e, segundo Giedion, a parcela mais notável de dita obra.

Tudo indica que o então jovem engenheiro Francisco Pereira Passos, com quem Glaziou travou conhecimento através da Comissão de Obras de Embelezamento da Cidade (criada em 1874 pelo então Ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira), iria consultar o tratado de Alphand com bastante freqüência na sua famosa gestão na prefeitura do Distrito Federal (1902-1906).

Embora tendo seguido a carreira diplomática, Pereira Passos permaneceu em Paris como adido à legação brasileira de 1857 a 1860, quando travou conhecimento com engenheiros da École de Ponts e Chaussées, cujos cursos freqüentou em forma assídua, assim como presenciou de forma bem próxima as obras empreendidas na época pelo Barão Haussmann. (Benchimol, 1990)

Anos depois, já em nosso século, Pereira Passos viria inaugurar como prefeito a primeira gestão municipal no Distrito Federal da 2ª fase da República (1903-1930) e, junto com ela uma seqüência de obras e intervenções, com o aval do governo Rodrigues Alves, que iria produzir a transformação do Rio de Janeiro de cidade colonial em “moderna”, nos termos “haussmanianos”, numa escala até então nunca vista. (Oliveira Reis, 1977)

A proposta de traçado da avenida Central (atual av. Rio Branco), assim como o concurso de fachadas dos edifícios adjacentes à avenida, em boa parte foram moldados a partir das idéias contidas em tal manual, assim como o seu plano global de obras, desenvolvido no prazo recorde de apenas 4 anos.



Figura 19 A - Vista do largo central do campo de Santana, 1895. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Ficaria, assim, caracterizada uma filiação direta entre Haussmann e Pereira Passos, *através de Glaziou*, hipótese até hoje não estudada em profundidade.

À semelhança do seu mestre Alphand, Glaziou também é nomeado, pelo Imperador D. Pedro II, diretor privativo dos jardins imperiais da Quinta da Boa Vista e Petrópolis (1868), e em 1872 Inspetor Geral dos Jardins e Parques Municipais.

Paralelamente à sua vasta atividade como paisagista, Glaziou nunca abandonou o seu prazer pela pesquisa, desenvolvida em viagens curtas no interior do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1895 integra, como botânico, a Comissão de Estudos do Planalto Central do Brasil (Comissão de Estudos para a Nova Capital da União, conhecida por "Comissão Cruls"), levantando e catalogando toda a flora do Planalto Central, que conclui na Europa.

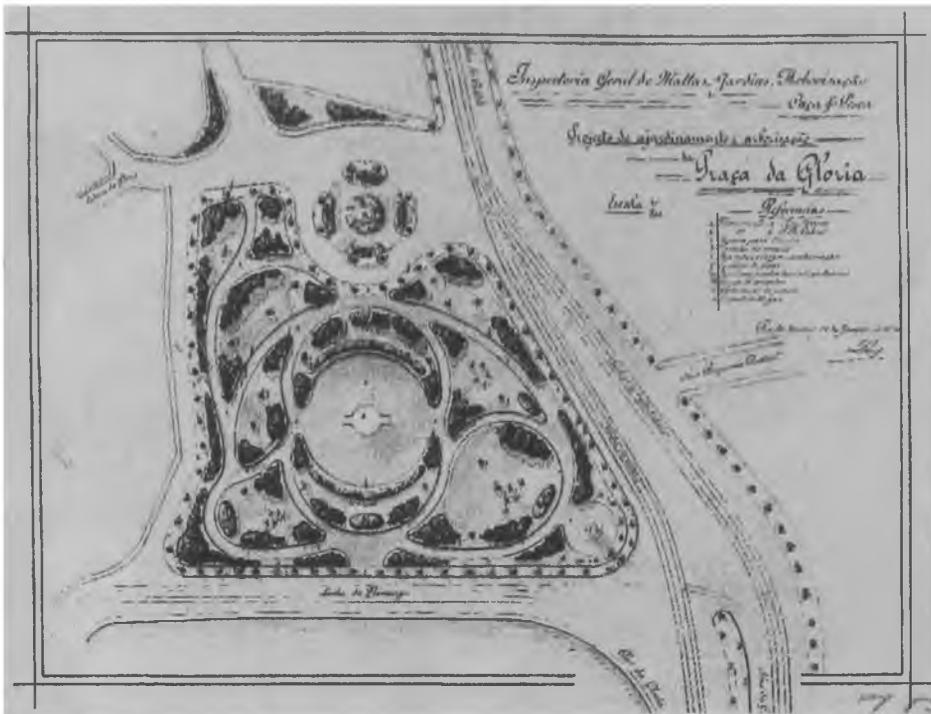


Figura 20 - Projeto de ajardinamento e arborização da praça da Glória, 1904 / Desenho aquarelado 46,5 x 61 cm, Coleção Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro / Catalogo da Exposição: A paisagem desenhada: O Rio de Pereira Passos - p. 46 / outubro/1994 / Centro Cultural Banco do Brasil / Rio de Janeiro - 1994.

Em 1897 Glaziou aposenta-se do cargo de Diretor dos Jardins Públicos, Arborização e Florestas da Cidade do Rio de Janeiro (cargo para o qual foi nomeado em 01 de dezembro de 1893), e retira-se à França, na cidade de Bordeaux (coincidentemente ou não, cidade de Alphand e onde iniciou sua trajetória profissional), onde morre em 1906.

Na sua obra no Brasil, além do passeio público e atual Campo de Santana, devem ser atribuídas várias outras, das quais poucas mantêm sua feição original até os dias de hoje:

1. Largo de São Francisco de Paula (1875) (radicalmente modificado dois anos após sua execução);
2. Jardins do cais da Glória (1857);
3. Antiga praça General Osório (desapareceu completamente com a abertura da av. Presidente Vargas) (1875);

4. Praça XV de novembro (1877) (modificada radicalmente em 1893 para se erguer a estátua do General Osório);
5. Jardins da Quinta da Boa Vista (1860-1865);
6. Jardins da residência do barão de Nova Friburgo no Rio de Janeiro (remodelado posteriormente por um discípulo seu/ atual palácio do Catete)/1868;
7. Jardins da residência de campo do barão de Nova Friburgo, em Nova Friburgo (atual parque São Clemente (1868). O mais bem conservado de todos os seus trabalhos ainda existentes;.
8. Largo do Machado (1873)/substituído em nosso século por projeto de Roberto Burle Marx.

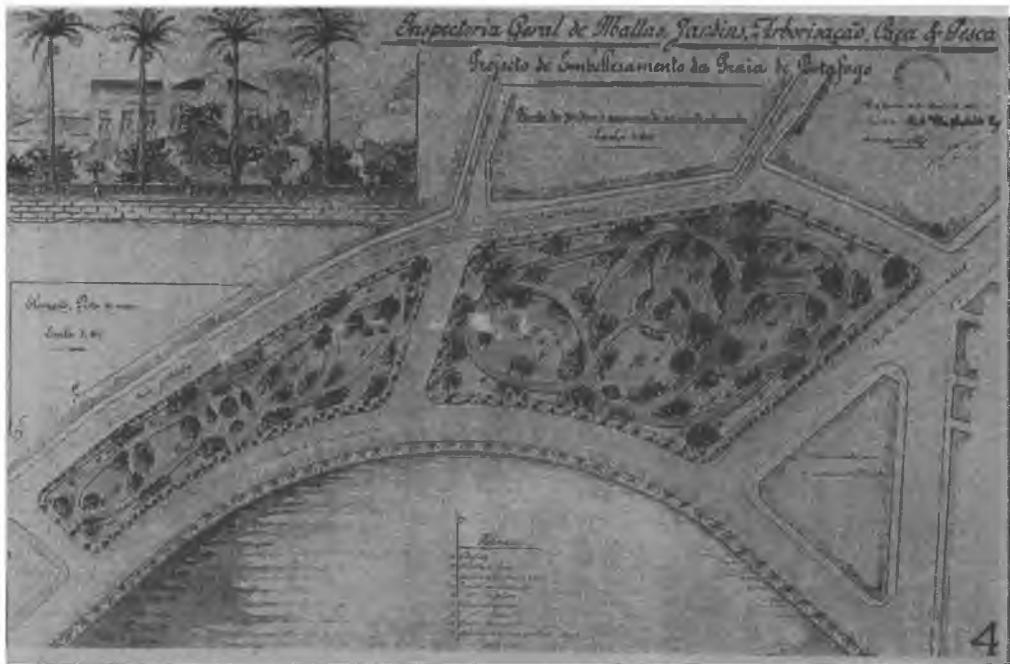


Figura 21 - Projeto de embelezamento da praia do Botafogo, 1903 / Desenho aquarelado 62,5 x 96,5 cm, Coleção Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro / Catálogo da Exportação: A paisagem desenhada: O Rio de Pereira Passos - p. 54 / outubro/1994 / Centro Cultural Banco do Brasil / Rio de Janeiro - 1994.



Figura 22 - Vista do jardim do largo de São Francisco de Paula, projetado por Glaziou com a estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva, obra do escultor francês Luis Rochet, inaugurada em 1873. Ao fundo o edifício da Escola Politécnica e a esquerda as fachadas do casário sobre a rua do Teatro. Foto de Marc Ferrez, c. 1875 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

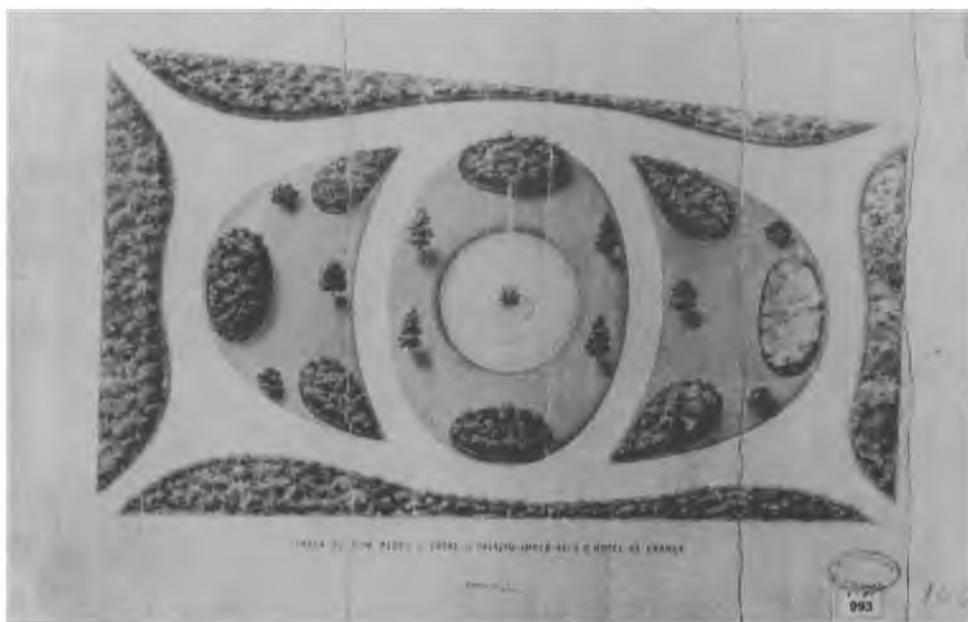


Figura 23 - Planta original do projeto de Glaziou para a praça XV de Novembro (na ocasião chamada praça D. Pedro II) no quadrilátero situado enfrente as igrejas, parte do Paço e do Hotel de França. O jardim propriamente dito foi dividido em duas partes e no centro foi colocado um lago com repuxo / Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 24 - Vista do largo do Machado (antiga praça Duque de Caxias) vista desde a atual rua do Cacete, que ainda mantinha as características do projeto inicial de Glaziou. Repare-se no cercamento - habitual - empregado. / Foto de Marc Ferrez, c. 1885 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 25 - Vistas do largo do Machado, já no nosso século, mostrando as mudanças registradas. No entorno adjacente / Foto de A. Malta, c. 1920 / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

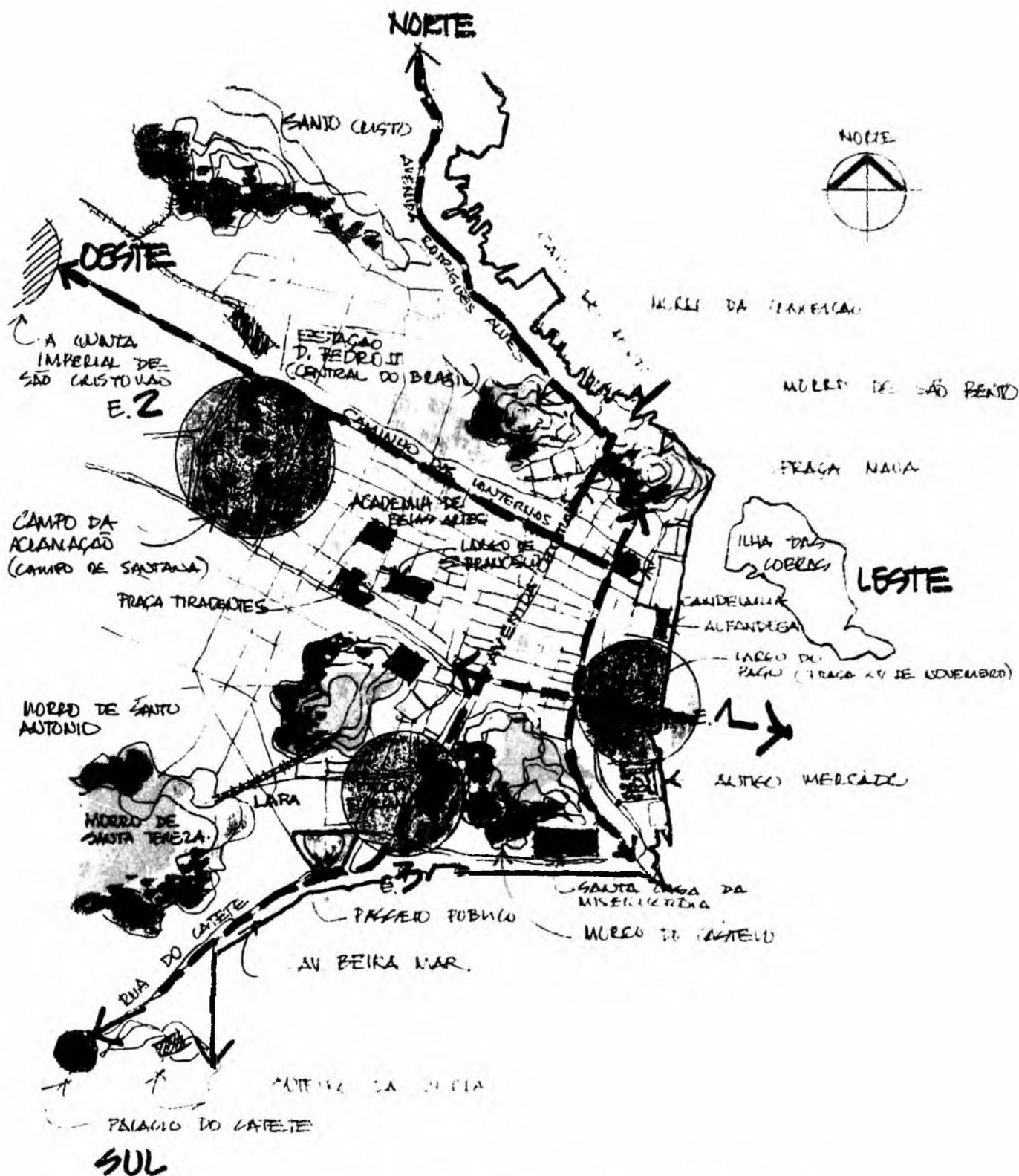


Figura 26 - Os jardins como marcos profanos na configuração urbana do Rio de Janeiro, a partir do século 19 (desenho do autor).

CONCLUSÕES

As discussões “proto-urbanísticas” que se suscitam na cidade do Rio de Janeiro do século 19, como vimos anteriormente, ajudam a entender a construção uma forma bem brasileira de pensar o espaço de uma metrópole, em termos de imagem, onde *os espaços livres urbanos* desempenharam um papel importante na configuração espacial da cidade, preparando o clima adequado não só para a impressionante seqüência de intervenções urbanísticas no século 20 na cidade (começando pela reforma Pereira Passos, plano Agache, plano Sabóia, Doxiadis, etc.) como, também, para o aparecimento de figuras como Pereira Passos, Lúcio Costa, Affonso E. Reidy e o próprio Roberto Burle Marx, o que, por sinal, em momento algum da sua vida negou as raízes românticas que permearam a sua obra, e ao modernismo, de um modo geral.

Por outro lado, como mencionamos anteriormente, Glaziou inaugura a preocupação, em nosso meio, pelos aspectos ligados tanto à *adoção de linhas de projeto* para configuração do espaço livre urbano de uso público, quanto à *gestão da obra*, no que se refere à importância das condições de manutenção desses espaços, razão pela qual se debateu permanentemente durante toda sua estadia no Brasil, pela criação de uma estrutura administrativa e de conservação e projeto adequados, nos moldes franceses, de cuja preocupação iria se originar o Departamento de Parques e Jardins (atual Fundação Parques e Jardins), que recentemente cumpriu 100 anos de existência.

Na medida em que o Rio de Janeiro, devido à qualidade de metrópole e capital federal (até década de 60) somada a peculiar situação biogeográfica do seu assentamento físico, gerou desde século 19, sem dúvida, *modelos de comportamento e arquétipos de agenciamento do espaço livre urbano*, com freqüência adotados em outras cidades brasileiras, entendemos ser prioritário o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas sobre esta temática, dado que por ela passa uma boa parte da história do espaço público brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ALPHAND, Adolphe. *Les Promenades de Paris/Bois de Boulogne/Bois de Vincennes/Parcs/Squares/Boulevards*. Paris: Rothschild, 1868.
- ARESTIZÁBEL, Irna (curadora). *A paisagem desenhada: O Rio de Pereira Passos*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical/A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século 20*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.
- CANABRAVA, B. Eduardo. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro/Ensaio/1565 - 1965*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.
- CENIQUEL, Mario. Paisagem urbana, cenário e percepção: A noção de memória como componente metodológica do projeto. In: *Paisagem e Ambiente*, São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1995.
- EWBANK, Thomas. *A vida do Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. 2 v.
- GARCIA, Rodolfo. *História das explorações científicas*. Rio de Janeiro: Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, 1927.
- GIEDION, Siegfried. *Espacio, tiempo y arquitectura: el futuro de una nueva tradición*. 5. ed., Madrid: Dossat, 1978.
- LAURIE, Michael. *An introduction to landscape architecture*. USA: Pitman Publishing Limited, 1976.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. In: *Paisagem e Ambiente*, São Paulo: FAUUSP, 1993, n. 4.

MARIANO FILHO, José. *O passeio público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: (s.n.) 1943.

MOTTA, Flavio. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1984.

REIS, José de Oliveira. Evolução urbanística do Rio de Janeiro. In: *Revista Municipal de Engenharia*. Rio de Janeiro, 1^o semestre, 1988.

_____. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos, prefeitura da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1977.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Da colonização à Europa possível: as dimensões da contradição. In: *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC/FUNARTE/Fundação Roberto Marinho, 1979.

SANTOS, Paulo. O romantismo na arquitetura. In: *Romantismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1978. p. 137-152.

_____. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional R. Pimentel, 1977.

SISSON, Rachel. Marcos históricos e configurações espaciais, um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro. In: *Arquitetura revista*, FAU/UFRJ, n. 4, 2^o semestre 1986, p. 57-81.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (orig. 1983).

**Este artigo originou-se, inicialmente, numa pesquisa desenvolvida na pós-graduação da FAUUSP em 1992, sob a orientação da professora dra. arquiteta Ana Maria Moraes Belluzo, complementando-se, posteriormente, em 1993, com a colaboração da arquiteta Vera Lucia R. Cardim, Gerente de Projetos da atual Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade de Rio de Janeiro, por ocasião da montagem da exposição intitulada "GLAZIOU E PARQUES E JARDINS: 100 ANOS DE PERMANÊNCIA NO PAISAGISMO CARIOCA", no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ), comemorativa dos 100 anos de nomeação oficial de Auguste Marie François Glaziou, pelo Imperador D. Pedro II, como primeiro Diretor dos Jardins Públicos, Arborização e Florestas da cidade do Rio de Janeiro, em 01 de dezembro de 1893. No seu formato final, contamos também com a assessoria da arquiteta, pesquisadora e historiadora arquiteta Rachel Sisson.*

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE – ENSAIOS

1. Paisagem e Ambiente é uma revista da FAUUSP que tem como objetivo a divulgação de trabalhos da área de Paisagismo em suas diversas escalas de abrangência da arquitetura paisagística do planejamento paisagístico e ambiental.

2. O Conselho Editorial da revista Paisagem e Ambiente decidirá quais artigos terão a possibilidade de publicação, considerando para tanto o espaço disponível e a pertinência do tema face à linha editorial.

3. Os originais deverão ser apresentados:

– em disquetes – utilizando processador de texto WORD 2.0 ou 6.0, sem formatação, determinando apenas a abertura dos parágrafos. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução, acompanhado de uma cópia impressa.

4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado.

5. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação e procedência.

6. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas da ABNT NB 66.

7. As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

– os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado seu artigo.

Laboratório de Programação Gráfica

Coordenação

Márcia Maria Signorini (afastada)

Serviço de Editoração

Stella Regina A. A. Anjos (supervisão)

Ivanilda Soares da Silva

Serviço de Projeto Gráfico

José Tadeu de Azevedo Maia (supervisão)

André Luis Ferreira

Eliane de F. Feroselle Previde

Robson Brás Teixeira

Sidney Lanzarotto

Sóstenes Pereira da Costa

Vicente Lemes Cardoso

Serviço de Produção Gráfica

Sócratis Vieira Santos (supervisão)

Ana Maria Santana

Cosmo Souza Barbosa

Divino Barbosa

Ercio Antonio Soares

Horácio de Paula

José Gomes Pereira

Maria Julia Vieira Santos

Nadir de Oliveira Soares

Apoio Administrativo

Maurício Miraglia Chaubet

Distribuição de Publicações

Sidnei Lindolpho de Britto

Composição, fotolitos e impressão ofsete
Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo

Composição em microcomputadores sobre filme de poliéster Laserfilm
Matrizes Ottawa no corpo 10 para o texto,
Ottawa no corpo 14 para os títulos e Ottawa no corpo 12 para os subtítulos
Dezembro 1995
500 exemplares

